

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA AUTOGESTÃO EM  
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS FOMENTADOS POR POLÍTICAS  
PÚBLICAS MUNICIPAIS EM SÃO CARLOS/SP**

**RITA DE CÁSSIA ARRUDA FAJARDO**

São Carlos- SP  
2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA AUTOGESTÃO EM  
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS FOMENTADOS POR POLÍTICAS  
PÚBLICAS MUNICIPAIS EM SÃO CARLOS/SP**

**RITA DE CÁSSIA ARRUDA FAJARDO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento

São Carlos- SP  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

F175ad

Fajardo, Rita de Cássia Arruda.

Avanços e desafios na implementação da autogestão em empreendimentos solidários fomentados por políticas públicas municipais em São Carlos/SP / Rita de Cássia Arruda Fajardo. -- São Carlos : UFSCar, 2015.  
219 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Autogestão no trabalho. 4. Empreendimento econômico solidário. 5. Diálogo. I. Título.

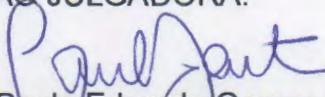
CDD: 338.17361 (20<sup>a</sup>)

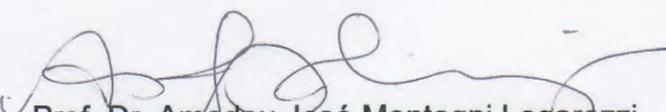


## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Rita de Cássia Arruda Fajardo

TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA E APROVADA EM 24/06/2014 PELA  
COMISSÃO JULGADORA:

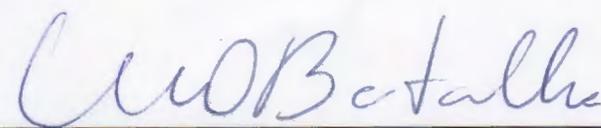
  
Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento  
Orientador(a) PPGEP/UFSCar

  
Prof. Dr. Amadeu José Montagni Logarezzi  
DEMa/UFSCar

  
Prof. Dr. Fabio José Bechara Sanches  
Dso/UFSCar

  
Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira  
EDUCAÇÃO/CENTRO UNIVERSITÁRIO ANCHIETA

  
Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS DE RIO CLARO/UNESP

  
Prof. Dr. Mário Otávio Batalha  
Coordenador do PPGEP

## **DEDICATÓRIA**

Aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam cotidianamente pela sobrevivência por meio do trabalho coletivo,  
que têm esperança de dias melhores,  
que constroem a economia solidária e a autogestão,  
e que um dia tornarão possível a utopia da liberdade,  
a emancipação da nossa classe,  
e construirão uma sociedade em que a vida será plena de sentidos.

## Economia Solidária

Luiz Haroldo Peixoto da Silva

*Vem crescendo um movimento,  
na cidade, no campo, no sertão,  
com o povo se organizando  
prá mudar a situação  
e traçar o seu destino  
com as suas próprias mãos*

*Nasceu da necessidade  
de sair da exclusão,  
do sonho acalentado  
de ser seu próprio patrão,  
de se libertar enfim,  
do julgo da exploração*

*A Economia Solidária  
é ponte sobre o abismo  
crescendo fortalecida  
pelo cooperativismo  
construindo alternativas  
ao cruel capitalismo*

*Essa alternativa surge  
no seio da classe operária,  
que cansada de viver  
em situação precária  
vem mudando esse país,  
por uma via solidária*

*Os dados estão mostrando,  
não dá mais prá ignorar  
os números são crescentes  
não se pode contestar  
a Economia Solidária  
está marcando seu lugar*

*Essa nova economia,  
é fator de inclusão  
está ajuntando excluídos  
criando cooperação  
tirando do anonimato  
transformando em cidadão*

*É uma nova dinâmica,  
redesenhando o país  
onde havia gente triste  
o povo hoje é feliz  
está plantando, está colhendo  
do jeito que sempre quis,*

*Seja no café, no almoço,  
na merenda, no jantar  
a mesa fica bonita  
dá gosto de admirar  
é a Economia Solidária  
entrando aí no teu lar*

*Esse novo aprendizado  
revela grandes atores  
são tantos talentos  
brotando  
nos mais diversos setores  
aqueles que eram empregados  
viraram empreendedores*

*É uma nova direção  
o sentido é diferente  
em vez de mudar de lugar  
a gente muda o ambiente  
onde antes não dava nada  
garante o sustento da gente*

*É preciso que o governo  
preste aí mais atenção,  
a Economia Solidária  
está mostrando a direção  
está gerando emprego e renda  
reduzindo a exclusão*

*Esse novo sentimento  
mobiliza o cidadão  
mexe com quem ta parado  
ergue quem está no chão  
faz sonhar quem não sonhava  
fortalece a união*

*É via que traz de volta  
para o seio das famílias  
quem partiu, quem foi para longe  
em busca de novas trilhas  
fazendo os olhos das mães  
brilhar nos olhos das filhas*

*Prá fechar esse cordel,  
medite no último verso  
o home está tão desumano  
mas, com carinho te peço  
não precisamos destruir  
prá construir o progresso*

*A arma do novo milênio  
não é arma de verdade  
não tem nem nome de arma  
mas muda a sociedade  
se cada um usar a sua,  
a **Solidariedade**.*

*(Cordel da Economia Solidária) (FBES,2014).*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que me apoiaram ao longo desta jornada, cada uma delas de forma particular, desde o projeto até a impressão deste estudo. A todas elas sou muito grata.

Agradeço de forma especial à minha mãe, **Maria de Lurdes Arruda Fajardo**, pela compreensão, carinho e apoio ilimitado, que possibilitou chegar ao fim desta caminhada, uma mulher trabalhadora, forte, sensível e guerreira, ícone da dedicatória desta tese.

Às minhas irmãs **Márcia** e **Poliana**, por terem compartilhado os momentos de elaboração deste texto acadêmico. À **Poliana** agradeço de forma especial pela colaboração no inglês e pelo apoio e carinho em todas as horas de convivência.

Ao meu pai, **Sinésio Fajardo**, ao meu irmão **Marcelo** e minha cunhada **Eliete**, pela compreensão de minhas ausências.

Ao Professor Dr. **Paulo Eduardo Gomes Bento**, meu orientador e amigo, pelo profissionalismo, paciência, pela orientação dedicada, pela compreensão de outras prioridades. Sem ele este trabalho não seria possível.

Agradeço também os professores **Amadeu José Montagnini Logarezzi** e **Fábio Bechara Sanchez**, especialmente pelas sugestões fornecidas na qualificação, as quais foram fundamentais para a conclusão deste estudo e, por terem aceitado participar da defesa da tese juntamente com os professores **Eduardo Tadeu Pereira** e **Auro Aparecido Mendes**, aos quais estendo minha gratidão.

Ao Professor **João Alberto Camarotto**, meu orientador no mestrado e amigo que ajudou a abrir caminhos na área acadêmica.

Agradeço também a **Cândida Maria dos Santos**, **Dario Aparecido Souza Branco**, **Digenir Chaves Fugazza**, **Elaine Cristina Salomão Martins**, **Fernanda de Oliveira Martucci**, **Liliane de J. Franco Lima**, **Lindamira Aparecida Teodoro Ribeiro** e **Marta Fernandes Marinho** pela gentileza das muitas horas que passamos nos diálogos comunicativos. Sem vocês essa tese não poderia ter sido concluída. Gratidão pelo apoio e pela colaboração em compartilharem seus saberes solidários da vida.

À **Kelci Anne Pereira** e especialmente à **Raquel Auxiliadora dos Santos**, mestras que me auxiliaram em vários momentos de dúvida metodológica.

À **Keila Maria Cândido** pelas informações atualizadas da política pública de economia solidária da Prefeitura Municipal de São Carlos.

À equipe de gestores do Departamento de Apoio à Economia Solidária de São Carlos, pessoas com as quais convivi e que de alguma forma fazem parte da construção deste trabalho: **Reynaldo Norton Sorbille, Gerson Martins Jussara Florêncio, Itamar Portioli, Patrícia Giovana Santezi Duarte, Dener dos Santos, Luís Gustavo D'Aloia, Caio Y. Saravalle, Carlos Alberto Larocca, Eliane Ribeiro, Elizeu Misko Filho, João Rodrigues Monção e Roberto Gomes.**

Ao **Leonardo Barbosa Rossato**, companheiro de militância, cúmplice de sonhos e de lutas.

Agradeço também à **Genilda de Oliveira Alonso** pela dedicação e apoio em todos estes anos de amizade.

Agradecimento especial também à companheira e amiga de todas as horas, **Silvana Donatti**, que acompanhou desde o início a construção desta pesquisa, pela compreensão de minhas ausências.

Aos camaradas e mestres do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, **Mauro Luis Iasi e Luis Carlos Scapi**, e ao camarada **Márcio Lair Vieira Cruz**, educadores da nossa classe, que muito contribuíram para achar caminhos na militância de minha vida. Agradeço pelas horas de estudo, pela orientação, pelo companheirismo, pelos lindos poemas militantes que através deles tive acesso e são fontes de inspiração pela vida.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo identificar elementos transformadores e excludentes no processo de gestão em economia solidária, junto a um grupo de trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários, fomentados pela política pública municipal de economia solidária, buscando formas de melhoria na prática cotidiana da gestão. Foi realizada uma introdução com a contextualização do tema, uma revisão bibliográfica sobre a autogestão em grupos econômicos solidários e uma caracterização da política pública de economia solidária, com enfoque no município de São Carlos/SP. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a Metodologia Comunicativa Crítica (MCC), que coloca o diálogo, a interação, as interpretações e a validação dos resultados de forma coletiva em um processo comunicativo de produção de conhecimento. A MCC possibilita, por meio da comunicação, a construção de uma análise crítica da realidade pelas próprias pessoas que a vivenciam, buscando, assim, obter resultados para transformar ou validar sua realidade social. É uma metodologia participativa, que em seu desenvolvimento permite a horizontalização das relações entre participantes/pesquisadora por meio do processo de construção de consensos. A coleta de dados na MCC é realizada utilizando-se métodos quantitativos e qualitativos, como em uma metodologia tradicional. O que a diferencia é seu caráter participativo, no qual os representantes de comunidades ou coletivos que fazem parte da pesquisa participam do projeto, da realização da investigação, incluindo a análise dos dados, e de suas conclusões, de maneira a interagir, refletir e decidir em todas estas etapas, seguindo os postulados da orientação comunicativa. Para a realização da investigação, foi formado um grupo comunicativo crítico com pessoas de empreendimentos econômicos solidários, participantes da política pública de São Carlos. Foram produzidas matrizes de análise, de maneira que os elementos excludentes ou transformadores identificados pelo grupo foram distribuídos em duas categorias: políticas públicas e economia solidária. Após a realização dos grupos comunicativos, foi realizada a sistematização dos dados pela pesquisadora e o resultado submetido ao grupo para discussão, construção e validação de seu conteúdo final. A matriz com o resultado final elencou 70 elementos, sendo 46 (65,7%) classificados na dimensão excludente e 24 (34,3%) na dimensão transformadora. Isto significa que o diálogo estabelecido apontou que as temáticas economia solidária e política pública apresentam mais desafios a serem transpostos do que elementos que têm sido transformadores da realidade dos empreendimentos fomentados pela política pública municipal de São Carlos. A presente pesquisa considera que estes elementos transformadores identificados devem ser fortalecidos. Em relação aos elementos identificados como excludentes, estes representam uma plataforma que pode orientar novas ações ou mesmo reorientar ações já existentes, para que estes elementos possam se tornar transformadores na política pública e na vivência autogestionária.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Política Pública. Autogestão. Empreendimento Econômico Solidário. Diálogo.

## ABSTRACT

This thesis, aims to identify changing and excluding elements in the solidarity economy management process, together with a group of workers of solidarity economic enterprises, promoted by the local public policy of solidarity economy, seeking ways to improve the daily practice of management. An introduction with the contextualization of the theme, a literature review on self-management in solidarity economy groups and a characterization of the public policy of solidarity economy, focused in São Carlos/SP, were performed. The methodology used for conducting the present research was the Critical Communicative Methodology (CCM), which places the dialogue, interaction, interpretation and validation of the results collectively, in a communicative process of knowledge production. The CCM provides, through communication, the construction of a critical analysis of reality by the people who experience it, seeking, thereby, to obtain results to transform or validate a social reality. It is a participatory methodology, which enables in its development the flattening of the relations between participants/researcher through consensus building. Data collection in the CCM is performed using quantitative and qualitative methods, as in a traditional methodology. What makes this methodology different is its participatory nature, in which the representatives of communities or collectives that are part of the research participate of the project, investigation process and its conclusions, in order to interact, reflect and make decisions in all these steps, following the communicative orientation's postulates. To carry out the research, a critical communicative group with people from solidarity economic enterprises, participants of São Carlos public policy, was formed. Analysis matrices were produced, so that the excluding or changing elements identified by the group were distributed into two categories: public policy and solidarity economy. After the realization of communicative groups, the systematization of data was performed by the researcher and the results submitted to the group for discussion, construction and validation of its final content. The matrices with the final result listed 70 elements, 46 (65.7%) classified as excluding dimension and 24 (34.3%) in the changing dimension. It means that the dialogue pointed out that the themes solidarity economy and public policy have more challenges to be overcome than elements that have been changing the reality of enterprises fostered by São Carlos public policy. This research considers that these changing elements identified should be strengthened. For those elements identified as excluding, they represent a platform that can guide new actions or even redirect those ones that already exist, so they can become changing in public policy and in the self-management experience.

**Key-words:** Solidarity Economy. Public Policy. Self-management. Solidary Economic Enterprise. Dialogue.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AARTESCAR	Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APA	Área de Preservação Ambiental
CadÚnico	Cadastro Único Para Programas Sociais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
COOPVIP	Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Proteção à Vida e ao Trabalho
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CEDIN	Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes
CEDOC	Centro de Documentação em Economia Solidária
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
COMESOL	Conselho Municipal de Economia Solidária
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COOPERCOOK	Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos
COOPERLIMP	Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização
COOPERVIDA	Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPES	Centro Público de Economia Solidária
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social - CRAS
CREA	Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CTA	Central de Trabalhadoras Autônomas
DAES	Departamento de Apoio a Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
EUA	Estados Unidos da América do Norte

FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMES	Fórum Municipal de Economia Solidária de São Carlos
FPES	Fórum Paulista de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCOOP	Incubadora Regional de Cooperativas Populares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MCC	Metodologia Comunicativa Crítica
MEI	Micro Empreendedor Individual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NuMI-EcoSol	Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Parqtec	Fundação Parque de Alta Tecnologia
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMSC	Prefeitura Municipal de São Carlos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede ITCP	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RGPPEs	Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIBI-SC	Sistema Integrado de Bibliotecas - São Carlos

SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SMTER	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social – SUAS
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TAM	Transportes Aéreos Marília
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNIARTE	Unidos pela Arte – Associação Cultural dos Artesãos e Artistas de São Carlos
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda	63
Figura 2 – Fotos do prédio do Centro Público de Produção de Economia Solidária “Herbert de Souza- Betinho”	73
Figura 3 – Fotos do prédio do Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”	75

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Panorama geral da pesquisa

103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos e número de empreendimentos no município de São Carlos em 2011	57
Quadro 2 – Número de empregos formais no município de São Carlos em 31 de dezembro de 2011	57
Quadro 3 – Encontros Municipais e Conferência Municipal de Economia Solidária de São Carlos	64
Quadro 4 – Empreendimentos organizados na economia solidária no município de São Carlos	80
Quadro 5 – Aspectos positivos e superações a serem conquistadas pelos empreendimentos	83
Quadro 6 – Quadro temático de análise: categorias políticas públicas e autogestão e dimensões excludentes e transformadoras	93
Quadro 7 – Modelo: elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto	98
Quadro 8 – Modelo: categorias sistema e mundo da vida e dimensões transformadoras e excludentes	99
Quadro 9 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	104
Quadro 10 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	105
Quadro 11 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	106
Quadro 12 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”	115
Quadro 13 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”	115
Quadro 14 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”	119

Quadro 15 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”	121
Quadro 16 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”	122
Quadro 17 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”	126
Quadro 18 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 2 – política pública de economia solidária	128
Quadro 19 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 2 – política pública de economia solidária	128
Quadro 20 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema 2 – política pública de economia solidária	133
Quadro 21 – Elementos nas categorias sistema e mundo da vida	135
Quadro 22 – MCC: número de elementos pelas temáticas políticas públicas e economia solidária nas categorias sistema e mundo da vida	138
Quadro 23 – Matriz final da MCC	138
Quadro 24 – Propostas de melhorias para as temáticas economia solidária e política pública	140
Quadro 25 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	160
Quadro 26 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”	170
Quadro 27 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária. subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”	176
Quadro 28 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 2 a política pública de economia solidária	182

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	21
1.1 Objetivo .....	24
1.2 Justificativa .....	24
1.3 Métodos e técnicas .....	26
1.3.1 A Metodologia Comunicativa Crítica .....	27
1.4 Estrutura da tese .....	29
<b>2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS</b> .....	30
2.1 Introdução .....	30
2.2 Origem histórica do cooperativismo no capitalismo .....	30
2.3 O cooperativismo e experiências autogestionárias no Brasil .....	33
2.4 Economia solidária: organização, princípios e autogestão .....	40
<b>3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DA CIDADE DE SÃO CARLOS/SP</b> .....	52
3.1 Economia solidária e política pública no Brasil .....	52
3.2 Caracterização socioeconômica do município de São Carlos .....	56
3.2.1 Vocação econômica do município .....	56
3.3 A política pública de economia solidária de São Carlos .....	59
3.3.1 O Programa de Fomento à Economia Solidária .....	66
3.4 Resultados da implantação da política pública de economia solidária .....	70
3.4.1 O Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho” .....	70
3.4.2 O Centro Público de Economia Solidária “Rosa Sundermann” .....	74
3.4.3 Espaços de comercialização .....	75
3.4.4 Marco legal .....	76
3.4.5 Os empreendimentos solidários de São Carlos .....	78
<b>4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: AVANÇOS E DESAFIOS NOS MODOS DE VIDA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE SÃO CARLOS</b> .....	87
4.1 Metodologia Comunicativa Crítica .....	87
4.2 O percurso metodológico .....	93

4.3 Os sujeitos da pesquisa .....	99
4.4 Análise dos dados: elementos da economia solidária e política pública na perspectiva dos empreendimentos .....	103
4.4.1 A voz dos empreendimentos – economia solidária: organização do trabalho, autogestão e geração de renda .....	104
4.4.2 A voz dos empreendimentos – economia solidária: movimento de economia solidária e participação.....	114
4.4.3 A voz dos empreendimentos – economia solidária: formação, solidariedade e trabalho coletivo .....	121
4.4.4 A voz dos empreendimentos – a política pública de economia solidária .....	127
4.4.5 Sistema e mundo da vida: síntese e considerações finais .....	134
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>159</b>
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	159
APÊNDICE B – Quadros de análise .....	160
APÊNDICE C – Roteiro para discussão do grupo comunicativo crítico .....	190
<b>ANEXOS .....</b>	<b>194</b>
ANEXO A – Lei Municipal 15.196/2010 .....	194
ANEXO B – Lei Municipal 15.853/2011 .....	204
ANEXO C – Lei Municipal 16.121/2012 .....	211
ANEXO D – Lei Municipal 15.779/2011 .....	212
ANEXO E – Resolução do Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos N°001/2012 .....	213
ANEXO F – Decreto Municipal 95/2014 .....	217
ANEXO G – Mapa de espaços de desenvolvimento da política pública de economia solidária de São Carlos .....	219

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 70 foi marcada, nos países centrais, pela crise do sistema de produção fordista e da produção em massa, que impulsionou um profundo processo de reestruturação produtiva. Alves (2000) considera que esse processo foi uma ofensiva do capital na produção na tentativa de constituir outro patamar de acumulação.

Em decorrência dessa crise, a década de 80 do século XX foi marcada por transformações ocorridas no âmbito do mundo do trabalho, não só nos países de capitalismo avançado, como no Brasil. Nessa década o avanço tecnológico, a automação e a microeletrônica foram em grande parte responsáveis pela implantação de modelos flexíveis de produção nas organizações, com vistas ao aumento da produtividade. Esse processo alterou as relações internas nessas organizações e trouxe em seu bojo a implantação de novas formas de gestão da força de trabalho (ALVES, 2000; ANTUNES, 1995, 2004; FLEURY, 1993; LEITE, 1994a, POCHMANN, 2002).

Antunes (2004) observa que essa reestruturação produtiva foi adotada pelo setor produtivo brasileiro de forma restrita e preliminar e aconteceu de maneira bastante heterogênea. A necessidade do aumento da produtividade naquele período é sintetizada pelo autor com a ocorrência de uma reorganização da produção, pela redução do número de trabalhadores e pelo surgimento de elementos de gestão do sistema japonês, como o *kanban*, *just-in-time* e os círculos de controle de qualidade (CCQ's).

É na década de 90 que efetivamente acontece o processo de reestruturação produtiva no Brasil (LEITE, 1994b). Esta década é marcada pela adoção de políticas neoliberais no país e, mais que isso, por uma hegemonia do ideário neoliberal na sociedade.

Alves (1996) caracteriza a política de ajustes neoliberais no Brasil como sendo pautada na abertura comercial e na adoção de uma política monetária restrita, com vistas a ter sucesso nos objetivos deflacionários, o que conduziu o país a um processo de recessão, que atingiu principalmente os setores de ponta da indústria nacional, além de promover o desemprego. Este cenário de abertura comercial e tentativa de entrada do Brasil na globalização mundial forçou as organizações produtivas brasileiras “a promoverem profundas reestruturações produtivas, não apenas de *caráter defensivo*, visando enfrentar a recessão, mas de cariz ofensivo, voltadas para um novo cenário de concorrência acirrada.” (ALVES, 1996, p. 133).

O modelo neoliberal e a reestruturação produtiva acarretaram um enorme aumento do desemprego e precarização do trabalho, trazendo grandes transformações na realidade do trabalho (ANTUNES, 2001).

É neste cenário que ganha força a economia solidária (ES) no Brasil. Este fenômeno é resultado de “movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir da década de 1990.” (SINGER, 2003a, p.25).

Para diversos autores (GAIGER, 2003; LEITE, 2009; METELLO, 2007; SINGER, 2002, 2003a, 2003b, entre outros) a organização dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários (EES) deve-se, principalmente, à exclusão dos mesmos do mercado de trabalho. Esse cenário de desemprego fez com que houvesse uma união desses trabalhadores, desempregados ou em situação de trabalho precário, iniciando uma produção que, pela carência de recursos próprios e pela falta de acesso ao crédito, dá-se em pequena escala, com equipamentos de pequeno porte ou mesmo sem equipamentos, unindo apenas a força de trabalho em uma organização coletiva.

No início dos anos 90 do século XX aparecem também experiências de fábricas recuperadas. Empresas falidas que foram, de diversas formas, retomadas pela organização autogestionária dos/as trabalhadores/as, como forma de não ficarem desempregados/as. Destaca-se a experiência da Makerly, empresa do setor calçadista na cidade de Franca, no estado de São Paulo, pioneira no período e que virou um modelo para outras experiências (ANTEAG, 2000, p. 17).

Durante anos, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, igrejas e movimentos sociais desenvolveram várias experiências econômico-solidárias que, bem sucedidas, passaram a ganhar visibilidade local. A partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000 estas experiências passam a ser incorporadas como alternativas ao desemprego a programas de governos locais, surgindo então a economia solidária como política pública (BARBOSA, 2008).

É nesse contexto, a partir do ano de 2001, que em São Carlos a economia solidária passa a figurar como política pública. Na cidade, a organização dos trabalhadores em EES aconteceu inicialmente em pequenos grupos, nos quais a mão-de-obra era a principal ferramenta de trabalho, não exigindo um grande aporte financeiro para iniciar o negócio. Antes disso, o município tinha apenas iniciativas voltadas à intermediação de mão-de-obra no mercado de trabalho, com características de emprego e não de auto-emprego.

Em seu estudo, Capacle (2010) relata que a política de economia solidária no município foi executada inicialmente em uma seção da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e em 2004, após uma reforma administrativa, passou a ter uma maior importância na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, com a criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER).

Na implementação da política pública de economia solidária de São Carlos busca-se uma integração com outras secretarias da prefeitura municipal e uma articulação com a sociedade civil, com objetivo de envolver setores mais pauperizados da sociedade em iniciativas de geração de trabalho e renda, com vista à superação de situações de vulnerabilidade social e econômica de setores excluídos do mercado formal de trabalho.

As experiências de empreendimentos solidários, quando fomentadas por meio de políticas públicas, em linhas gerais, apresentam aos/às trabalhadores/as interessados/as em participar dos programas de economia solidária a forma autogestionária de organização. Via de regra, essa demanda não vem da sociedade para o poder público, mas percorre o sentido inverso, como alternativa à geração de trabalho e renda para trabalhadores/as desempregados/as.

O protagonismo da iniciativa nesse caso coloca um conjunto de problemas ligados à autogestão, pois essa prática não vem de uma organização social já existente, de uma decisão centrada num consenso coletivo de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, mas é colocada como uma possibilidade de organização, muitas vezes, para um grupo de pessoas que nem se conhecem e estão em busca de alternativas para a sobrevivência.

Mesmo que nesse processo se tomem todos os cuidados na busca da conformação de um grupo coeso, com cursos de formação e assessorias, a inexistência inicial de uma prática laboral coletiva autogestionária é fato na maioria dos casos de formação de EES na política pública. Essa prática passa pela apropriação de processos produtivos e de gestão do empreendimento pelo conjunto de/as trabalhadores/as. Apenas o fomento e a vontade política do poder público são insuficientes para que isso realmente ocorra. É necessário que nesse processo o protagonismo passe dos gestores públicos responsáveis pelo fomento para os/as próprios/as trabalhadores/as.

É nesse sentido, na busca de investigar esse processo da prática autogestionária num contexto de iniciativa de criação de grupos organizados na economia solidária, nos quais a grande maioria dos membros nunca participou de uma experiência coletiva de trabalho com essas características, que se concentra a proposta deste estudo. Como é a prática

autogestionária nesse contexto? Como é a realidade desses trabalhadores na vivência da autogestão? É possível realmente viver um processo autogestionário nesses casos? Essas são algumas das questões que se quer investigar. A relevância do estudo concentra-se no fato de desvelar esse processo pela vivência de quem o pratica, num contexto no qual o protagonismo do grupo tem início por uma iniciativa exógena a ele, ou seja, há uma indução do poder público para a formação de grupos de geração de trabalho e renda com práticas autogestionárias.

### **1.1 Objetivo**

Buscar melhorias na prática cotidiana da gestão de empreendimentos econômicos solidários, por meio da identificação de elementos transformadores e excludentes neste processo, junto a um grupo de trabalhadores e trabalhadoras fomentados pela política pública municipal de economia solidária de São Carlos-SP.

### **1.2 Justificativa**

O interesse pelo desenvolvimento deste estudo advém inicialmente de uma vivência pessoal, por meio do trabalho no Departamento de Apoio à Economia Solidária da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de São Carlos, local onde trabalhei como assessora de 2009 a 2011 e exerci o cargo de diretora do departamento no ano de 2012.

No desenvolvimento desta política pública, a autogestão é tida como um princípio no fomento de organização dos grupos no âmbito da geração de trabalho e renda.

Na sua execução, a política pública oferece assessoria aos empreendimentos solidários em diversas áreas e fomenta a criação de novos agrupamentos. Esta política, por meio de ações articuladas, tem sido uma das alternativas de enfrentamento à situação de exclusão social nos municípios e estados. O objetivo é reduzir o isolamento e a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as desempregados/as, autônomos/as e micro e pequenos/as empreendedores/as, através do estímulo às práticas de cooperação, buscando um desempenho diferenciado em comparação a uma atuação isolada destes/as trabalhadores/as no mercado de trabalho, aumentando sua probabilidade de bons resultados econômicos.

Em São Carlos objetiva-se que o desenvolvimento da política seja feito de forma transversal, ou seja, a política pública de economia solidária deve ser implementada e

desenvolvida de forma integrada pelo DAES em parceria com outras secretarias e fundações municipais, buscando potencializar a sinergia destas ações. Isto porque os programas de transferência de renda possibilitam amenizar, em caráter imediato, os efeitos da pobreza, mas a médio e longo prazo, faz-se necessária uma articulação mais ampla, “tendo em vista a construção de relações econômicas e sociais capazes de propiciar sobrevivência e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos excluídos do mercado formal de trabalho” (PMSC, 2008, p. 06).

É relevante observar que, tanto na investigação teórica como nas experiências trocadas com outros municípios e estados que o trabalho como gestora proporcionou, a maioria absoluta das iniciativas de fomento à geração de trabalho e renda, dentro dos princípios da economia solidária, é ainda ligada à vontade política de governantes que têm sensibilidade para este tema. Embora haja uma discussão bastante importante da institucionalização da política pública, com a criação de marcos legais, pode-se afirmar que nos municípios e estados esta política configura-se como uma política de governos e não como uma política de Estado.

Ainda são poucas as situações no Brasil nas quais a implantação da política pública de fomento à economia solidária municipal pode ser estudada num processo de mais de doze anos de existência sem interrupção (o que corresponde a três mandatos eletivos). Isso porque o funcionamento eleitoral vigente no país, com eleições a cada quatro anos, impõe em grande parte dos municípios interrupções dessa política.

A política pública desenvolvida no DAES estabeleceu ao longo do seu processo de construção a pretensão de sair de um patamar de política de governo para uma política de Estado, dentre elas, a contratação de técnicos por concurso público, a instituição do Conselho Municipal de Economia Solidária e aprovação da lei que institui o programa de fomento de economia solidária.

Nesse sentido, a experiência dos/as empreendedores/as de empreendimentos solidários de São Carlos tem uma configuração privilegiada, dado que já existe há mais de treze anos e que caminha para pelo menos dezesseis anos de política pública de economia solidária sem interrupção, até o final de 2016.

Por fim, também foi um motivador desta pesquisa a verificação da ausência de trabalhos acadêmicos que mostrassem a avaliação das políticas públicas de economia solidária pelos seus próprios beneficiários. Na literatura é mais comum encontrar textos que versem sobre a organização interna e autogestão, resultados econômicos e processo de incubação dos empreendimentos, como em Cherfem (2009); Chiarello (2012); Gallo (2004); Pereira (2009),

Praxedes (2009), entre outros. Ou ainda há trabalhos sobre diretrizes e construções de políticas públicas sob vários aspectos (marcos legais, programas, etc.) que vão desde o âmbito municipal ao nacional, focado nos gestores públicos ou na gestão pública e suas consequências para os empreendimentos, como Capacle (2011), Barbosa (2008), França Filho (2006), Gaiger (2004), para citar alguns.

A contribuição deste estudo encontra-se na reflexão intersubjetiva de trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte de fomento de políticas públicas, em suas concepções e práticas sobre a autogestão, analisando quais são os avanços a serem consolidados e os desafios a serem superados pelos empreendimentos nessa forma de organização. Entende-se que é possível contribuir com o preenchimento de uma lacuna do conhecimento, na medida em que se constrói junto com os/as participantes, beneficiários da política pública, uma avaliação desta política. Para além desta contribuição há a construção do conhecimento dialógico, síntese do conhecimento acadêmico e do conhecimento popular, oriundo da *práxis*, da vivência e da intersubjetividade dos/as participantes.

### 1.3 Métodos e técnicas

A questão problema deste estudo encontra-se na concepção e na vivência prática da autogestão de trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos solidários participantes da política pública, no intuito de verificar os avanços já obtidos e os desafios ainda a serem superados na implantação da autogestão.

Para dar maiores subsídios para a pesquisa far-se-á um estudo de caso com empreendedores/as que participam do Programa de Fomento à Economia Solidária da Prefeitura Municipal de São Carlos.

Entre as técnicas de pesquisas utilizadas para desenvolvimento dessa pesquisa, está a observação participante, mais precisamente, a observação participante natural, na qual “o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 91), dado que parte do período da execução desta investigação tive uma relação formal de trabalho como gestora pública no DAES, como já explicitado, que é o órgão responsável pela implantação da política pública de economia solidária no município. Essa relação é a mesma com os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, pois desde 2013 faço parte como integrante de um empreendimento de economia solidária, em processo de estruturação.

A pesquisa bibliográfica refere-se a um conjunto de pressupostos teórico-metodológicos sobre conceito de autogestão, política pública e economia solidária, buscando através de publicações e pesquisas já realizadas construir um arcabouço com análises e reflexões sobre grupos autogestionários fomentados por programas de políticas públicas.

### 1.3.1 A metodologia comunicativa crítica

Para a investigação com os empreendimentos solidários optou-se por realizar um processo dialógico, dentro dos princípios da metodologia comunicativa crítica (MCC) com membros de empreendimentos, considerando-se uma representação social desses..

Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000) entendem as representações sociais como a “expressão do que pensa ou acha determinada população sobre determinado tema”, sendo que estas manifestações podem se expressar tanto através de documentos escritos, quanto através dos discursos verbais.

Em relação aos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários serão montados grupos de discussão comunicativos, com uma amostra de empreendimentos, como forma de apreender suas concepções e práticas.

É importante destacar que a utilização do estudo de caso foi considerada como parte integrante desta pesquisa pelo fato de que

[...] contribui, de forma inigualável, para a compreensão [...] de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. [...] O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos [...] e a maturação de alguns setores. (YIN, 2001, p. 21).

A pesquisa documental sobre a política pública será realizada com base nas produções do Departamento de Apoio à Economia Solidária, dentre eles, publicações, apresentações, textos de avaliação e projetos.

A escolha da MCC para o desenvolvimento do estudo de caso pautou-se principalmente pela sua característica participativa e interativa entre as pessoas participantes, assim como com a pesquisadora, além de sua forma de validação coletiva de resultados. O fato dos resultados desta metodologia apontarem para coordenação de ações transformadoras, em busca de melhorias na qualidade de vida do coletivo, foi também um motivador para a escolha da MCC.

A MCC vem sendo desenvolvida desde o início dos anos 90 através de diferentes pesquisas e debates teóricos pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades da Universidade de Barcelona (CREA).

Essa metodologia tem como base uma sociedade na qual o diálogo é um elemento central, constituindo-se como uma categoria social nas relações em todas as dimensões.

A proposta da MCC busca a superação da dicotomia objeto/sujeito por meio da comunicação e da intersubjetividade. Considera a realidade social como uma construção humana, por meio do diálogo. Parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas e da sociedade, construindo um cenário crítico à realidade social. (GÓMEZ et al., 2006, p. 12).

Tanto os enunciados científicos quanto o produto da pesquisa passam pela construção coletiva, por meio do diálogo, e têm também uma validação coletiva, não ficando restrito apenas à opinião individual, nem do/a pesquisador/a, nem dos sujeitos participantes.

A economia solidária ao longo dos anos tem se construído como movimento social, composto por trabalhadores e trabalhadoras que realizam uma atividade econômica, organizados/as de forma coletiva e autogestionária na gestão das atividades e na alocação de resultados.

Face ao fato da economia solidária estar organizada como movimento social, com a orientação de geração do trabalho emancipado e a transformação na relação capital-trabalho, no desenvolvimento deste estudo buscou-se uma metodologia de investigação que considerasse a realidade vivida pelos/as trabalhadores/as dos empreendimentos, que fosse além da simples resposta de um questionário em uma entrevista envolvendo pesquisadora e pesquisado/a, de forma discreta e individualizada. Buscou-se uma metodologia que possibilitasse a interação, o diálogo entre todos/as os/as envolvidos/as na pesquisa, a percepção de problemas comuns ou não, que possibilitasse a reflexão coletiva sobre a transformação da sua realidade social na vivência da autogestão no cotidiano dos empreendimentos.

Optou-se assim por utilizar a MCC para a realização desta pesquisa, pelo fato de sua dinâmica propiciar a reflexão e a construção coletiva dos resultados, tendo como orientação não apenas a descrição da realidade, mas o estudo intersubjetivo desta realidade pela sua compreensão e interpretação críticas, podendo ter o objetivo de transformá-la ou de reafirmá-la, sempre na direção da superação das desigualdades sociais. Através da interação, interpretação, reflexão e teorias das pessoas participantes pode-se construir o objeto de estudo dessa realidade social que se quer investigar e transformar (GÓMEZ et al., 2006, p. 32/33).

Além disso, a aplicação da MCC prevê, para além da investigação, que o processo seja também formativo para aqueles/as que dele participam, dito em outras palavras, o processo permite que as pessoas se transformem para poderem, elas mesmas, transformar a sua realidade. Discorrer-se-á de forma mais aprofundada sobre a MCC na seção quatro.

Aqui se expressa a relevância acadêmica deste estudo, na investigação pela perspectiva daqueles/as que vivenciam a autogestão, pois estas são as melhores pessoas para refletirem sobre o processo da economia solidária, que constroem cotidiana e coletivamente na produção e reprodução de suas vidas.

#### 1.4 Estrutura da tese

A partir dos objetivos propostos e desta breve introdução, esta tese de doutorado apresenta a estrutura programática que se segue.

A segunda seção, intitulada *Economia solidária: contextualização, organização e princípios* faz um breve histórico sobre as experiências autogestionárias e aprofunda o estudo teórico sobre a concepção de autogestão, organização e práticas em empreendimentos econômicos solidários.

A terceira seção – *Economia solidária e política pública o caso da cidade de São Carlos/SP* – faz uma breve caracterização socioeconômica da cidade de São Carlos e discorre sobre a implementação da política pública de economia solidária no município.

A quarta seção – *Economia solidária e autogestão – avanços e desafios nas percepções e modos de vida de trabalhadores e trabalhadoras de São Carlos* – apresenta inicialmente a metodologia comunicativa crítica e, em seguida, a concepção e as percepções dos trabalhadores e trabalhadoras que participam do Programa de Fomento à Economia Solidária de São Carlos, os avanços, limitações e desafios na prática da autogestão nos seus empreendimentos. É o estudo de caso em si.

A quinta seção – *Considerações finais* – trata das observações conclusivas desta tese, analisando a economia solidária e a autogestão e como os trabalhadores e trabalhadoras vivenciam na prática estas relações. Faz uma reflexão sobre o fomento de políticas públicas e a concepção de autogestão e a vivência daqueles que fazem parte desta política de fomento.

## **2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS**

### **2.1 Introdução**

O objetivo desta seção é apresentar um breve histórico das experiências de cooperativismo e autogestão, suas origens no sistema de produção capitalista, um histórico da economia solidária no Brasil e ainda discorrer sobre conceitos teóricos de autogestão e economia solidária.

Essa discussão faz-se necessária para subsidiar o diálogo com o grupo comunicativo crítico, apresentado em seção posterior, no intuito de buscar a identificação de elementos transformadores na vivência da autogestão e os obstáculos que dificultam a sua implantação nos grupos fomentados no Programa de Fomento à Economia Solidária em São Carlos/SP.

### **2.2 Origem histórica do cooperativismo no capitalismo**

A associação de trabalhadores e trabalhadoras voltada à organização coletiva do trabalho data de tempos anteriores à predominância do modo de produção capitalista. Entretanto, a forma cooperativa com a posse dos meios de produção e a divisão equitativa do trabalho, tal como se conhece hoje, é característica do modo de produção capitalista e historicamente expressa a reação da classe proletária a esta forma de organização da produção e do trabalho (CHIARELLO, 2012, p. 29).

Vários autores, entre eles Singer (1999, 2002) e Nascimento (2004) citam a experiência de Robert Owen, industrial inglês que no século XIX propôs a criação de aldeias cooperativas como forma de inclusão produtiva para os pobres ingleses, excluídos do mercado de trabalho pela revolução industrial, como uma das pioneiras nas relações cooperativas.

Num período em que não havia leis de proteção aos trabalhadores, Owen tinha uma política de boas condições de trabalho em seu complexo fabril. Não permitia o trabalho infantil, construiu escolas para as crianças filhas dos operários e limitou a jornada de trabalho em sua empresa. Esta política fez com que o seu complexo industrial aumentasse a lucratividade e tornou-se um modelo para vários outros industriais que queriam decifrar o segredo de maior gasto com trabalhadores e maior produtividade.

Na segunda década do século XIX, após o final do ciclo de guerras na Europa iniciado com a Revolução Francesa, a economia da Inglaterra entrou em depressão, tendo uma enorme diminuição nos postos de trabalho com o fim da produção de produtos bélicos. Owen propôs ao governo britânico a formação de aldeias cooperativas como forma de inserir a população empobrecida com a falta de trabalho novamente na produção. A proposta tinha como argumento o pressuposto de que com mais trabalho e maior produção de riquezas, diminuiria o número de pobres, que voltariam a produzir e a fazer parte do mercado de consumo e assim a economia seria novamente aquecida (SINGER, 2002).

As propostas de Owen não foram acatadas pelo governo inglês. O industrial frustrado com a negativa do governo mudou-se para os Estados Unidos da América, onde criou uma aldeia cooperativa em 1825, voltando à Inglaterra em 1829 após várias cisões internas na experiência em solo americano (SINGER, 1999, 2002).

A organização operária contra a revolução industrial foi quase imediata com a sua existência, na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Para Singer (1999) a reação operária à revolução industrial teve inicialmente uma resistência às máquinas, no intuito de impedir sua evolução. Neste sentido, os operários construíram também a proposta de uma sociedade coletivista, na qual os meios de produção seriam acessíveis a todos ou de propriedade comum.

Logo em seguida ganhou espaço a luta pela legalização dos sindicatos, pelo direito à greve e por uma legislação trabalhista. Uma saída para a proteção dos trabalhadores foi a organização em clubes de ofício (em inglês *trade*), sociedades com princípios mutualistas, que além de atividades de lazer aceitavam novos trabalhadores para cada ofício, na busca de controlar a oferta de operários e de não deixar aumentar o número disponível no mercado para que os salários não tivessem valores mais baixos pela alta oferta de mão-de-obra. Ressalta-se neste caso que os clubes eram formados pelos trabalhadores homens mais qualificados. Mulheres e crianças não faziam parte, perfazendo a camada mais pauperizada da população (SINGER, 1999, 2002).

Mas, na Inglaterra em pleno processo de revolução industrial, os trabalhadores ficaram impedidos de se organizar de 1799 a 1824, com uma legislação conhecida como *Combination Acts*.

Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentados à livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com a sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, cooperativas. (SINGER, 2002, p. 27).

Singer (1999) observa que as cooperativas tiveram origem também em reações defensivas de trabalhadores contra os altos preços de bens de necessidades básicas. A experiência mais antiga documentada parece ser de iniciativa de trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatham que, em 1760, criaram uma cooperativa de moinhos de cereais para fugir dos altos preços dos moleiros locais.

No período entre 1824 a 1834 houve várias iniciativas de cooperativas organizadas por sindicatos, que Singer (1999) chamou de cooperativas operárias e foram oriundas da luta de classes. Nas cooperativas operárias os trabalhadores organizavam-se em cooperativas autogestionárias de produção e tentavam disputar o mercado com as empresas capitalistas. Além da produção havia também organizações cooperativas de consumo, estas fortemente influenciadas pelas ideias de Owen, que promoviam trocas e vendas de produtos em armazéns cooperativos.

As relações de troca nos armazéns eram estabelecidas pelas horas trabalhadas. Os produtores recebiam notas de hora trabalhada e podiam trocar por outros produtos no armazém utilizando este dinheiro paralelo (SINGER, 1999). Esta organização parece ser equivalente a uma moeda social nos dias de hoje, utilizada por comunidades e grupos para circular a riqueza entre os que a produzem.

No fim do ano de 1834 houve uma grande ofensiva dos capitalistas sobre os sindicatos, com uma greve patronal (*lock-out*), que demitiu os trabalhadores sindicalizados em toda a Inglaterra. Os trabalhadores não conseguiram resistir, os sindicatos foram extintos ou ficaram muito enfraquecidos e, conseqüentemente, as organizações cooperativas também. Foi o fim da fase do cooperativismo revolucionário, que teve no owenismo a centralidade na formulação político-econômica do modelo cooperativista (SINGER, 2002).

Somente em 1844 é que ressurge a experiência cooperativa, organizada por trabalhadores, e que se tornou um marco no cooperativismo moderno, a Sociedade Equitativa dos Pioneiros, também conhecida como Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, por ter sido iniciada nesta cidade, próxima a Manchester, polo de produção têxtil na Inglaterra.

Para Storch (1987, p. 69) as cooperativas industriais de Rochdale “criaram padrões que viriam a se tornar predominantes mundialmente.” Deste modelo derivou a organização cooperativa como conhecemos hoje na economia solidária.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale tinha por objetivos:

fundar um armazém para abastecer os sócios, a construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade autossustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança. (SINGER, 1999, p. 100).

Esta cooperativa era regida por oito princípios: 1º) cada sócio com direito a um voto nas decisões, independentemente do investimento feito, garantindo assim a democracia e autogestão nas decisões; 2º) sociedade aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar, desde que aceitasse as regras do empreendimento; 3º) taxa de juros fixa para remuneração do capital empregado na cooperativa (assim, devem se criadas regras para a divisão do excedente); 4º) divisão do excedente da cooperativa proporcional à compra de cada sócio; 5º) vendas feitas somente à vista; 6º) produtos vendidos pela cooperativa deveriam ser de boa qualidade, não adulterados; 7º) desenvolvimento de educação dos sócios nos princípios do cooperativismo e 8º) neutralidade política e religiosa da cooperativa (SINGER, 1999; 2002).

Para Singer (1999, p. 102) a experiência da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale é a “matriz das cooperativas modernas” pelo fato de ter conseguido se reger pelos oito princípios concomitantemente, o que nenhuma outra experiência tinha ainda feito até aquele momento. O autor argumenta ainda que o conjunto destes princípios assegura a autenticidade socialista da cooperativa e sua viabilidade enquanto empreendimento econômico.

### **2.3 O cooperativismo e experiências autogestionárias no Brasil**

No Brasil as experiências cooperativas datam desde o período de colonização portuguesa, embora essas experiências tenham acontecido de forma bastante esparsas e tímidas naquele momento, chegando a praticamente desaparecer com o predomínio da sociedade escravocrata. As experiências do período são relatadas por Pinho (2004) como ligadas especialmente a organizações religiosas.

A primeira cooperativa brasileira a ser fundada formalmente foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889 (logo após o fim do escravismo) que tinha uma carta de princípios parecida com a dos pioneiros de Rochdale e criada como cooperativa de consumo.

No início do processo histórico da formação da classe trabalhadora industrial no Brasil (final do século XIX, início do século XX), a organização coletiva e autogestionária nos centros urbanos não foi uma alternativa que esteve prioritariamente na discussão dos

trabalhadores, ficando restrita a experiências pontuais, com forte influência de concepções anarco-sindicalistas de imigrantes europeus, em especial italianos e espanhóis (FARIA, 2005; PINHO 2004; SANCHEZ, 2012).

Assim, a classe trabalhadora brasileira consolidou-se priorizando as relações sociais entre patrão-empregado. Neste processo não coube a organização coletiva, a gestão democrática das organizações produtivas, a não ser em casos isolados e pontuais. A proteção social do assalariamento com a popular “carteira assinada”, com a garantia de direitos foi, e ainda é, hegemonicamente, a forma predominante nas relações de trabalho no país.

No início do século XX, as ligas e as mútuas operárias destacaram-se como organizações dos trabalhadores/as. Consistiam em associações operárias que organizavam a resistência dos/as trabalhadores/as e a busca de melhores condições de vida e trabalho, além de prover os associados com ajuda assistencial. As funções desempenhadas por ambas era parecida. Sua diferença era centrada na organização estrutural da associação, por estar vinculada a uma categoria ou ofício de trabalho ou ser aberta a várias profissões (FARIA, 2005).

Faria (2005) observa ainda que a tendência político-ideológica anarquista, predominante no movimento operário brasileiro naquele período, era crítica ao mutualismo e à associação cooperativa, pois considerava que esta organização desviava os/as trabalhadores/as da ação de resistência e do embate direto com o patronato. Assim, a estratégia adotada foi privilegiar a formação de sindicatos as associações sindicais.

A influência anarco-sindical durou do final do século XIX até a década de 1930. Neste período destaca-se o surgimento de cooperativas de produção agrícola e de crédito agrícola nas zonas rurais (PINHO, 2004).

Chiarello (2012, p. 32/33) observa que após a crise da economia cafeeira em 1929 o governo brasileiro incentivou a criação de cooperativas agrícolas para fomentar a policultura e diversificar a produção e assim abastecer o mercado interno que se expandia. Em seu estudo o autor ressalta que, mesmo com este incentivo, a organização cooperativa foi utilizada pelo estado para “viabilizar o novo padrão de acumulação de capital no setor primário” e não teve iniciativas de distribuição de terras ou desmonte estrutural do latifúndio brasileiro, fomentando essencialmente a geração de renda e a manutenção de uma harmonia social aparente.

Em 1932 acontece o primeiro marco legal sobre as sociedades cooperativas, por meio da promulgação do Decreto 22.239/1932, que tinha características embasadas no modelo da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale (PINHO, 2004). Entre os anos de 1932 a

1965 há uma consolidação de organizações cooperativas no país, o que se reflete parcialmente na legislação, já que durante este período o Brasil passou por três mudanças constitucionais e vários períodos alternando democracia e ditadura. Para Pinho (2004), os marcos legais do período “asseguraram a liberdade de associação, mas não cuidaram expressamente de cooperativismo” (PINHO, 2004, p. 27).

A partir de 1955 até o final dos anos 70, o cooperativismo experimenta um processo de ampla expansão e transformação, perdendo sua dinâmica de movimento e adquirindo traços essencialmente empresariais, articulado à lógica capitalista assumida pelo Estado Brasileiro para a inserção do país no sistema econômico mundial. (ICAZA, 2004, p. 23)

A Lei 5.764/1971 foi um marco na regulamentação das organizações cooperativistas. Promulgada no período da ditadura militar esta lei definiu a política nacional de cooperativismo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e estabeleceu outras providências. Esta lei é importante por estar em vigor até os dias de hoje e, entre outras coisas, cria o Conselho Nacional de Cooperativismo, responsável pela orientação geral da política cooperativista nacional, que funciona junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e institui a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), responsável pela representação do sistema cooperativista nacional (BRASIL, 1971).

A vinculação do Conselho Nacional de Cooperativismo ao INCRA evidencia o estímulo às cooperativas agrícolas. Mesmo as cooperativas autogestionárias não agrícolas ficaram submetidas a esta lei, vinculadas ao INCRA.

A existência da OCB como órgão de representação de organizações cooperativas significou a obrigatoriedade das cooperativas a se associarem para terem autorização legal para seu funcionamento.

A obrigatoriedade de filiação das cooperativas à OCB e a regulação legal esvaziaram a formação cooperativa a partir da demanda pela base social, acarretando a diminuição de cooperativas autorizadas a funcionar. A maior ingerência sobre o funcionamento das cooperativas se refletiu na centralização ainda maior dos créditos e incentivos nas mãos das grandes cooperativas, inibindo a formação de empreendimentos oriundos de movimentos dos trabalhadores e pequenos produtores. (CHIARELLO, 2012, p. 33).

Em 1988, com a nova Constituição brasileira, vários artigos da Lei 5.764/1971 foram anulados. A Constituição de 1988 garantiu a criação de associações e o fim da intervenção estatal nas organizações cooperativas e autogestionárias no país, conforme expresso no inciso XVIII do artigo 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. (BRASIL, 1988).

A discussão de trabalho associado, coletivo e autogestionário foi retomada nos anos 80 e, mais fortemente nos anos 90, com o maior envolvimento de atores sociais, tendo como protagonistas iniciais trabalhadores de empresas falidas, que tornaram-se empresas recuperadas, e organizações dos movimentos sociais.

Destaca-se também a organização produtiva do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que surgiu formalmente num ato político em 1984, fruto da organização de trabalhadores rurais sem terra desde o final da década de 70, que tinha como objetivos: “a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.” (MST, 2014).

No final dos anos 80 o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), para promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, constituindo-se, assim, como uma outra vertente da economia solidária (SINGER, 2002).

O cooperativismo adotado pelo MST consubstanciou-se pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs),

consideradas formas superiores de organização do trabalho e meio necessário para a coletivização e transição socialista. Essa concepção foi construída pelo Movimento e colocada aos assentamentos ligados a ele. A cooperativa (CPA) foi a principal forma que o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e organização da produção. (BORGES, 2009).

A conjuntura neste período apontava para uma revolução tecnológica mundial que proporcionou um aumento da eficiência e da capacidade produtiva, tendo como consequência o aumento dos índices de desemprego, subemprego e de ocupações laborais na informalidade. Este cenário fez com que organizações autogestionárias de trabalhadores e trabalhadoras, que no Brasil convencionou-se chamar de economia solidária, ressurgissem em vários países. Para Singer (2002) a economia solidária foi “reinventada”, com o surgimento de empreendimentos que têm nos seus princípios a valorização da democracia e da igualdade, a reafirmação da autogestão e o repúdio às relações de assalariamento.

Para Metello (2007) a organização dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários no Brasil deveu-se principalmente à sua exclusão do mercado de trabalho, fazendo com que houvesse uma união desses trabalhadores, desempregados ou em situação de trabalho precário, iniciando uma produção que, pela carência de recursos próprios e pela falta de acesso ao crédito, dá-se em pequena escala, com equipamentos de pequeno porte ou mesmo sem equipamentos. Tauille & Debaco (2002) observam que para esta parcela da população excluída da inserção produtiva, acostumada a ser alvo de uma tradicional política de assistência social, começa a ser vislumbrada na economia solidária e na autogestão uma forma de melhorar a sua qualidade de vida.

Sanchez (2012) vai além em sua análise e destaca que dois fatores foram preponderantes para a retomada da discussão de iniciativas autogestionárias e democráticas de organização econômica dos/as trabalhadores/as: a crise econômica e a redemocratização do país.

Foi nesse duplo processo, de uma intensa crise econômica que colocou os trabalhadores e seus movimentos diante de novos desafios, particularmente as mudanças no mundo produtivo e o desemprego, e por outro, todo um processo de mobilização e politização da sociedade brasileira, que re-surge as experiências de empreendimentos autogeridos, de participação associada e democrática de trabalhadores no processo de produção e que, enfim, se inicia um novo ciclo da economia solidária no Brasil. (SANCHEZ, 2012, p. 51).

O autor observa ainda, citando Sader<sup>1</sup>, que neste processo de redemocratização do Brasil três forças sociais tiveram uma participação fundamental na (re)organização da economia solidária, por meio de apoio e fomento a iniciativas de trabalhadores/as em experiências econômico-solidárias e autogestionárias:

- os sindicatos vinculados ao novo sindicalismo, que surge no final dos anos 70 do século XX, com uma atuação além das reivindicações de categorias, que tinham no bojo do seu programa a discussão de um modelo de sociedade democrática e igualitária. Internamente estes sindicatos primavam pela radicalidade na democracia nas decisões e pela desburocratização;
- setores progressistas da igreja católica, em especial os ligados à teologia da libertação, que com a crise e desemprego nos anos 70 e 80 do século XX passaram a ter iniciativas de organização de trabalhadores/as desempregados/as, fomentando assim iniciativas de organização

---

<sup>1</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Paz e Terra. 1988.

coletiva na produção e reprodução da vida dos excluídos do mercado de trabalho;

- organizações de esquerda, que repensavam suas estratégias de ação no momento de redemocratização do Brasil

Na mesma linha, Gaiger (2004) aponta como um dos fatores do ressurgimento do associativismo econômico no Brasil a redefinição do padrão de acumulação capitalista, que gerou uma crise do sistema de trabalho assalariado, com a massificação do desemprego e a consequente exclusão social. Outro fator apontado pelo autor é no plano político, com o fim do socialismo no leste europeu, que potencializou o fomento a novas experiências sociais, novas análises e formulações estratégicas. Assim foram os anos 80 e 90 do século XX.

O cenário que se desenha nos anos 90 do século XX é bastante difícil para os/as trabalhadores/as brasileiros/as com os altos índices de desemprego e recessão econômica. Esta conjuntura adversa, com uma grande massa excluída do mercado formal de trabalho, somada ao crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais na década anterior, favoreceu a ascensão da economia solidária como alternativa de sobrevivência para esses homens e mulheres.

Nesse mesmo período é importante destacar também o trabalho desenvolvido pelas universidades por meio de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que surgem em meados dos anos 90 com ações de organização de populações empobrecidas em trabalho coletivo, fornecendo apoio administrativo, jurídico e de formação, entre outros (SINGER, 2003a, GAIGER, 2004).

A organização de trabalhadores/as na economia solidária é fruto das contradições deste modelo de produção capitalista, que traz no seu âmago a inclusão e a exclusão produtiva, a garantia de direitos para uns e a marginalização do sistema para outros. Essa marginalização, com a formação de um exército de reserva de desempregados é necessária à sobrevivência do próprio capitalismo, pois serve como regulador das relações sociais produtivas. Assim, uma parte da população se vê obrigada a construir meios próprios para a produção e reprodução de suas vidas. É aqui que sistemas coletivos como a economia solidária ganham espaço e passam a ser alternativa para uma parcela de trabalhadores/as.

É neste contexto que, “mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre a economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passageiramente, condições de expansão da primeira.” (GAIGER, 2004, p. 8).

As iniciativas de economia solidária fortaleceram-se e a sua trajetória levou a uma discussão sobre a sua organização, a sua agenda e à sua identidade como movimento social.

O aumento do número de empreendimentos solidários autogestionários e a sua organização enquanto movimento social, com reivindicação de fomento público para os empreendimentos, fez com que a economia solidária começasse a ganhar destaque como uma política pública de geração de trabalho e renda, para além de iniciativas paliativas de assistência social, representando uma inovação nas políticas públicas de geração de trabalho e renda com a perspectiva de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Pereira (2013) a economia solidária trouxe para as políticas públicas ferramentas importantes para geração de trabalho e renda e cumpre dois papéis em suas ações:

um deles é a forma com que [a economia solidária] se coloca como uma alternativa à economia capitalista. Baseado no cooperativismo, na valorização do ser humano e suas habilidades, envolvendo valores transversais, em dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural, esse novo modelo representa um contraponto ao capitalismo, que é centrado no capital, no individualismo e na busca desenfreada pelo lucro.

O outro papel importante que a Economia Solidária assume é a inclusão produtiva, com geração de renda das pessoas que encontram dificuldades de se inserirem no mercado formal, por não se enquadrarem nos padrões definidos pelo sistema capitalista. (PEREIRA, 2013, p. 25/26).

O autor analisa que é necessário superar as fronteiras dos programas assistenciais de transferência de renda nas políticas públicas, e trabalhar formas que garantam a autonomia financeira para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A economia solidária permite que os/as participantes dos programas sociais deixem de ser vistos somente através de suas vulnerabilidades e passem a ser reconhecidos por suas potencialidades. A inclusão produtiva pela economia solidária pode ser um poderoso instrumento de transformação social. (PEREIRA, 2013, p. 26).

Assim, a economia solidária como política pública teve como um dos fatores preponderantes para a sua existência as reivindicações do movimento de economia solidária para que houvesse investimento de recursos na geração de trabalho e renda de empreendimentos autogestionários. Esta mobilização do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, organizados/as coletivamente, fez com que intelectuais e gestores públicos começassem a vislumbrar a potencialidade da economia solidária como política pública, garantindo paulatinamente espaços nas políticas governamentais, dando maior visibilidade

para as iniciativas autogestionárias e, conseqüentemente, fortalecendo a economia solidária como alternativa de geração de trabalho e rendas nas instâncias governamentais.

#### **2.4 Economia solidária: organização, princípios e autogestão**

O número cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras organizados/as de forma associativa e autogestionária suscitou também o debate teórico, a construção de conceitos, sobre a forma de gestão da economia solidária.

Para Laville e Gaiger (2009) o conceito de economia solidária é “amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Singer (2002) define a economia solidária como um

modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. (SINGER, 2002, p. 10).

No âmbito do poder público, a Secretaria Nacional de Economia Solidária caracteriza a economia solidária como uma

inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (BRASIL, 2014).

A organização de empreendimentos econômicos solidários no movimento social, na figura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, destaca que a economia solidária tem como princípios a autogestão, a cooperação e a solidariedade,

visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o

respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres. (FBES, 2010).

Estas três definições são expressão de diferentes âmbitos de atuação na economia solidária. Do ponto de vista teórico não há um consenso ou uma única definição para economia solidária. Entretanto, observa-se que, mesmo sob olhares de diferentes atores, alguns preceitos estão embutidos nas concepções desta atividade econômica: a solidariedade, a autogestão, relações de equidade, cooperação e organização coletiva do trabalho.

Também aumentou o estudo sobre a caracterização da forma de organização da produção destas organizações, sua caracterização, na figura dos empreendimentos econômicos solidários. Para a SENAES os EES são organizações com as seguintes características:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (BRASIL, 2014).

A consolidação destes empreendimentos tem reflexos também na criação de marcos legais. Encontra-se a definição de EES no artigo 2º, inciso II, do Decreto 7.358/2010, que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), como sendo “organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”. (BRASIL, 2010).

As práticas dos EES são orientadas por uma

nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida

dos trabalhadores e à satisfação dos objetivos culturais e ético-morais. (GAIGER, 2003b, p. 135).

A pesquisa sobre a economia solidária no Brasil, realizada pela UNITRABALHO de 1999 a 2003, caracterizou as propriedades dos empreendimentos econômico solidários considerando oito princípios, “que se espera ver internalizados na compreensão e na prática de experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.” (GAIGER, 2004, p.11).

Sobre a definição e caracterização da economia solidária, Gaiger (1999) faz um debate interessante que contribui para precisar, com o cuidado teórico necessário, a questão sobre a economia solidária ser um novo modo de produção. Dialogando com Singer (1999), Tiriba (1997), Nuñez (1997)<sup>2</sup> e demais autores que fazem esta afirmação, o autor argumenta que o surgimento de um novo modo de produção, em um determinado tempo histórico, refere-se à organização da vida social naquele tempo e espaço. Com efeito, Godelier<sup>3</sup>, citado por Gaiger (1999, p. 17), destaca que “um novo modo de produção é decorrência do avanço das forças produtivas e da constituição de um novo processo material que lhe corresponda e se incorpore, plenamente, por meio de novas relações entre os homens, no processo geral de apropriação da natureza”.

Assim, o surgimento de um novo modo de produção não é apenas uma mudança nas relações de trabalho. Teoricamente cabe aqui também precisar estas diferenças.

Para Faria (2005, p. 174)

as relações de trabalho dizem respeito às relações entre empregadores e trabalhadores no interior das unidades produtivas, às condições históricas de realização do processo de produção, envolvendo o quadro disciplinar, a regulamentação da jornada de trabalho e das condições de trabalho, a existência ou não de mecanismos de representação dos interesses dos trabalhadores ante a direção da empresa, etc. Estas condições são históricas na medida em que se modificam a partir da organização e da luta dos trabalhadores no interior de cada empresa, ramo de atividade, região ou país, isto é, do estágio e do desenvolvimento da luta de classes. Deste modo, as relações de trabalho podem ser mais ou menos autoritárias ou democráticas, mais ou menos regulamentadas ou precarizadas.

---

<sup>2</sup>NUÑEZ, O. Os caminhos da revolução e a economia solidária. **Revista Proposta**, n. 75, p. 48-58, 1997a. SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. (3ª ed.). São Paulo: Contexto, 1999.

TIRIBA, L. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico. **Contexto e Educação**, n. 46, p. 7-34, 1997.

<sup>3</sup> GODELIER, M. D. Un mode de production à l'autre: théorie de la transition. **Recherches Sociologiques**, v. 12, n. 2, p. 161-93, 1981.

O capitalismo caracteriza-se por um modo de produção no qual os meios de produção são privados e concentrados, assim como a produção e comercialização dos produtos, a produção do conhecimento e o controle da produção, restando aos/às trabalhadores/as a relação de assalariamento, ou seja, a venda da força de trabalho como mercadoria. Para Faria (2005, p. 175) “as relações sociais de produção são aquelas que determinam a natureza deste modo de produção como modo de exploração”.

Desta forma, conclui-se que as relações de trabalho podem sofrer alterações no seu cotidiano sem que isso signifique que haja modificações nas relações sociais de produção, e conseqüentemente aconteça constituição de um outro modo de produção. (FARIA, 2005).

Didaticamente Faria (2005, p. 175) sintetiza esta relação da seguinte forma:

[...] no processo de produção capitalista o processo de trabalho é organizado consoante determinadas relações sociais, sendo que nestas relações os trabalhadores perdem ininterruptamente o controle sobre o processo de trabalho e sobre o produto desse trabalho. São estas relações sociais de produção que fazem com que o modo de produção capitalista seja definido como um modo de exploração, cuja expressão teórica é a mais-valia. A exploração decorre de relações sociais contraditórias desenvolvidas num campo comum que é o processo de produção, e a fórmula da mais-valia é a definição dessa contradição, apresentada por João Bernardo<sup>4</sup> da seguinte maneira: “*o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção*”.

Gaiger (1999) argumenta que as empresas que adotam a autogestão desenvolvem internamente uma “forma social de produção” que pode conviver com tantas outras formas no mesmo modo de produção capitalista. A existência da autogestão nas organizações produtivas não garante, por si só, o surgimento de um novo modo de produção e a superação do modo de produção capitalista.

A perspectiva está em que esse novo arranjo do processo de trabalho e dos fatores produtivos, distinto da forma assalariada capitalista, venha a perdurar no atual ambiente econômico, sem perder as suas características. Quando se constata que a forma social solidária otimiza os fatores de rentabilidade que encontra na base técnica moderna e, além disso, renova o conteúdo material do processo de trabalho e passa a gerar novas forças produtivas, materiais e intelectuais, adaptadas às suas especificidades (as tecnologias alternativas e novos métodos gerenciais, por exemplo), essas chances crescem. As relações que então se estabelecem com o capital, desse ponto de vista, adquirem não o sentido de superação deste último, mas de criação de possibilidade para o crescimento e consolidação de um novo campo de práticas econômicas. (GAIGER, 1999, p. 17)

---

<sup>4</sup> BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 1991, p. 15.

Seguindo neste raciocínio o autor aponta alguns limites a serem superados pelos EES: ausência de redes de intercâmbio e comercialização solidária, pequenas margens de rentabilidade que levam os EESs a adotarem uma estratégia de diversificação de atividades sem a garantia de resultados; perda parcial de autonomia devido à intervenção de instituições de apoio; dificuldade em assimilar a base técnica da economia tradicional destituindo-a do conteúdo social capitalista, no que tange aos processos de trabalho (GAIGER, 1999, p. 17/18).

Também Verardo (2005) alerta para o fato de agentes externos tomarem decisões e deliberações no empreendimento, ferindo assim a autonomia e processo de construção da autogestão.

A caracterização feita por Gaiger (1999) aponta não para a superação do sistema capitalista pela economia solidária, mas para o fato de esta conseguir se firmar como alternativa econômica no mercado capitalista.

Complementando esta caracterização, Faria e Novaes (2012) observam que o capital tenta também incorporar a autogestão com discursos ligados à participação em espaços produtivos, como no empreendedorismo popular, nas cooperativas do modelo tradicional ligadas à OCB, nas micro e pequenas empresas capitalistas, em estratégias de arranjos produtivos que subordinam os pequenos produtores a uma ou várias grandes empresas, entre outros. É uma tentativa de reproduzir a heterogestão em vários âmbitos da sociedade, “enquanto mecanismo ideológico e prático para subordinar os interesses dos trabalhadores e das suas organizações no interior dos seus mecanismos de controle heterônomo, promovendo mudanças para deixar tudo como está.” (FARIA; NOVAES, 2012, p. 155).

Os autores consideram que a autogestão é a principal característica que define e delimita o campo da economia solidária distinguindo-a dessas formas participativas presentes no discurso de incorporação da autogestão pelo capital.

Muito embora o Gaiger (1999) faça essa reflexão sobre os EESs e a dificuldade de superação do modo de produção pela via da economia solidária, o autor admite que esta não é a visão mais reconhecida. Do ponto de vista conceitual,

o caráter inovador dos EES é reconhecido pela literatura. Embora seja um fenômeno de contornos ainda pouco definidos, a economia solidária representaria, segundo uma linha comum de entendimento, a emergência de um novo modo de produção, em suas formas seminais, frágeis e, no entanto, portadoras de uma nova realidade histórico-social (Tiriba, 1997b; Nuñez, 1997a; Singer, 1999)<sup>5</sup>. Seu devir apontaria

---

<sup>5</sup> NUÑEZ, O. Os caminhos da revolução e a economia solidária. **Revista Proposta**, n. 75, p. 48-58, 1997a. SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. (3ª ed.). São Paulo: Contexto, 1999.

para o fim da reprodução do trabalho como mercadoria, ou seja, para um horizonte de superação do próprio capitalismo. Desse ponto de vista, ela seria progressivamente antagônica e incompatível com o modo de produção hoje hegemônico. (GAIGER, 1999, p. 16)

Nesta mesma linha de pensamento, Haddad (2005) considera que a economia solidária é uma forma de emancipação dos/as trabalhadores/as e que o trabalho como mercadoria deve ser discutido com os/as próprios/as trabalhadores/as. Para o autor é possível produzir para o mercado, mas de forma não mercantil.

Trabalho não é emprego, você pode produzir de forma não mercantil, não sendo você uma mercadoria no processo de trabalho. O trabalhador, a força de trabalho, não precisa ser uma mercadoria que esteja disponível no mercado, e há formas de trabalho emancipadas, que não são emprego, que não são trabalho assalariado, que não são trabalho abstrato. E a economia solidaria vem dar esse testemunho. (HADADD, 2005, p. 26).

Para o autor existe na sociedade um paradoxo, na medida em que a superação do trabalho como mercadoria, do trabalho assalariado, demonstra ser a saída para a emancipação de homens e mulheres, mas, ao mesmo tempo, o trabalho assalariado é socialmente muito valorizado pelos/as trabalhadores/as. E destaca que a universidade tem a função de difundir conhecimento e socializar experiências no sentido desta superação. (HADDAD, 2005 p. 25/26).

O êxito dos empreendimentos econômicos e solidários passa pela sua capacidade de gestão de recursos, de materiais e de produção na busca de resultados econômicos satisfatórios. Gaiger (1999) argumenta que a cooperação existente nos EES funciona como um “vetor da racionalização econômica”, ou seja, o trabalho associado representa um potencial na eficiência e na racionalidade produtiva em favor do coletivo de trabalhadores/as. Este potencial pode ser um diferencial para obtenção de resultados positivos, se comparado a produtores autônomos individualizados ou a empresas convencionais semelhantes.

Singer (2002) também aponta a existência deste potencial de cooperação, especialmente em situações de resolução de problemas, já que em momentos de tensão ou de crise, a inteligência coletiva presente na cooperação produz resultados bastante positivos. Inteligência coletiva construída com uma base dialógica, comunicativa alicerçada nas reflexões de Freire e Habermas. Entretanto Singer (2002) alerta que a autogestão exige dos/as

---

TIRIBA, L. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico. *Contexto e Educação*, n. 46, p. 7-34, 1997.

trabalhadores/as um esforço adicional, pois, além das funções inerentes ao seu cargo ainda há a preocupação com os problemas gerais da organização. Este esforço adicional é colocado como um dos obstáculos à vivência da autogestão e um desafio a ser superado, na medida em que há um desinteresse por parte dos/as trabalhadores/as, que se recusam a este esforço adicional, essencial para a prática democrática no empreendimento, e preferem delegar à direção do empreendimento as decisões.

Haddad (2005) discorre sobre a importância para os/as trabalhadores e trabalhadoras de lutar, continuamente, por direitos e por acesso à coisa pública. Para o autor “imaginar que a Economia Solidária vai florescer espontaneamente é um equívoco” (HADDAD, 2005, p. 27) e estes/as trabalhadores/as têm que lutar para que os instrumentos do estado, os instrumentos públicos, estejam disponíveis também para os empreendimentos econômicos solidários, pois a classe dominante já faz esta disputa com as empresas tradicionais. Para isso é essencial que a economia solidária seja tomada pelos/as trabalhadores/as como um empreendimento político. Os/as trabalhadores/as têm que

lutar para empreender, porque o cooperativismo é um empreendimento, só que não é um empreendimento meramente econômico, não é um empreendimento que visa lucro, é um empreendimento que visa emancipação, que visa emancipar o indivíduo das atuais relações sociais. (HADDAD, 2005, p. 27)

Esta caracterização de Haddad é oportuna na medida em que aponta a necessidade de luta dos/as trabalhadores/as, porque a ela está também vinculado o nascimento do conceito de autogestão como é conhecido na atualidade.

O termo autogestão surge em 1968, na França, para descrever as relações sociais, políticas e econômicas do governo de Tito na Iugoslávia (NASCIMENTO, 2008; FARIA, 2005).

[...] o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDÉIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação. (NASCIMENTO, 2008, p. 28)

Para FARIA (2005), as lutas dos/as operários/as no início do século passado trouxeram a experiência das associações operárias, dando forma à autogestão.

Estas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, revelam um

processo de auto-organização tomado como meio e fim. A autogestão das lutas surge como condição para a autogestão da produção e da vida social. Por isso a pedagogia das lutas operárias contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para reagirem à exploração e ao próprio regime de salariedade. (FARIA, 2005, p. 191).

Sobre as associações operárias, Tragtenberg<sup>6</sup>, citado por Faria (2005), observa que o caráter de emancipação social estava presente nestas associações, que pretendiam a união da classe trabalhadora em detrimento à concorrência estabelecida pelo capital. As associações propunham a construção de uma existência social comum e o fim da divisão da classe em profissões ou categorias. As greves e outros processos de resistência contra o salariedade fizeram com que estas associações se tornassem uma forma permanente de luta destes/as trabalhadores/as. “A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir da criação e desenvolvimento das práticas associativas, informa o sentido das relações sociais novas, coletivas e igualitárias, que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas.” (FARIA, 2005, p. 191).

Em Bernardo<sup>7</sup>, citado por Faria (2005, p.185), as formas de organização dos/as trabalhadores/as adquirem um importante papel, na medida em que podem determinar “o critério de radicalidade das lutas empreendidas, e não as reivindicações imediatamente formuladas. Dito de outra maneira, no processo das lutas autônomas, ‘a sua forma torna-se o mais importante conteúdo.’”

O autor avança nesta discussão ressaltando que as formas de organização criadas pelos/as trabalhadores/as durante um período de lutas sociais, pautadas pela participação ativa de todos/as, sendo estas assembleias, comitês, conselhos, comissões ou outras, além das decisões participativas e coletivas, podem conter nas relações sociais estabelecidas diretrizes para um futuro modo de produção. Portanto não se trata apenas de uma discussão teórica ou de um projeto ideológico sobre um novo modo de produção. Trata-se efetivamente de relações sociais construídas na prática, com base na realidade, que trazem em seu bojo características de coletividade e equidade que se estabelecem entre os participantes e que são peculiares e específicas destes momentos de luta.

No Brasil, o termo autogestão surgiu associado ao cooperativismo, especialmente a partir das experiências de fábricas falidas e posteriormente recuperadas por trabalhadores/as, em meados dos anos 90. Assim como acontece com a economia solidária, a

<sup>6</sup> TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre socialismo**. São Paulo, SP: Moderna, 1986. (Coleção Polêmica). 11 p.

<sup>7</sup> BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 1991, 323 p.

autogestão é um conceito em construção. “A expressão economia solidária projetou-se incorporando o cooperativismo de resistência e a autogestão” (FARIA, 2005, p. 361).

Desta forma, ao se aprofundarem os estudos sobre o tema é possível encontrar várias definições na literatura. Para consecução deste estudo serão priorizadas as características multidimensionais do conceito da autogestão como princípio da economia solidária, ou seja, características mais voltadas à forma de gestão produtiva, internamente aos empreendimentos, dando-se um menor destaque ao conceito enquanto modelo de sociedade, de gestão e organização de estado como abordam alguns autores.

Neste sentido, Gaiger (1999) define a autogestão como um modelo que

compreende as organizações produtivas nas quais o poder último de decisão pertence exclusivamente aos trabalhadores, sendo repartido de modo igual entre todos, sem influência de suas qualificações ou dos aportes individuais em capital. Além disso, a renda líquida é igualmente compartilhada, segundo regras instituídas coletivamente.

Albuquerque (2003, p. 20) elabora uma definição mais ampla para autogestão, sendo esta um

conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais de horizontalidade.

Albuquerque (2003) observa ainda que a autogestão não acontece de forma linear em um coletivo, ela deve ser analisada de forma multidimensional, destacando-se quatro dimensões: social (todos os membros do coletivo devem perceber a autogestão como um processo com ações e resultados que contemplem a todos); econômica (o fator humano é privilegiado em detrimento ao capital nas relações sociais de produção); política (a tomada de decisão é resultado de uma construção coletiva e de poder compartilhado) e técnica (diz respeito a uma forma de organização do trabalho e de divisão do trabalho coletiva).

Para Faria (2005, p. 207)

a autogestão significa a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de associarem-se e desenvolverem neste processo formas coletivas de gestão das suas lutas. Experimentam transformar a fragmentação, o isolamento e o individualismo, em novas relações sociais fundadas na solidariedade e união de classe. Essas novas relações eliminam a separação entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho manual e intelectual. Quando as lutas deságuam na ocupação dos locais de trabalho, pode ter início a retomada da produção sob o controle e a gestão do processo de produção.

Em outro estudo, mais recente, Faria e Novaes (2012, p. 155) conceituam a autogestão como

o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral. Uma das características importantes da autogestão é a luta pela radicalização da democracia onde quer que se realize.

O papel das relações democráticas nos empreendimentos autogestionários também é um fator apontado por Costa (2010, p. 49) ao caracterizar a autogestão pela “democracia praticada pelos sócios-trabalhadores e pela sua autonomia organizacional e econômica. A primeira possui como atributos a igualdade e a participação. A segunda a suficiência técnica e a suficiência financeira.”

Para cada atributo Costa (2010, p. 48-51) elenca uma série de descritores indicativos de organização autogestionária, sendo estes:

- a) descritores de igualdade: identificação entre integrantes; objetivo comum; direitos iguais; deveres iguais;
- b) descritores de participação: confiança; comprometimento; pensamento coletivo; debates; acesso à informação;
- c) descritores de suficiência técnica: posse dos meios de produção; conhecimento sobre economia solidária; conhecimento sobre práticas de gestão; junção do trabalho manual e intelectual; rodízio de atividades;
- d) descritores de suficiência financeira: geração de renda; não dependência em relação aos fornecedores; não dependência em relação aos clientes; não dependência em relação aos órgãos apoiadores.

Para a Costa (2010, p. 38), diversos fatores “caracterizam autogestão, entre eles: a não distinção entre dirigentes e dirigidos; a autonomia em relação a agentes externos; a democracia participativa; a capacitação técnica.”

Verardo (2005) expressa uma visão alicerçada na prática de organização de grupos autogestionários, já que trabalhou na equipe técnica da ANTEAG por muitos anos, junto a trabalhadores/as de fábricas recuperadas. Para o autor

a autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos

trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as dimensões. A autogestão caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem. Em outras palavras, a autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso à informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal, etc. (VERARDO, 2005, p. 123).

A ANTEAG (1999) considera alguns parâmetros mínimos para que um projeto de empresas recuperadas de autogestão tenha sucesso, entre eles:

- democratização das tarefas e socialização do conhecimento;
- motivação dos trabalhadores/as, que devem acreditar no projeto e na importância da inteligência coletiva;
- rentabilidade com a geração de dividendos no médio e longo prazos, expressando na prática a viabilidade do projeto;
- integração da empresa a uma rede de negócios, composta por organizações autogestionárias, no intuito de transformar a inteligência coletiva no principal patrimônio destas empresas;
- parceria com o sindicato dos trabalhadores, desde que este apoie o projeto autogestionário;
- implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão. Este processo deve ter o envolvimento e a realização de todos/as da organização com incentivo e contribuição dos/as trabalhadores/as. A gestão deve ter transparência e democratização das informações.

Diante da discussão realizada nesta seção sobre a organização associada, solidária e autogestionária dos/as trabalhadores/as pode-se verificar o potencial emancipador que representam as experiências de economia solidária.

Experiências autogestionárias de economia solidária são passíveis de se desenvolverem no modo de produção capitalista e trazem, em germe, relações sociais cujos princípios são antagônicos a este modo de produção. Estas experiências são fruto das contradições do próprio capitalismo, de sua negação, e apresentam-se na atualidade não só como formas de geração de trabalho e renda, mas como movimento social, que contém entre suas diretrizes a emancipação dos/as trabalhadores/as e a transformação social, podendo extrapolar o âmbito dos espaços de produção e comercialização do mercado.

Como movimento social a economia solidária é um processo em construção. Neste sentido, pode tanto evoluir para uma forma hegemônica de organização dos/as

trabalhadores/as, quanto desaparecer ou, ainda, fazer parte de um processo de construção de outras relações sociais que estão presentes na sociedade contemporânea apenas em um estado de vir-a-ser. Dizendo em outras palavras, a construção da economia solidária é obra dos/as trabalhadores/as que a constroem, é um projeto em disputa com muitas conquistas, obstáculos e desafios a serem superados.

Nesta pesquisa esta perspectiva faz-se fundamental para a compreensão do processo de vivência e construção cotidiana dos empreendimentos de economia solidária. Na investigação será feito um processo dialógico utilizando-se da metodologia comunicativa crítica como ferramenta para a reflexão e construção de conhecimento com aos/às trabalhadores/as de economia solidária. Esta seção servirá como referencial para construção do diálogo e para a discussão sobre os dados produzidos neste diálogo desenvolvido na seção 4, e na construção do conhecimento dialógico, que implica a participação (interpretativa e epistemológica) das pessoas da pesquisa que vivenciam a prática da economia solidária.

## 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DA CIDADE DE SÃO CARLOS/SP

### 3.1 Economia solidária e política pública no Brasil

Esta seção versa sobre a política pública de economia solidária no Brasil, sua trajetória de fortalecimento e o caso de sua implantação no município de São Carlos/SP.

A organização de trabalhadores/as na economia solidária é fruto das contradições do modelo de produção capitalista, que traz no seu âmago a inclusão e a exclusão produtivas, a garantia de direitos para uns e a marginalização do sistema para outros. Essa marginalização, com a formação de um exército de reserva de desempregados, é inerente ao modo de produção capitalista e serve como regulador das relações sociais produtivas. Assim, uma parte da população se vê obrigada a construir meios próprios para a produção e reprodução de suas vidas. E é aqui que sistemas coletivos como a economia solidária ganham espaço e passam a ser alternativa para uma parcela de trabalhadores/as.

As iniciativas de economia solidária fortaleceram-se e a sua trajetória levou a uma discussão sobre a sua organização, a sua agenda e a sua identidade como movimento social. Icaza (2004), citando Delvetere<sup>8</sup>, afirma que

é possível perceber que a economia solidária atende a uma dinâmica de movimento social, visto que “formula concepções alternativas de sociedade, mobiliza seus membros para afirmar a importância dessas concepções e desenvolve uma estrutura organizacional básica. (ICAZA, 2004, p. 32).

É por meio do movimento social que a economia solidária chega mais fortemente às políticas públicas.

O processo da economia solidária como movimento teve um marco em 2001, na realização do I Fórum Social Mundial (FSM), ocasião em que foi formado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro). O GT Brasileiro era composto de diversas organizações que tinham no seu escopo práticas associativas no campo popular e solidário, dentre eles: “rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.” (FBES, 2012).

---

<sup>8</sup> DELVETERE, Patrick. **Économie sociale et développement**, Les cooperatives, mutualles et associations dans les pays en développement. Bruxelas: De Boeck &Larcier, 1998.

Fruto das ações desse grupo é que surge a proposta de um fórum de economia solidária com articulação nacional. No final do ano de 2002, após a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o GT-Brasileiro elaborou uma carta ao governo cujo título era “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que foi aprovada na I Plenária Brasileira de Economia Solidária e encaminhada ao governo recém eleito. No seu conteúdo destacava-se a apresentação de diretrizes gerais da economia solidária e ainda reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Logo no início de 2003, durante o II FSM em Porto Alegre foi realizada a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, na qual foi distribuído o livro “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” e ainda foi definida uma agenda de mobilização com a realização de debates e sensibilização pelas regiões do país.

Em junho de 2003 a reivindicação do movimento foi atendida e foi criada a SENAES pelo governo federal, além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Concomitantemente, também no mês de junho de 2003, foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que teve mobilização em 17 estados do Brasil e na qual foi definida a forma e a denominação do atual Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), consolidando a economia solidária como movimento social e desencadeando um processo de constituição de fóruns estaduais e regionais, com uma plataforma de lutas deliberada na III Plenária (FBES, 2012).

Logo em seguida, em agosto de 2003, foi criada a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (RGPPES), congregando gestores municipais, estaduais e federais de políticas públicas de economia solidária.

O propósito da Rede é ampliar cada vez mais a construção de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas. (RGPPES; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SENAES 2008, p. 19).

O FBES tem representação dos empreendimentos, da Rede de Gestores e ainda de entidades de fomento à economia solidária. Observa-se que o ano de 2003 foi um marco do ponto de vista organizativo da economia solidária como movimento social no Brasil, com a instituição de representações sociais de caráter nacional de vários segmentos.

Destaca-se ainda a criação da SENAES, que institucionalizou a política pública no governo federal, abrindo uma nova etapa na construção da economia solidária. No desenvolvimento da política pública, a SENAES definiu como público alvo

[...] aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da Economia Popular Solidária. A prioridade de acesso são para os cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política. Com a criação da SENAES, foi possível implantar um conjunto de ações que visam ao fomento e fortalecimento das iniciativas de ES, enquanto formas de organização do trabalho associado. (BRASIL, 2011, p. 15).

Em 2006, por iniciativa do MTE/SENAES, foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) que teve como tema “*A economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*”, com participação de empreendimentos solidários, poder público e sociedade civil (organizações, entidades de fomento, movimentos populares com ações em economia solidária).

No documento final da I CONAES, a economia solidária é colocada como “geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural, das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital” (BRASIL, 2006, p. 58).

Para a SENAES o ano de 2006 com a realização da I CONAES e com a instituição do Conselho Nacional de Economia Solidária foi aberto um novo período para as políticas públicas de economia solidária, “com a consolidação de um processo público e democrático de discussão das demandas da ES”. (BRASIL, 2011, p. 18).

Em 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária, com o tema “*o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão*”. A II CONAES reafirmou a economia solidária como uma estratégia coletiva para o desenvolvimento, reconheceu os avanços e acúmulos das políticas públicas nos âmbitos municipal, estaduais e federal e o avanço organizativo do movimento.

Apontou também os desafios a serem superados, como a limitação das políticas públicas existentes, que ficam aquém das necessidades dos empreendimentos; limitação de recursos financeiros e estrutura institucional para a execução dos programas de economia solidária, dificultando o fomento aos empreendimentos, além das dificuldades de apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária e ao crédito limitado e muitas vezes inexistente. (BRASIL, 2010, p. 10).

A política pública no âmbito federal representa um ápice de reconhecimento da organização da economia solidária como forma de organização da produção e do trabalho,

como modelo de desenvolvimento. Outro percurso também foi traçado neste setor, as políticas públicas municipais e estaduais.

As primeiras iniciativas de políticas públicas em economia solidária surgem em 1994 na prefeitura de Porto Alegre/RS; 1997 na prefeitura de Santo André/SP e 1999 no estado do Rio Grande do Sul. A partir dos anos 2000 houve um aumento expressivo de iniciativas de políticas públicas em economia solidária (SALOMÃO, 2010, p. 17).

Na implantação da política pública de economia solidária vale destacar a formulação feita pela RGPES, no ano de 2004, que estabelece como objetivos desta política:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção e ampliação das oportunidades e a melhorias das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar diferentes formas organizativas da economia [...] solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia [...] solidária;
- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da economia [...] solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia [...] solidária no e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia [...] solidária. (SCHWENGBER, 2006, p. 294).

Na prefeitura municipal de São Carlos/SP, a economia solidária passou figurar como uma política pública a partir do ano de 2001, inicialmente com pequenos grupos em atividades para as quais não era necessário um grande aporte financeiro, tendo a força de trabalho como a principal característica dos/as trabalhadores/as, dado que não havia aporte e capital para iniciar novos empreendimentos. Antes disso, desde 1999, havia a iniciativa por meio da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em fomentar grupos solidários no município.

A seguir apresenta-se uma breve caracterização socioeconômica do município de São Carlos, para embasar a discussão da política pública de economia solidária.

### 3.2 Caracterização socioeconômica do município de São Carlos

Localizado na região central do Estado de São Paulo, o município de São Carlos compõe a Região Administrativa de São Carlos, ocupando uma área de 1.132 Km<sup>2</sup>, delimitada pelas sub-bacias do Tietê-Jacaré e parte da sub-bacia do Mogi-Guaçu. Uma pequena área do município encontra-se em Área de Preservação Ambiental – APA do Corumbataí. A área em referência é caracterizada por matas naturais e mananciais, ocupadas por algumas propriedades rurais sem impacto ambiental. A cidade localiza-se em uma região de relevo que varia de 520 a 1.000 metros, com média de 856 metros. Está localizada à borda de uma cuesta basáltica, em uma altitude que lhe propicia um clima temperado, diferenciado em relação a demais cidades da região (SÃO CARLOS, 2010b).

Em 2010, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) o município possuía uma população residente estimada de 230.410 e um crescimento populacional de 2,4% ao ano. Com uma densidade demográfica de 193 habitantes por km<sup>2</sup>, são mais de 60.000 domicílios no município e uma taxa de urbanização na ordem de 95% (SÃO CARLOS, 2010b).

São Carlos é considerado o 15º município em qualidade vida no país, conforme pesquisa da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, publicado em 2009.

A cidade é conhecida como a Capital da Tecnologia devido à existência de importantes universidades públicas (USP e UFSCar), além de outras instituições privadas de ensino; centros de pesquisa (duas sedes da EMBRAPA); duas incubadoras de empresas (Fundação Parque de Alta Tecnologia (Parqtec), e o Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes (CEDIN)); e um pólo industrial de alta tecnologia. Um ponto importante a ser destacado é que São Carlos está entre os municípios do estado de São Paulo que participam do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, abrigando dois Parques – Eco Tecnológico do Grupo Encalso Damha e o Science Park (Fundação ParqueTec) (SÃO CARLOS, 2010a).

#### 3.2.1 Vocação econômica do município

São Carlos apresenta um elevado grau de diversidade em sua economia e com rela o   atividade industrial o município abriga empresas de diferentes portes e perfis tecnológicos.

Ressalta-se que, além de centenas de indústrias, novas cadeias produtivas começam a marcar presença na cidade. No setor aeronáutico, cita-se a vinda da Embraer para

Gavião Peixoto (distante 70 km de São Carlos) e a TAM, que mantém em São Carlos um Centro de Manutenção Tecnológica, além do Museu Asas de Um Sonho.

O quadro 1, apresenta os tipos e números de empreendimentos do município.

Quadro 1: Tipos e número de empreendimentos no município de São Carlos em 2011

<b>São Carlos – tipos e número de empreendimentos/2011</b>				
<b>Indústria</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Prestadores de serviços</b>	<b>Total</b>
1222	293	5.690	6.004	13.209

Fonte: CAGED, 2013.

Com base nos dados do CAGED, em relação ao número de empregos formais, segue abaixo dados de 31 de dezembro de 2011 (Quadro 2).

Quadro 2: Número de empregos formais no município de São Carlos em 31 de dezembro de 2011.

<b>Setores IBGE</b>			
<b>Indicadores – IBGE Setor</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Extrativa Mineral	111	18	129
Indústria de Transformação	14.687	5.748	20.435
Serviços Industriais de Utilidade Pública	613	135	748
Construção Civil	2.735	192	2.927
Comércio	7.757	6.985	14.742
Serviços	14.857	12.541	27.398
Administração Pública	1.587	2.971	4.558
Agropecuária	2.094	883	2.977
<b>Total</b>	<b>44.441</b>	<b>29.473</b>	<b>73.914</b>
<b>Faixas Etárias</b>			
<b>Faixa Etária</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
1 - 10 a 14 anos	15	5	20
2 - 15 a 17 anos	712	456	1.168
3 - 18 a 24 anos	7.447	5.240	12.687
4 - 25 a 29 anos	7.032	5.372	12.404
5 - 30 a 39 anos	12.748	9.025	21.773
6 - 40 a 49 anos	9.230	6.033	15.263
7 - 50 a 64 anos	6.633	3.193	9.826
8 - Acima de 65 anos	624	149	773

Fonte: CAGED, 2013.

Com relação à transferência de conhecimentos científicos para o setor produtivo destaca-se a ligação das universidades com as empresas locais, visto que há no município duas incubadoras de empresas e muitas delas surgiram ou estão ligadas a pesquisas desenvolvidas nas universidades.

Quanto ao setor terciário – serviços e comércio – este absorve um amplo contingente de trabalhadores e é o setor de maior crescimento nos últimos anos. O setor é fortemente alavancado pelo dinamismo do setor industrial e pelas universidades públicas, centros de pesquisas e pelas faculdades instaladas. Este complexo educacional credencia o município como um líder de um novo polo de atração e desenvolvimento tecnológico.

No setor agropecuário, o município dispõe de duas unidades da EMBRAPA (Fazenda Canchim e Instrumentação Agropecuária de São Carlos), que tem como missão gerar, adaptar e difundir tecnologias apropriadas para a região.

Nos últimos oito anos São Carlos sempre figurou entre as 100 melhores cidades do país para seguir carreira – em 2009 ficou na 43ª posição, das 127 pesquisadas no estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado para a revista que faz avaliação com base nos indicadores educação, vigor econômico e saúde (PENNA, 2009) e em 2010 ficou na 46ª posição (SÃO CARLOS, 2010d).

São Carlos figura entre as 20 cidades mais desenvolvidas do Estado de São Paulo e a 65ª do país (segundo a ONU) contando, portanto com um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do país – 0,841 (PNUD, segundo dados do censo IBGE de 2000) (SÃO CARLOS, 2010b).

Embora os dados representem um panorama favorável economicamente, a cidade de São Carlos não foge à regra nacional de má distribuição de renda. Assim faz parte da sua realidade bolsões populacionais em situação de vulnerabilidade social. Segundo a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, com base no número de cadastros efetuados com vistas a participar de programas de transferência de renda, cerca de 7.000 (sete mil) famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico). Mais de 5500 famílias eram assistidas por um destes programas até o ano de 2009 (SÃO CARLOS, 2009a), o que se manteve constante até 2012, segundo informações fornecidas pela secretaria.

A geração de trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária é uma alternativa de reinserção destes trabalhadores e trabalhadoras desempregados, excluídos ou em situação de subemprego no mercado, com vistas à sua emancipação econômica em relação aos programas de transferência de renda e na busca da melhoria da qualidade de vida destes cidadãos e cidadãs. O desenvolvimento desta política pública é tratado a seguir.

### 3.3 A política pública de economia solidária em São Carlos

Este tópico tem por objetivo traçar um panorama da implementação da política pública de economia solidária no município de São Carlos como forma de subsidiar a produção de conhecimento sobre o tema e de orientar a construção dos diálogos a serem estabelecidos com os/as empreendedores/as que participam do programa e farão parte do diálogo sobre autogestão.

Cabe aqui uma breve discussão sobre a conceituação da política pública. Não existe um consenso sobre a definição de política pública. Os estudos da política pública como área de conhecimento tiveram início nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), por meio de investigações sobre as ações de governos. Diferentemente da Europa, onde estes estudos eram muito mais ligados a pesquisas que versavam sobre o papel do Estado e as funções do governo dentro deste modelo de Estado, nos EUA, os estudos foram muito mais empíricos sobre as ações dos governos, sem discutir qual o papel do Estado (SOUZA, 2006).

O termo política pública surgiu em meados dos anos 30 do século XX, quando Laswell (1936)<sup>9</sup> utilizou a expressão *policy analysis* (análise da política pública) “como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos e governo” (SOUZA, 2006, p.23).

Ao longo do tempo, este conceito foi tendo diferentes abordagens, constituindo-se em um campo multidisciplinar de estudo. Ham e Hill<sup>10</sup>, citados por Dagnino (2014), observam que na década de 1960 começa a haver uma maior preocupação com as políticas públicas, principalmente devido a duas vertentes de interesse:

- as dificuldades porque passavam os formuladores de política frente a complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, fato que os levou paulatinamente a buscar ajuda para a construção de alternativas e propostas para soluções;
- a atenção de pesquisadores acadêmicos em ciências sociais (ciência política, economia, sociologia) que, progressivamente, passaram a trabalhar com questões relacionadas às políticas públicas e procuraram construir e aplicar conhecimentos à resolução de problemas concretos do setor público. (DAGNINO, 2014, p.56).

Em seu estudo, Souza (2006) busca construir um arcabouço de definições para o conceito de políticas públicas, por meio do levantamento bibliográfico, ressaltando que não

<sup>9</sup> LASSWELL, Harold Dwight. **Politics: who gets what, when, how.** Cleveland, Meridian Books. 1936.

<sup>10</sup> HAM, C; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state.** Londres, 1993.

existe, como já explicitado, uma única definição e, muito menos, uma melhor definição sobre políticas públicas. As definições variam de acordo com as repercussões na economia e na sociedade, de acordo com as mudanças nas correlações de força sociais, o embate em torno das ideias e interesses presentes na sociedade. A autora assim sintetiza algumas definições sobre política pública:

Mead (1995)<sup>11</sup> a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980)<sup>12</sup>, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986)<sup>13</sup> segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984)<sup>14</sup> sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell<sup>15</sup>, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p.24)

Os elementos principais relativos às definições e modelos sobre políticas públicas são sintetizados por Souza (2006), como sendo:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p.36)

Muito embora o conceito de políticas públicas encontre-se num processo de constante transformação, o local de desenvolvimento destas políticas é o mesmo, o governo, independentemente da definição adotada. O governo configura-se, portanto, como o *locus* da investigação sobre políticas públicas, espaço em que haverá os embates, as disputas ideológicas e as disputa de interesses dos setores sociais. É no âmbito do governo onde as ações são planejadas, executadas e avaliadas. (SOUZA, 2006, p.25).

<sup>11</sup> MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limit. **Policy currents**, february: 1-4. 1995.

<sup>12</sup> LYNN, L. E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

<sup>13</sup> PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

<sup>14</sup> DYE, Thomas D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

<sup>15</sup> LASSWELL, Harold Dwight. **Politics**: who gets what, when, how. Cleveland, Meridian Books. 1936.

Neste sentido, a produção acadêmica sobre o tema políticas públicas, tem entre outras, a função de sistematizar experiências dos governos.

As experiências da política pública de economia solidária em São Carlos já foram relatadas em estudos acadêmicos<sup>16</sup>. Entretanto, na pesquisa bibliográfica, não foi possível identificar uma que aprofundasse as questões mais programáticas da implementação da política pública, o que é feito a seguir, por acreditar-se que estes elementos contribuirão para o desenvolvimento posterior desta investigação.

O surgimento da economia solidária em São Carlos não fugiu à regra de muitos outros lugares, aconteceu por meio de um processo fomentado por uma incubadora universitária.

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) teve sua origem num programa de extensão universitária da Universidade Federal de São Carlos no ano de 1999. Tinha como objetivo atuar junto à população em situação de vulnerabilidade social excluídos/as do mercado de trabalho, estimulando a geração de trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária (GALLO, 2004; CAPACLE, 2010). Desde 2012 a Incoop passou a se chamar Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol)<sup>17</sup> e é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão vinculada diretamente à reitoria da UFSCar. Neste sentido é composta por professores, alunos e funcionários da Universidade Federal de São Carlos.

Ao longo do tempo a incubadora foi se configurando “como uma instância de atuação multidisciplinar, voltada à produção de conhecimento simultaneamente à intervenção” (NUMI-ECOSOL, 2014a). Concebe a incubação como um processo de

acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de grupos de pessoas que estejam se organizando para constituir ou se consolidar como um empreendimento coletivo e autogestionário, em qualquer atividade econômica, na perspectiva de criação e consolidação de cadeias produtivas. (NUMI-ECOSOL, 2014).

A primeira intervenção da economia solidária em São Carlos foi no bairro Jardim Gonzaga. Na ocasião o Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar tinha realizado uma pesquisa intitulada “*Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar*”, que tinha como indicadores cinco variáveis: renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde. Essa pesquisa indicou que o bairro Jardim Gonzaga era um “*bolsão de pobreza*”, figurando como

<sup>16</sup> Para um histórico mais detalhado da política pública consultar Capacle (2010).

<sup>17</sup> Para saber mais acesse: <http://www.incoop.ufscar.br>.

um dos mais carentes do município (GALLO, 2004). Essa pesquisa foi uma das motivações para o desenvolvimento das ações de economia solidária no bairro.

O processo de incubação feito pela INCOOP aconteceu com empreendimentos em São Carlos e na região. Destaca-se o projeto desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) que previa capacitação para autogestão em várias cidades, promovendo capacitação junto a trabalhadores/as desempregados/as, mas que foi interrompido por falta de recursos (GALLO, 2004; PIRES, 2010).

Entre os anos de 2007 e 2011 a INCOOP focou sua atuação na execução de um projeto de desenvolvimento territorial, atuando no bairro Jardim Gonzaga na cidade de São Carlos e no Assentamento Rural Pirituba II na cidade de Itapeva/SP, na perspectiva de promover o desenvolvimento nestes locais. Neste processo passou a “assessorar grupos para constituírem, além de empreendimentos econômicos, outras iniciativas de economia solidária, como feiras de trocas, cadeias produtivas e redes de comercialização.” (NUMI-ECOSOL, 2014a). Também passou a considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como as políticas municipais e outros atores sociais presentes nos territórios.

O programa de extensão universitária da INCOOP evoluiu para o núcleo de ensino, pesquisa e extensão, as ações de intervenção foram agrupadas em linhas de ação, sendo estas: educação, saúde e cidadania; movimento de economia solidária; relações de comercialização e consumo; economia solidária e desenvolvimento territorial; ensino, pesquisa e extensão em finanças solidárias; fomento à constituição de novos empreendimentos e iniciativas de economia solidária; formação em economia solidária; inserção laboral de pessoas em desvantagem social por meio da economia solidária; redes de empreendimentos econômicos solidários; desenvolvimento de ações de consultoria em economia solidária do NuMI-EcoSol; relação e articulação de parcerias (NUMI-ECOSOL, 2014b).

Até o ano de 2001 a economia solidária como política pública só foi tratada no âmbito da INCOOP/UFSCar, tendo sido esta a pioneira no desenvolvimento desta política no município de São Carlos.

A partir deste ano, com a posse do prefeito Newton Lima Neto, eleito com um governo com programa democrático-popular numa coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a economia solidária passou a fazer parte também da administração municipal, que estabeleceu os seguintes eixos de desenvolvimento:

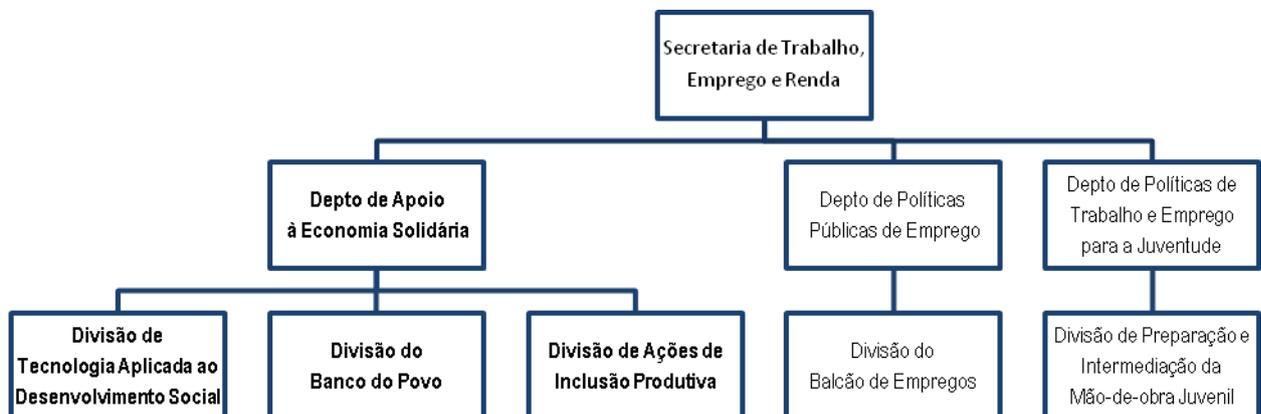
o desenvolvimento econômico local, com geração de trabalho e renda; o desenvolvimento urbano e ambiental sustentável, com a inclusão social; o fortalecimento de um Estado Republicano e Democrático, por meio de políticas públicas com controle social e a modernização administrativa do município. (SÃO CARLOS, 2009e).

Antes disso a administração pública do município tinha apenas iniciativas voltadas à intermediação de mão-de-obra no mercado de trabalho, com características de emprego e inexistiam políticas com caráter associativista e coletivo.

A política de economia solidária em São Carlos foi executada inicialmente na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. No ano de 2002 foi criada a Seção de Fomento à Economia Solidária nesta secretaria. Por meio da Lei Municipal 13.486 de 16 de dezembro de 2004 foi criado o Departamento de Apoio à Economia Solidária na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda que também surgiu com esta lei, no qual a política pública passou a ser executada (CAPACLE, 2010).

A criação de um departamento consolidou a economia solidária como política pública no município, aumentando a sua estrutura administrativa e permitindo uma ampliação desta política. A figura 1 ilustra o organograma administrativo da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

Figura 1: Organograma da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda



Fonte: SÃO CARLOS, 2010c.

Quanto ao quadro funcional em dezembro de 2012 o departamento contava com 15 profissionais: 1 diretor de departamento, 3 chefes de divisões, 3 orientadores técnicos de programas (empreendedorismo), 2 auxiliares administrativos, 1 almoxarife, 2 agentes de crédito do Banco do Povo, 1 profissional de limpeza terceirizada, 2 aprendizes.

Na estruturação da política pública de economia solidária, o fomento às atividades produtivas de geração de trabalho e renda é formado por um tripé de ações

contemplando: atividades de voltadas à qualificação profissional, incentivos às iniciativas de empreendimentos associativos e a oferta de linhas de crédito populares acessíveis.

A implementação e a condução da estratégia de desenvolvimento social adotada pelo Departamento de Apoio à Economia Solidária passa por relações transversais de articulação com diferentes secretarias municipais e parcerias com a sociedade e visa conduzir à geração de políticas sociais e do trabalho capazes de resultar em condições de rompimento com o ciclo estrutural da pobreza e da desigualdade de renda ainda presentes no município.

A política pública de economia solidária tem sido uma das alternativas de enfrentamento da situação de exclusão social vigente no município de São Carlos. O objetivo é reduzir o isolamento e a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as desempregados/as, autônomos/as e micro e pequenos/as empreendedores/as, através do estímulo à cooperação, buscando um desempenho diferenciado em comparação a uma atuação isolada destes/as trabalhadores/as no mercado de trabalho, aumentando sua probabilidade de êxito.

No movimento de economia solidária os três segmentos: gestores públicos, empreendimentos e entidades de fomento, participam do Fórum Municipal de Economia Solidária de São Carlos (FMES), que é uma instância aberta, na qual se discutem as ações do movimento na cidade. Além disso, os segmentos também participam de organizações mais amplas. Em relação aos gestores, o município passou a integrar a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária no ano de 2003. O NuMI-EcoSol articula-se na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP) e os empreendimentos organizam-se no Fórum Paulista de Economia Solidária (FPES) e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Do ano de 2001 a 2009 foram realizados encontros periódicos para discussão da política pública de economia solidária, com ampla participação dos segmentos. No ano de 2012 foi realizada a I Conferência Municipal de Economia Solidária. O resumo destas atividades está apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Encontros Municipais e Conferência Municipal de Economia Solidária de São Carlos

<b>Ano</b>	<b>Atividade</b>	<b>Discussão</b>
2004	I Encontro Municipal de Economia Solidária	As questões discutidas no I Encontro versaram sobre a economia solidária no Brasil, agentes de fomento e parceiros públicos e privados e sobre o fomento da Economia Solidária em São Carlos.
2005	II Encontro Municipal de Economia Solidária	O II Encontro teve como objetivos: aumentar a compreensão sobre economia solidária dos empreendimentos, fortalecer as relações entre os atores da economia solidária e lançar o Fórum de Economia Solidária de São Carlos.

<b>Ano</b>	<b>Atividade</b>	<b>Discussão</b>
2006	III Encontro Municipal de Economia Solidária	Teve como objetivos socializar e definir prioridades das deliberações da I CONAES (realizada no mesmo ano); propor estratégias e prioridades para as políticas públicas de economia solidária desenvolvidas no município e a elaboração de um plano de ação para a implantação de um Centro Público de Economia Solidária.
2009	IV Encontro Municipal de Economia Solidária	O IV Encontro teve como tema “ <i>Marco Legal e a Organização Social e Política da Economia Solidária</i> ”. Neste Encontro foi discutida e aprovada uma proposta de Projeto de Lei Municipal, para regulamentação da política de Economia Solidária na cidade de São Carlos.
2012	I Conferência Municipal de Economia Solidária	A I Conferência Municipal de Economia Solidária teve como tema “ <i>Participação e Controle Social: eleição do Conselho Municipal de Economia Solidária</i> ”. A I Conferência realizou um debate intitulado “A participação da sociedade civil nos órgãos de controle da administração pública” e realizou a eleição dos membros da sociedade civil para a composição da primeira gestão do Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL).
2014	II Conferência Municipal de Economia Solidária	A II Conferência Municipal de Economia Solidária teve como tema “ <i>Construindo um Plano Municipal de Economia Solidária para promover os direitos de produzir e viver de forma associativa e sustentável</i> ”. A II Conferência debateu diretrizes do plano municipal de economia solidária em quatro eixos temáticos: a) produção, comercialização e consumo sustentável; b) financiamento: crédito e finanças solidárias; c) conhecimentos: educação, formação e assessoramento e d) ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas. Realizou também a eleição dos membros da sociedade civil para a composição da segunda gestão do Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL).

Fonte: Dados extraídos de arquivos eletrônicos dos eventos, disponíveis no Departamento de Apoio à Economia Solidária.

Além da organização de eventos para discussão da política pública local, todos os eventos em âmbito estadual e nacional de economia solidária tiveram algum tipo de participação de São Carlos, com destaque para I e II CONAES, nas quais o município teve representação na delegação do estado de São Paulo.

É uma diretriz da política pública fortalecer a organização do movimento de economia solidária. A participação dos segmentos nesta discussão é essencial para a construção da economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento, que proporcione uma distribuição mais justa e equitativa da renda e estimule relações sociais de produção, comercialização e de consumo de produtos e serviços, baseados na cooperação, na solidariedade, na satisfação e na valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

### 3.3.1 O Programa de Fomento à Economia Solidária

O Programa de Fomento à Economia Solidária é executado pelo DAES e foi desenvolvido ao longo dos anos com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de iniciativas na geração de trabalho e renda visando a criação de empreendimentos populares e solidários.

Seu objetivo é atender aos cidadãos e aos grupos, com prioridade para aqueles que vivam em situação de vulnerabilidade social que habitem em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano, que desejem se organizar em empreendimentos populares e solidários e/ou consolidar aqueles já constituídos, que sejam residentes e domiciliados ou sediados no município de São Carlos. É um programa de apoio e fomento para geração de ocupação e renda, assessorando e apoiando na organização de empreendimentos coletivos (associativos, cooperativas e comunitários) e familiares/individuais. (SÃO CARLOS, 2009b).

Neste contexto, está posto ao Programa de Fomento à Economia Solidária o desafio de fomentar e fortalecer a cultura e as estratégias da economia solidária, vendo nesta uma nova forma de organização, produção e relacionamento social, com forte conteúdo emancipatório nas dimensões social, cultural, política e econômica.

Dentro desta estratégia de construção a parceria com a sociedade civil e universidades é condição essencial para a sustentabilidade de mais longo prazo das ações que se propõe a realizar, assim como para as reflexões sobre uma nova gestão de políticas públicas de cunho social.

No escopo do programa estão atividades de formação em autogestão e específica da atividade a ser desenvolvida, capacitação em gestão de empreendimento e acompanhamento do grupo após o início de suas atividades. O programa objetiva criar melhores condições para que os grupos busquem alternativas para geração de trabalho e renda de uma maneira solidária e participativa, desta forma considera também as necessidades específicas demandadas pelos empreendimentos, tendo o seu atendimento como uma prioridade.

Como ação complementar para a promoção do programa são realizados cursos de autogestão para multiplicadores. Os cursos são destinados a lideranças comunitárias e gestores públicos municipais que atuam com desenvolvimento social nas comunidades e buscam ampliar a capacidade de atender demandas existentes na área da formação e assessoria, além de construir relações transversais de parceria para a execução da política pública.

O Programa de Fomento à Economia Solidária foi instituído formalmente pela Lei Municipal 15.196 de 26 de fevereiro de 2010 (cópia no anexo A). O processo de elaboração da lei durou aproximadamente dois anos, com ampla participação de representantes dos segmentos que compõem o movimento de economia solidária – gestores, entidades de fomento e empreendimentos – em várias reuniões, plenárias e grupos de trabalho. No IV Encontro de Economia Solidária realizado em maio de 2009 a proposta foi debatida e deliberada e enfim encaminhada para o processo burocrático de aprovação no executivo e legislativo, que só foi finalizado no início de 2010.

No texto da lei o objetivo do programa é a implantação da política pública de economia solidária no município. No artigo 6º são definidos os princípios da política municipal de economia solidária, como sendo:

- I** - a valorização do ser humano;
- II** - o bem-estar e a justiça social;
- III** - o direito do trabalho decente;
- IV** - o primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores;
- V** - a valorização da autogestão, da cooperação e da solidariedade;
- VI** - a instituição de relações igualitárias entre homens e mulheres;
- VII** - o tratamento igualitário a todas as pessoas, sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo, idade, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação;
- VIII** - o desenvolvimento local integrado e sustentável com a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. (SÃO CARLOS, 2010).

Além dos princípios, consta na lei no artigo 7º os objetivos da política pública municipal de economia solidária:

- Art. 7º** - São objetivos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:
- I** - contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município;
  - II** - contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e renda, como indicação essencial para a inclusão e mobilidade sociais para elevação da autoestima e melhoria de qualidade de vida;
  - III** - fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócios-produtivos coletivos e autogestionários, bem como a sua consolidação, incorporando conhecimento e estimulando o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos;
  - IV** - incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária, organizados em cooperativas, ou sob outras formas associativas compatíveis com os critérios fixados nesta Lei;
  - V** - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelos integrantes de iniciativas no campo da Economia Solidária;
  - VI** - fomentar a criação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Empreendimentos de Economia Solidária e de grupos sociais produtivos, assim como fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação entre os mesmos e os demais atores econômicos e sociais do território onde estão inseridos, bem como em âmbito local, regional e nacional;

**VII** - promover a intersetorialidade e a integração de ações do Poder Público que possam contribuir para a difusão dos princípios e implementação dos objetivos estabelecidos nesta Lei;

**VIII** - criar e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem sua implementação;

**IX** - estimular a produção intelectual sobre o tema, bem como de material didático de apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária;

**X** - oferecer formação autogestionária e capacitação técnica aos trabalhadores dos Empreendimentos de Economia Solidária, bem como estimular a elevação do grau de escolaridade;

**XI** - criar e consolidar uma cultura empreendedora baseada nos valores da Economia Solidária;

**XII** - orientar e apoiar a organização e o registro dos Empreendimentos de Economia Solidária, constituindo banco de dados atualizado contendo o cadastro dos empreendimentos que cumpram os requisitos desta Lei;

**XIII** - promover a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;

**XIV** - criar oportunidades e espaços permanentes de intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e relações entre as iniciativas de Economia Solidária e os demais setores da sociedade;

**XV** - estimular a inclusão do tema Economia Solidária na rede municipal de ensino, visando ao fortalecimento da cultura do empreendimento autogestionário como forma de organização da produção, do consumo e do trabalho;

**XVI** - promover cursos de formação em Economia Solidária para gestores públicos e interessados. (SÃO CARLOS, 2010).

Assim, a política pública de economia solidária visa o rompimento com situações de pobreza e a promoção da autogestão econômica dos empreendimentos de várias formas. Faz parte do processo de construção autogestionária fomentar a constituição de fóruns próprios dos/as empreendedores/as populares e dos grupos de economia popular e solidária que surgirem do processo de formação e capacitação, ou que se aproximarem da política pública, para que possam debater, intercambiar e articular formas de organização emancipadoras, autônomas e com capilaridade cada vez mais abrangentes no município.

Para implementação da política pública há uma equipe responsável pela coordenação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

Em SÃO CARLOS (2009b) é definida a operacionalização desse programa, constituída por 3 (três) frentes de ação:

- a) **promoção da inclusão produtiva:** apoiar investimentos econômicos e sociais junto aos grupos em situação de vulnerabilidade social, subsidiando financeira e tecnicamente iniciativas que possam garantir o fortalecimento de políticas emancipatórias sustentáveis para promoção da inclusão produtiva da população, sendo necessário atuar em sintonia com a política nacional de economia solidária desenvolvida pela SENAES, envolvendo as ações pertinentes à proteção social básica e especial da Secretaria de Cidadania e

Assistência Social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os beneficiários neste caso são prioritariamente os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- b) **disponibilizar tecnologias sociais:** tecnologias sociais compreendem produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Os principais pré-requisitos para a criação de tecnologias sociais são: capital intelectual, ou seja, o conhecimento e informações sobre o problema a ser abordado; capacidade de realização; visão estratégica do problema, pensar o problema de maneira global; replicabilidade, ou seja, a possibilidade de emprego em grande número de situações semelhantes e disponibilidade de recursos. Fomentar a elaboração de tecnologias sociais, sistematizar e disponibilizar para coletivos autogestionários é fundamental para o sucesso econômico destes empreendimentos, dado que na grande maioria deles a força de trabalho é o único recurso disponível;
- c) **disponibilizar microcrédito popular:** não há uma alternativa democrática do sistema financeiro específica para os empreendimentos funcionando na política pública de economia solidária, que adeque produtos financeiros às necessidades básicas dos empreendimentos coletivos, geralmente excluídos do sistema bancário tradicional. O microcrédito é oferecido dentro dos parâmetros do Banco do Povo Paulista, por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de São Paulo.

Estas frentes de ação, em função da complexidade desta política pública, que exige interdisciplinaridade e transversalidade, tem cinco estratégias na implementação da política pública:

- a) Produção, tecnologia, logística, comercialização e consumo;
- b) Formação, comunicação e informação;
- c) Marco legal;
- d) Finanças solidárias;
- e) Articulações, parcerias e fortalecimento político e social da economia solidária. (SÃO CARLOS, 2009b).

Por meio de estabelecimento de convênios com Governo Federal e organizações não governamentais o programa já encaminhou vários projetos para obtenção de dotação orçamentária complementar ao orçamento do município, necessária para implantação de projetos nos diversos segmentos.

### **3.4 Resultados da implantação da política pública de economia solidária**

Como forma de enriquecer o panorama da política pública de economia solidária em São Carlos, elenca-se a seguir alguns resultados alcançados nestes treze anos de sua execução (2001 a 2013).

#### **3.4.1 O Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho”**

A discussão da instituição de um Centro Público de Economia Solidária (CPES) em São Carlos teve início no ano de 2004. Fruto do diálogo entre os empreendimentos solidários, beneficiários da política pública de economia solidária do município e os gestores públicos, sua consecução só foi possível devido à criação da SENAES, o que facilitou aos municípios apresentarem projetos e concorrerem a editais para construção de Centros Públicos em todo o Brasil. No ano de 2006, quando da realização do III Encontro de Economia Solidária de São Carlos, foi discutido um plano de ação para que São Carlos apresentasse um projeto e concorresse no edital da SENAES para a instalação do CPES na cidade. E foi o que aconteceu.

Em 26 de maio de 2008 foi inaugurado o Centro Público de Economia Solidária de São Carlos “Herbert de Souza – Betinho”, denominado pela Lei Municipal nº 14.414 de 20 de março de 2008. Na ocasião da inauguração foi lançada a publicação “*Perfil dos Empreendimentos Autogestionários em São Carlos*” e o vídeo “*Economia Solidária: com a palavra os atores*”.

O Centro Público de Economia Solidária tem como objetivo potencializar a execução de ações junto aos empreendimentos e redes de empreendimentos econômicos e solidários, centrais e associações ou outras formas coletivas de organização e representação de empreendimentos econômicos e solidários e, desempregados e/ou subempregados que desejem organizarem-se em empreendimentos econômicos e solidários, como também ser um espaço de organização e fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária, incentivando seus membros a participarem dos movimentos estaduais e nacionais de economia solidária e áreas afins.

O desenvolvimento destas ações visa possibilitar o acesso a espaço público multifuncional que articule, potencialize e promova a integração e articulação das várias iniciativas, governamentais e não governamentais, de fomento às atividades econômicas, educacionais e sociais sob os princípios da Economia Solidária, promovendo ao longo do seu desenvolvimento o crescimento econômico da região, como também o desenvolvimento de uma consciência coletiva, compromissada com a comunidade e seus moradores, constituindo um pólo de integração social que norteia o caminho da inclusão e apropriação dos recursos produzidos socialmente para população atendida. (SÃO CARLOS, 2009b).

A partir da inauguração do Centro Público, o Departamento de Apoio à Economia Solidária passou a ser sediado no mesmo prédio, que fica no centro da cidade, na Rua José Bonifácio, nº 885<sup>18</sup>. A localização do prédio em um lugar central na cidade foi um critério estipulado junto com os empreendimentos de economia solidária, devido à facilidade de acesso com transporte público.

O prédio onde está instalado o Centro Público tem uma área total de 562,50 m<sup>2</sup> e foi alugado inicialmente por 02 (dois) anos, tendo sido renovado o aluguel todos os anos posteriores, inclusive para o ano de 2013. No local também funciona o Banco do Povo Paulista, com uma área de 22 m<sup>2</sup>, que como já colocado faz parte da frente de ação de microcrédito.

A estrutura do Centro Público é composta ainda por:

- 01 (um) auditório (91,65 m<sup>2</sup>);
- 01 (uma) sala multiuso (19,40 m<sup>2</sup>) que se comunica com
- 01(uma) cozinha experimental (10,85 m<sup>2</sup>),
- 02 (dois) banheiros, um masculino e um feminino, com área de 15,60 m<sup>2</sup> cada, (cada banheiro tem 3 vasos sanitários e o banheiro masculino tem acrescido o mictório ),
- 01 (um) Centro de Documentação em Economia Solidária (CEDOC) (27 m<sup>2</sup>),
- 01 (uma) copa (10,85 m<sup>2</sup>),
- 01 (um) telecentro (25 m<sup>2</sup>),
- 01 (uma) sala de negócios (22,65 m<sup>2</sup>),
- 01(uma) sala destinada aos empreendimentos (66,00 m<sup>2</sup>),
- 01 (uma) sala de administração (47,00m<sup>2</sup>),
- 01 (um) almoxarifado (18,00 m<sup>2</sup>).

---

<sup>18</sup> Uma visualização da localização do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza – Betinho – encontra-se no Anexo G.

O prédio foi adaptado para pessoas com deficiência física, tanto no acesso com rampa como com banheiros que atendem às especificidades necessárias. Há ainda uma vasta área destinada à espera de atendimento e uma área para mostra de produtos confeccionados pelos empreendimentos (SÃO CARLOS, 2009b).

O CEDOC é uma biblioteca, abastecida com publicações, documentos e informações sobre economia solidária e é aberto a toda a população, não só para pessoas de empreendimentos solidários. Também fazem parte do acervo dissertações e teses relacionadas à economia solidária, garantindo que temas atuais e novas experiências estejam sempre presentes na biblioteca. É a primeira biblioteca temática da cidade de São Carlos e faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas - São Carlos (SIBI-SC), que até dezembro de 2012 era composto por 14 bibliotecas.

Segundo dados fornecidos pelo DAES, o acervo possui 585 itens de patrimônio bibliográfico divididos em três coleções: geral, literatura e literatura infanto-juvenil. Também são disponibilizados textos e vídeos digitais que podem ser consultados no telecentro. Conta ainda com um arquivo de banco de imagens com fotos digitais que registram as inúmeras atividades da economia solidária, um arquivo de folders, folhetos e impressões de textos e projetos que servem de material de apoio para os servidores da instituição no tema de economia solidária como projetos do governo e da Prefeitura Municipal de São Carlos, junto a leis e relatórios de atividades desenvolvidas em outras entidades que trabalham com economia solidária.

A estrutura do Centro Público propicia a realização de atividades, com um auditório equipado (telão, *datashow*, televisão, lousa, etc.) e com salas adequadas para atividades coletivas, e tem sido usado sistematicamente para organização de novos empreendimentos, para articulação de reuniões, palestras, cursos, lançamento de livros, plenárias e assembleias de empreendimentos de economia solidária já existentes.

A sala de empreendimentos é o local onde funciona a sede administrativa, financeira e contábil dos empreendimentos de economia solidária. Esta sala é equipada com armários para guardar documentos e várias mesas para reuniões. É usada cotidianamente pelos empreendimentos, em especial os que não têm sede própria. A figura 2 apresenta fotos ilustrativas do prédio do Centro Público de Economia Solidária de São Carlos “Herbert de Souza – Betinho”.

Figura 2: fotos do prédio do Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza- Betinho”



Fonte: arquivo de fotos do CEDOC

Observa-se que, principalmente a partir do ano de 2009, a realização das feiras de economia solidária mobilizou vários grupos, possibilitando a articulação de redes entre grupos de artesanato, cultura, reciclagem, formação dentre outros. Em especial a I Feira de Economia Solidária: “Semeando Práticas Solidárias em São Carlos e Região”, que teve como resultado posterior a mobilização dos empreendimentos para retomar a organização do FMES que estava sem ação já havia algum tempo. Essa feira foi realizada por meio de um edital público da SENAES e teve uma grande participação dos empreendimentos solidários, cerca de trinta empreendimentos de São Carlos e região.

O apoio estrutural do Centro Público foi fundamental para que este evento se efetivasse, não só com a disponibilização da infraestrutura, mas contribuindo com a formação dos participantes com a realização da oficina “Construindo uma Feira Solidária”, realizada nas dependências do Centro Público, e que foi fundamental para o sucesso da feira. A existência de um espaço físico tornou o Centro Público de Economia Solidária de São Carlos uma referência para organização e intercâmbio entre as várias organizações, possibilitando uma melhor articulação de setores ligados à economia solidária.

Desde 2009 até a conclusão desta tese (2014), tem se estabelecido um processo de construção coletiva das feiras, em especial Feira de Economia Solidária realizada no Contato Festival Multimídia Colaborativo, com participação nas últimas edições de empreendimentos de vários estados brasileiros, que já começa a ter repercussão nacional.

A implementação do Centro Público permitiu uma maior visibilidade da política pública de economia solidária e garantiu instrumentos para sua ampliação e

consolidação. Esta referência também é notada quando se constata um aumento de visitantes representantes de gestores municipais e empreendimentos que buscam conhecer as experiências de economia solidária existentes no município de São Carlos.

### 3.4.2 O Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”

Outro espaço público da economia solidária é o Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”, denominado pela Lei Municipal nº 16.146 de 15 de maio de 2012 e inaugurado em 22 de maio do mesmo ano. Este espaço é um prédio público, com cerca de 240m<sup>2</sup> construídos, localizado no bairro Santa Felícia<sup>19</sup>. A escolha do local se deu pela disponibilidade de área pública institucional.

Esta construção foi realizada com recursos de uma emenda parlamentar do deputado federal Vicentinho (PT/SP) e com recursos da Prefeitura Municipal de São Carlos e foi viabilizada por um convênio com a SENAES/MTE.

A ocupação do espaço está prevista para a formação de três empreendimentos no segmento da construção civil, com o objetivo de construir uma rede no setor. No biênio 2012/2013 foi executado parcialmente um projeto de formação de mulheres na área da construção civil, “*Mulheres de São Carlos construindo autonomia*”, que prevê a compra de equipamentos e a capacitação. Assim, o Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann” servirá de sede para um empreendimento de carpintaria estrutural, prestação e serviços na construção civil e uma central de trabalhadoras autônomas também de prestação de serviços, neste caso individualmente, mas com a organização e comercialização coletivas. Este projeto é fruto de um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal.

São previstos para a formação das mulheres deste projeto os cursos de pintura interna e externa, carpintaria estrutural, assentamento cerâmico e assemelhados, alvenaria e hidráulica. A construção de uma rede solidária buscava a incorporação e o fortalecimento da Cooperativa Araucária, que trabalhava com entulhos na construção civil, na busca de potencializar “suas ações no sentido de agregar valor ao material recolhido e possibilitando que o mesmo seja reaproveitado em construções” (SÃO CARLOS, 2009f). Esta proposta ficou comprometida com o fechamento da cooperativa Araucária no ano de 2013, deixando

---

<sup>19</sup> Uma visualização da localização do Centro Público de Economia Solidária de Produção Rosa Sundermann encontra-se no Anexo G.

em aberto a possibilidade de criação de um outro empreendimento para cumprir esta meta do projeto. A figura 3 ilustra o prédio interna e externamente.

Figura 3: fotos do prédio do Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”



Fonte: fotos fornecidas pelo DAES

### 3.4.3 Espaços de comercialização

A comercialização é uma preocupação constante no fomento da economia solidária, pois é por ela que se atinge a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, condições de produção e reprodução da vida destes homens e mulheres. Com esta preocupação, existem várias formas de fomento para ações pontuais e algumas mais contínuas de comercialização em espaços públicos e com apoio estrutural do poder público, destacando-se:

- Feira semanal de artesanato na Praça XV: de 2000 a 2014 a feira foi organizada pela Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos (AARTESCAR). É um espaço de comercialização de artesãos e empreendimentos de alimentação com atividades culturais que acontece aos domingos. A partir do Decreto Municipal 95/2014 (anexo F), a feira foi transformada em espaço de todos os empreendimentos de economia solidária e começou a funcionar desta forma a partir 23 de novembro de 2014.
- Feira de Economia Solidária: com periodicidade anual, já foram realizadas quatro edições desta feira. Ela acontece em conjunto com o Contato-Festival Multimídia Colaborativo, formando uma rede entre vários

empreendimentos solidários da cidade. Cerca de 1/3 dos participantes são de empreendimentos de outras cidades e estados do Brasil. Esta feira caracteriza-se pela preocupação com o processo formativo dos/as expositores/as de São Carlos, tendo um processo de cerca de quatro meses de construção, com atividades periódicas. Também durante a realização da feira são realizadas oficinas gratuitas. Acontece em praça pública, podendo haver rotatividade de local.

- Feira de Cultura e Economia Solidária: feira anual, com a realização em 2014 de sua quinta edição. Acontece em conjunto com o “Grito do Rock” atividade realizada em vários países do mundo e organizada pelo coletivo Casa Fora do Eixo em São Carlos. O local de realização é em praça pública, podendo haver rotatividade de um ano para outro.
- Loja “Artesanato Solidário” – é um ponto fixo de comercialização e fica no box 63 do mercado municipal e pertence à Prefeitura Municipal de São Carlos. Foi feita a cessão de uso do espaço legalmente para a UNIARTE. A loja é autogestionária e funciona com revezamento dos/as expositores/as; os custos de manutenção também são de responsabilidade dos/as expositores/as.
- Box na Praça do Comércio – é também um ponto fixo de comercialização, localizado no box 27. O espaço é reservado para fins de inclusão produtiva e foi cedido ao DAES para ações neste sentido. O espaço é autogestionário e está ocupado pelo grupo Magia do Artesanato.

Para um melhor entendimento da localização, os espaços fixos de comercialização podem ser vistos no Anexo G.

#### 3.4.4 Marco legal

Após a inauguração do Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho” a discussão da política pública passou a ter em sua pauta a construção de um marco legal para institucionalizar o Programa de Apoio à Economia Solidária.

Como já colocado, em maio de 2009 foi realizado o IV Encontro de Economia Solidária de São Carlos com o tema “*Marco Legal e a Organização Social e Política da Economia Solidária*” cuja pauta específica foi a discussão de uma proposta de projeto de lei que estabelecesse um marco legal para a política de economia solidária no município. O

encontro contou com aproximadamente 200 (duzentos) participantes e aprovou uma minuta que foi encaminhada ao executivo para os tramites legais e processuais.

Sobre o objetivo desta ação, assim versa a reflexão anexada ao processo de institucionalização do Programa de Fomento à Economia Solidária:

O objetivo é torná-la de fato uma Política de Estado, proporcionando assim as condições necessárias para o seu desenvolvimento e garantindo a sua perenidade. É importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia particular de um governo, trata-se de compreendê-la enquanto direito de homens e mulheres construírem, por meio da organização coletiva, experiências práticas/factíveis de geração de trabalho e renda no município. (SÃO CARLOS, 2009d, f.05).

Este processo culminou com a promulgação da Lei 15.196 de 26/02/2010, que tem em seu escopo os seguintes aspectos:

- a) institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, o responsável pela sua execução e garantia da sua transversalidade, com outras políticas públicas desenvolvidas no município;
- b) conceitua e define o que é economia solidária, empreendimentos solidários, os direitos e os deveres dos trabalhadores/as envolvidos/as nestas iniciativas, para terem acesso aos benefícios que prevê esta política pública;
- c) prevê a criação e manutenção de instrumentos e equipamentos públicos para a viabilização da Política Pública Municipal de Economia Solidária;
- d) procura garantir o monitoramento e avaliação da execução da Política Pública de forma transparente e democrática.

Outra lei municipal já em vigor é a Lei Municipal nº 15.779 de 05 de agosto de 2011 (anexo D), que institui a Conferência Municipal de Economia Solidária no município de São Carlos, com periodicidade de dois anos. A iniciativa da lei foi do então vereador Lineu Navarro.

No artigo 2º o caráter da conferência é assim definido:

**Art. 2º** A Conferência Municipal de Economia Solidária é um foro de debates aberto a todos os setores da sociedade, que tem como objetivo avaliar, discutir e propor medidas e ações sobre os vários temas referentes à questão da economia solidária no Município, definindo prioridades, estratégias e metas. (SÃO CARLOS, 2011a).

Outro marco legal importante foi a instituição do conselho e do fundo municipais de economia solidária. O processo desta lei também passou por um amplo debate entre os segmentos, com constituição de grupos de trabalho para elaboração de uma proposta de minuta de projeto de lei. O texto final da minuta foi aprovado em duas plenárias realizadas com este fim e encaminhado ao executivo para os trâmites legais. Assim, em 11 de outubro de 2011 foi aprovada a Lei nº 15.853/2011(anexo B) que “dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências” (SÃO CARLOS, 2011b).

Esta lei em seu capítulo I estabelece a constituição, os objetivos e as competências do conselho; o capítulo II versa sobre os objetivos do fundo municipal, das receitas e estabelece um valor inicial de R\$50.000,00 oriundos do orçamento público municipal para o primeiro aporte do fundo.

A versão final teve uma alteração pela Lei 16.212 de 21 de maio de 2011, que aumentou de 18 para 20 o número de componentes do conselho. Esta alteração foi fruto de uma solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, que inicialmente não fazia parte da composição do conselho.

O Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos é paritário, ou seja, 50% dos seus representantes são eleitos pela sociedade civil e 50% são indicados pelo governo municipal. É um órgão consultivo e deliberativo e aqui cabe ressaltar que é um dos únicos conselhos do município que tem caráter deliberativo.

A primeira gestão do conselho para o biênio 2012/2014 teve os/as representantes da sociedade civil eleitos/as na ocasião da realização da I Conferência Municipal de Economia Solidária, em 05 de maio de 2012. A posse do conselho aconteceu no dia 15 de junho de 2012.

Em conformidade com a proposta de tornar perene a política pública de economia solidária no município de São Carlos foi construído um tripé institucional, garantindo em lei as diretrizes da política pública (programa municipal de fomento à economia solidária), a instância de discussão e avaliação desta política (conferência) e o controle social (conselho municipal de economia solidária).

#### **3.4.5 Os empreendimentos solidários de São Carlos**

Quando do início do Programa de Fomento à Economia Solidária em 2001, existiam 3 (três) empreendimentos solidários em São Carlos, reunindo cerca de 70 (setenta)

trabalhadores/as. Em 2008 este número tinha atingido a casa de 23 (vinte e três) empreendimentos e cerca de 600 (seiscentos) trabalhadores/as diretamente associados aos empreendimentos com um faturamento anual na ordem de 6 milhões de reais. (SÃO CARLOS, 2008).

Este crescimento aconteceu especialmente pelo fato da Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização (COOPERLIMP), uma cooperativa de trabalho no setor de limpeza, ter participado e ganhado uma licitação pública para prestação de serviços na prefeitura municipal, tendo no seu quadro de associados/as cerca de 260 trabalhadores/as. Provinha também daí a estimativa maior de faturamento dentre os empreendimentos.

Outra cooperativa que prestava serviços para a prefeitura era a Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos (COOPERCOOK), que venceu um pregão eletrônico e era responsável pelo projeto de segurança alimentar num restaurante popular que servia refeição subsidiada a R\$1,00, além do projeto de café-da-manhã para trabalhadores rurais do município. No seu quadro de associados/as constavam 29 trabalhadores/as.

Este quadro ficou ameaçado quando em 2008 o Ministério Público do Trabalho por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, de Araraquara/SP, moveu uma ação contra três cooperativas, COOPERLIMP, COOPERCOOK e Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Proteção à Vida e ao Trabalho (COOPVIP); esta última, fruto de uma união de trabalhadores/as para prestação de serviço de recepção e portaria, só prestava serviços pra empresas privadas, não tendo vínculo com o poder público e que tinha no seu quadro 46 associados/as. (SÃO CARLOS, 2009g). Sinteticamente, a argumentação utilizada pelo Ministério Público era que estas cooperativas serviam de intermediação de mão-de-obra para burlar leis trabalhistas, precarizando o trabalho.

De 2008 a 2010 foram feitas várias manifestações pelo movimento de economia solidária, tanto no âmbito municipal como estadual e nacional, comprovando que as cooperativas eram realmente legítimas e atuavam dentro dos princípios da economia solidária, mas a mobilização não surtiu efeito. Com a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) as três cooperativas deixaram de existir entre os anos de 2009 e 2010. A extinção das três cooperativas fez com que o quadro de trabalhadores/as associados/as nos princípios da economia solidária caísse praticamente pela metade.

Em abril de 2014 a economia solidária tinha vinte e oito empreendimentos em São Carlos, sendo doze formalizados, catorze informais e dois em processos de formalização, perfazendo um total de 330 trabalhadores/as, como segue no quadro 4.

Quadro 4: Empreendimentos organizados na economia solidária no município de São Carlos em abril de 2014.

<b>Empreendimento</b>	<b>Nº de trabalhadores/as</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição das atividades</b>	<b>Situação Legal</b>
Banco Comunitário Nascente	4	Finanças	atua dentro das finanças solidárias com o desenvolvimento territorial através de uma moeda social (\$ Vida) que estimula o consumo e produção locais	em processo de formalização
CooPsi	4	Serviços na área de psicologia	realização de serviços na área de psicologia (orientação vocacional, atendimento, etc.)	em processo de formalização
AARTESCAR - Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos	39	Artesanato	Produção de artigos artesanais em tecido, madeira, além da realização de uma feira semanal	formal
ACASC – Associação do Comércio Alternativo de São Carlos	10	Alimentação	Confecção de lanches e alimentos para eventos (cachorro-quente, sanduíches, salgados, etc.)	formal
AMEI - Associação de Micro Empreendedores Individuais	13	Alimentação	Confecção de lanches e alimentos para eventos (cachorro-quente, sanduíches, salgados, etc.)	formal
Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena	20	Produção Agrícola	produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar	formal
Associação Maria & Fuxico	8	Artesanato/ Confecção	produção de artigos artesanais em tecido, além de confecção de sacolas ecológicas a partir de lonas (banners) reutilizadas	formal
Casa Fora do Eixo São Carlos	6	Coletivo cultural – audiovisual e produção artístico-cultural	produção de eventos artístico-culturais, confecção de elementos audiovisuais, cursos, palestras, locação de equipamentos, etc.	formal
COOPERVIDA – Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos	48	Serviços de coleta seletiva	coleta e comercialização dos resíduos recicláveis dos municípios por meio de rotas pré-estabelecidas	formal
COSTURARTE – Cooperativa dos Trabalhadores em Confecção São Carlos	19	Serviços	serviços de confecção e reparos em roupas, uniformes, tecidos, etc.	formal
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	7	Incubação de artistas (coletivos e individuais)	acompanhamento e formação de grupos artísticos e artistas individuais (agenciamento, produção, etc.)	formal
Kooperi- Coletivo Autogestionário para Promoção de Práticas Solidárias - São Carlos / SP	5	Formação em economia solidária e produtos tingidos naturalmente	Ponto de Cultura, recebe eventos de formação em economia solidária, promove eventos culturais e cursos	formal

<b>Empreendimento</b>	<b>Nº de trabalha-Dores/as</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição das atividades</b>	<b>Situação Legal</b>
UNIARTE - Unidos pela Arte – Associação Cultural dos Artesãos e Artistas de São Carlos	32	Artesanato	produção de artigos artesanais em tecido, madeira, tranças em cabelo, bolsas, enfeites, promoção de feiras e eventos	formal
Veracidade	10	Produção orgânica	Produção orgânica e comercialização de hortaliças em área urbana	formal
Aparelho Coletivo	6	Coletivo Cultural	Desenvolvimento e produção de projetos e eventos culturais, apoio a eventos artísticos	informal
(A)Ponte	4	Comunicação e Logística Solidária	consolidação de uma rede de distribuição solidária, criação de uma plataforma de comunicação e comercialização virtual.	informal
Arte na Ativa Ateliê Coletivo	5	Produtos (artesanato) e Serviços	produção de artigos artesanais em tecido, madeira, etc.	informal
Artesanato Amor & Arte	6	Artesanato	produção de artigos artesanais em tecido, madeira, etc.	informal
Coletivo Terra-a-Terra Arquitetura	8	Serviços de Arquitetura	prestação de serviços de arquitetura (plantas baixas, layouts, maquetes, etc.)	informal
ConsumoSol – Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável	9	Consumo consciente	grupo de consumo de produtos agroecológicos e da economia solidária; também atua na formação em consumo responsável, através de palestras e exibição e discussão de filmes	informal
CONTATO - Festival Multimídia Colaborativo	10	Produção artístico-cultural, realização de eventos	produção do Festival CONTATO, onde também é realizada a Feira de Economia Solidária	informal
Horta Orgânica Comunitaria do Cidade Aracy	4	Produção agrícola	produção de alimentos agroecológicos sem utilização de agrotóxicos	informal
LIMPISOL	1	Produtos de limpeza	confecção e comercialização de produtos de limpeza, elaboração de produtos de limpeza com ingredientes naturais e biodegradáveis	informal
Magia do Artesanato	5	Artesanato	produção de artigos artesanais em tecido, madeira, etc.	informal
Recriart	20	Artesanato	confecção de bloco de notas, cadernos com papel reciclado	informal
Cooperativa de Trabalho Sócio-Ambiental	7	Serviços	atividades ligadas à educação ambiental	informal

<b>Empreendimento</b>	<b>Nº de trabalha-Dores/as</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição das atividades</b>	<b>Situação Legal</b>
Sabão Recicla	1	Produtos de limpeza	(fabricação de sabão a partir da reutilização de óleo de cozinha)	informal
TASCA - Talentos Artísticos de São Carlos	19	Artesanato	produção de artigos artesanais em tecido, madeira, etc. e serviços na área de beleza e de alimentação.	informal
<b>Total</b>	<b>330</b>			

Fonte: Dados fornecidos pelo DAES em abril de 2014.

De 2001 a abril de 2014 foram criados, dissolvidos e fundidos vários grupos. Dentre eles pode-se citar a criação e dissolução da Coopercook (alimentação), Turística (turismo), Cooperlimp (limpeza), Coopvip (portaria e zeladoria), Natuarte (biojóias) e Soltece (tecelagem), Cooperativa Araucária de catadores de materiais recicláveis do Cidade Aracy (catadores), COOPERDEX – Cooperativa de Trabalho Pioneira e realizadora de entregas Cheque- Mate de São Carlos (entrega) e Beleza e Arte (biojóias). Outros foram criados e fundidos, como no caso da Coopervida, que incorporou a Ecoativa e a Cooletiva, todas cooperativas de reciclagem, a Uniarte que incorporou artesãos de grupos que se dissolveram, como Solaris, Frutos da Terra, Araucarte e Ateliê Caminho das Artes, a TASCA que incorporou artesãos e empreendedores de outros coletivos; e ainda, grupos que se reestruturaram como o coletivo Massa Coletiva que se dissolveu e criou outros dois o Aparelho Coletivo e a Casa Fora do Eixo. Os processos de estruturação dos empreendimentos econômico-solidários são complexos e buscam na sua consolidação uma identidade, por isso há uma dinâmica de mudanças até que se consolide o empreendimento e, muitas vezes, esse processo termina com a sua dissolução.

A sobrevivência de grupos autogestionários passa por uma série de desafios a serem superados, conforme aponta a avaliação dos gestores em relação aos aspectos positivos das experiências elencadas no quadro 5.

Quadro 5: Aspectos positivos e superações a serem conquistadas pelos empreendimentos

Aspectos positivos	Desafios a serem superados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobrevivência imediata e luta contra a exclusão social;</li> <li>• Auto-organização coletiva;</li> <li>• Distribuição da renda de forma mais igualitária;</li> <li>• Aumento da renda familiar;</li> <li>• Melhorias na qualificação técnica e profissional;</li> <li>• Elevação do grau de escolaridade dos/as trabalhadores/as;</li> <li>• Desenvolvimento da autogestão nos empreendimentos;</li> <li>• Desenvolvimento da prática de participação democrática;</li> <li>• Novas perspectivas de consciência social e política;</li> <li>• Revitalização da vida comunitária;</li> <li>• Crescimento pessoal dos/as trabalhadores/as envolvidos, num processo de resgate da cidadania;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de cultura empreendedora e expectativa imediata;</li> <li>• Extensão da jornada de trabalho;</li> <li>• Desconhecimento do processo produtivo;</li> <li>• Limitada formação técnico-profissional;</li> <li>• Carências de escolarização;</li> <li>• Inexperiência de gestão e pequena margem para erro;</li> <li>• A falta de cultura autogestionária;</li> <li>• Gestão econômica de uma empresa coletiva;</li> <li>• Empreender: da improvisação à previsão;</li> <li>• Conviver e produzir de forma coletiva</li> </ul>

Fonte: São Carlos, 2010c.

O orçamento do DAES em 2013 está estimado em R\$210.000,00. Grande parte dos recursos da execução da política pública são oriundos de captação externa, em especial do governo federal. O valor de recursos na execução de convênios está na ordem de R\$1.777.000,00.

Os projetos em desenvolvimento em dezembro de 2012 tinham por objetivo fomentar a criação de novos empreendimentos e/ou consolidar os já existentes. Segundo dados fornecidos pelo DAES e alguns constantes no relatório de ações em andamento do DAES, em dezembro de 2012, para o ano de 2013 estavam em execução os seguintes projetos:

- a) **implantação de tecnologias para cooperativas na cadeia de reciclagem:** implantação de beneficiamento de plástico, com o objetivo de agregar valor ao produto e aumentar os rendimentos da COOPERVIDA. Este projeto tem também atuação com o NuMI-EcoSol;
- b) **estímulo à produção agroecológica nas hortas orgânicas comunitárias do Cidade Aracy I e II e à formação de rede de produtores:** implantação da horta comunitária II e consolidação da horta comunitária I no bairro Cidade Aracy, com oferta de cursos de capacitação profissional e infraestrutura para produção e comercialização de alimentos orgânicos. O

objetivo deste projeto é a melhoria da qualidade da alimentação, eliminando uma situação de insegurança alimentar e nutricional, além da geração de renda com a comercialização dos produtos excedentes;

- c) **revitalização da coleta seletiva: a proposta de revitalização do Programa de Coleta Seletiva:** busca a reestruturação produtiva e administrativa da COOPERVIDA. Inicialmente havia três cooperativas de coletores de resíduos recicláveis, que foram unificadas em uma única cooperativa no ano de 2010, com a centralização da triagem, que hoje acontece no mesmo galpão. Existe um contrato feito com a Prefeitura Municipal de São Carlos que contempla a cessão de infraestrutura (caminhões, barracão de triagem, prensas, entre outros) e remuneração por desempenho. A remuneração por desempenho prevê uma remuneração fixa da coleta feita entre 60 e 110 toneladas por mês, a partir de 110,01 a 140 toneladas/mês há um acréscimo no valor da tonelada e com uma coleta superior a 140 toneladas o valor tem mais um acréscimo. Este acréscimo no valor da tonelada por quantidade coletada é justificado pelo fato de retirar mais resíduos do aterro sanitário, permitindo assim, um aumento da sua vida útil. Este modelo tem sido referência para vários municípios do país;
- d) **projeto de complementação da construção do Centro Público de Economia Solidária de Produção “Rosa Sundermann”:** complementação da obra com recursos oriundos de rendimentos do convênio. Prevê execução de obras complementares como marquises, calçadas, plantio de grama, etc.. É um convênio entre Prefeitura Municipal de São Carlos e SENAES/MTE;
- e) **projeto “Mulheres de São Carlos Construindo a Autonomia”:** fruto de um convênio com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, o projeto está em execução e é voltado para qualificação profissional de 150 (cento e cinquenta) mulheres e está dividido em duas vertentes. A primeira é a criação de duas cooperativas, uma na área de prestação de serviços em construção civil e outra na área de carpintaria. A segunda é a criação de uma Central de Trabalhadoras Autônomas (CTA), para intermediação do trabalho, estabelecendo um padrão coletivo de serviço. A CTA consiste em uma central de prestação de serviços no segmento da construção civil, que tem por objetivo oferecer serviços que serão prestados de forma individual ou coletiva (grupo) pelas mulheres. O

projeto prevê uma padronização de uniforme, de avaliação dos serviços, de atendimento aos clientes e, muito embora a execução do serviço possa ser realizada de forma individual, a comercialização será coletiva por meio da central. É um convênio entre Prefeitura Municipal de São Carlos e Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal;

- f) **projeto “Promoção de ações municipais integradas de economia solidária para o desenvolvimento local visando a superação da extrema pobreza no município de São Carlos”**: este projeto está dentro das ações do governo federal do Programa Brasil sem Miséria. Trata-se de um projeto de geração de trabalho e renda e de superação da exclusão social, com priorização para organização de novos EES e a consolidação dos já existentes, em dois territórios do município, um na região sul (bairros: Jardim Zavaglia, Cidade Aracy I e II, Antenor Garcia, Presidente Collor e Jardim Gonzaga) e na região norte: distrito de Santa Eudóxia. Prevê uma articulação setorial, por meio de redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias e das ações da incubadora pública municipal, com a qualificação de 750 (setecentos e cinquenta) pessoas. É um convênio entre Prefeitura Municipal de São Carlos e SENAES/MTE (SÃO CARLOS, 2012);
- g) **projeto “Mulheres do campo construindo autonomia”**: tem como objetivo a formação e consolidação do empreendimento coletivo autogestionário a partir da aquisição de utensílios e equipamentos e a implantação de um restaurante caipira, no barracão do Assentamento Santa Helena, com a qualificação profissional para mulheres na área de produção de alimentos. É um convênio entre Prefeitura Municipal de São Carlos e Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SÃO CARLOS, 2012).

Estes projetos apontam para um cenário de surgimento de novos grupos econômicos e solidários, com diversificação de produtos e serviços e adensamento de cadeias produtivas solidárias. Uma visualização da localização destes projetos no mapa da cidade encontra-se no Anexo G.

Observa-se que a política pública de economia solidária no governo federal, coordenada pela SENAES/TEM, foi de importância fundamental na medida em que propiciou a implantação de uma série de iniciativas, em parceria com a Prefeitura Municipal, as quais a municipalidade teria uma grande dificuldade em viabilizar sozinha.

Para Praxedes (2009) “compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático.” Assim, ao sistematizar e analisar a política pública de economia solidária no município de São Carlos, conclui-se que a intervenção do Poder Público tem sido fundamental na organização dos/as trabalhadores/as de empreendimentos solidários no município. Sem a política pública de economia solidária as dificuldades para estes/as trabalhadores/as seriam muito maiores. Apresentar alternativas às tradicionais políticas de assistência social, no sentido de gerar autonomia para os setores pauperizados e excluídos, tem sido uma contribuição social importante desta política.

Fomentar grupos autogestionários vai além da simples geração de trabalho e renda para grupos excluídos do mercado formal de trabalho, tendo por finalidade também a emancipação de trabalhadores/as, a construção do seu domínio sobre os meios de produção e sobre a sua força de trabalho. Investir na política pública de economia solidária é, portanto, avançar na evolução desta emancipação, no grau de consciência de trabalhadores/as, na descoberta do real potencial do trabalho coletivo por aqueles/as que o realizam cotidianamente. É, pois, uma política pública para além da geração de trabalho e renda tradicional, focada apenas na qualificação profissional de desempregados/as, para sua inserção no mercado de trabalho como empregados/as. É uma política pública que propicia aos/as trabalhadores/as discutir e praticar novos valores, centrados nos seres humanos e não apenas no lucro, mas nas condições dignas de trabalho, nos ritmos de trabalho humanizados e com a preocupação com a sustentabilidade.

Na próxima seção será apresentado o estudo de caso da política pública de São Carlos, com a participação de membros de empreendimentos econômico-solidários que participam do Programa de Fomento à Economia Solidária. Para isso foi usada uma metodologia participativa, a metodologia comunicativa crítica, pautada pelo diálogo e pela formulação de conteúdos de práticas de autogestão pelos/as trabalhadores/as que a vivenciam, construindo-se consensos durante a realização dos grupos comunicativos montados para a consecução da pesquisa.

## **4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: AVANÇOS E DESAFIOS NOS MODOS DE VIDA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE SÃO CARLOS**

Esta seção compreende o estudo de caso da pesquisa, com a participação de membros de empreendimentos solidários que fazem parte da política pública desenvolvida no Programa de Fomento à Economia Solidária do município de São Carlos/SP. Aprofunda também a discussão sobre a metodologia utilizada na consecução da pesquisa.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é a metodologia comunicativa crítica, que coloca o diálogo, a interação, as interpretações e a validação dos resultados de forma coletiva, num processo comunicativo de produção de conhecimento. Ao longo do seu desenvolvimento a MCC permite que seja feita uma análise crítica da realidade pelos próprios viventes desta realidade. É um instrumento centrado no diálogo e na comunicação que, no processo investigativo, induz as pessoas participantes a construir resultados que podem transformar ou validar uma realidade social. É uma metodologia participativa e, para o seu desenvolvimento adequado, deve-se primar pela horizontalização das relações entre participantes/pesquisador/a no processo de construção de consensos nos diálogos estabelecidos.

### **4.1 Metodologia comunicativa crítica**

A MCC é uma metodologia que vem sendo desenvolvida desde o início dos anos 90 pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades da Universidade de Barcelona por meio de diferentes pesquisas e debates teóricos.

Essa metodologia parte do pressuposto que no século XXI a sociedade tem cada vez mais o diálogo como elemento central, constituindo-se como uma categoria social nas relações em todos os âmbitos (econômico, político, social, familiar, etc.). A proposta metodológica é comunicativa, porque supera pela intersubjetividade a dicotomia objeto/sujeito e é crítica porque parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas e da sociedade. (GÓMEZ et al., 2006, p. 12).

Em relação às suas dimensões, a metodologia comunicativa crítica concebe a realidade social como uma construção humana cujos significados são construídos de forma comunicativa, com a interação entre as pessoas; assim, é ontologicamente comunicativa. Além disso, o produto da pesquisa científica, os enunciados científicos, é construído por meio do diálogo, então a metodologia é epistemologicamente dialógica (GÓMEZ et al., 2006, p. 49).

A MCC traz no seu bojo um questionamento sobre novas metodologias de pesquisa para um mundo em transformação.

Si la sociedad actual es resultado de cambios profundos que dan paso a nuevas formas de describir y entender los fenómenos sociales, las metodologías de investigación también han de considerar las relaciones intersubjetivas que se dan en la interacción social, lo que implica realizar análisis complejos en los que intervengan múltiples dimensiones difíciles de comprender desde los diseños tradicionales de investigación. [...] Interrelación entre teoría y práctica superando la división entre persona investigadora-sujeto e investigada-objeto, uso de la racionalidad comunicativa que implica un diálogo intersubjetivo entre iguales y muestra la reflexión y autorreflexión de los propios actores, sus motivaciones e interpretaciones, derivando a un tipo de relación lo más simétrica posible. Aunque las personas investigadoras e investigadas aportan conocimientos diferentes, se trata de abandonar posiciones de poder y aceptar los mejores argumentos, facilitando todos los entornos favorables e la comunicación y al entendimiento.<sup>20</sup> (GÓMEZ et al., 2006, p. 39/40).

Assim, tem como base do conhecimento a interação entre as pessoas e grupos e a comunicação entre eles, num processo que é alicerçado na construção de validação coletiva, superando a tradicional relação de poder entre pesquisador/pesquisado, passando por um diálogo entre ciência e sociedade. Nesta metodologia devem-se estabelecer relações mais igualitárias, no qual o pesquisador/a deve incorporar ao diálogo o conhecimento científico disponível, que pode ser refutado, transformado, ampliado ou validado pelos participantes de acordo com seus saberes.

Cherfem (2009) argumenta que esta metodologia fundamenta-se nas relações entre sujeitos que se propõem ao diálogo e “corresponde a uma maneira de conceber a aprendizagem a partir das teorias da ação comunicativa em Habermas<sup>21</sup> (1987) e da dialogicidade em Freire<sup>22</sup> (1994, 2005)”. Ainda sobre a comunicação, a autora discorre que para Habermas a “realidade é uma construção humana que não depende do significado que as

---

<sup>20</sup> Para evitar distorções de significados e sentidos, preservando a formulação dos/as autores/as, nesta tese as citações literais serão mantidas no idioma em que se deu a publicação consultada, sem a realização de traduções.

<sup>21</sup> HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Vol.1. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.

<sup>22</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 3ª ed.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 43ª ed.

peças, individualmente, atribuem ao mundo, mas sim dos significados construídos intersubjetivamente, mediados pela interação das pessoas com os mundos objetivo, social e subjetivo” (CHERFEM, 2009, p. 20). Para Freire o diálogo “pode ser entendido como fenômeno humano com duas dimensões – ação e reação – e é o foco para a superação de uma realidade opressora, junto com a capacidade das pessoas de poderem intervir nessa realidade, buscando a sua transformação” (CHERFEM, 2009, p. 20).

Fundamentada na visão de que na sociedade atual o diálogo ocupa um espaço privilegiado e está em constante transformação, a MCC considera que os conflitos existentes nessa sociedade são cada vez mais resolvidos pelo diálogo (GÓMEZ *et al.*, 2006, p. 39). O conhecimento dialógico é uma construção do conhecimento pautada pela comunicação e pelo diálogo. Parte-se do pressuposto de que o diálogo é transformador, assim a interação como forma de criação do conhecimento e o compartilhamento de competências são centrais nessa construção (GÓMEZ *et al.*, 2006, p. 45).

Para Gómez *et al.* (2006, p. 41/46) a MCC é uma metodologia que no processo de interpretação da realidade prevê uma série de postulados, resumidos a seguir:

- a) universalidade da linguagem e da ação: qualquer pessoa tem a capacidade de comunicar-se e interagir com outras. O tipo de linguagem utilizada deve ter como objetivo a eliminação de distorções e o estabelecimento de processos de entendimentos;
- b) pessoas como agentes sociais transformadores: a MCC considera que todas as pessoas são agentes transformadores, capazes de interpretar sua realidade social, criar conhecimento e transformar suas estruturas. Assim, a relação entre pesquisador e pesquisados valoriza a argumentação e não relações de poder. O diálogo possibilita que todas as pessoas se constituam agentes transformadores de sua realidade;
- c) racionalidade comunicativa: na MCC a racionalidade comunicativa é a base para a construção do diálogo igualitário, da linguagem e das ações;
- d) sentido comum: o sentido comum é construído no contexto cultural em que as pessoas se encontram, depende da experiência de vida e da consciência de cada pessoa participante. O contexto cultural é o espaço no qual há geração de conhecimento, pela interação com o meio e com outras pessoas, ou seja, a subjetividade do sujeito construída em relação social. Por meio do sentido comum pode-se conhecer porque se busca produzir determinada ação;

- e) fim da hierarquia interpretativa: as pessoas e a sociedade têm capacidade de interpretar e compreender o mundo social; assim, na MCC as pessoas participantes, no contato direto, na coleta de informações e pelos relatos dos participantes, podem interpretar seu próprio contexto, não ficando apenas a cargo do/a investigador/a essa tarefa. A não-hierarquia e a dialogicidade permitem ao/à pesquisador/a interpretar com as pessoas participantes e não por elas;
- f) igual nível epistemológico: o nivelamento epistemológico acontece na medida em que pesquisador e participantes da pesquisa encontram-se no mesmo nível tanto no processo investigativo quanto na interpretação. Pereira (2009, p. 127) observa que embora haja um nivelamento entre pesquisador/a e participantes na MCC, eles não têm a mesma função, mas sim papéis sociais diferentes. Essa diferença de função é reafirmada por Mello (2006), na medida em que a autora analisa a ruptura do desnível interpretativo entre o/a pesquisador/a e participantes da pesquisa e considera que todos/as são capazes de interpretar e explicar as situações da vida. A autora, ao citar Habermas<sup>23</sup>, observa que enquanto aos sujeitos da investigação cabe se envolverem “na interpretação com a intenção de chegar a um consenso para a coordenação de suas ações concretas”, o/a pesquisador/a foca-se “na conversação para descrever e interpretar a realidade, em busca de decursos de ação simplificados em termos típicos-ideais” (Mello, 2006, p. 7). Desta forma ao/à pesquisador/a cabe a função de incorporar os conhecimentos científicos sobre o tema e às pessoas participantes apontar suas vivências e saberes, estabelecendo assim um processo de diálogo, sempre tendo em mente que a comunicação deve acontecer no mesmo plano de igualdade, com argumentações que poderão levar a consensos, dos quais podem sair fortalecidas a teoria e a prática, consubstanciadas na práxis das pessoas envolvidas, pesquisadora e participantes;
- g) conhecimento dialógico: o conhecimento dialógico é baseado na comunicação e no diálogo. Na metodologia comunicativa crítica a base do conhecimento está na interação entre as pessoas e grupos e na

---

<sup>23</sup> HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**, I: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987 (publicado originalmente em 1981).

comunicação que se estabelece, ou seja, na intersubjetividade e na capacidade de reflexão e autorreflexão, que integram a dualidade sujeito-objeto, sendo o resultado do diálogo entre a ciência e a sociedade. As relações estabelecidas são mais igualitárias e reflexivas, mais horizontalizadas, incorporando o conhecimento científico do pesquisador e os saberes das pessoas participantes, com base em pretensões de validade, e não de poder, considerando-se que o conhecimento não é neutro e que é construído na interação com o contexto em que se vive.

Para a consecução da pesquisa faz-se necessária a organização do seu processo, criando as condições favoráveis para o seu desenvolvimento, considerando os postulados aqui elencados.

Como esta metodologia questiona as formas tradicionais que imputam uma relação de poder entre pesquisador/a e participantes da pesquisa, é uma preocupação constante a construção de métodos de coleta de dados que garantam a sua credibilidade. Neste sentido, quanto mais ampla a participação de atores que contribuem para universalizar o diálogo, maior a credibilidade da pesquisa (GÓMEZ et al., 2006, p. 47). Isto porque

se está haciendo referencia al aporte de ópticas diferentes y a la valoración de argumentos. Es evidente que los saberes que provienen del mundo académico han de reconocerse y considerarse necesarios; pero cada día más, la sociedad del conocimiento precisa de los saberes procedentes de contextos más cooperativos y prácticos. Esta interrelación entre todos ellos es la que provoca que se multiplique el conocimiento, ya que nace de estas interacciones y de la comunicación que en ellas se produce. (GÓMEZ et al., 2006, p. 47)

O caminho metodológico da pesquisa deve ser consensuado com os/as participantes. “Las interacciones dialógicas entre ciencia y sociedad deben estar presentes en todo el proceso investigador”. (GÓMEZ et al., 2006, p. 50).

A coleta de dados na MCC é feita utilizando métodos quantitativos e qualitativos, como numa outra metodologia tradicional. O que a diferencia é seu caráter participativo, no qual os representantes de comunidades ou coletivos que fazem parte da pesquisa participam do projeto, da realização da investigação e de suas conclusões, seguindo os postulados com a orientação comunicativa, interagindo, refletindo e decidindo em todas estas etapas.

Para um aprofundamento da reflexão e construção de conteúdos optou-se pela técnica de grupo de discussão comunicativo para a coleta de dados, com pessoas que

participam do Programa de Fomento à Economia Solidária da política pública municipal de São Carlos.

O grupo de discussão comunicativo tem como objetivo confrontar posicionamentos individuais com coletivos, colocando em contato diferentes perspectivas e experiências. Esta técnica é utilizada especialmente quando se deseja

describir y comprender las percepciones sobre una determinada situación, un programa o un acontecimiento, siendo su objetivo-meta obtener información exhaustiva sobre las necesidades, intereses y preocupaciones de un determinado grupo social. (GÓMEZ et al., 2006, p. 81).

Gómez et. al. (2006, p. 84) resumem da seguinte forma o funcionamento do grupo de discussão comunicativo:

- a) seu objetivo é gerar informação de forma coletiva, buscando-se o consenso, com vista a transformação da realidade;
- b) é focado em obter informações com a realização de um diálogo igualitário, com base em pretensões de validade, que congregam pretensões de verdade, de retitude e de veracidade. A veracidade não é um elemento verificável objetivamente, entretanto, potencializa o diálogo verdadeiro na MCC, na medida em que aumenta a credibilidade dos dados, além de, por outro lado, ser o processo transformador nas e pelas pessoas. Contrasta teorias científicas com os saberes e opiniões das pessoas que participam do grupo.
- c) é formado por pessoas que têm algo em comum com o que se deseja estudar, ou seja, é um grupo “natural”. O diálogo é feito por mais de uma vez, englobando as etapas do estudo, inclusive as conclusões, que deverão ser validadas pelo grupo;
- d) a interpretação dos posicionamentos e conteúdos formados é feita conjuntamente entre o/a pesquisador/a e o grupo;
- e) o/a pesquisador/a faz parte do grupo, com a função de socializar as bases científicas já existentes e tem o papel de coordenador/a do grupo.

Em relação à análise dos dados foi utilizado para efeito desta pesquisa o que Gómez et. al. (2006, p. 100) classificam como nível básico de análise. Neste caso, a MCC trabalha com duas dimensões de análise, as dimensões transformadoras – elementos que

permitem a superação dos problemas e transformação da realidade e as dimensões excludentes – elementos que são obstáculos à superação de uma realidade.

No nível básico as dimensões formam um quadro de análise, cruzando com as categorias que a pesquisa deseja investigar. No caso desta pesquisa foram abordados dois temas: economia solidária (tema 1) e políticas públicas (tema 2) . Na sistematização de dados foram cruzadas as informações sobre as categorias políticas públicas e autogestão dos empreendimentos com as dimensões excludentes e transformadoras, como se segue:

Quadro 6. – Quadro temático de análise: categorias políticas públicas e autogestão e dimensões excludentes e transformadoras.

<b>Dimensões \ Categorias</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>		
<b>Elementos transformadores</b>		

Fonte: Gómez et. al. (2006, p.100)

Com base no quadro 6, foi construída uma matriz de análise, com as opiniões coletadas nos grupos comunicativos críticos, que foram categorizadas elencadas nas respectivas colunas. Após a realização dos grupos comunicativos a MCC prevê que a sistematização seja feita pelo/a pesquisador/a, que submete ao grupo os resultados para validação ou não da análise, até chegar a um resultado, consensualmente admitido pelo grupo.

A sistematização é parte importante do processo da pesquisa. “A sistematização é a organização de informações sobre a prática ou produção teórica e se referencia em conhecimentos hegemonicamente consensuados. Isto é, a sistematização é uma produção crítica para auxiliar na reflexão das práticas.” (RGPPES; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SENAES, 2008, p. 64).

Portanto, a sistematização é o resultado das reflexões críticas dos sujeitos sociais envolvidos no processo de pesquisa, podendo apontar novos caminhos e instrumentos para reflexão e definição de novas estratégias das ações práticas na conjuntura.

## 4.2 O percurso metodológico

Para o desenvolvimento desta pesquisa deve-se considerar a relação histórica entre a pesquisadora, que durante quatro anos atuou no programa de fomento à economia solidária do município de São Carlos, e as pessoas dos empreendimentos econômico-solidários, além do fato de, desde novembro de 2013, pertencer a um empreendimento econômico solidário.

A relação como gestora possibilitou observar uma série de dificuldades dos grupos na sua organização, na vivência cotidiana da autogestão, que motivaram esta pesquisa e que estimularam a construção de um primeiro roteiro a ser discutido com os grupos comunicativos. Pertencer a um empreendimento solidário permite ter a visão do outro lado, daqueles que são fomentados.

Como visto em seção anterior, em abril de 2014 constatou-se a existência de vinte e oito empreendimentos de economia solidária em São Carlos, segundo dados fornecidos pelo DAES.

Com o fortalecimento da organização do Fórum Municipal de Economia Solidária de São Carlos também ganharam força os mecanismos de controle social da política pública com a instalação do Conselho Municipal de Economia Solidária e também de financiamento com a instituição do fundo municipal de economia solidária. O COMESOL é paritário, sendo composto por cinquenta por cento de membros da sociedade civil e cinquenta por cento de membros do poder público. Os membros da sociedade civil são eleitos em conferência municipal convocada, entre outras, com esta pauta. Todos os membros da sociedade civil presentes podem votar. Os membros do poder público são indicados. Na primeira eleição do COMESOL ainda não existia o cadastramento. Assim, na primeira gestão é possível ter representantes de empreendimentos que não tenham sido cadastrados. Na próxima eleição isso já não será possível, dado que para ser eleito/a conselheiro/a o empreendimento deverá estar cadastrado.

Para que os empreendimentos pudessem ter acesso aos recursos do fundo municipal o COMESOL fez uma resolução<sup>24</sup> para cadastramento dos empreendimentos de economia solidária do município. O cadastramento de empreendimentos no COMESOL tem validade por um ano e a previsão de abertura tanto para novos cadastramentos, quanto para o recadastramento de empreendimentos já cadastrados, é semestral. Para o cadastramento o empreendimento tem que cumprir os critérios e entregar os documentos que constam na Resolução 001/2013 do COMESOL.

No primeiro cadastramento, ocorrido no segundo semestre de 2013, dezoito empreendimentos se cadastraram: Banco Comunitário Nascente, CoopPsi, AARTESCAR, ACASC, AMEI, Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena, Associação Maria & Fuxicos, COOPERVIDA, Associação Instituto Cultural Janela Aberta, UNIARTE, Veracidade, (A)Ponte, Artesanato Amor & Arte, ConsumoSol, LIMPISOL, Magia do Artesanato, Recriart e TASCA.

---

<sup>24</sup> Resolução 001/2013 pode ser vista no anexo E.

Observa-se uma peculiaridade neste cadastramento em relação às entidades e/ou empreendimentos de fomento, segmento que possuiu assento no conselho. No primeiro cadastramento de empreendimentos não foi previsto o cadastramento de entidades/empreendimentos de fomento. Desta forma, a Associação Instituto Cultural Janela Aberta, que tem no seu escopo de atuação tanto a produção cultural como o fomento a coletivos culturais e artistas, efetuou o cadastramento como produtor e não como fomento, muito embora, ocupe assento no COMESOL como empreendimento de fomento. O coletivo Contato Festival Multimídia Colaborativo é um empreendimento de fomento, mas não está cadastrado no COMESOL, muito embora ocupe duas vagas no conselho, incluindo a presidente eleita. As demais cadeiras de fomento são ocupadas pelas entidades NuMI-EcoSol e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Para a consecução da investigação fez-se necessário responder à seguinte questão: qual a configuração do grupo comunicativo crítico com o qual será estabelecido o diálogo, dado que existe um conjunto de vinte e oito empreendimentos?

Avaliou-se que seria contraproducente fazer um grupo comunicativo com representação da totalidade de grupos, ou seja, com no mínimo vinte e oito pessoas. Gómez et. al. (2006) argumenta que o grupo comunicativo crítico

surge para confrontar la subjetividad individual con la grupal, y pretende poner en contacto diferentes perspectivas, experiencias, puntos de vista, etc. Se trata de llevar a cabo una conversación cuidadosamente planeada, diseñada para obtener información sobre un tema determinado, y en un ambiente permisivo, no directivo; el grupo se compone de un conjunto de personas relativamente pequeño, de seis a ocho, guiado por un moderador experto, en un clima relajado y confortable y a menudo satisfactorio para las personas participantes; se trata de conocer su opinión, sus sentimientos o qué saben sobre el tema de estudio. (GÓMEZ, 2006, p. 81)

Assim, identificou-se a necessidade de selecionar algumas pessoas que conseguissem representar a diversidade do coletivo de empreendimentos.

Para esta seleção foram utilizados os seguintes critérios:

- a) ser empreendimento cadastrado no COMESOL ou ter membros eleitos no conselho;
- b) diversidade de segmento econômico dos empreendimentos;
- c) participação no movimento de economia solidária, no caso, do fórum municipal de economia solidária;

- d) indicar pessoas que já tivessem um histórico na economia solidária de São Carlos, que tivessem uma vivência já consolidada no empreendimento e na relação com a política pública.

Para a seleção de empreendimentos representantes, estes critérios pareceram os mais centrais, além de suficientes, para o alcance e as possibilidades de verificação da investigação. Com base nestes critérios, foram convidados os seguintes coletivos para formarem o grupo comunicativo crítico: ACASC (alimentação), Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena (produção rural), Contato Festival Multimídia Colaborativo (fomento em cultura), COOPERVIDA (catadores de resíduos recicláveis), UNIARTE (artesanato e serviços) e TASCA (artesanato, alimentação e serviços).

Com estes empreendimentos foi possível garantir a diversidade de segmento e, com as pessoas participantes, ter um quadro de pessoas com histórico na economia solidária, tanto do ponto de vista de relação com a política pública quanto pela construção do seu empreendimento.

O local para o encontro do grupo foi o Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho”, por ser um espaço em que os empreendimentos econômicos solidários têm familiaridade, pelo acesso fácil, pois é situado no centro da cidade, além de ser um espaço de convivência de todos os empreendimentos.

Para a investigação foram realizados três encontros do grupo comunicativo no mês de abril de 2014 e um encontro para a discussão e validação da investigação em maio de 2014. Para a realização da investigação foi elaborado pela pesquisadora um roteiro inicial (apêndice C), embasado pelo escopo teórico elencado nesta pesquisa, no sentido de orientar algumas questões e fomentar a discussão do grupo. Ressalta-se, entretanto, que a MCC prevê que o grupo construa também as temáticas a serem abordadas durante os encontros, sendo que esta foi uma preocupação constante no decorrer das dinâmicas.

No primeiro encontro com o grupo estiveram presentes oito pessoas, dois representantes da ACASC, duas representantes da TASCA e uma representante dos demais empreendimentos convidados. Neste encontro houve uma apresentação geral de todos/as os/as participantes, muito embora a maioria já se conhecesse.

A pesquisadora fez uma explanação sobre o tema dos diálogos, explicitando especialmente o objetivo da tese e qual o papel do grupo comunicativo nesta construção, além da metodologia utilizada. Foi ressaltado pela pesquisadora o papel de cada um, ou seja, dos membros dos empreendimentos e da pesquisadora. Foi combinado com o grupo o número e a periodicidade dos encontros.

Também foi explicitado a todos/as os/as participantes os critérios para os convites dos grupos e a importância do diálogo para a construção do conhecimento sob o ponto de vista dos empreendimentos econômicos solidários participantes do programa de fomento à economia solidária de São Carlos. Neste sentido a necessidade de explicitar dúvidas foi também destacada, pois sem compreensão não há diálogo. Um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice A), elaborado pela pesquisadora, foi lido conjuntamente no grupo e tendo concordância de todos/as os/as presentes foi assinado por pelos/as participantes.

Nos segundo e terceiro encontros foi feita uma retomada de objetivo e metodologia logo no início dos trabalhos do grupo comunicativo por parte da pesquisadora para lembrar às/aos participantes a dinâmica do diálogo. No segundo encontro compareceram seis pessoas das oito iniciais, pois, por motivo de trabalho, as representantes do assentamento Santa Helena e do Festival Contato participaram apenas do primeiro encontro. No terceiro encontro apenas uma das duas pessoas representantes da ACASC pôde participar, totalizando cinco pessoas. No último encontro, para discussão e validação dos dados, participaram novamente seis pessoas do referido conjunto. Considera-se, portanto, que um núcleo de seis pessoas compuseram o grupo comunicativo durante a maior parte da discussão.

Durante os encontros foi uma constante a preocupação com os princípios metodológicos propostos para a realização da pesquisa. Buscou-se sempre criar um clima de confiança, explicitando o sentido das atividades e checando junto aos/às participantes a compreensão delas/as durante os diálogos estabelecidos.

Os três primeiros encontros do grupo comunicativo foram gravados e transcritos na íntegra. Para a transcrição procurou-se ser fiel à fala e à cultura das pessoas participantes, realizando uma transcrição com a ortografia correta, segundo as orientações de Whitaker<sup>25</sup>, citada por Cherfem (2009, p. 96).

Terminada a transcrição os parágrafos foram analisados, identificando aqueles que teriam a característica comunicativa, os parágrafos comunicativos.

Parágrafo comunicativo é aquele que comunica algo sobre o tema abordado na investigação. Desta forma são parágrafos ou frases que têm relação direta com a temática estudada. Os parágrafos comunicativos diferem-se dos expressivos, compostos somente por

---

<sup>25</sup> WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo, SP: LetrasAmargem, 2002, pp. 115-120.

expressões tais como sim, não, então, tá, é, etc. (GIROTTI, 2011 p. 160). Na transcrição dos diálogos há parágrafos que têm elementos transformadores e também excludentes, neste caso, não havendo uma predominância de um sobre o outro.

Na identificação dos parágrafos comunicativos foi feita a marcação na transcrição com T, para aspectos transformadores, E para os excludentes, e P para propostas explícitas ou implícitas. Além disso, foi feita uma seleção dos trechos centrais, para a elaboração dos quadros de análise por tema.

O passo seguinte foi a montagem dos quadros com dimensões: transformadora ou excludente, por tema de agrupamento dos dados. Dos temas investigados economia solidária (tema 1) e políticas públicas (tema 2), optou-se por dividir o tema economia solidária em três subtemas para facilitar a análise dos dados. Desta forma o tema economia solidária foi subdividido em:

- 1.1. Organização do trabalho, autogestão e geração de renda;
- 1.2. Movimento de economia solidária e participação;
- 1.3. Formação, solidariedade e trabalho coletivo.

Nos quadros de análise por tema e subtemas foram feitos os encaixes dos trechos centrais identificados. Na montagem dos quadros foram identificados trechos referentes às categorias e encaixados segundo as dimensões transformadoras e excludentes. Os quadros temáticos de análise contêm os trechos centrais das falas dos/as participantes e estão na íntegra no apêndice B deste estudo.

Para efeito da organização dos dados observou-se que os trechos do texto podem apresentar conteúdos referentes a mais de um elemento, ou seja, tanto a mesma pessoa pode argumentar duas ou mais vezes no mesmo sentido da temática, como mais de uma pessoa pode argumentar também sobre a mesma temática (SANTOS, 2014).

Com a construção dos quadros temáticos de análise foi possível construir os quadros com o número de trechos centrais, aqui denominados unidades de contexto, ou seja, o número de trechos selecionados nas falas dos/as participantes sobre determinado elemento.

Quadro 7 – Modelo: elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto

Elementos	Dimensões	
	Transformadoras	Excludentes
	Nº. de unidades de contexto	Nº. de unidades de contexto

Fonte: (SANTOS, 2014, p.74) [adaptado].

Este quadro permite verificar elementos que aparecem com maior frequência na investigação.

A etapa final foi reagrupar os elementos em um quadro utilizando as categorias sistema e mundo da vida, de acordo com as dimensões transformadoras e excludentes. Gómez et al. (2006, p. 103) consideram este quadro uma reelaboração que visa aprofundar a análise da investigação, por exemplo, iluminar os nexos de comunicação entre sistema e mundo da vida no âmbito da temática em questão. Este quadro foi utilizado na reunião de discussão e validação dos dados da investigação com as pessoas participantes da pesquisa juntamente com as propostas identificadas durante as reuniões.

A categoria sistema diz respeito às temáticas relacionadas às instituições, espaços, sistemas de organização ou diretrizes reguladas pelo poder e/ou pelo dinheiro. Já a categoria mundo da vida diz respeito a temáticas relacionadas à vivência cotidiana que caracterizam cada pessoa.

Quadro 8 – Modelo: categorias sistema e mundo da vida e dimensões transformadoras e excludentes

Dimensões \ Categorias	Sistema		Mundo da vida	
	Políticas Públicas	Autogestão	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos transformadores				
Elementos excludentes				

Fonte: Gómez et al (2006, p. 103) [adaptado]

Este quadro também é utilizado para demonstrar quantos elementos aparecem, durante a coleta de dados, em cada categoria.

A partir dessas orientações teórico-metodológicas, na próxima seção é apresentada a análise dos dados da investigação, tendo como meta identificar elementos transformadores e excludentes no processo de gestão em economia solidária como forma de subsidiar a melhoria na prática cotidiana da gestão.

#### 4.3 Os sujeitos da pesquisa

São muitos os fatores que levam as pessoas a se organizarem na economia solidária. No primeiro encontro do grupo comunicativo cada participante falou um pouco da formação do seu grupo, e observou-se que os relatos pessoais misturavam-se com a história da existência do empreendimento econômico solidário.

Esta observação levou a pesquisadora a consultar os/as participantes sobre a divulgação, no trabalho acadêmico, de seus nomes. A decisão de cada participante foi individual em autorizar a divulgação de seus nomes e a identificação de cada um/a, tendo a

anuência de todos/as. Foi também consensual a posição de que a identificação não teria consequências nos empreendimentos e nem a vida privada dos/as participantes.

A caracterização das pessoas participantes ajuda a compreender melhor as análises propostas pela MCC já que em seus pressupostos estão a intersubjetividade e a reflexão, que só serão possíveis com a disposição das pessoas envolvidas em participarem ativamente do diálogo. Considera-se assim que as suas histórias de vida e sua relação com a economia solidária fazem parte deste processo.

Cândida Maria dos Santos e Elaine Cristina Salomão Martins são participantes fundadoras da TASCAs. Elaine faz parte também da AARTESCar. Cândida fez parte da UNIARTE, que foi seu primeiro contato com a economia solidária. Saiu do grupo e ajudou a fundar a TASCAs. A TASCAs surgiu dentro do programa de economia solidária, formada inicialmente por um pequeno número de empreendedores/as dentre os quais alguns já tinham participado de outros grupos, mas queriam viver uma organização diferente de suas experiências anteriores. O grupo considera importante a participação no movimento de economia solidária e a construção de uma política pública que atenda as necessidades de todos os grupos.

A gente trabalha junto com o poder público, com a política pública, mas uma política pública não voltada só pro nosso grupo. O nosso pensamento é desenvolver uma política pública de economia solidária pra todos os empreendimentos da cidade. Então o nosso foco é uma lupa pra que todo mundo tenha espaço. [...] Então nesse ponto eu acho assim, a política ajuda quando ela é ferramenta, não quando ela é necessidade. Então o nosso pensamento é usar da política pública como uma ferramenta pra alcançar alguma coisa, não dependência. [...] a TASCAs é mais ou menos isso daí. É um grupo que já tá trabalhando bem politizado mesmo, e todo mundo que tá entrando a gente tá conversando, explicando, e as pessoas tem opções de seguir essa linha, ou não, eu vim aqui só porque eu quero trabalhar, eu preciso ter uma renda, ela também vai gerar isso, mas ela precisa de um envolvimento. (§72 – CÂNDIDA).

Dario Aparecido Souza Branco e Marta Fernandes Marinho são casados e atuam na ACASC. Marta faz parte também da AARTESCar. A ACASC foi criada por fomento do DAES, já no Programa de Fomento à Economia Solidária. Não existia um grupo, mas vários empreendedores individuais, que tinham muitos conflitos com a prefeitura quando da realização de eventos públicos na cidade. Foi uma solicitação da própria prefeitura que os ambulantes da alimentação se organizassem para poder ter uma representação nas negociações dos eventos. Foi em 2005 que entrou a economia solidária nesta história e fomentou a criação da associação dos ambulantes de alimentação.

[...] A gente não tinha noção do que era uma associação, não tinha noção do que era uma cooperativa. [...] A intenção da ACASC desde o início era exatamente essa, era o grupo se organizar pra poder tá ir buscando aumentar o campo de trabalho não só do poder público, mas sim particular também. (§57 – MARTA).

A UNIARTE foi fundada de uma forma semelhante. Já existiam vários/as pequenos grupos de artesãos/ãs na cidade, mas não eram formalizados em uma associação. Digenir Chaves Fugazza, uma das fundadoras da associação, já tinha uma relação com a economia solidária, pois prestava assessoria contábil para o DAES na criação dos grupos e fazia parte de um dos grupos que se unificou na UNIARTE.

[...] A UNIARTE, ela foi formalizada em 2009. Só que o início não é esse. Existiam vários grupos pequenos, de três, quatro pessoas, que quando tinha um evento na cidade era aquela disputa, iam pra jornal, se brigava, quase se matavam por causa de espaço. Quando foi em 2009, na gestão do Barba [prefeito do município de 2009 a 2012] ele nos convidou pra um café da manhã e disse claramente: vocês querem a prefeitura do lado de vocês? Se formalizem. Então a formalização da UNIARTE se deu a partir do trabalho, da provocação, mas nós já estávamos trabalhando desde 2003. O que que a gente fez? Imediatamente nós saímos do café e viemos pra cá [Centro Público], e já marcamos a primeira reunião. (§74 – DIGENIR).

Fernanda de Oliveira Martucci representou o Festival Contato nessa pesquisa. O Festival Contato é um empreendimento do segmento da cultura. Surgiu em 2007 na UFSCar, com a união de três setores, a Rádio UFSCar, o Laboratório de Interatividade e o Cine UFSCar, e na sua fundação não teve nenhuma influência do Programa de Fomento à Economia Solidária. O empreendimento realiza um grande evento por ano, o Festival Contato, mas tem atuação perene, com atividades de formação de público nas diversas linguagens culturais, além de atividades de extensão universitária. A relação com a economia solidária aconteceu a partir do ano de 2009, com a reflexão de que as relações do grupo eram autogestionárias. No ano de 2009, com a realização da terceira edição do festival aconteceu a I Feira de Economia Solidária, com caráter microrregional, e fomento com recursos de um edital da SENAES para comercialização, referente a um projeto escrito pelos empreendimentos de São Carlos, como relata brevemente Fernanda:

então passou a ser um conceito muito importante ser um trabalho colaborativo só a partir desta terceira edição que teve a feira de economia solidária durante o festival. [...] A relação, com a economia solidária se estreitou a partir daí, né? Do grupo se entendendo como autogestionário, no trabalho colaborativo, com reuniões abertas com processo aberto todo de produção, né? De colocar no site como é que é produzido as planilhas todas, a prestação de contas e nessa relação de fomentar uma feira, um espaço de comercialização dos empreendimentos de economia solidária que também estavam começando a se relacionar com as pessoas e o próprio projeto do Contato. (§67 – FERNANDA).

A cooperada Liliane de Jesus Franco Lima faz parte da Coopervida, mas seu contato inicial com a economia solidária foi na Cooletiva. Em São Carlos foram formadas no início dos anos 2000 três cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, as duas já citadas e a Ecoativa. A formação das cooperativas teve relação com a política pública de economia solidária desde o início. Em 2010 houve uma unificação das três cooperativas em função da assinatura de um contrato de prestação de serviços de catadores para a prefeitura municipal. Liliane assim relata este processo:

a Coopervida ela surgiu com as pessoas que viviam no lixão, né. Elas viviam no lixão aí teve muita conversa com eles pra ver se iam fazer uma cooperativa, né? Aí em 2003, aí que se juntaram e fizeram a Coopervida. (§40 – LILIANE).  
[...] A Coletiva ela surgiu através de muitas reuniões, que eu sei. né? Aí no começo era a Isabel, o pai da Priscila que é o Donizete, aí eles começaram a dar andamento na Cooletiva, né? Aí quando começaram não tinha caminhão. Eles falaram que coletavam numa perua e na carrocinha de um menino que hoje ele não está mais com a gente, né? E assim foi indo. Aí depois teve a parte da unificação, que a gente unificou. A Coopervida, Cooletiva e Ecoativa se juntaram, aí a gente ficou uma só e se tornou a Coopervida. (§42 – LILIANE).

Por sua vez, os moradores do assentamento Santa Helena começaram a se relacionar com a economia solidária em 2009. O assentamento já existia, mas não tinha uma associação constituída e enfrentavam muitas barreiras em conseguir benfeitorias e financiamento por falta da formalização. Na ocasião era também uma diretriz do INCRA indicar a formalização nos assentamentos rurais. Foi feito um processo de formação com os moradores assentados e, em 2011, eles decidiram por montar uma associação. No processo de formalização aconteceram muitos problemas burocráticos, em especial com o CNPJ, pois, por ser área rural foram necessárias várias comprovações que os assentados não tinham. Lindamira Aparecida Teodoro Ribeiro, participante da investigação, relata o apoio dado na formalização:

teve bastante ajuda. Ajudou. Porque deu muito problema pra formar, pra fazer, e através daqui do pessoal da economia solidária é que nós conseguimos porque ia, voltava, ia, voltava, e fez um monte de coisa, [...] Olha deu trabalho, mas consegui. Foi através daqui [DAES] que conseguimos. Se fosse por nós mesmos a gente tinha desistido no primeiro, segundo tempo, porque nós não conseguiríamos fazer isso aí sem ter ajuda do pessoal. (§36 – LINDAMIRA).

São vários caminhos que levam os empreendimentos a se organizarem. Em comum nos relatos durante os encontros do grupo comunicativo estão a necessidade de geração de renda e a importância da organização do movimento de economia solidária.

#### 4.4 Análise dos dados: elementos da economia solidária e política pública na perspectiva dos empreendimentos

A partir da análise com base na MCC, observou-se 277 parágrafos comunicativos e 170 trechos centrais. Do total de trechos centrais, 52, equivalentes a 30,6% do total, são elementos da dimensão transformadora, ou seja, aqueles que ajudam a superar obstáculos para a vivência da autogestão dos grupos ou que apontam a eficácia da política pública e para os empreendimentos representam um potencial para a transformação social. Por outro lado, os 118 trechos que aparecem nas dimensões excludentes são 69,4% do total, ou seja, evidencia-se uma predominância de obstáculos para as pessoas ou para os empreendimentos econômicos solidários, que impedem as ações no sentido da autogestão e das políticas públicas, apontando a grandeza de desafios a serem superados.

Numa observação mais detalhada, verifica-se que houve uma predominância também da categoria autogestão com 104 trechos citados (61,2%) em relação à categoria políticas públicas que obteve 66 citações (38,8%) do total dos trechos centrais das categorias de análise.

Na categoria autogestão, 28 trechos centrais citados foram referentes aos elementos transformadores (26,9%) e 76 trechos foram referentes aos elementos excludentes (73,1%). Houve um predomínio de trechos de elementos excludentes também nas citações da categoria políticas públicas com 42 citações (63,6%) enquanto os elementos transformadores tiveram 24 citações (36,4%).

Ressalta-se que durante a realização dos grupos comunicativos surgiram outros temas fora do contexto da pesquisa, relacionados ao cotidiano dos empreendimentos, a situações específicas, entre outras, mas que não dizem respeito ao foco desta investigação e por isso estes relatos não são considerados na análise.

Na tabela 1 é apresentado o panorama geral da pesquisa.

Tabela 1 – Panorama geral da pesquisa

Procedimentos	Número de participantes	Total de parágrafos	Parágrafos comunicativos	Trechos centrais	Dimensões de análise		Categorias de Análise	
					Elementos Transformadores	Elementos Excludentes	Políticas Públicas	Autogestão
Grupo Comunicativo Crítico	5 a 8	1437	277	170	52	118	66	104

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

A seguir é feita uma análise dos temas economia solidária e política pública de economia solidária. Como já explicitado o tema economia solidária foi subdividido em três subtemas, o que permite aprofundar a análise, já que o tema é muito amplo.

#### 4.4.1 A voz dos empreendimentos – economia solidária: organização do trabalho, autogestão e geração de renda

No âmbito da temática economia solidária – organização do trabalho, autogestão e geração de renda os elementos apontados pelos/as participantes ficaram mais centrados na categoria autogestão que na política pública. O tema referente às relações internas dos empreendimentos relativas à vivência da autogestão foi um dos destaques dos debates nos encontros e apresentou-se como uma preocupação constante.

Durante o diálogo ficou bastante evidenciado que a economia solidária foi opção de trabalho para as pessoas que não conseguiram se inserir no mercado formal, especialmente para aqueles/as para quem a economia solidária é a única fonte de renda e não apenas uma complementação da renda. Os/as participantes apontaram vários motivos para estas dificuldades: a baixa escolaridade, relações familiares machistas, idade avançada, obrigação de cuidar de filhos, entre outros.

Para facilitar a compreensão sobre as reflexões realizadas foi montado o quadro 9, que apresenta a análise da MCC e a visualização dos elementos determinados nos diálogos nas categorias políticas públicas e autogestão.

Quadro 9 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”.

<b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	1.1.1. Interferência na autonomia dos grupos	1.1.6. Conflitos internos de relacionamento 1.1.7 Dependência do poder público: financeira e de gestão 1.1.8 Acúmulo de tarefas do empreendimento em poucas pessoas 1.1.9 Falta de união, de espírito coletivo entre os membros do empreendimento 1.1.10 Ausência de inovação nos processos de produção e de produtos por parte dos empreendimentos 1.1.11. Dificuldade na gestão administrativa e autogestão do empreendimento 1.1.12 Divisão organizacional causa problemas na relação associativa (desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico, problemas na divisão de tarefas) 1.1.13 Dificuldade na viabilidade econômica do

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>		empreendimento e de geração suficiente de renda para os membros (trabalho assalariado <i>versus</i> trabalho associado) 1.1.14 Produção individual e espaços de comercialização coletiva: sobrecarga de trabalho para os produtores. 1.1.15 Organização do trabalho vai sendo construída por tentativa e erro 1.1.16 Centralização da gestão e das informações em algumas pessoas do empreendimento, dificultando a autogestão. 1.1.17 Falta de capital de giro para poder investir 1.1.18 Sociedade machista (relações familiares e sociais, dificuldade de entrar no mercado formal de trabalho) 1.1.19. Problema de comunicação interna
<b>Elementos transformadores</b>	1.1.2 Oferta de formação e assessoria 1.1.3 Espaço permanente para comercialização 1.1.4 Construção da autonomia do empreendimento 1.1.5 Alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade.	1.1.20 Busca de novas técnicas de trabalho pelo empreendimento

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

O quadro 10 sintetiza o número de elementos citados por categoria e indica a preocupação maior com a autogestão, que teve 15 elementos, enquanto a categoria políticas públicas teve 5 elementos relacionados. Além disso, a dimensão excludente tomou grande parte do debate.

Quadro 10 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”.

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	1	14
<b>Elementos transformadores</b>	4	1

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Seguindo neste raciocínio, foi elaborado também o quadro 11, que especifica o número de trechos centrais, ou unidades de contexto, mais citados em todos os elementos. As informações sistematizadas neste quadro permitem verificar o maior número de manifestações nos diálogos e assim identificar os elementos que tiveram uma maior relevância durante a

realização da pesquisa. Alguns elementos, embora sejam registrados, aparecem com menos citações, mas fazem parte de um arcabouço geral da reflexão sobre a relação política pública e economia solidária, compondo um todo da investigação.

Quadro 11 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”.<sup>26</sup>

Elementos do tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	Dimensões																	
	Transformadoras									Excludentes								
	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E		
1.1.1. Interferência na autonomia dos grupos										1	1							
1.1.2. Oferta de formação e assessoria		1																
1.1.3. Espaço permanente para comercialização	2	1					1											
1.1.4. Construção da autonomia do empreendimento	1	1																
1.1.5. Alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade.	1	1					2											
1.1.6. Conflitos internos de relacionamento										1					1			
1.1.7. Dependência do poder público: financeira e de gestão										3		1						
1.1.8. Acúmulo de tarefas do empreendimento em poucas pessoas								1										
1.1.9. Falta de união, de espírito coletivo entre os membros do empreendimento													1					
1.1.10. Ausência de inovação nos processo de produção e de produtos por parte dos empreendimentos													1					
1.1.11. Dificuldade na gestão administrativa e autogestão do empreendimento									1	2	1					1		
1.1.12. Divisão organizacional causa problemas na relação associativa (desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico, problemas na divisão de tarefas)										1		3		1				

<sup>26</sup> C, M, Di, Lil, Da, F, Lin e E representam as pessoas participantes: C para Cândida, M para Marta, Di para Digenir, Lil para Liliane, Da para Dario, F para Fernanda e E para Elaine.

Elementos do tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”	Dimensões															
	Transformadoras								Excludentes							
	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E
1.1.13. Dificuldade na viabilidade econômica do empreendimento e de geração suficiente de renda para os membros (trabalho assalariado <i>versus</i> trabalho associado)									1		1					1
1.1.14. Produção individual e espaços de comercialização coletiva: sobrecarga de trabalho para os produtores.											1					1
1.1.15. Organização do trabalho vai sendo construída por tentativa e erro										1			1			
1.1.16. Centralização da gestão e das informações em algumas pessoas do empreendimento, dificultando a autogestão.									1							
1.1.17. Falta de capital de giro para poder investir										1	1					
1.1.18. Sociedade machista (relações familiares e sociais, dificuldade de entrar no mercado formal de trabalho)									1		2					1
1.1.19. Problema de comunicação interna												1				
1.1.20. Busca de novas técnicas de trabalho pelo empreendimento		1														
<b>Total</b>																
	<b>12</b>								<b>36</b>							

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Observa-se no quadro 11 que durante os diálogos a dificuldade de gestão administrativa dos empreendimentos fica bastante premente. Num total de 48 citações, 13 foram referentes à categoria política pública (27,1%) e 35 citações foram referentes à categoria autogestão (72,9%). Na análise mais específica na categoria política pública 11 citações foram de elementos transformadores (84,6%) e 2 foram de elementos excludentes (15,4%). Já na categoria autogestão as 34 citações foram referentes a elementos excludentes (97,1%) enquanto apenas 1 citação correspondeu aos elementos transformadores (2,9%). No total foram 12 citações para os elementos transformadores (25%) e 36 citações para elementos excludentes (75%).

Muito embora a autogestão possa ser vista como um potencial para os empreendimentos, na medida em que a união e o trabalho coletivo podem ser emancipadores, as dificuldades técnicas da administração são vistas como um obstáculo a ser superado.

[...] A gente tem um potencial muito grande, mas nós esbarramos numa grande dificuldade: administração[...]. Administrar nós dois, é um empreendimento pequeno, é difícil. Quem dera uma associação, uma cooperativa, como é que faz com 50 associados? [...] É difícil, muito difícil. A gestão, mesmo uma pessoa, eu acho que ela formada, estudada, ela encontra dificuldade. A gestão é muito difícil. se a pessoa não tiver pé firme mesmo é muito difícil gerenciar qualquer coisa. (§115 – MARTA).

Dependendo da forma organizativa do empreendimento, as dificuldades aparecem em diferentes configurações. Para os empreendimentos que têm produção individual com a comercialização em espaços coletivos há uma sobrecarga de trabalho sobre o/a empreendedor/a. Ele/a é o administrador e produtor ao mesmo tempo, e suas funções vão desde a compra de matéria-prima, produção, comercialização e administração de resultados. Esta forma organizativa é mais comum nas associações de artesanato e de serviços de alimentação para eventos na economia solidária. O argumento apresentado pelos/as participantes é que a função administrar o negócio acaba por tomar um tempo que, para os/as empreendedores/as, poderia ser gasto com a produção, que é o resultado que no final gera a renda.

[...] Você perde tempo fazendo planilha enquanto você podia estar produzindo, entendeu? Aí você tinha que ter uma pessoa para fazer isso pra você não perder tempo com a sua produção, se a gente depende da produção pra ter renda. (§129 – ELAINE).

Em outra forma de organização, como nas cooperativas, nas quais o trabalho e a gestão são realizados coletivamente, é possível fazer uma maior divisão de funções. Nesta forma geralmente há uma divisão de tarefas, com algumas pessoas ficando com a responsabilidade da gestão burocrática e administrativa e outras com a execução do processo de trabalho operacional, ou em outras palavras, o trabalho que é a finalidade do empreendimento. Esta organização traz dificuldades de outra ordem, a da convivência e compartilhamento coletivo e das relações de poder que podem ser estabelecidas com a divisão organizacional do trabalho.

O desconhecimento do processo produtivo como um todo é um entrave para a gestão coletiva sob vários aspectos. O primeiro é que se corre o risco de se criar uma “casta” gerencial, ou seja, aqueles/as que mandam e aqueles que obedecem. Como relata Liliane, isto fica evidente em alguns momentos no empreendimento que ela faz parte:

[...] então às vezes eles ficam assim, aí fica assim: “ah a [citação e nome] e a [citação e nome] se sentem igual à patroa” a gente fala: “gente não é patroa, é cooperada igual a vocês. Todos nós somos cooperados”. [...] Aí ficam assim: “é

vocês não fazem nada!” - nós do escritório: “vocês não fazem nada, vocês ficam aí o dia inteiro aí ó, [...] sem fazer nada”. (§348 – LILIANE).

O desconhecimento do processo produtivo pelos membros do empreendimento, além de ser um obstáculo para a autogestão, pode também gerar uma sobrecarga de trabalho por acúmulo de tarefas para uns e a acomodação de outros, o que também prejudica a gestão, como aponta Cândida:

[...] A gente briga muito pela autogestão, que eu acho que isso ainda, dentro da economia solidária é um problema, as pessoas ficam na dependência e alguém toma a frente, porque pra não acabar alguém tem que tomar a frente, né? Então isso eu acho que ainda é uma dificuldade. (§72 – CÂNDIDA).

Cientes destas dificuldades, também há uma percepção da necessidade de melhorar o conhecimento de todos/as do processo produtivo. Não de uma forma inadequada, como relatou Digenir, ainda quando exercia o cargo de assessora contábil de empreendimentos, que passou pela experiência na Cooperlimp, na qual era feito um rodizio na administração a cada três dias e isso se mostrou extremamente ineficiente, pois era muito pouco tempo para que houvesse resultados positivos, mas de uma forma que haja realmente a compreensão de todos/as para evitar conflitos.

[...] Tem o caso dos grupos que têm essa divisão mesmo das tarefas, as pessoas fazem coisas diferentes. E nas minhas experiências de trabalho, assim, eu vi que uma coisa que é muito importante é todo mundo saber qual é aquela etapa que o outro está fazendo, como ela funciona, mesmo que você não domine aquilo. Mesmo que você não seja tão bom naquilo, mas precisa saber como é que funciona pra não ficar achando que a pessoa trabalha menos ou que o trabalho do outro é menos importante no processo. (§184 – FERNANDA).

As questões de gênero não são foco específico dessa tese, mas na investigação este tema foi tratado pelos/as participantes, sendo apresentado tanto como elemento excludente como transformador.

Os dados mais recentes sobre percentuais de homens e mulheres na economia solidária no Brasil são do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e traz informações de 2005 a 2007, tendo sido publicado em 2009. Estes dados mostram a existência de 21.859 empreendimentos, sendo que 63% dos/as trabalhadores/as são homens e 37% são mulheres participantes destes empreendimentos. Estes percentuais se repetem na região sudeste, sendo 38% de mulheres e 62% de homens nos empreendimentos (ANTEAG, 2009).

Em São Carlos não há dados atualizados da totalidade dos empreendimentos. Foi possível fazer o levantamento dos dezoito empreendimentos cadastrados no COMESOL. Nestes, 66,8% são mulheres e 33,2% são homens, com onze empreendimentos com maioria de mulheres, seis empreendimentos com maioria de homens e um empreendimento onde o número de homens e mulheres é igual. Essa caracterização apresenta, portanto, uma maioria de mulheres nos empreendimentos de São Carlos.

A baixa escolaridade, relações familiares e de vida, dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho, necessidade de geração de renda estão nas histórias de vida que levaram as mulheres à economia solidária.

Pedi [...] para seu Vladimir na época, se ele deixava eu vender só as bonecas de fuxico. Aí eu expliquei a situação. Porque antes disso eu tinha procurado emprego em muitos lugares. Mas daí o povo olhava para o meu tamanho, e já anotava no currículo. Quantas vezes eu ouvi: “mas quantos quilos você tem”? Eu falei: “mas isso faz parte da classificação profissional”? “Não, mas a gente precisa saber”. Então é lógico que era um “tá fora”. Daí o seu Vladimir deixou. (§1238 – ELAINE).

De repente a gente tem bastante mulher hoje atuante na economia solidária por falta de ter, as mulheres terem conseguido estudar, fazer uma carreira. [...] Porque tem aquela época que a gente viveu que era o “do lar” aí, que a gente fez lá “*ma-le-mã*” o colegial e criou filho, né? (§1086 – CÂNDIDA).

Ao mesmo tempo em que as dificuldades levam as mulheres a organizarem-se coletivamente, a economia solidária apresenta-se também como uma alternativa para a organização do conhecimento tácito de alguma habilidade já existente na sociedade. Neste sentido a economia solidária torna-se transformadora, na medida em que se torna uma alternativa para a geração de renda.

Que eu fiz pra gente aumentar a nossa renda, você entendeu? Mas assim, porque eu comecei? Comecei porque eu senti dificuldade na hora de arrumar emprego, você entendeu? Então assim, eu achei uma saída para mim, né, essa saída. Foi por isso que eu comecei a vender cachorro quente porque se ele fosse um cara bem situado [marido] eu não estaria no serviço que eu estou hoje. (§1091 – MARTA).

Aí meu pai adoeceu, confusão, parei com tudo. Aí eu falei, como é que eu volto? Quase 50 anos. Trabalhar? Mercado não ia me aceitar gente. Eu não tenho um currículo, que nenhuma empresa sabe, vai. Falei vou partir para os meus artesanatos, que fiz a minha vida inteira. (§1098 – CÂNDIDA).

Aí eu fiquei grávida. Aí eu falava meu Deus do céu como é que eu vou fazer o enxoval do meu filho? Não tinha de onde tirar. Dinheiro mal dava para pagar o aluguel. Aí quando a gente tem fé sempre vem uma luz, né? Aí eu pedi pra Cidinha, que era minha vizinha de barraca, pedi retalho de tecido pra ela e comecei a fazer as bonecas de fuxico. E começou a vender super bem. (§1238 – ELAINE).

Muito embora as histórias de vida sejam diferentes e digam respeito a um grupo específico, as dificuldades relacionadas às mulheres e mercado de trabalho trazem semelhanças no seu contexto geral. Histórias parecidas podem ser verificadas em Cherfem (2009), Pires (2010), entre outros estudos sobre as mulheres na economia solidária, representando, portanto, um elemento importante na reflexão da política pública de economia solidária.

Quando questionados se o poder público poderia ajudar nas relações internas dos grupos foi levantada a preocupação da interferência do poder público e perda de autonomia dos empreendimentos, do ponto de vista da gestão, como também da dependência financeira.

Por se tratar de uma política pública, de uma forma ou de outra, os empreendimentos têm uma relação direta com a prefeitura, ou do ponto de vista de comercialização ou de produção ou mesmo de prestação de serviço direta, como é o caso da Coopervida que tem um contrato de prestação de serviço.

Verardo (2005), como explanado em seção anterior, expressa a preocupação com o risco da perda de autonomia dos empreendimentos com a ação de assessorias e membros externos aos empreendimentos. Esta preocupação também apareceu bastante durante os diálogos.

Para os/as participantes, empreendimentos que têm contrato financeiro com o poder público, criam uma maior dependência e correm ainda mais risco de perder a sua autonomia e de acabar por extinguir suas atividades.

Na época que elas começaram e tiveram vários cursos bons, fizeram, tiveram todo o equipamento assim como a Coopercook, tiveram tudo na mão e não conseguiram ir pra frente mesmo. Depois que não deu certo mais trabalhar com as licitações aqui do poder público e tal elas, não conseguiram. O grupo não conseguiu ir sozinho com tudo na mão. Porque faltou [...] uma dedicação.[...] Todos esses grupos que eram daquela época foram, depois que a prefeitura na verdade não é abandonou, não pôde mais fazer nenhum tipo de licitação, todos eles acabaram, né?[...] Porque eles criaram a dependência, os grupos criaram a dependência da prefeitura vir e arrumar o serviço para eles. (§294 – MARTA).

A dependência financeira do poder público ainda é uma realidade bastante presente segundo os relatos, apresentando-se como um obstáculo para a autogestão dos grupos, muito embora eles tenham consciência disso e tentem superar essa condição.

E foi isso que eu fiz, não só depender do poder público, mas eu fui buscar outros caminhos, outros eventos particulares que pudessem trazer a renda, que foi o que a gente ouviu. Mas o grupo em si ele não procurou sair disso, ele exige muito do

poder público, porém não conseguiu sobressair dessa dependência. [...] A intenção da ACASC desde o início era exatamente essa, era o grupo se organizar pra poder estar buscando aumentar o campo de trabalho não só do poder público, mas sim particular também e isso não aconteceu. (§55 – MARTA).

A dificuldade de viabilidade econômica, com geração de renda suficiente para os membros do empreendimento é um dos fatores que leva a essa dependência e também à grande rotatividade de pessoas nos empreendimentos. Quando não há renda suficiente, qualquer proposta de emprego, com carteira assinada, acaba se tornando a melhor alternativa para trabalhadores/as que poderiam estar no empreendimento coletivo.

Mas quem entrou agora [...] porque precisa de renda, é muito mais difícil. A gente tem um exemplo muito grande na Cooperlimp. Que as pessoas estavam treinadas, a pessoa chegava e oferecia um emprego para presidente da cooperativa, ela falou, “tchau gente que eu vou trabalhar que aí eu vou ter férias, 13º, tudo mais”. É a necessidade terrena. E essa dificuldade [...] vai ter que se trabalhar muito para as pessoas ou então um jeito delas terem renda, né? Aí elas conseguem trabalhar em grupo. Mas se não tiver renda, se cada um tiver essa batalha, porque você tem que arrumar matéria-prima, você tem que produzir, você tem que vender. (§178 – DIGENIR).

Este é um fator a ser considerado no planejamento do programa de fomento à economia solidária, a garantia da renda por um tempo, até que o empreendimento esteja consolidado e possa gerar retorno financeiro. Caso contrário, a tendência a não permanecer no empreendimento é grande.

Haddad (2005) alerta sobre essa questão quando questiona os motivos pelos quais os/as trabalhadores/as abandonam os empreendimentos quando recebem uma proposta de emprego e saem da relação autogestionária, que deveria ser muito melhor para todos/as, pois é considerada uma forma emancipadora da classe trabalhadora. Entretanto, a instabilidade financeira nos empreendimentos solidários tem sido um fator de evasão dos/as empreendedores/as para outras alternativas de trabalho, especialmente as alternativas de emprego com carteira assinada.

Elaine sintetiza bem em sua fala as condições diferenciadas de uma forma e de outra, ou seja, a diferença entre estar num empreendimento econômico solidário e trabalhar no mercado com carteira assinada:

eu acho que a diferença entre ser registrado e você ser um empreendedor é a liberdade e a segurança, entendeu? Tem muita gente que prefere a segurança, tá infeliz, mas prefere a segurança de ter o dia que vai receber o pagamento ou ter a liberdade de falar assim: “não, esse mês eu vou trabalhar mais porque eu quero ganhar mais”, então tem gente que prefere a segurança à liberdade. Entendeu? Eu tenho a liberdade de sair uma tarde e vir participar de uma reunião, e deixar de

produzir. Mas depois eu vou compensar de um outro jeito, mas eu tenho a liberdade. (§845 – ELAINE).

Na sociedade atual, o trabalho assalariado, com carteira assinada, é aquele que garante os direitos sociais, o que pode não acontecer na economia solidária. Neste sentido existe um paradoxo. O trabalho coletivo e autogestionário é emancipador, oferece a possibilidade da “liberdade” como diz Elaine, mas as relações de emprego trazem a garantia da “segurança”, dos direitos sociais garantidos, como lembrou Digenir.

Uma das iniciativas que pode contribuir para a geração de renda satisfatória é a criação de espaços de comercialização permanentes. A recente conquista da feira em uma das praças de São Carlos, não mais ocupada apenas por um grupo, mas por toda a economia solidária do município, por meio do Decreto 95/2014 (anexo F) é vista pelos empreendimentos como um elemento transformador e que tem um grande potencial na geração de renda, além de ser um espaço onde todos/as os/as trabalhadores/as da economia solidária poderão estar, o que fortalece também os laços entre os empreendimentos. Este poderá ser um espaço de divulgação cultural, envolvendo também empreendimentos solidários culturais fazendo parceria com a rede pontos de cultura. Os empreendedores/as estão discutindo muitos planos para a ocupação do espaço da praça, que teve início em 23 de novembro de 2014.

[...] Conseguimos que a feira permanente realmente seja oficial, né? Então a gente já está partindo para um espaço que seria de todos nós, pra podermos trabalhar, [...], todos os segmentos do grupo. [...] Mas se a gente começar a promover a praça a gente vai ter atrativo. [...] Eu luto por um ponto, por exemplo, hoje se eu pego uma encomenda eu tenho que ir levar na casa da pessoa, ela não vai até onde eu estou. (§72 – CÂNDIDA).

Por fim a questão dos conflitos internos, mesmo tendo sido pouco evidenciada no quadro 11, aparece em vários momentos diferentes do diálogo como um problema sério nos empreendimentos. Conflitos de opinião ou de interesse como lembra Singer (2002, p.19), “dividem os sócios e ameaçam a solidariedade entre eles”.

A fala de Digenir “o trabalho em grupo. Isso fortalece. Fortalece a relação entre as pessoas e fortalece demais o grupo”, vai ao encontro do que Singer (2002) afirma em relação à vivência do trabalho coletivo autogestionário: a autogestão exige um esforço adicional e produz excelentes resultados quando da resolutividade de problemas em comum, quando não há conflitos. Essa resolutividade é potencializada pelo trabalho coletivo.

Entretanto, Singer (2002) alerta:

O esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas, etc. O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. (SINGER, 2002, p. 19)

Esta afirmação corrobora com a situação exposta anteriormente no diálogo sobre a divisão de tarefas e o desinteresse de uns e o acúmulo de funções para outros.

As dificuldades na gestão administrativa dos empreendimentos ficam evidentes na medida em que há uma grande maioria de elementos excludentes referentes à autogestão. Ao mesmo tempo o número maior de elementos transformadores para a política pública aparece como uma possível solução, já que, na visão dos/as participantes, a mesma pode fornecer ferramentas para melhorar a gestão administrativa dos empreendimentos econômicos solidários.

Desta forma, o subtema que trata da organização do trabalho, autogestão e geração de renda na economia solidária evidenciou na pesquisa muitos desafios a serem transpostos pelos empreendimentos e conseqüentemente para a política pública de fomento. A autonomia administrativa, política e financeira, a geração de renda adequada à sobrevivência dos/as trabalhadores/as, a resolução dos conflitos internos, a vivência democrática e solidária nos empreendimentos, estão entre as preocupações prementes. A necessidade de uma assessoria, que não seja invasiva, e a criação de espaços para comercialização estão entre demandas observadas e que devem ser consideradas na elaboração e na execução da política pública.

#### **4.4.2 A voz dos empreendimentos – economia solidária: movimento de economia solidária e participação**

O movimento de economia solidária teve um papel preponderante para que houvesse avanços na instituição de políticas públicas sobre este tema no país. A organização dos/as trabalhadores/as se fortaleceu com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e com a organização dos fóruns locais onde existe a economia solidária.

Os fóruns de economia solidária têm uma característica peculiar. Nele participam membros da rede de gestores públicos, entidades de fomento e trabalhadores/as dos empreendimentos. São locais de reflexão sobre os rumos do movimento, sobre as demandas dos empreendimentos. É um local de troca de experiências e articulações comuns.

Durante o diálogo com o grupo comunicativo várias questões surgiram relacionadas ao movimento de economia solidária. Este subitem trata especificamente da visão dos empreendimentos sobre a participação e sobre o movimento de economia solidária.

No quadro 12 encontra-se a análise com base na MCC apontando os elementos excludentes e transformadores relativos ao subitem segundo as categorias autogestão e políticas públicas.

Quadro 12 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”.

<b>Dimensões</b> \ <b>Categorias</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	1.2.1. Pouca participação dos gestores nas reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária (ausência do movimento)	1.2.4. Uso do empreendimento para fins políticos 1.2.5. Prática capitalista e individualista 1.2.6. Desconhecimento do que é economia solidária na sociedade 1.2.7. Dificuldades estruturais para a participação das pessoas (transporte, horário de reunião, filhos pequenos, etc.) 1.2.8. Não ter o hábito de participar de reuniões 1.2.9. Reuniões desestimulantes para a participação 1.2.10. Linguagem inadequada, empreendimentos não entendem o que se discute nas reuniões. 1.2.11. Pessoas se sentem intimidadas em participar (posturas intimidadoras) 1.2.12. Critério de participação obrigatório para comercialização
<b>Elementos transformadores</b>	1.2.2. Formação de novos empreendimentos 1.2.3. Apoio político para os empreendimentos e movimento de economia solidária	1.2.13. Fortalecimento do empreendimento para o diálogo com o poder público 1.2.14. Conquistas coletivas por meio da participação 1.2.15. Transformação pela participação e organização coletiva do movimento 1.2.16. Fortalecimento do empreendimento por meio da construção da autonomia em relação ao poder público

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Pode-se observar que novamente a autogestão teve a maioria de elementos com 13 citações (9 excludentes e 4 transformadores), enquanto a política pública teve apenas 3 elementos (1 excludente e 3 transformadores), conforme pode ser observado no quadro 13.

Quadro 13 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”

<b>Dimensões</b> \ <b>Categorias</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	1	9
<b>Elementos transformadores</b>	2	4

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Dos elementos relativos ao movimento de economia solidária o que teve maior número de citações e parece ser o mais relevante relativo às políticas públicas foi a pouca participação dos gestores públicos nas reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária.

[...] Eles [gestores] não estão acompanhando em nada. Tem reunião aqui, fica uma pessoa aqui [...] que não tem nem capacidade de argumentar, que você pode questionar ele o quanto for, ele não sabe responder. Não ficam os gestores aqui em reunião. (§647 – CÂNDIDA).

Como o fórum municipal é um espaço de reflexão coletiva, as reuniões representam um momento onde há troca de informações, verificação de demandas e discussão sobre ações relacionadas ao movimento e à política pública. A ausência dos gestores foi foco de debate durante os encontros, pois se considera que isso dificulta o diálogo entre os segmentos.

Outra questão muito discutida foi a linguagem utilizada nas reuniões. Este foi o elemento que teve o maior número de citações. A dificuldade em entender o que se discute nas reuniões foi muito evidenciada e foi considerada um fator de desmotivação para a participação.

Eles têm muita dificuldade. Da linguagem. No começo quando a gente vinha, o povo não vinha, não participava das reuniões porque falava assim, “ah eles falam tudo difícil a gente não entende nada o que eles falam”. Então aí quando falava assim “ó tem reunião lá no centro público”, aí quase ninguém vinha, porque falava assim: “o que eu vou fazer lá? Eu não entendo, eles vão falar tudo difícil”. Tem que falar o que a gente entende. (§356 – LILIANE).

O movimento social é transformador na medida em que tem a premissa de relações de diálogo horizontalizadas. O uso de uma linguagem de difícil entendimento além de inibir a participação das pessoas pode intimidar. Isto significa que além de não entender as pessoas não irão perguntar, nem se posicionar nas reuniões, e dessa forma não há interação, não há troca, não há diálogo.

Sobre a importância do diálogo para a transformação social Freire (1987) observa que a partir de uma realidade opressora, e com o objetivo de transformá-la, está dado do desafio de fazê-la por meio do diálogo. O diálogo não é apenas palavra, mas é constituído de dois elementos inseparáveis, a ação e a reflexão, que somente juntas formam as “palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE, 1987, p. 44). Ou seja, a transformação social vem da capacidade dos homens e das mulheres de intervirem no mundo em que vivem por meio do diálogo.

Quando não há diálogo na organização do movimento as reuniões se tornam entediadas e exaustivas:

porque eu acho que o erro vem de lá de trás, entendeu? Foi sempre muito, as reuniões de lá de trás eram muito chatas. (§302 – ELAINE).

De tanto que cansava a gente. Porque cansava. Era exaustivo, né? Quando tinha aquela plenária que ia algum documento lá pra São Paulo e que tinha que ser decidido. Nossa ficava muito enjoativo. Ficava ali tim-tim por tim-tim, “não concorda”, “ah ficava melhor assim, assado” e isso cansa as pessoas, uma porque é difícil pra gente poder, né? Ela é uma professora, eu acho que a gente tinha que ter dado as ideias e quem tem a facilidade de redigir um trabalho, uma discussão na plenária, que redigisse depois. Mas a questão do entendimento, do assunto ali na hora, né, a gente passava, mas com muitas palavras difíceis vai indo vai afastando as pessoas. (§361 – MARTA).

O relato de situações de opressão são presentes no movimento e é bastante preocupante devendo ser considerado para uma reflexão no coletivo e mudanças nas dinâmicas, tendo em vista a necessidade da construção dialógica como elemento da transformação social.

A práxis formada pela ação e reflexão, segundo Freire (1987), fica prejudicada e isso fica evidente na fala de Cândida:

muitas vezes será que essa pessoa que veio está entendendo? Não está com dificuldade de entendimento de alguma coisa? E aí é difícil mesmo. Você vê, você está numa reunião, você pede para alguém colaborar com uma comissão. Todo mundo tem aquele receio, não sabe nem o que é isso. Então não é nem falta de interesse. A pessoa não tem conhecimento mesmo, ela se sente intimidada. (§1012 – CÂNDIDA).

Esta situação leva ao que Elaine chamou de participação por interesse. Ou seja, as pessoas só participam porque é um critério obrigatório para comercialização ou outro benefício da política pública e não porque entendem, vivem e acreditam na economia solidária como um modelo de desenvolvimento.

Eu acho que a grande dificuldade é que as pessoas falam assim: “tem que ir na economia solidária, porque hoje tem reunião, senão você não vai participar da Festa do Clima.” Então as pessoas vêm só por interesse e não vivem a economia solidária, elas vivem no mundo capitalista e vêm aqui só pela presença porque precisa vir. Então é difícil você ter um grupo unido, coeso, se as pessoas não vivem aquilo. Então pra elas é só por interesse. [...] Sempre se rondou, por fora, nos bastidores, se você não fizer parte você está fora. [...]. Então, as pessoas vinham não porque entendem que é um modelo legal de se viver e sim porque se eu não vier eu estou fora. (§300 – ELAINE).

Outro elemento identificado como excludente e obstáculo a ser superado é o desconhecimento da economia solidária pela sociedade em geral. Além do desconhecimento da prática autogestionária, a economia solidária muitas vezes é confundida com caridade ou solidariedade ou acolhimento a alguém, segundo os relatos dos/as participantes. O fortalecimento do movimento passa pela visibilidade e pela compreensão da sociedade do que é a autogestão e qual modelo de desenvolvimento é proposto pela economia solidária.

Você nasceu, cresceu no mundo capitalista. O mundo inteiro em volta vive no capitalismo. É difícil você mudar uma cultura. Nós estamos nem engatinhando ainda, né? Eu acho que vai demorar muito pra gente que está aqui dentro viver a economia solidária. É difícil para os outros que não participam entender o que a gente está falando. (§138 – ELAINE).

Você fala para as pessoas e as pessoas não têm o conhecimento do que é a economia solidária. Você começa a falar: a pessoa acha impossível, né? (§198 – MARTA).

Em relação à política pública dois elementos foram levantados como transformadores, apoio na formação de novos empreendimentos e também apoio político para as ações dos empreendimentos e do movimento de economia solidária.

Mas o elemento que teve o maior número de citações de unidades de registro foi a transformação pela participação e organização coletiva do movimento.

Em relação ao grupo ACASC [...]. Eu não digo que eles sigam exatamente o conceito, mas eles estão entendendo a importância porque a mudança é gradativa não é? A mudança não é de repente. (§290 – MARTA).

O mundo é individualista, mas a gente tem que tentar fazer essa mudança. [...] E eu acho que você participando fica claro se é isso mesmo que você quer ou não. Eu acho que quem participa tem uma outra visão. Você ficar 3, 4 dias fora da sua casa, dormindo com outras pessoas, trocando ideias, conversando com pessoas diferentes, não tem nada que pague isso. (§747 – DIGENIR).

[...] Então pra mim eu entendo a economia solidária assim, é fonte de renda, é fonte de parte política e é fonte de prazer. Eu sinto um prazer enorme no que eu faço pelo movimento, pelo grupo, sabe? Pelas outras pessoas, isso me completa. Então não tem cansaço. (§1379 – CÂNDIDA).

Foram vários os diálogos neste sentido, o que se comprova com o grande número de citações (oito), observadas no quadro 14, explicitado mais adiante. O movimento de economia solidária aparece como um motivador e incentivador para homens e mulheres dos empreendimentos autogestionários. Um espaço de trocas, de aprendizagem, de convivência, de motivação, de avanços coletivos e de satisfação.



Elementos do tema 1 economia solidária, subtema 2 “movimento de economia solidária e participação”		Dimensões															
		Transformadoras								Excludentes							
		C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E
1.2.14. Conquistas coletivas por meio da participação	Categoria Autogestão	1															
1.2.15. Transformação pela participação e organização coletiva do movimento		2	3	2		1											
1.2.16. Fortalecimento do empreendimento por meio da construção da autonomia em relação ao poder público		1															
<b>Total</b>		<b>14</b>								<b>21</b>							

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

O quadro 14 apresenta um total de 35 citações, das quais 5 são referentes à categoria política pública (14,3%) e 30 citações referem-se à categoria autogestão (85,7%). Em relação às dimensões, foram um total de 14 citações para os elementos transformadores (40%) e 21 para os elementos excludentes (60%). Este quadro serve de parâmetro para as citações que ficaram mais evidentes durante os encontros do grupo comunicativo crítico. Em relação à categoria política pública, observa-se que 2 citações apresentam-se como elementos transformadores (40%) e 3 citações como elementos excludentes (60%). Já na categoria autogestão, 12 citações foram referentes a elementos transformadores (40%) e 18 citações foram referentes a elementos excludentes (60%).

A transformação das pessoas pela participação e organização coletiva do movimento evidencia o maior número de citações para o elemento transformador. Por outro lado, a questão da dificuldade de entendimento, do uso da linguagem inadequada, aparece como o elemento mais citado entre os elementos excludentes.

Observa-se que o diálogo aparece como tema central no subtema movimento social e participação, relativo à temática da economia solidária. A participação e interação dos três segmentos, rede de gestores, empreendimentos e entidades de fomento apresenta-se como fundamental no processo de construção da economia solidária como movimento social. Vários desafios de ordem interna e externa ao movimento ainda são muito prementes. Entre eles o reconhecimento social da economia solidária como movimento, com a capilarização social necessária que ainda está por ser alcançada é colocado pelos/as participantes da pesquisa como um fator relevante para o avanço e fortalecimento do movimento.

#### 4.4.3 A voz dos empreendimentos – economia solidária: formação, solidariedade e trabalho coletivo

Este subitem trata da economia solidária no âmbito da formação, solidariedade e trabalho coletivo. Como nos outros subitens de discussão da economia solidária a categoria autogestão teve o maior número de elementos citados durante a investigação. Ressalta-se que o maior número de elementos transformadores relativos à autogestão também foram relativos a esta discussão como pode ser verificado nos quadros 15 e 16.

Quadro 15 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	1.3.1. Formação inadequada para a realidade dos empreendimentos 1.3.2. Falta de avaliação coletiva das formações fornecidas pelo poder público 1.3.3. Linguagem inadequada que dificulta o entendimento das pessoas dos empreendimentos	1.3.5. Individualismo é muito forte na sociedade e influi na organização do grupo 1.3.6. Dificuldade em utilizar o que foi dado na formação 1.3.7. Desconhecimento pelos membros dos empreendimentos do que é economia solidária e autogestão 1.3.8. Preocupação das pessoas do empreendimento apenas com a comercialização 1.3.9. Dificuldade em mudar uma visão de mundo 1.3.10. Falta de vivência solidária nos empreendimentos 1.3.11. Dificuldades para qualificação (cansaço, transporte, alimentação, falta de estímulo, idade avançada)
<b>Elementos transformadores</b>	1.3.4. Formação adequada, dentro da realidade do empreendimento.	1.3.12. Construção de critérios pra novos ingressantes nos empreendimentos 1.3.13. Formação feita pelos empreendimentos 1.3.14. Fortalecimento do empreendimento por meio do trabalho coletivo 1.3.15. Satisfação e orgulho de ter vencido com seu trabalho. 1.3.16. Busca de qualificação e aprendizagem

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Observa-se também que o menor número de elementos transformadores para a categoria política pública foi colocado para este subitem (quadro 16).

Quadro 16 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	3	7
<b>Elementos transformadores</b>	1	5

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Assim como na discussão sobre movimentos sociais foi identificado pelos/as participantes que a economia solidária é pouco conhecida na sociedade e que esse obstáculo encontra-se também dentro dos empreendimentos. Com a possibilidade de geração de renda muitas pessoas se aproximam de empreendimentos econômicos solidários sem necessariamente conhecer os princípios autogestionários, reflexo de uma sociedade que não teve como prioridade de organização da classe trabalhadora a forma autogestionária ao longo da sua formação enquanto classe, conforme explicitado em seção anterior.

Este desconhecimento acaba por causar uma dificuldade interna nos empreendimentos, tanto do ponto de vista de participação no movimento de economia solidária como na organização interna do grupo, na vivência da autogestão.

Mas, para ir a maioria, ela não tem o conceito de economia solidária e aí eu acho que é a grande dificuldade de trazer o pessoal aqui pra dentro do centro público. [...] Assim o pessoal que não comparece aqui, eu acho assim, não é por falta de interesse, é porque eles não têm a dimensão do que poderia ser a economia solidária e o que poderia favorecer, você entendeu? (§282 – MARTA).

Outra dificuldade a ser enfrentada pelo desconhecimento da economia solidária, além da falta de vivência solidária nas relações internas pode ser a reprodução das disputas no mercado de trabalho no interior dos empreendimentos, principalmente relacionadas à comercialização.

[...] Das brigas internas você entendeu? O pessoal não é solidário, ele não fala “não ó, se eu estou aqui, então vamos dar o direito para o outro também”. Não, o pessoal fala: “se fulano está lá eu também vou querer, eu vou querer aqui e vou querer lá”, você entendeu? É essa que é, e dentro dos grupos em si, de qualquer grupo é isso que acontece. Se neguinho tiver a oportunidade, dentro da cooperativa, tiver a oportunidade de passar uma rasteira nela, ele vai passar, porque ele vai ganhar um pouquinho mais, nem que for, que não vai deixar ele nem mais rico nem mais pobre. Mas ele vai passar rasteira, você entendeu? É essa que é a grande questão. (§786 – MARTA).

Esses conflitos, gerados pelo estímulo apenas da comercialização e geração de renda podem despertar sentimentos de que o empreendimento está apenas sendo usado: “é

porque as pessoas não vivem a economia solidária. [...] Elas usam a economia solidária.” (§787 – ELAINE), ou ainda nas palavras de Digenir (§790) citando um gestor na discussão em grupo da II Conferência Regional de Economia Solidária: “nós temos economia na cidade, a solidária ainda não chegou”.

Uma das saídas propostas para a superação desse obstáculo é o investimento na formação adequada para os/as empreendedores/as

[...] A gente precisa do B-A-BA mesmo, passar para as pessoas que estão há mais de 10 anos aqui dentro da economia solidária e ainda não entenderam que elas não tem que só se preocupar só com a barraquinha dela, ela tem que se preocupar com o global, com o empreendimento que elas fazem parte. [...] Aí volta-se a dificuldade das pessoas não entenderem o que é economia solidária, o que é autogestão, então é nesse ponto que eu vejo assim, a maior dificuldade, sabe, para os empreendimentos.[...] Então a gente volta de novo na parte de formação. (§281 – CÂNDIDA).

A preocupação com as dificuldades que as pessoas têm para a qualificação e para a formação foi bastante presente nos diálogos. Todas as falas foram consensuais na necessidade de investir mais na formação dos membros que já estão e para novas pessoas ingressantes nos empreendimentos. Neste sentido, um dos elementos transformadores identificados foi a formação que vem sendo realizada em alguns grupos pelos próprios membros dos empreendimentos.

Eu acho que o primeiro passo não é o departamento, nem a prefeitura, eu acho que é o empreendimento, a aprovação do empreendimento. [...] O empreendimento ele vai ter que trabalhar essa parte, não jogar para o conselho. O fórum tem que resolver? Não. O fórum pode até colaborar, ajudar, mas em primeiro lugar é a cabeça do empreendimento que tem que resolver isso. [...] Tentar. Talvez não consiga transmitir tudo que precisa para os seus associados, mas eu acho que uma parte quem já está lá consegue. (§80 – DIGENIR).

Eu acho importante o grupo tentar começar a fazer essa formação. Primeiro no seu grupo, né? E depois, quando tiver um evento aqui no DAES, vamos supor que se chame para um dia de formação, ter a participação maciça. [...] [O processo de formação] É, ele é lento, Mas ele tá acontecendo. (§289 – CÂNDIDA).

Dada a importância da formação, muitos obstáculos foram apontados no grupo que dificultam que as pessoas se qualifiquem ou mesmo que façam formação em economia solidária. Cabe especificar que formação nos diálogos diz respeito desde a educação formal, cursos de qualificação profissional, informática até cursos de formação em economia solidária, sendo uma abrangência ampla de conteúdos.

Nas colocações aparecem como obstáculos: cansaço, idade avançada, falta de incentivo, falta de transporte, falta de alimentação, aulas muito teóricas e cansativas e com pouca aplicabilidade no dia-a-dia do empreendimento. A linguagem utilizada nas formações, assim como colocado nas reuniões do movimento de economia solidária, também foi criticada, porque segundo os/as participantes, são utilizados termos de difícil compreensão o que dificulta o entendimento das pessoas presentes.

A aplicabilidade dos conteúdos das formações foi muito discutida. Durante os diálogos foram dados exemplos de boas e más experiências, de como os empreendimentos utilizam ou não os conteúdos das formações. Um exemplo colocado como formação inadequada foi o do curso de gestão de cooperativas no qual a professora não sabia o que era economia solidária:

A questão é o professor que vem aqui dar aula, que na época foi SENAC [...] Então ela [a professora] veio e ela mesmo: “eu mais aprendi do que ensinei”. Ela veio completamente despreparada. Porque ela que veio ministrar aí o curso ela não tinha nenhuma preparação, nenhuma formação de economia solidária e não estava entendendo nem o que a gente estava falando. (§198 – MARTA).

Outra questão, ainda na formação, classificada como um obstáculo foram os cursos para multiplicadores, ou seja, algumas pessoas do empreendimento fazem o curso e depois têm que replicá-los para os outros membros do grupo.

Na avaliação geral, os/as participantes consideram que ser multiplicador/a é um obstáculo, pois há um aumento de responsabilidade e as pessoas não se sentem seguras para fazer a reelaboração de conteúdos e compartilhá-los com seus coletivos. Isto porque os/as empreendedores/as ainda estão em processo de formação e manifestam muita dificuldade em fazer esta socialização de conteúdos.

[...] Normalmente os cursos aqui são direcionados, não é individual é para o grupo. Então tem que vir um e passar para os outros. Já começa uma dificuldade. Naquela época, eu lembro que o pessoal reclamava: “nossa mas a gente vai ter que passar o que a gente está aprendendo aqui para os outros”? Já ficou aquela responsabilidade nas costas, que ela falou: “eu vou fazer o curso depois eu vou ter que ir e”, já começa por aí.[...] Porque vem um ou dois do grupo e acha que a responsabilidade é grande pra passar para os outros, você entendeu? (§1006 – MARTA).

Um exemplo de formação adequada foi uma atividade realizada por uma pessoa de empreendimento. A avaliação foi positiva na linguagem e nos conteúdos.

A melhor que teve, a melhor que passou aqui no Centro Público, que eu acho que foi assim, ela veio, não teve vergonha de se explicar, falou e mandou a mensagem dela

e muitas coisas a gente fica pensando e fica gravado, foi a Bel da Hortolândia. [...] Ela foi a que melhor veio aqui, e foi assim um dia só, mas ela foi, veio, [...] e não entendeu quem não quis porque ela foi bem objetiva. [...] E foi assim ela explicou várias questões de trabalho também, né? Até hoje eu ainda falo para o Dario vamos aprender diferenciar uma coisa da outra, hora de comercializar, hora de produzir, que o pessoal confunde as duas coisas [...] Hora de produzir é hora de produzir. Hora de trabalhar e vender é hora de trabalhar e vender. Vamos separar as duas coisas, você entendeu? Porque a gente misturava muito a questão de produção e venda, você entendeu? (§241 – MARTA).

Finalizando a discussão desse subitem aparece como elemento transformador a satisfação e o orgulho de ter vencido com o trabalho.

Na minha área que eu trabalho eu me considero muito bem sucedido, você entendeu? (§81 – DARIO).

[...] Eu ganho, só que eu trabalho. E direito. Trabalho não só pelo dinheiro mas para o meu prazer mesmo porque eu gosto do que eu faço, você entendeu? (§546 – MARTA).

[...] É orgulho de ver as coisas que nós já passamos e onde nós chegamos. A gente ainda tem muito para andar, mas é uma vitória onde nós chegamos. (§1360 – ELAINE).

Tem que comemorar cada passo e as oportunidades e aí tem a gratidão pra mim mesma, né? Se a gente está lá, se eu consegui esse dinheiro, é porque eu lutei, eu fui, eu fiz, eu briguei, eu falei ali na frente, eu arrumei inimigos, eu ganhei amigos, [...], eu estou lutando. Aí, eu estou correndo atrás, quero que São Carlos vá mais para a frente. Então é isso. Eu esqueço da parte do dinheiro, mas eu fico feliz. (§1386 – CÂNDIDA).

O quadro 17 sintetiza o número de unidades de contexto de cada elemento por dimensões excludentes e transformadoras do subtema formação, solidariedade e trabalho coletivo.

Quadro 17 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com n° de unidades de contexto do tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”

Elementos do tema 1 economia solidária, subtema 3 "formação, solidariedade e trabalho coletivo"		Dimensões															
		Transformadoras								Excludentes							
		C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E
1.3.1. Formação inadequada para a realidade dos empreendimentos	Categoria Políticas Públicas										1						
1.3.2. Falta de avaliação coletiva das formações fornecidas pelo poder público											1						
1.3.3. Linguagem inadequada que dificulta o entendimento das pessoas dos empreendimentos											1						1
1.3.4. Formação adequada, dentro da realidade do empreendimento.		1		1													
1.3.5. Individualismo é muito forte na sociedade e influi na organização do grupo	Categoria Autogestão										1						1
1.3.6. Dificuldade em utilizar o que foi dado na formação																1	
1.3.7. Desconhecimento pelos membros dos empreendimentos do que é economia solidária e autogestão										1	1		1				
1.3.8. Preocupação das pessoas do empreendimento apenas com a comercialização										1							
1.3.9. Dificuldade em mudar uma visão de mundo											1						
1.3.10. Falta de vivência solidária nos empreendimentos											1	1					1
1.3.11. Dificuldades para qualificação (cansaço, transporte, alimentação, falta de estímulo, idade avançada)										2	2	3	1				2
1.3.12. Construção de critérios pra novos ingressantes nos empreendimentos					2												
1.3.13. Formação feita pelos empreendimentos		1		1													
1.3.14. Fortalecimento do empreendimento por meio do trabalho coletivo					1												
1.3.15. Satisfação e orgulho de ter vencido com seu trabalho.		1	2				2			1							
1.3.16. Busca de qualificação e aprendizagem										1							
<b>Total</b>		<b>14</b>								<b>25</b>							

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

O quadro 17 evidencia as citações que mais aparecem durante os encontros do grupo comunicativo crítico. Apresenta um total de 39 citações, das quais 33 são referentes à

categoria autogestão (84,6%) e 6 citações referem-se à categoria política pública (15,4%). No que tange às dimensões, foram 14 citações para elementos transformadores (35,9%) e 25 para elementos excludentes (64,1%). Em relação à categoria autogestão, 12 citações foram referentes a elementos transformadores (36,4%) e 21 citações foram referentes a elementos excludentes (63,6%). Já na categoria política pública, observa-se que 2 citações referem-se aos elementos transformadores (33,3%) e 4 citações aos elementos excludentes (66,7%).

Durante a realização do diálogo os/as participantes demonstraram que as atividades de formação e a vivência solidária nos empreendimentos têm uma importância muito grande. Mas apontaram também uma série de dificuldades a serem superadas. Como será discutido com mais detalhes no tema sobre a política pública, há uma nítida diferença entre os empreendimentos que tiveram sua formação no início do programa e os que estão sendo formados mais recentemente. Os/as participantes observaram que houve uma diminuição das oportunidades de formação para os empreendimentos no período mais recente e também uma diminuição na participação dos/as empreendedores/as nessas atividades quando foram oferecidas.

Foi apresentada também uma preocupação com os conflitos internos e a vivência pouco solidária que tem acontecido no cotidiano dos empreendimentos.

No próximo subitem discute-se o tema 2, a política pública de economia solidária.

#### **4.4.4 A voz dos empreendimentos – a política pública de economia solidária**

Esta subseção versa sobre o tema 2 que refere-se à reflexão sobre a política pública de economia solidária sob o ponto de vista dos empreendimentos.

No quadro 18, que sintetiza a análise com base na MCC especificando elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 2 – política pública de economia solidária, pode-se observar que há um predomínio de elementos citados em políticas públicas em detrimento da autogestão, invertendo portanto as indicações do tema 1 – economia solidária.

Quadro 18 – Análise da metodologia comunicativa crítica: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 2 – política pública de economia solidária.

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	2.1. Mudança de gestores/as com a mudança de governo - a não construção de uma política de estado 2.2. Falta de planejamento do poder público para com os grupos 2.3. Ausência de orientação nos processos produtivos e de mercado para a formação de um empreendimento (tentativa e erro). 2.4. Inexistência de marco legal específico para empreendimentos econômicos solidários. 2.5. Ausência de formação sobre gestão administrativa e autogestão na criação de empreendimentos solidários. 2.6. Burocratização nas relações entre poder público e empreendimentos 2.7. Problema de diálogo e comunicação entre poder público e empreendimentos 2.8. Perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com a nova gestão 2.9. Falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura 2.10. Cursos de capacitação não oferecidos	2.16. Empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público
<b>Elementos transformadores</b>	2.11. Assessoria e orientação para formação do empreendimento 2.12. Apoio às ações dos empreendimentos 2.13. Gestores sintonizados na política pública 2.14. Gestores que iniciaram o programa bem preparados 2.15. Oferecer cursos de qualificação	2.17. Encontros dos empreendimentos, trocas de experiências com outros coletivos 2.18. Empoderamento dos empreendimentos da política pública de economia solidária

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

No quadro 19 observa-se que há uma predominância de elementos excludentes na categoria política pública em detrimento dos transformadores.

Quadro 19 – Síntese da análise da metodologia comunicativa crítica categorias e dimensões tema 2 – política pública de economia solidária

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	11	1
<b>Elementos transformadores</b>	5	2

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Na análise deste tema foi muito marcante o elemento sobre a mudança de gestores que aconteceu com a posse do governo municipal a partir de janeiro de 2013. Este elemento mostrou-se um grande obstáculo. A dificuldade de diálogo e de comunicação com os grupos, a morosidade no andamento de projetos que já estavam em curso, ideias pré-concebidas dos empreendimentos com desconhecimento da realidade das relações, mudanças

nas relações de assessoria com os empreendimentos, a ausência de novos cursos de formação para os empreendimentos estão entre as dificuldades identificadas pelos/as participantes.

Esta mudança trouxe um distanciamento entre empreendimentos e gestores públicos, como se pode verificar na fala de Marta.

A gente entrou, a gente ia lá, tal, e se sentia bem, entrava lá, ia lá para a nossa salinha lá, pegava o que tinha que pegar, falava oi pra todo mundo, e tinha uma proximidade. Essa gestão eu não vejo essa proximidade. [...] Na verdade eu acho que é assim: eu sou do poder público e vocês são empreendimento, então ficou a relação assim [...] Cadê que a gente entra na salinha lá e fala assim, “ah vamos fazer um círculo para todo mundo conversar?” Nunca mais vi isso. [...] Estou falando alto, mas existe esse distanciamento muito grande. [...] Eu acho assim, na questão do poder público, nessa gestão, é o que eu falei aquela hora, ele criou um distanciamento muito grande”. (§469 – MARTA).

Mesmo quando perguntado sobre a questão dos técnicos, pois há três técnicos funcionários concursados no departamento, se os diálogos não poderiam ser feitos pelos técnicos, a resposta foi no sentido que os técnicos não têm uma proximidade com os empreendimentos, com os diálogos políticos, essa relação foi construída anteriormente com os cargos de confiança: “os técnicos eles não estavam aqui com um envolvimento na política de economia pública. Eles eram funcionários do departamento”. (§645 – CÂNDIDA).

Conforme for colocado, mudado o departamento. Quando ele é só político, quando ele é um departamento que o que interessa é a política, é diferente. Porque mudou o gestor. Mas existem alguns departamentos que você tem dar continuidade. Por exemplo, nós infelizmente, estamos passando por isso na nossa cidade. A gente não tem um departamento da cidade que está redondinho porque tiraram todas as pessoas que estavam lá, que entendiam e ficaram leiloando cargo, entendeu? Eu senti assim, por mais boa vontade que tenham as pessoas que estão aqui hoje, elas não têm o conhecimento da economia solidária. Elas não passaram por um processo bem feito, tudo, de, então mudou vai ficar aquela equipe, vai vir um encarregado, mas vai se manter umas pessoas chaves. Não. Foi tudo limado. E aí ficou desse jeito. [...] Então tá difícil, tá difícil. Então eu acho que não é simplesmente mudou o governo. O governo tinha que ter consciência de que certos departamentos você tem que por as pessoas certas ou, pelo menos, permanecer quem entenda. Não fazer um joguinho de tira daqui põe lá, agora eu ponho meu pessoal, a minha cara aí dentro. Aqui dentro não funcionou. (§643 – CÂNDIDA).

Este distanciamento trouxe também uma perda de identidade das pessoas com o espaço público. Mudanças na estrutura sem dialogar com os empreendimentos, falta de manutenção de equipamentos, somados às relações estabelecidas até a realização dos grupos comunicativos demonstram uma situação incômoda para os empreendimentos já que o centro público foi concebido em seu projeto original na SENAES como um espaço dos

empreendimentos. Esse processo também foi construído junto aos empreendimentos que hoje se sentem alijados do espaço.

[...] O telecentro não funciona mais, né? O telecentro não funciona mais. Está desativado, isso eu quero por no fórum, que é uma vergonha [...] não tem mais computador para empreendimento. (§606 – CÂNDIDA).

[...] Já foi dominado, entendeu? Era essa questão que eu ia falar. Ele já foi dominado. Porque aquela coisa que era pra ser da gente, já não é. Você pode ver o que a Cândida estava falando. Falei que não, a gente entrava e ia lá para o lado dos empreendimentos, hoje não é mais assim. A Cândida está falando que não consegue usar lá os computadores. Aquilo ali foi feito para nós, você entendeu? [...] A gente chegava aqui, nós tínhamos nosso armário. Eles tiraram todos os armários de lá, daquela saleta lá dos empreendimentos [...] Eles estão lá mas [...], o menino falou que não ia poder mais usar para a gente guardar nossas coisas [...] A gente tá aqui, mas assim, dá a impressão que a gente está de favor, entendeu? Que a gente está esmolando aquilo que é de direito nosso, né? (§637 – MARTA).

Muito embora o Programa de Fomento à Economia Solidária tenha entre suas ações a transversalidade com outras secretarias, a ausência dessa transversalidade foi recorrente durante dos diálogos. As atividades dos empreendimentos envolvem diversas outras secretarias, mas há um descompasso entre as ações da economia solidária e outros setores, como no caso do desconhecimento do SIM (Sistema Integrado do Município) “por que se você chegar na prefeitura, você chega ali no SIM: ‘eu sou da economia solidária’. Eles falam: ‘o que é isso?’”(DIGENIR). Ou ainda da Feira da Estação que acontecia há anos no município, na plataforma da antiga estação ferroviária e que terminou por falta de compreensão e diálogo:

porque, por exemplo, o que aconteceu com a gente? A gente fazia a feira na estação. Estava tudo bonitinho. Quando o [nome do responsável pela Fundação Pró-Memória] foi nomeado, eu já fiz o ofício, eu já faço tudo em ofício e tem gente que é contra ofício, mas eu prefiro fazer ofício. Ele recebeu a gente muito bem, marcou reunião. Na primeira feira que a gente fez lá o que ele falou pra mim? Ele falou assim: “vocês vêm fazer festa na casa dos outros e eu mesmo não apareço na televisão.” [...] Mas o que ele falou pra mim? Porque a EPTV foi fazer a abertura ao vivo e ele achou que ele apareceu pouco. “Então vocês vieram fazer festa na minha casa e eu mesmo não apareci na televisão”. [...] Tanto é que ele falou assim pra mim, “aqui não é lugar de fazer feira de artesanato. Aqui é exposição. Aqui é um museu. [...] Eu acho que vocês deveriam ir fazer feira lá aonde é a exposição de orquídeas”. Foi quando a gente falou, em ofício também, que a gente ia cancelar as feiras, não ia fazer mais. (§665 – DIGENIR).

Ainda sobre os elementos excludentes aparece com destaque a inexistência de um marco legal específico para a economia solidária. Muito embora esta seja uma questão que extrapole a política pública municipal, ela é vista como um grande problema para os

empreendimentos, dado que várias formas organizativas dos empreendimentos não encontram na lei uma regulamentação.

Ao contrário, foi reafirmado várias vezes que não existe a política pública para empreendimentos solidários, mas os marcos legais apontam um grande avanço para os micro empreendedores individuais, os chamados MEI, e que esta tem sido uma opção de formalização dentro dos empreendimentos solidários para resolver as questões legais referentes ao fisco e à previdência social. Excetuando as cooperativas, que não são a forma jurídica adequada para vários empreendimentos, existe a figura das associações, mas que, pela legislação, não podem ter fins econômicos, sendo, portanto, uma forma não adequada para empreendimentos cuja finalidade é geração de renda.

As mesmas exigências que eles fazem para uma multinacional vão fazer para uma associação que não tem nem capital, não tem dinheiro [...] É a mesma coisa, o custo é o mesmo, as obrigações são as mesmas, e é uma dificuldade realmente. [...] Mas se uma associação ou uma cooperativa tivesse o mesmo tratamento a gente também estaria contribuindo para os associados, [...] num valor igual do MEI é possível. Agora como que você pode contribuir 20% sobre um associado, de um associado? O empreendimento tem condições? Não tem condições. (§88 – DIGENIR).

Dentro dos empreendimentos está se enfrentando um monte de gente com MEI. Está se garantindo o futuro. E como é que você trabalha economia solidária, com pensamento capitalista, sem essa parte política aí? [...] O marco legal? Por causa disso, porque nós não temos o mesmo olhar do governo, os empreendimentos não têm, se você for cooperativa, tudo bem, mas tem uns que não dá pra ser. Cooperativa não é tudo. Economia solidária não é cooperativa, tem outros tipos de empreendimentos. Então está difícil mesmo, a gente está nesse lado, a gente tem um longo caminho a percorrer, uma luta bem grande para fazer. (§842 – CÂNDIDA).

Os/as participantes reconhecem que falta também uma melhor articulação dos empreendimentos para os diálogos necessários com o poder público e que isso é um obstáculo a ser transposto, especialmente se este diálogo implicar em divergências de opinião ou de encaminhamentos.

É que esse pessoal vem preparado para as reuniões, mas os grupos não vêm preparados para a reunião. Não senta um grupo assim: “ó, a gente vai para a reunião e a gente vai decidir isso, isso e isso”. Não vem ninguém preparado. Essa é a diferença de se fazer reunião com seus grupos. (§656 – DARIO).

Eu também acho que os empreendimentos são responsáveis [...] de estar organizando o seu empreendimento. Aí pode peitar a pessoa que está, o gestor. (§659 – DIGENIR).

Cinco elementos foram levantados como potencializadores das ações transformadoras na política pública de economia solidária: a existência de assessoria e orientação para formação de empreendimentos; apoio às ações dos empreendimentos; o fato

dos gestores estarem sintonizados na política pública (neste caso da gestão do governo anterior a esta); gestores que iniciaram o programa eram bem preparados (foi feita uma estruturação adequada do programa de fomento à economia solidária) e a oferta de cursos de qualificação.

Destes a questão da assessoria para aos grupos foi a que obteve maior relevância.

Teve bastante ajuda. Ajudou. Porque deu muito problema para formar, para fazer, e através daqui do pessoal da economia solidária é que nós conseguimos. [...] Foi através daqui que conseguimos. Se fosse por nós mesmo a gente tinha desistido no primeiro, segundo tempo, porque nós não conseguíamos fazer isso aí sem ter ajuda do pessoal. (§37 – LINDAMIRA).

Os cursos de qualificação, especialmente aqueles voltados não às técnicas de gestão, mas aos conceitos de economia solidária, foram colocados em vários momentos. Durante o diálogo, esse item faz uma conexão com a qualificação dos gestores, diferenciando aqueles que iniciaram o programa em 2001 daqueles que foram sendo incorporados nas gestões de governo ao longo dos anos. Foi explicitado, que com o decorrer dos anos, as iniciativas de formação foram sendo diminuídas, assim como a qualificação e vivência desses gestores na economia solidária também não eram as mesmas.

Na visão dos/as participantes, a equipe inicial de programa tinha uma maior formação e vivência em economia solidária e isso trazia também uma formação mais intensa e transformadora em economia solidária para os empreendimentos. Conforme a equipe foi sendo alterada, com entrada e saída de gestores, essa formação foi se perdendo.

Então eu acho que aqui a gente teve uma felicidade da pessoa que começou a economia solidária aqui ser uma pessoa que tinha muito conhecimento. Ele não chegou aqui pra aprender economia solidária. Ele já tinha muita vivência. Muita. (§661– DIGENIR)

Isso eu já falo isso há oito anos atrás. Há oito anos. E a gente caiu bastante. A gente caiu, mas já não foi só nessa gestão. (§663 – DIGENIR)

Para os/as participantes essa vivência e formação inicial dos/as gestores/as foi responsável pelo programa de São Carlos ter se tornado uma referência para outros municípios.

No quadro 20 encontram-se os elementos do tema política pública e economia solidária e o número de unidades de contexto para cada um, o que gerou as prioridades discutidas nesta subseção.

Quadro 20 – Elementos e dimensões transformadoras e excludentes com nº de unidades de contexto do tema 2 – política pública de economia solidária

Elementos do tema 2 a política pública de economia solidária.	Dimensões															
	Transformadoras								Excludentes							
	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E	C	M	Di	Lil	Da	F	Lin	E
2.1. Mudança de gestores/as com a mudança de governo - a não construção de uma política de estado									5	2	1	1				
2.2. Falta de planejamento do poder público para com os grupos														1		
2.3. Ausência de orientação nos processos produtivos e de mercado para a formação de um empreendimento (tentativa e erro).												1				
2.4. Inexistência de marco legal específico para empreendimentos econômicos solidários.									2	1	2					
2.5. Ausência de formação sobre gestão administrativa e autogestão na criação de empreendimentos solidários.										1						
2.6. Burocratização nas relações entre poder público e empreendimentos									2							
2.7. Problema no diálogo entre poder público e empreendimentos										1			1			
2.8. Perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com a nova gestão									1	4						2
2.9. Falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura										1	3					
2.10. Cursos de capacitação não oferecidos									1							
2.11. Assessoria e orientação para formação do empreendimento			1	1			1									
2.12. Apoio às ações dos empreendimentos	1	1														
2.13. Gestores sintonizados na política pública	1															
2.14. Gestores que iniciaram o programa bem preparados	1		1													
2.15. Oferta de cursos de qualificação		1														
2.16. Empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público										1	1		1			
2.17. Encontros dos empreendimentos, trocas de experiências com outros coletivos		1	1													
2.18. Empoderamento dos empreendimentos da política pública de economia solidária	1															
<b>Total</b>	<b>12</b>								<b>36</b>							

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

O quadro 20 evidencia as citações que mais aparecem durante os encontros do grupo comunicativo crítico, no que diz respeito ao tema políticas públicas em economia solidária. Neste sentido, contém um total de 48 citações, das quais 06 são referentes à categoria autogestão (12,5%); as demais 42 citações referem-se à categoria política pública (87,5%). No que diz respeito às dimensões 12 aparecem como citações de elementos transformadores (25%) e 36 como citações de elementos excludentes (75%). Em relação à categoria autogestão, houve 3 citações para cada elemento, excludente e transformador (50% para cada). A categoria política pública, teve 33 citações para elementos excludentes (78,6%) e 9 citações para elementos transformadores (21,4%).

Durante os diálogos pode-se observar um reconhecimento da importância da política pública para a vida dos empreendimentos. Sem ela muitos nem existiriam, segundo os/as participantes, ou existiriam, mas não teriam o nível de esclarecimento, organização e de engajamento social que têm hoje. A política pública propiciou um espaço coletivo para os empreendimentos, o que também é visto como um avanço importante. O processo de construção deste espaço, segundo os relatos, foi bastante participativo e isso fez com que houvesse aos poucos uma construção de identidade com o lugar.

Entretanto, muitos foram os obstáculos apontados para serem transpostos, na ordem de três vezes mais que os elementos transformadores. Entre eles perpassa a comunicação entre gestores e empreendimentos. Esta discussão apareceu muitas vezes, de forma implícita, durante os encontros realizados e deve ser uma preocupação constante, pois é fundamental para que o diálogo aconteça e, desta forma, a política pública tenha eficiência na sua execução.

A seguir será analisado o quadro síntese com base na MCC, adotando as categorias sistema e mundo da vida.

#### **4.4.5 Sistema e mundo da vida: síntese e considerações finais**

O quadro 21 contém os elementos dispostos pelas categorias sistema e mundo da vida nas dimensões transformadoras e excludentes. Como já explanado anteriormente este é um quadro síntese da MCC.

Para Gómez et al. (2006) sistema e mundo da vida fazem parte do modelo teórico de ação da MCC, que concebe a realidade sob duas visões: o sistema e suas estruturas e o mundo da vida com as vivências e experiências das pessoas.

Por ser um quadro síntese, o quadro sistema e mundo da vida contém todos os elementos apontados pelos/as participantes da pesquisa, dispostos por essa categorização mais abrangente. Cada elemento está identificado com a numeração da avaliação temática, ou seja, economia solidária (com os três subtemas) ou políticas públicas em economia solidária.

Quadro 21 – Elementos nas categorias sistema e mundo da vida

Cat. Dim.	Sistema		Mundo da vida	
	Políticas Públicas	Autogestão	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos Excluídos	1.1.1. Interferência na autonomia dos grupos	1.1.7 Dependência do poder público: financeira e de gestão		1.1.6. Conflitos internos de relacionamento
	1.2.1. Pouca participação dos gestores das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária (ausência do movimento)	1.1.13 Dificuldade na viabilidade econômica do empreendimento e de geração suficiente de renda para os membros (trabalho assalariado <i>versus</i> trabalho associado)		1.1.8 Acúmulo de tarefas do empreendimento sobre poucas pessoas
	1.3.1. Formação inadequada para a realidade dos empreendimentos	1.1.14 Produção individual e espaços de comercialização coletiva: sobrecarga de trabalho para os produtores.		1.1.9 Falta de união, de espírito coletivo entre os membros do empreendimento
	1.3.2. Falta de avaliação coletiva das formações fornecidas pelo poder público	1.1.17 Falta de capital de giro para poder investir		1.1.10 Ausência de inovação nos processos de produção e de produtos por parte dos empreendimentos
	1.3.3. Linguagem inadequada que dificulta o entendimento das pessoas dos empreendimentos	1.1.19. Problema de comunicação interna		1.1.11. Dificuldade na gestão administrativa e autogestão do empreendimento
	2.1. Mudança de gestores/as com a mudança de governo - a não construção de uma política de estado	1.2.4. Uso do empreendimento para fins políticos		1.1.12 Divisão organizacional causa problemas na relação associativa (desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico, problemas na divisão de tarefas)
	2.2. Falta de planejamento do poder público para com os grupos	1.2.7. Dificuldades estruturais para a participação das pessoas (transporte, horário de reunião, filhos pequenos, etc.)		1.1.15 Organização do trabalho vai sendo construída por tentativa e erro
	2.3. Ausência de orientação nos processos produtivos e de mercado para a formação de um empreendimento (tentativa e erro).	1.2.9. Reuniões desestimulantes para a participação		1.1.16 Centralização da gestão e das informações em algumas pessoas do empreendimento, dificultando a autogestão.

Cat.	Sistema		Mundo da vida	
	Políticas Públicas	Autogestão	Políticas Públicas	Autogestão
Dim.	2.4. Inexistência de marco legal específico para empreendimentos econômicos solidários.	1.2.10. Linguagem inadequada, empreendimentos não entendem o que se discute nas reuniões.		1.1.18 Sociedade machista (relações familiares e sociais, dificuldade de entrar no mercado formal de trabalho)
	2.5. Ausência de formação sobre gestão administrativa e autogestão na criação de empreendimentos solidários.	1.2.12. Critério de participação obrigatório para comercialização		1.2.5. Prática capitalista e individualista
	2.6. Burocratização nas relações entre poder público e empreendimentos	1.3.6. Dificuldade em utilizar o que foi dado na formação		1.2.6. Desconhecimento do que é economia solidária na sociedade
	2.7. Problema de diálogo e comunicação entre poder público e empreendimentos	1.3.8. Preocupação das pessoas do empreendimento apenas com a comercialização		1.2.8. Não ter o hábito de participar de reuniões
	2.8. Perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com a nova gestão	1.3.11. Dificuldades para qualificação (cansaço, transporte, alimentação, falta de estímulo, idade avançada)		1.2.11. Pessoas se sentem intimidadas em participar (posturas intimidadoras)
	2.9. Falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura			1.3.5. Individualismo é muito forte na sociedade e influi na organização do grupo
	2.10. Cursos de capacitação não oferecidos			1.3.7. Desconhecimento pelos membros dos empreendimentos do que é economia solidária e autogestão
				1.3.9. Dificuldade em mudar uma visão de mundo
				1.3.10. Falta de vivência solidária nos empreendimentos
			2.16. Empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público	
Elementos Excludentes				
Elementos transformadores	1.1.2. Oferta de formação e assessoria	1.1.20. Busca de novas técnicas de trabalho pelo empreendimento	1.1.5. Alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade.	1.2.13. Fortalecimento do empreendimento para o diálogo com o poder público
	1.1.3. Espaço permanente para comercialização	1.2.16. Fortalecimento do empreendimento por meio da construção da autonomia em relação ao poder público		1.2.14. Conquistas coletivas por meio da participação
	1.1.4. Construção da autonomia do empreendimento	2.11. Assessoria e orientação para formação do empreendimento		1.2.15. Transformação pela participação e organização coletiva do movimento

Cat. Dim.	Sistema		Mundo da vida	
	Políticas Públicas	Autogestão	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos transformadores	1.2.2. Formação de novos empreendimentos	2.12. Apoio às ações dos empreendimentos		1.3.12. Construção de critérios pra novos ingressantes nos empreendimentos
	1.2.3. Apoio político para os empreendimentos e movimento de economia solidária	2.13. Gestores sintonizados na política pública		1.3.13. Formação feita pelos empreendimentos
	1.3.4. Formação adequada, dentro da realidade do empreendimento	2.14. Gestores que iniciaram o programa bem preparados		1.3.14. Fortalecimento do empreendimento por meio do trabalho coletivo
		2.15. Oferecer cursos de qualificação		1.3.15. Satisfação e orgulho de ter vencido com seu trabalho.
		2.18. Empoderamento dos empreendimentos da política pública de economia solidária		1.3.16. Busca de qualificação e aprendizagem
				2.17. Encontros dos empreendimentos, trocas de experiências com outros coletivos

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

A disposição dos elementos no quadro 21 é resultado da discussão de validação dos dados com os/as participantes da investigação. O quadro inicial proposto pela pesquisadora foi modificado e vários elementos passaram por discussão coletiva para serem classificados em determinada categoria.

Isso porque os/as participantes tiveram o entendimento de que, mesmo o empreendimento sendo uma estrutura que tem relações financeiras, as relações autogestionárias fazem com que ele seja parte do mundo da vida. Desta forma, a proposta inicial feita pela pesquisadora foi modificada durante o diálogo e os seguintes elementos saíram da categoria sistema e passaram para mundo da vida, por proposta dos/as participantes:

- a) 1.1.8. Acúmulo de tarefas do empreendimento sobre poucas pessoas;
- b) 1.1.10 Ausência de inovação nos processos de produção e de produtos por parte dos empreendimentos;
- c) 1.1.12 Divisão organizacional causando problemas na relação associativa (o que desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico, problemas na divisão de tarefas). Este elemento foi fundido com outro, que tinha a seguinte redação: desconhecimento do processo produtivo como um todo pelos membros do

empreendimento, causando conflito. Quem trabalha na gestão não é reconhecido como trabalhador pelos demais membros do empreendimento;

- d) 1.1.16 Centralização da gestão e das informações em algumas pessoas do empreendimento, dificultando a autogestão;
- e) 1.2.5. Prática capitalista e individualista;
- f) 1.3.16. Busca de qualificação e aprendizagem.

O quadro 22 apresenta o número de elementos por temática nas categorias sistema e mundo da vida nas dimensões transformadoras e excludentes.

Quadro 22 – MCC: número de elementos pelas temáticas políticas públicas e economia solidária nas categorias sistema e mundo da vida

Categorias Dimensões	Sistema		Mundo da Vida		Total
	Política pública	Autogestão	Política pública	Autogestão	
<b>Elementos excludentes</b>	10	18	1	17	<b>46</b>
<b>Elementos transformadores</b>	6	8	1	9	<b>24</b>
<b>Sub-total (temática)</b>	<b>16</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>70</b>
<b>Total</b>	<b>42</b>		<b>28</b>		

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Observa-se que em relação à política pública apenas dois elementos foram agrupados na categoria mundo da vida, ou seja, que se relacionam com a vivência ou experiências das pessoas, um na dimensão excludente e outro na transformadora, tendo portanto, uma pequena interferência nesta categoria. Já na categoria sistema a política pública tem uma relevância significativa, com 16 elementos relacionados.

A temática autogestão tem maioria tanto na categoria sistema quanto no mundo da vida, ressaltando-se que nesta última tem uma maioria esmagadora, o que leva à reflexão de que no mundo da vida a autogestão tem uma maior relevância para os participantes do que as políticas públicas.

O quadro 23 traz a matriz síntese com base na MCC e caracteriza os números da investigação apenas nas categorias sistema e mundo da vida.

Quadro 23 – Matriz final da MCC

Categorias Dimensões	Sistema	Mundo da vida	Total
<b>Elementos excludentes</b>	28	18	<b>46</b>
<b>Elementos transformadores</b>	14	10	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>28</b>	<b>70</b>

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Ao todo foram 70 elementos, sendo 46 (65,7%) classificados na dimensão excludente e 24 (34,3%) na dimensão transformadora. Isto significa que o diálogo estabelecido apontou que as temáticas economia solidária e política pública já superaram muitos desafios, mas ainda há muitos a serem enfrentados e transformados na realidade dos empreendimentos fomentados pela política pública municipal de São Carlos.

A categoria sistema congrega tanto a maioria de elementos excludentes quanto de transformadores, caracterizando que o sistema tem uma interferência significativa nas temáticas da investigação.

Em relação aos elementos transformadores cinco elementos foram os mais citados: espaço permanente para comercialização; alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade; assessoria e orientação para formação do empreendimento; oferta de cursos de qualificação e satisfação e orgulho de ter vencido com seu trabalho.

Estes elementos representam as transformações explicitadas no diálogo. A análise permitiu verificar que há conquistas implícitas, como a existência do Centro Público de Economia Solidária, a existência do Conselho Municipal de Economia Solidária, as várias legislações que garantem direitos aos empreendimentos. Estas conquistas são fruto do movimento e organização dos/as empreendedores/as e suprem várias necessidades da organização da economia solidária, abrindo a perspectiva para novas demandas.

Os elementos sugeridos nesta pesquisa foram construídos nas relações intersubjetivas do cotidiano das pessoas que vivenciam a economia solidária e a política pública nos empreendimentos solidários. A identificação de elementos transformadores aponta para que estas ações e/ou iniciativas, das quais eles são fruto, devem ser fortalecidas. Em relação aos elementos identificados como excludentes representam uma plataforma que pode orientar novas ações ou mesmo reorientar ações já existentes para que estes elementos possam se tornar transformadores na política pública e na vivência autogestionária.

Em ambos os casos, elementos excludentes e transformadores representam uma reflexão sobre as relações entre poder público e empreendedores/as autogestionários buscando construir melhorias na prática cotidiana embasadas em relações dialógicas.

Esta necessidade de construção fica evidenciada também nas propostas feitas pelos/as participantes da investigação que se encontram no quadro 24.

Quadro 24 – Propostas de melhorias para as temáticas economia solidária e política pública

<b>Propostas</b>	
1.	Fazer um plano de políticas públicas que favoreça os empreendimentos, mas para ser instrumento, ou seja, que contemple as necessidades que os empreendimentos colocam como demanda, e que garanta a autonomia dos empreendimentos.
2.	Ter um planejamento para pelo menos dois anos, para que os empreendimentos possam organizar as atividades com mais segurança;
3.	Fazer rotatividade nas funções dos empreendimentos para que todos conheçam o que cada um faz;
4.	Simplificar a linguagem nas atividades de formação e nas reuniões para facilitar o entendimento. Explicar o que significam as siglas comuns na economia solidária, por exemplo: GT (grupo de trabalho), SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, etc.
5.	Oferecer cursos de capacitação voltados para a prática com módulos de curta duração .
6.	Realizar cursos de formação com metodologia dinâmica.
7.	Oferecer cursos de formação (ou educação formal) durante o horário de trabalho com remuneração garantida pelo poder público, pois educação é investimento para o poder público, não gasto.
8.	Realizar encontros para trocas coletivas de conhecimento e experiências.
9.	Criar mecanismos de transparência do poder público, relativa às demandas dos empreendimentos, projetos, etc., dando visibilidade para estas informações.
10.	Melhorar a comunicação entre poder público e empreendimentos.

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Destas propostas, a realização de encontros para trocas coletivas e conhecimento de experiências (8) e a criação de mecanismos de transparência do poder público (9) surgiram na discussão de validação dos dados.

Finalizando a análise pode-se observar que as propostas apontam no sentido de melhorar a organização dos empreendimentos, investir na formação dos/as empreendedores/as, fortalecer as ações coletivas do movimento por meio de encontros e construir um plano de políticas públicas que seja instrumento para a consolidação dos empreendimentos.

As reflexões referentes à necessidade de mais formação para os/as empreendedores/as constituem um dos principais elementos apontados para a construção da autonomia. A construção do plano de políticas públicas, desde que feita de forma dialógica, a melhoria da comunicação e a transparência das ações e informações, representam passos importantes no aprimoramento da gestão pública em economia solidária.

As propostas apresentadas buscam superar obstáculos e abrir caminhos para a consolidação da autogestão. A próxima seção trata das considerações finais desta investigação e traz as reflexões no que tange aos objetivos propostos e as contribuições deste trabalho acadêmico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção apresentam-se as considerações finais referentes ao desenvolvimento desta investigação que teve por objetivo buscar melhorias na prática cotidiana da gestão de empreendimentos econômicos solidários, por meio da identificação de elementos transformadores e excludentes neste processo, junto a um grupo de trabalhadores e trabalhadoras fomentados pela política pública municipal de economia solidária de São Carlos-SP.

Uma das motivações do desenvolvimento desta pesquisa originou-se na verificação da ausência de trabalhos acadêmicos que mostrassem a avaliação das políticas públicas de economia solidária pelos próprios beneficiários dessa política. Os trabalhos encontrados sobre economia solidária versam sobre diversos aspectos, tais como a organização interna e autogestão, resultados econômicos, processo de incubação dos empreendimentos, diretrizes e construções de políticas públicas sob vários aspectos (marcos legais, programas, etc.) que vão desde o âmbito municipal ao nacional, focadas nos gestores públicos ou na gestão pública e suas consequências para os empreendimentos, entre outros temas.

A contribuição deste estudo encontra-se, portanto, na reflexão de trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte de fomento de políticas públicas, em suas concepções e práticas sobre a autogestão, analisando quais são os avanços e os desafios a serem superados pelos empreendimentos nessa forma de organização. Assim, teve-se o entendimento de que é possível contribuir com o preenchimento de uma lacuna do conhecimento, na medida em que se constrói junto com os/as participantes, beneficiários da política pública, uma avaliação desta política.

O período de desenvolvimento da pesquisa foi rico em aprendizado, inicialmente com o contato com os estudos teóricos sobre a economia solidária que possibilitou a construção de um arcabouço que serviu de base para os diálogos nos grupos comunicativos e na etapa seguinte, o aprendizado nos encontros do grupo comunicativo crítico com os/as participantes da pesquisa, que puderam refletir sobre as suas práticas cotidianas na economia solidária, relacionando a sua vivência nos empreendimentos com a política pública e compartilhando durante a investigação as transformações que estas práticas trouxeram para suas vidas.

A sistematização dos diálogos possibilitou identificar setenta elementos dentro das temáticas economia solidária e políticas públicas, cumprindo assim com o objetivo da

pesquisa. Mais que cumprir com o objetivo da pesquisa, o resultado da investigação pode ser uma importante contribuição da reflexão dos trabalhadores e das trabalhadoras sobre como se relacionam as duas temáticas.

Em que pesem as especificidades do fato da pesquisa ter sido desenvolvida em um determinado município, esta reflexão, em caráter geral, pode contribuir para os processos de concepção e implantação de políticas públicas de economia solidária e de vivências solidária nos empreendimentos de uma forma geral, já que vários elementos elencados pelos/as participantes são comuns à realidade de outros empreendimentos, como, por exemplo, desentendimentos internos, dificuldade para comercialização, problemas relacionados com marcos legais, entre outros.

A escolha da metodologia comunicativa crítica para a investigação sustentou-se na sua característica participativa, na interatividade entre os/as participantes e no desafio de construir e sistematizar conhecimentos coletivamente. Foi realmente um grande desafio, mas, ao realizar a última reunião do grupo, para a discussão e validação dos dados, foi muito gratificante verificar como este processo traz na prática a apropriação pelos/as participantes, tanto trabalhadores/as quanto pesquisadores/as, do seu conteúdo e do seu resultado, com o fundo do reconhecimento da potencialidade de todos/as de interpretar e conhecer a realidade em que vivem, em processos dialógicos geradores da práxis mobilizadora.

A característica dialógica e interativa da MCC propiciou também que os/as participantes se vissem como protagonistas deste processo da construção e sistematização de conhecimentos. Dialogam participantes entre si, dialogam participantes com pesquisadora, dialogam conhecimentos populares com conhecimento acadêmico, o que faz com que o processo reflexivo volte-se para a ação ao aprofundar-se na tomada de consciência.

A contribuição do processo da investigação e os resultados obtidos levam à conclusão de que a MCC mostrou-se plenamente adequada para o cumprimento dos objetivos esperados inicialmente. Ressalta-se que houve uma preocupação, durante todo o processo, de se manter um rigor com os postulados colocados para a consecução da investigação, cumprindo assim a exigência metodológica necessária para a confiabilidade de um trabalho acadêmico.

Uma das limitações desta investigação está no ato de duas pessoas só terem conseguido participar do primeiro grupo comunicativo; por motivos pessoais, não puderam estar nos demais. A presença delas poderia ter enriquecido ainda mais os diálogos. Outra limitação está na discussão sobre a relação da pesquisadora com os/as participantes. Pode ser fruto de questionamento o fato da pesquisadora ter atuado como gestora e de recentemente

fazer parte de um empreendimento de economia solidária e o fato da investigação ser realizada exatamente com membros da economia solidária que participam do programa de fomento do qual ela foi gestora. Esta discussão precisaria ser aprofundada teoricamente, mas dado a limitação de prazos, nem sempre condizente com a realidade da pesquisa, não foi possível fazê-la, registrando-se, portanto, a limitação.

Entretanto cabe traçar aqui uma avaliação da pesquisadora a esse respeito. Durante a realização da pesquisa buscou-se seguir, rigorosamente, o pressuposto metodológico de horizontalização das relações. Foi uma preocupação a definição clara de papéis, explicitando sempre que o papel da pesquisadora era a coordenação dos trabalhos, a socialização das bases científicas já existentes sobre o tema e a sistematização dos dados, sempre deixando clara a necessidade da construção de consensos nesta sistematização, além da validação coletiva dos resultados.

As relações estabelecidas ao longo da vida entre a pesquisadora e os participantes foram muitas vezes um facilitador. Faz parte dos pressupostos da MCC as pessoas participantes sentirem-se à vontade, num local por elas escolhido, além da necessidade de terem a clareza de todo o processo, do seu papel nele e do sentido da atividade. Estas são condições para a investigação. Estes requisitos fazem parte da construção da confiança dos/as participantes no processo investigativo. Considera-se que este foi um fator importante, pois muitas opiniões poderiam não terem sido explicitadas se a relação de confiança não tivesse sido uma construção ao longo da vida e da pesquisa. As relações pré-existentes foram um elemento facilitador da consecução da investigação, na medida em que favoreceram a horizontalidade durante os diálogos e potencializaram a veracidade das manifestações.

Isto não significa, obviamente, que relações de vida anteriores à realização da investigação entre pesquisador/a e participantes seja uma condição para a realização da pesquisa científica na MCC como regra geral. Cumprindo com o que diz a MCC, a construção de uma análise crítica da realidade pelos próprios viventes desta realidade, observou-se, neste caso específico, que trata dos beneficiários de uma política pública, falando da própria política com uma análise crítica, que a existência desta relação anterior tornou o processo mais fácil, especialmente pela relação de confiança pré-estabelecida, condição importante para um bom andamento metodológico da investigação.

Um ponto positivo na opção feita pela MCC foi o processo de formação e transformação propiciado pela investigação. Os encontros foram espaços de formação e com isso também de transformação de todos e todas. A reflexão sobre a realidade de forma

conjunta permitiu trocas de experiência e construção de propostas para a transformação da realidade em relação às duas temáticas e na interação entre elas. Vários exemplos ocorreram durante os encontros dos grupos comunicativos, como, por exemplo, discutir os critérios para novos ingressantes no empreendimento (alguns têm critérios e outros ainda não), a constatação de que cada empreendimento precisa se organizar mais internamente para os diálogos com gestores e a proposta de construção de um plano municipal de políticas públicas que seja para beneficiar os empreendimentos como instrumento, mas garantindo autonomia de cada empreendimento.

No decorrer dos encontros e nos diálogos, as trocas se intensificaram, com o acontecimento de momentos bem especiais, como os/as participantes perguntando à pesquisadora: “agora que você é empreendimento, entende o que a gente fala? Que tem coisas que o poder público propõe que não vão dar certo? Porque a gente já sabe que não dá”. Ou em outro momento: “como é que surgiu a economia solidária no Brasil?”.

A MCC permite essa intersubjetivação, as pessoas em relação, transformando-se para transformar a realidade. E mesmo nestas poucas horas, num total de aproximadamente nove ou dez horas de diálogos, totalizando os momentos formais de diálogo gravado, e os momentos informais, antes e depois das gravações, pôde-se constatar como rapidamente as pessoas, como atores sociais, são capazes de assumir o protagonismo da dinâmica intersubjetiva e se abrirem a novos saberes e construção conjunta de novos conhecimentos.

Neste sentido, retomando o percurso metodológico, foi construído um roteiro inicial para os diálogos, com alguns questionamentos teóricos encontrados na literatura, para serem validados ou refutados durante a investigação, alguns temas já discutidos na análise dos dados da seção quatro. O espaço de discussão propiciou várias formulações dos/as participantes. Trazem-se aqui as definições de economia solidária formuladas por eles/as.

Economia solidária é um outro, um outro modo de pensar nas questões, né? Tanto na questão do serviço no modo capitalista, questões ambientais, não é só ir lá ganhar o dinheiro e deixar as coisas de qualquer jeito. Pensar mais um pouquinho no meio ambiente, nas coisas que a gente faz. Dentro dessa questão aí, a gente também, dentro dos nossos empreendimentos acabou modificando muitas coisas. Em questão de pensar o que a gente fazia lá com a nossa sobra, que a gente vai, o saco de lixo vai para o lixeiro, a gente hoje em dia não faz mais isso, a gente manda pra alguém que vai reciclar ou vai dar para os animais, é uma coisa natural. Então tem toda essa questão. A gente mudou bastante a maneira de pensar né? Não se preocupava muito com isso e hoje a gente trabalha o suficiente pra gente viver e não pensar que o dinheiro é acima de tudo. É isso. (§266 – MARTA).

A economia solidária é o oposto do capitalismo e o que falta é a gente dar condições de quem quer participar dessa nova economia, que tenha condições de participar com dignidade, sem estar correndo atrás do poder público, sem estar nessa

dependência e eu acho que vai demorar um pouco para a gente chegar nesse ponto, mas a gente tem que caminhar forte, que é possível. (§268 – DIGENIR).

Economia solidária, resume um pouquinho do que cada um aí falou, mas também eu acho que a gente precisa pensar no solidária. O solidária não é eu sozinho, é eu e mais oportunidade para mais gente. Então é uma forma de geração de renda, de formação, até de socialização, né? Tem muita gente que é sozinho aí e quando eles chegam e conhecem um pouquinho da economia solidária. Faz esse outro lado também do social, das pessoas se sentirem úteis e importantes. Então também tem esse lado além da geração de renda e ainda realmente é um caminho longo a ser percorrido, né? A gente viu as dificuldades que a gente enfrenta e ainda vai enfrentar, mas que pra mim hoje é uma esperança de um novo mundo, de uma nova forma de pensar, além de ser uma economia diferente. Eu acho que ela também tem esse lado social muito importante pra ser trabalhado. (§269 – CÂNDIDA).

Eu acho que é uma forma de se organizar e trabalhar com relações justas entre as pessoas, é, e com o entorno também, com o ambiente também, sem explorar, sem explorar ninguém, o trabalho de ninguém, em relações horizontais. Acho que é isso. (§271 – FERNANDA).

Essas, dentre outras formulações já citadas e discutidas na seção quatro deste estudo, são evidências da formulação coletiva do conhecimento, fruto da interpretação da realidade e que potencializam a sua transformação.

Em consonância com as definições dos estudiosos, mas numa linguagem mais simples, nas formulações elencadas aparecem os princípios da autogestão; do trabalho sem exploração, de forma horizontalizada; de oposição ao modo capitalista de produção; da preocupação ambiental; de fortalecimento do movimento; da autonomia; da solidariedade; do trabalho coletivo; de uma vida melhor.

Vida melhor, como definida por Singer (2002),

não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que na sua comunidade jamais o deixara desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 114/115).

Para os/as participantes da pesquisa a economia solidária é a construção de uma vida melhor por meio de uma organização produtiva que gere renda, centrada nos princípios da autogestão e da solidariedade e não da competição para mais dinheiro e poder.

Em relação aos resultados, como já comentado, foram identificados setenta elementos transformadores ou excludentes no processo de gestão em economia solidária, sendo esta uma contribuição importante para os processos de construção de políticas públicas de economia solidária.

Uma análise mais aprofundada sobre esta contribuição está na seção quatro deste trabalho acadêmico. Para efeito das considerações finais é importante destacar que alguns elementos tiveram mais citações que outros durante a realização do diálogo. Considerando-se aqueles que tiveram três ou mais citações, observa-se que há cinco elementos entre os transformadores:

- a) a existência de espaço permanente para comercialização;
- b) a economia solidária ser uma alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade;
- c) a oferta de assessoria e orientação para formação de empreendimentos econômico solidários;
- d) oferta de cursos de qualificação para os/as membros de empreendimentos e
- e) a satisfação e orgulho que os/as empreendedores/as sentem por terem vencido com seu trabalho.

Em relação à contribuição dos elementos excludentes, utilizando o mesmo critério, são elencados dezesseis elementos com mais citações:

- a) dependência dos empreendimentos em relação ao poder público, tanto financeira quanto de gestão;
- b) dificuldade na gestão administrativa e autogestão do empreendimento;
- c) a divisão organizacional causa problemas na relação associativa, pois desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico evidenciando problemas na divisão de tarefas;
- d) dificuldade na viabilidade econômica do empreendimento e de geração suficiente de renda para os membros, o que pode ocasionar a saída de trabalhadores do trabalho associado para o trabalho assalariado em busca de maior segurança econômica;
- e) reprodução de valores machistas nos empreendimentos, fruto de relações sociais machistas tanto na família quanto na sociedade em geral;
- f) pouca participação dos gestores das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária, representando uma ausência das discussões do movimento;
- g) o desconhecimento do que é economia solidária na sociedade;
- h) uso de linguagem inadequada nas reuniões do movimento, trazendo uma dificuldade de entendimento para os/as participantes;

- i) desconhecimento pelos membros dos empreendimentos do que é economia solidária e autogestão;
- j) falta de vivência solidária nos empreendimentos;
- k) dificuldades para que as pessoas dos empreendimentos se qualifiquem (cansaço, transporte, alimentação, falta de estímulo, idade avançada);
- l) mudança de gestores/as com a mudança de governo - a não construção de uma política de estado e problema da descontinuidade da política;
- m) inexistência de marco legal específico para empreendimentos econômicos solidários;
- n) perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com as mudanças realizadas no espaço, sem discussão com os empreendimentos;
- o) falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura e
- p) empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público.

Como já constatado há uma maioria de elementos excludentes. Isso não significa que a existência da economia solidária e da política pública não seja transformadora, mas que existe uma plataforma que necessita ser alterada para que estes elementos possam, assim, tornar-se o seu contrário. Algumas propostas apontaram neste sentido. Muitos elementos excludentes ou transformadores não tiveram sugestão de propostas correspondentes.

Muitos elementos não têm, inclusive, correspondência na política pública municipal, mas em esferas de governo superiores, como a lei nacional da economia solidária em tramitação no congresso nacional (Projeto de Lei 4685/2012), que estabelecerá Política Nacional de Economia Solidária, além do Sistema e o Fundo Nacionais de Economia Solidária.

Após a transcrição e sistematização dos diálogos, observou-se que as conquistas em relação à política pública que estão consolidadas não aparecem nem como elemento transformador, nem como excludente. Para os/as participantes da investigação, simplesmente fazem parte da política, estão incorporadas, como a existência de marcos legais, do Conselho Municipal de Economia Solidária, do Centro Público de Economia Solidária e da lei que cria o Programa de Fomento à Economia Solidária. As conquistas consolidadas fazem parte da história, estão implícitas na política pública. Os elementos que transpareceram são

relacionados às conquistas a serem alcançadas ou a relações que são entraves na vivência autogestionária dos empreendimentos ou que são potenciais transformadores no cotidiano.

Embora em relação aos marcos legais no município já exista um grande avanço, se comparado a outros municípios e mesmo à política nacional, que executam projetos, mas não têm legislação específica, há de se considerar que a tentativa de estabelecer uma política de estado de economia solidária no município ainda não se efetivou. Mesmo realizando concurso público e tendo no quadro funcional do Departamento de Apoio à Economia Solidária técnicos de empreendedorismo e assistente administrativo, a execução da política e as relações com os empreendimentos ainda estão mais centradas nos cargos de livre nomeação, em outras palavras, cargos de confiança. É interessante observar que a mudança de governo a partir de janeiro de 2013 tornou esse fato evidente e é provável que se esta mudança não tivesse acontecido esse elemento não apareceria.

Após mais de treze anos de implantação da política pública de economia solidária em São Carlos, o processo passa por um amadurecimento. Na mudança de governo os empreendimentos sentiram que a existência da política pública estava ameaçada e poderia terminar, então agiram.

São Carlos conseguiu um feito inédito, e eles estão tudo assim, sabe. Porque, na hora que nós vimos que nós podemos perder isso daqui os empreendimentos vieram pra dentro do lugar, do departamento. A equipe no momento não sabe o que tá fazendo. Os empreendimentos estão cobrando, você entendeu? Eu vejo desse jeito. (§448 – CÂNDIDA).

Esta ação mostra um empoderamento destes atores, de uma compreensão do protagonismo dos empreendimentos no processo da política pública.

Durante os encontros do grupo comunicativo os/as participantes detectaram a ausência de um espaço para a reflexão coletiva de suas vivências nos empreendimentos e sobre a política pública de economia solidária, como estava acontecendo nos grupos. Daí surgiu a proposta de realização de encontros para trocas coletivas.

Foi muito marcante durante os encontros a avaliação de que estava sendo uma experiência muito interessante e que no movimento não se reunia pra discutir e trocar experiências. Comentários como: “a gente convive há tanto tempo e não conhece a história de quem está na economia solidária” estiveram presentes nas falas durante as conversas informais e também nas falas gravadas e transcritas.

É bom porque se você junta um grupo e cada um tem a liberdade de contar, ah o meu aconteceu assim, assado, a gente entrou no movimento porque que ia favorecer em questão de sobrevivência mesmo. (§1357 – MARTA)

Eu acho que isso daqui deveria ser refletido dentro do movimento. Fazer um espaço onde cada grupo contasse a sua história [...] para a gente se aproximar mesmo, quebrar barreiras. (§1358 – CÂNDIDA)

Estas falas corroboram uma avaliação positiva e transformadora da opção metodológica desta investigação, que pressupõe o diálogo e a intersubjetividade como condições de transformação de uma realidade.

A economia solidária na sua perspectiva transformadora permite que homens e mulheres trabalhadores/as, em sua ampla maioria excluídos/as do mercado de trabalho formal, possam se inserir novamente, ou pela primeira vez, de uma forma coletiva, associada e que permite que os conhecimentos tácitos adquiridos ao longo de suas vidas sejam potencializados para a geração de renda e para a sua sobrevivência.

Os desafios a serem enfrentados e superados junto ao público beneficiário da política pública de economia solidária ainda são muitos. As relações do mundo do trabalho no modo de produção capitalista não incluem as relações solidárias e autogestionárias. Assim, existem muitas barreiras socioculturais a serem transpostas neste setor.

As dificuldades de gestão dos empreendimentos, do trabalho coletivo e de relacionamento são mais barreiras a serem transpostas. Todos estes fatores, mais os diversos elementos que compõem esta investigação, elencados pelos/as participantes, são a contribuição deste estudo acadêmico no intuito de fornecer reflexões para a melhoria da gestão de políticas públicas de economia solidária.

A investigação foi fonte de aprendizagem com os/as participantes, de como uma atividade coletiva pode ser transformadora de uma realidade quando há horizontalidade nas relações e quando as pessoas reconhecem a sua importância como ser social para essa transformação. Mas estas transformações dependem também de investimento, de fomento, de assessoria, de bons projetos, de pessoas sérias e comprometidas com essa construção.

Estas considerações finais estão longe de serem definitivas. As observações aqui colocadas tiveram o objetivo de contribuir com reflexões sobre os caminhos para o fortalecimento de ações da política pública de economia solidária, numa perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento no qual os seres humanos tenham centralidade, seja sustentável do ponto de vista ambiental, valorize e respeite as diversidades culturais deste/as trabalhadores/as e potencialize as atividades econômicas utilizando-se dos seus

históricos de vida e de seus conhecimentos, enfim, que possibilite a emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS

ANTEAG. **O trabalho é um direito...**: nem que para isso seja necessário... São Paulo, SP: ANTEAG, 1999. Folder.

\_\_\_\_\_. **Autogestão**: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Espalhafato Comunicação e Produção, 2000, 143 p.

\_\_\_\_\_. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005 – 2007**. 1ª ed. São Paulo, SP: Todos os bichos, 2009, 64 p.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003, pp. 20-26.

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa. In TEIXEIRA, Francisco J. S.,; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de., **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará; São Paulo, SP: Cortez, 1996, pp. 109 -161.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2000. 365 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo, SP: Cortez, 1995. 155 p.

\_\_\_\_\_. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2001. p. 35-48.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo.; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **O avesso do trabalho**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004, pp. 13-27.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da.; IAZBECK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2008, pp. 90-129.

BORGES, Juliano Luis. **MST**: do produtivismo a agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, I, 2009, Curitiba, PR. Anais... Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <[www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-produtivismo-JulianoBorges.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-produtivismo-JulianoBorges.pdf)>. Acesso em 09 mar.2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010.** Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, cria a Comissão Gestora Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm)>. Acesso em 01 mar.2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 05.jan.2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5794, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)>. Acesso em 02 jan.2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, Brasília, 16 a 18 de junho de 2010. Brasília, DF, 2010. 49 p. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II\\_coanes\\_documento\\_final.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf)>. Acesso em 06 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, Brasília, 26 a 29 de junho de 2006. Anais 1. Brasília, DF, 2006. 113 p. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf\\_anais.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf)>. Acesso em 26 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em 06 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório parcial out/2011: avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010**, Brasília, DF, 2011.

CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil dos municípios.** Disponível em <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)>. Acesso em 07 fev. 2013.

CAPACLE, Camila. **A política social de economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos.** 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural.** 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CHIARELLO, Caio Luis. **Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais**. 2012. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

COSTA, Lucélia Borges. **Avaliação do grau de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários**: elaboração de um modelo de análise. 2010. 123 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

DAGNINO, Renato et all. Metodologia de análise de políticas públicas. In: COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (orgs.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014, pp. 51-114.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, SC, 2005. 399 p. Tese de Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FARIA, Maurício Sardá; NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi et all. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 1ª edição. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2012. V. II, pp. 153-186.

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Proposta do texto da Lei da Economia Solidária**. 2010. Disponível em:  
<[http://www.fbes.org.br/?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1131](http://www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=1131)>. Acesso em: 30 out. 2011

\_\_\_\_\_. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em  
<[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em 25 fev. 2012.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO, **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em  
<<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC4012164980B735B53.htm>>. Acesso em 15 fev. 2010.

FLEURY, Afonso. Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In: HIRATA, Helena Sumiko (org.). **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, pp.33-47.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho, et al. (orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2006, 326 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. 107 p.

GALLO, Ana Rita. **Empreendimentos econômicos solidários**: alternativas organizacionais de(re) inserção social e econômica. São Carlos, 2004. 286 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, BA, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em <[http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco\\_sol\\_mod\\_cap.pdf](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. In: Encontro Anual da ANPOCS, XXIII, 1999, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG, 1999. 21p. Disponível em: <[http://www.4shared.com/office/QtCVw3YS/gaiger\\_luiz\\_\\_1999\\_\\_o\\_trabalho\\_.html](http://www.4shared.com/office/QtCVw3YS/gaiger_luiz__1999__o_trabalho_.html)>. Acesso em: 01 fev.2014.

\_\_\_\_\_. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004, 417 p.

GIROTTO, Vanessa Cristina. **Leitura dialógica**: primeiras experiências com tertúlia literária dialógica com crianças em sala de aula. São Carlos, 2011, 343f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

GOMÉZ, Jesús et al. **Metodologia comunicativa crítica**. Barcelona. ElRoure Editorial: 2006, 149 p.

HADDAD, Fernando. Hay que ser solidario pero sin perder la combatividad jamás. In: MELLO, Sylvia Lesser (org). **Economia solidária e autogestão**: Encontros Internacionais. São Paulo, SP: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. pp. 22-28.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004, 17-53 pp.

LAVILLE, Jean-Louis.; GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et. al.. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo, SP: Almedina Brasil, 2009. 162-168 p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira (orgs.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000. 138 p.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. 1ª Ed. São Paulo, SP: Scritta e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 1994a. 331 p.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão de obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de et al (orgs). **O mundo do**

**trabalho:** crise e mudança no final do século. 1ª ed. São Paulo, SP: Scritta, 1994b, pp. 563-587.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** 2009. Vol 24 nº 69.p. 31-51 Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/107/10713664003.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª ed. – 3ª reimpressão. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 289 p.

MELLO. Roseli, R.. **Metodologia de investigação comunicativa:** contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola para todos e todas. Caxambu: ANPED: GT Movimentos Sociais e Educação, 2006. 17 p.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias:** O Caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico, 2007.146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Um histórico do MST.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>>. Acesso em 09 mar.2014.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria.** Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008. pp 27-40. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia/nascimento3.pdf>>. Acesso em 11 set. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Autogestão e o novo cooperativismo:** textos para discussão. SENAES: Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf)>. Acesso em 11 set. de 2011.

NUMI-ECOSOL. **Histórico do NuMI-EcoSol.** NUMI-ECOSOL: São Carlos, SP: 2014a. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/numi-ecosol/historico-do-numi-ecosol>>. Acesso em: 26 mar.2014.

\_\_\_\_\_. **Linhas de ação.** NUMI-ECOSOL: São Carlos, SP: 2014b. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/numi-ecosol/numi-ecosol/linhas-de-acao>>. Acesso em: 26 mar.2014.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. Economia solidária e transformação social. In: NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (org.). **Economia solidária em várzea paulista:** construindo uma política pública. São Paulo: NESOL-USP, 2013, p. 25-28.

PEREIRA, Kelci Anne. **Economia solidária e aprendizagem dialógica:** práticas de participação e autogestão em assentamento rural e necessidade de outra EJA. 2009. 317 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PENNA, G. Mais opções: polos econômicos e cidades médias geram oportunidades e tiram profissionais qualificados das capitais. **Você S/A**. Editora Abril. Edição 133 julho/2009. Disponível em <<http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/mais-opcoes-484827.shtml#>>. Acesso em 15 fev. 2010.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. 357 p.

PIRES, Aline Suellen. **Autogestão, economia solidária e gênero**: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

POCHMANN, Márcio (org). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo, SP: Cortez; Perseu Abramo, 2002. 256 p.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado de trabalho**, Brasília/IPEA, nº 39, p. 57-62, maio 2009.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SENAES. **Políticas públicas em economia solidária**: reflexões da Rede de Gestores. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2008, 266 p.

SALOMÃO, Silvana. **Intensões e gestos de políticas públicas de economia solidária na afirmação de direitos sociais**: um estudo de caso. 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. **Além da informalidade, quem dos direitos**: reflexões sobre o trabalho desprotegido. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Raquel Auxiliadora dos. **Promotoras Legais Populares**: avançando na luta pela igualdade de gênero e na compreensão da Educação de Jovens e Adultos. São Carlos, 2014, 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

SÃO CARLOS (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Relatório de ações em andamento**. São Carlos: PMSC, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 15.779 de 05 de agosto de 2011. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 09 ago. 2011, p.03. 2011a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 15.853 de 11 de outubro de 2011. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 14 out. 2011, p.03. 2011b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Mapa de projeto de geração de trabalho e renda.** São Carlos: PMSC, 2011c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 27 fev. 2010, p.03. 2010.

\_\_\_\_\_. **Conheça São Carlos – A cidade de São Carlos.** Disponível em <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/>>. Acesso em 15 fev. 2010. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Conheça São Carlos - Dados da cidade (geográfico e demográfico).** Disponível em <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/>>. Acesso em 15 fev. 2010. 2010b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Apresentação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (power point).** São Carlos: PMSC, 2010c.

\_\_\_\_\_. **São Carlos é a 26ª do estado para fazer carreira profissional.** Disponível em <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2010/157613-sao-carlos-e-a-26o-do-estado-para-fazer-carreira-profissional.html>>. Acesso em 07 fev.2013.2010d.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.** 2009a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Projeto: Ampliação das ações do Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho” do Município de São Carlos.** São Carlos: PMSC, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Relatório final de prestação de contas: Centro Público de Economia Solidária para a Fundação Banco do Brasil.** São Carlos, maio 2009c.

\_\_\_\_\_. **Uma reflexão sobre o momento do Programa de Fomento à Economia Solidária do município.** In: Processo da PMSC nº18346/2009. Assunto: Projeto de Lei – Programa de Fomento à Economia Solidária. São Carlos: PMSC, 2009d. Fls. 05/06.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Histórico da Política de Fomento a Economia Solidária no Município de São Carlos-SP.** São Carlos: PMSC, 2009e.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Projeto: Construção do Centro Público de Economia Solidária de Produção de São Carlos.** São Carlos: PMSC, 2009f.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Relatório atualizado das três cooperativas – agosto 2009.** São Carlos: PMSC, 2009g.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. **Perfil dos Empreendimentos Autogestionários em São Carlos 2008**. São Carlos, SP: PMSC, 2008, 50 p.

SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho, et al. (orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2006. pp. 293-296.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – **Sistema SEADE de projeções populacionais**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes, 1999. 182 p.

\_\_\_\_\_, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

\_\_\_\_\_, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2003a, pp. 11-28. (Coleção Economia).

\_\_\_\_\_, Paul. Economia solidária. In: CATANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003b, pp. 116-125.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, RS, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 jun.2014.

STORCH, Sérgio. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In: Venosa, Roberto (org.). **Participação e participações: ensaios sobre a autogestão**. São Paulo, SP: Editora Babel Cultural, 1987, pp. 61-91.

VERARDO. Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Lesser (org.). **Economia solidária e autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p. 119-125.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Traduzido por Daniel Grassi, 2ª ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001. 205 p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “*avanços e desafios na implementação da autogestão em empreendimentos solidários fomentados por políticas públicas municipais*” e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. A pesquisa será realizada com um grupo de pessoas membros de empreendimentos econômicos solidários, fomentados pela política pública municipal de economia solidária de São Carlos/SP, identificando elementos transformadores e obstáculos no processo de gestão em economia solidária, buscando formas de melhorias na prática cotidiana da gestão, tendo como pesquisadora responsável a Sr<sup>a</sup> Rita de Cássia Arruda Fajardo. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conversar com a pesquisadora e participar de um grupo comunicativo, que significa um grupo em que as pessoas participantes se reúnem com a pesquisadora para conversar sobre temas que a pesquisadora irá apresentar. Durante as atividades será utilizado um gravador que gravará todas as sessões. Sua participação lhe apresenta riscos mínimos, como cansaço durante as sessões, sendo que você poderá interrompê-las a qualquer momento. Também não terá gastos de qualquer natureza. Neste termo você autoriza que seu nome seja identificado desde que os dados não sejam divulgados de forma a te prejudicar. Sua participação é voluntária, ou seja, você só participará se quiser, tendo o direito de não responder qualquer pergunta que não queira, além de poder se retirar do estudo quando quiser. Os resultados da pesquisa serão divulgados através da tese de doutorado e artigos em revistas periódicos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

---

Rita de Cássia Arruda Fajardo  
Rua José de Alencar, 119 – Vila Costa do Sol – São Carlos/SP – CEP: 13566-000  
Telefone (16) 99713-0072

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Sujeito da Pesquisa

## APÊNDICE B – Quadros de análise

Quadro 25 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.1 “organização do trabalho, autogestão e geração de renda”.

Categorias Dimensões	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>	<p><b>1.1.1. Interferência na autonomia dos grupos</b>            §514 – <u>Marta</u>: Olha interfere na autonomia do grupo porque assim, tem pessoas que tem força de vontade, tem outras que não. Tem outras que “ah, não é mais fácil o cara mandar e dar as orde pra gente pra gente ir fazendo”, ce entendeu? Então assim, as opinião vai mudando e vai prevalecer o que é mais fácil. Essa que é a verdade.            §555 – <u>Digenir</u>: [sobre a interferência do poder público na autonomia dos grupos] ele nem pode nem deve.[...] Ele transfere a responsabilidade. [...] Os grupos, tem grupo que vai aceitar. [...] acontece e está errado e normalmente a culpa é do empreendimento. Então eu vou voltar lá quando eu entrei na economia solidária.            Então eles [INCOOP/UFSCar] já tinham fomentado dois grandes empreendimentos, que era a Cooperlimp e a Costurarte, nós pegamos as duas, [...] formalizadas. Não faziam contabilidade, elas não tinham documento nenhum. Elas faziam declaração de imposto de renda sem movimento. Então, mas por quê? Porque o pessoal se acomodou e Cooperlim também. Era a mesma coisa.[Assumia a autonomia do grupo, financeira, contábil] tudo, tudo, tudo, tudo . Acontece, eu to falando que eu vi isso. Eu vi não, eu participei.</p>	<p><b>1.1.6.Conflitos internos de relacionamento</b>            §39 – <u>Lindamira</u>: Tentaram me acusar do dinheiro do trator, me acusaram disse que eu tinha pegado esse resto do dinheiro do trator e tinha passado pra outra associação.            §122 <u>Marta</u>: Os grupos, eu acredito que todos os grupos da minha época desde 2005 que tinha nossa, muitos grupos bons, que tinha potencial, mas aonde que errou? Foi exatamente na hora da gestão porque há o conflito, porque um fala que o outro tá ganhando mais, é a questão da carga de horário, é o serviço que tá sobrecarregado pra um e menos pra outro, um acha que o fardo do outro é mais pesado, né, e aí vai.</p> <p><b>1.1.7. Dependência do poder público: financeira e de gestão</b>            §53 – <u>Liliane</u>: depende muito da prefeitura. [...] Não de contabilidade essas coisas, a gente consegue fazer sozinho. Mais é na parte do dinheiro que a gente depende ainda da prefeitura.            §55 – <u>Marta</u>: E foi isso que eu fiz, não só depender do poder público mas eu fui buscar outros caminhos, outros eventos particulares que pudesse trazer a renda, que foi o que a gente ouviu. Mas o grupo em si ele não procurou sair disso, ele que e exige muito do poder público, porém não conseguiu sobressair dessa dependência. [...] A intenção da ACASC desde o início era exatamente essa, era o grupo se organizar pra poder ta ir buscando aumentar o campo de trabalho não só do poder público, mas sim particular também e isso não aconteceu.            §294 – <u>Marta</u>: Na época que elas começaram e tiveram vários cursos bons, fizeram, tiveram todo o equipamento assim como a Coopercook tiveram tudo na mão e não conseguiram ir pra frente mesmo. Depois que não deu certo mais trabalhar com as licitação aqui do poder público e tal elas não conseguiram. O grupo não conseguiu ir sozinho com tudo na mão. Porque faltou [...] uma</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>		<p>dedicação.            §576 – <u>Marta</u>: todos esses grupos que eram daquela época foram é, depois que a prefeitura na verdade não é abandonou, não pode mais fazer nenhum tipo de licitação, todos eles acabaram, né?[...] Porque eles criaram a dependência, os grupos criaram a dependência da prefeitura vim e arrumar o serviço pra eles.</p> <p><b>1.1.8. Acúmulo de tarefas do empreendimento sobre poucas pessoas</b>            §72 – <u>Cândida</u>: a gente briga muito pela autogestão, que eu acho que isso ainda dentro da economia solidária é um problema, as pessoa ficam na dependência e alguém toma a frente, porque pra não acabar alguém tem que tomar a frente, né? Então isso eu acho que ainda é uma dificuldade.</p> <p><b>1.1.9. Falta de união, de espírito coletivo entre os membros do empreendimento</b>            §81 – <u>Dario</u>: E o que a gente também notou, que o pessoal e até hoje em dia nas associações, o pessoal são fechado, [...] Eles tem medo se você falar alguma coisa lá na frente você vai estar fazendo. É o contrário, ce entendeu? Se você ajudar a pessoa a fazer alguma coisa, lá na frente ela pode estar comprando junto com você, o que pode se tornar lá na frente um negócio mais barato pra você comprar, você entendeu?</p> <p><b>1.1.10. Não há inovação nos processo de produção e de produtos por parte dos empreendimentos</b>            §83 – <u>Dario</u>: Mas o negócio é você não parar, você tá inovando, né? E o pessoal não tem esse negócio de inovação, [...] Então é isso daí, é investir, se atualizar [...] O pessoal hoje em dia não atualiza, não participa.</p> <p><b>1.1.11. Dificuldade na gestão administrativa e autogestão do empreendimento</b>            §115 – <u>Marta</u>: (..)a gente tem um potencial muito grande, mas nós esbarramos numa grande dificuldade: administração[...].</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>		<p>Administrar nós dois, é um empreendimento pequeno, é difícil. Quem dera uma associação, uma cooperativa, como é que faz com 50 associados? [...] É difícil, muito difícil. A gestão, mesmo uma pessoa, eu acho que ela formada, estudada, ela encontra dificuldade. A gestão é muito difícil. §122 <u>Marta</u>: [...] A gestão, a pessoa quando, o cooperado ou o associado que seja, que ela entra pra gerenciar, né, que pensa que o negócio vai conhecer olha, gestão é complicado, se a pessoa não tiver pé firme mesmo é muito difícil gerenciar qualquer coisa.</p> <p>§129 – <u>Elaine</u>: você perde tempo fazendo planilha enquanto você podia estar produzindo. Entendeu? Ai você tinha que ter uma pessoa para fazer isso pra você não perder tempo com a sua produção. Se a gente depende da produção pra ter renda[...].</p> <p>§756 – <u>Cândida</u>: a dificuldade da autogestão, do compartilhamento, do coletivo, é a dificuldade de trabalhar essa parte.[sobre empreendimentos que não conseguiram se viabilizar].</p> <p>§757 – <u>Digenir</u>: então, mas você tinha um gestor que te dava todo o apoio. Então não foi falta de apoio.[...]Porque que os empreendimentos não caminharam então? Porque eles mesmos não conseguem fazer autogestão.</p> <p><b>1.1.12. Divisão organizacional causa problemas na relação associativa (desperta comportamentos de relacionamento organizacional hierárquico, problemas nas divisões de tarefas)</b></p> <p>§148 – <u>Liliane</u>: é. Fala assim: mas vocês não fazem nada, desse jeito. Ai a gente fala pra eles, fala: “então vem sentar no nosso lugar, vem sentar aqui no nosso lugar pra vocês vê”. Quando é época do pagamento na hora de fazer as notas as meninas lá fica martelando na cabeça, ai fica assim, já começa segunda-feira: “que dia que vai sair o pagamento? [...] Não, mas se a prefeitura não pagar, vocês do escritório ai vai ter que rebolar porque nós que dinheiro.”</p> <p>§296 <u>Marta</u>: [...] é uma dedicação, ce entendeu? É a mesma coisa que nós tamo conversando aqui hoje. Ah vamos montar tal coisa. Tudo bem a gente vai lá, vamos montar. Ai a gente recebe lá da</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>		<p>prefeitura tudo na mão, né. Os cursos, faz os cursos, aprende, aprende tudo. Ai vai partir de quem que esse grupo vá pra frente? De você mesmo. Do grupo, né?! Então, assim na, a Coopercook elas se discutiram pelo mesmo motivo que nós estamos discutindo, pelo mesmo motivo que a coleta falou, é a questão da divisão de tarefa.</p> <p>§348 – <u>Liliane</u>: [...] Então à vezes eles ficam assim, ai fica assim: “ah a Natália e a Débora se sente igual a patroa” a gente fala: “gente não é patroa, é cooperada igual a vocês. Todos nós somos cooperados”.</p> <p>§144 – <u>Liliane</u>: ai ficam assim: “é vocês não faz nada!” - nós do escritório: “vocês não faz nada, vocês fica ai o dia inteiro aí ó, [...] sem fazer nada”.</p> <p>§184 – <u>Fernanda</u>: tem o caso dos grupos que tem essa divisão mesmo das tarefas, as pessoas fazem coisas diferentes. E nas minhas experiências de trabalho, assim, eu vi que uma coisa que é muito importante é todo mundo saber qual que é aquela etapa que o outro ta fazendo, como ela funciona, mesmo que você não domine aquilo. Mesmo que você não seja tão bom naquilo mas precisa saber como é que funciona pra não ficar achando que a pessoa trabalha menos ou que o trabalho do outro é menos importante no processo.[...]</p> <p><b>1.1.13. Dificuldade na viabilidade econômica do empreendimento e de geração suficiente de renda para os membros (trabalho assalariado X trabalho associado)</b></p> <p>§178 – <u>Digenir</u>: Mas quem entrou agora [...] porque precisa de renda, é muito mais difícil. A gente tem um exemplo muito grande na Cooperlimp. Que as pessoas estavam treinadas, a pessoa chegava e oferecia um emprego pra presidente da cooperativa, ela falou, tchau gente que eu vou trabalhar que ai eu vou ter férias, 13º, tudo mais. É a necessidade terrena. E essa dificuldade [...] vai ter que se trabalhar muito pras pessoas ou então um jeito delas terem renda né, ai elas conseguem trabalhar em grupo. Mas se não tiver renda, se cada um tiver essa batalha, porque você tem que arrumar matéria-prima, você tem que</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>		<p>produzir, você tem que vender.</p> <p>§845 – <u>Elaine</u>: eu acho que a diferença entre ser registrado e você ser um empreendedor é a liberdade e a segurança, entendeu? Tem muita gente que prefere a segurança, tá infeliz, mas prefere a segurança de ter o dia que vai receber o pagamento ou ter a liberdade de falar assim, não, esse mês eu vou trabalhar mais porque eu quero ganhar mais, então tem gente que prefere a segurança a liberdade. Entendeu? Eu tenho a liberdade de sair uma tarde e vim participar de uma reunião, e deixar de produzir. Mas depois eu vou compensar de um outro jeito, mas eu tenho a liberdade.</p> <p>§1377 – <u>Cândida</u>: meu maior estímulo é isso [participação no movimento]. Porque se eu dependesse do meu trabalho, da renda que eu tiro aqui, eu já tinha desistido faz tempo, porque eu passo meses sem ter renda nenhuma. Mas em compensação eu fiz 20 reunião no mês, sabe?</p> <p><b>1.1.14. Produção individual e espaços de comercialização coletiva: sobrecarga de trabalho para os produtores.</b></p> <p>§179 – <u>Elaine</u>: a gente tem que fazer o marketing, fazer o gerenciamento, isso não o grupo, individual, porque eu preciso saber o quanto que eu to vendendo o quanto que eu to gastando de material, né? Não é uma questão do grupo, é o individual. Eu preciso saber fazer a minha propaganda, o meu marketing pessoal. Eu tenho que saber fazer isso e eu tenho que produzir, e eu tenho que ir atrás disso, e eu tenho que melhorar meu produto. Então, é complicado. (..). Acho que é até mais fácil você gerenciar o grupo do que o individual.</p> <p>§182 – <u>Digenir</u>: porque você pode dividir né, no grupo você pode dividir tarefas.</p> <p><b>1.1.15. Organização do trabalho vai sendo construída por tentativa e erro</b></p> <p>§256 – <u>Marta</u>: ai a gente, dentro de todas essas dificuldades eu acho que cada um tem que ir se adaptando. Eu e o Dario, eu cheguei pro Dario falei pamonha feita na hora, se sobra, perda,</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>		<p>né? Curau ce leva aquilo que achou, acabou, acabou, né. Então assim, a gente foi aprendendo várias coisas pra não ter tanto prejuízo, ce entendeu e não ser um risco tão grande. Você chegar lá, ah, eu acho que eu vou vender X, vou lá e levo uma montoeira de coisa.</p> <p>§894 – <u>Dario</u>: teste. fazendo teste (... ) de massa, de milho, de pamonha. [...]. Deixei pamonha e massa 2 anos congelada, depois de 2 anos descongelei e fiz pamonha e esquentei a pamonha que ficou 2 anos no freezer e tava excelente. [...] Ai a gente começou, foi indo assim, aos trancos...Hoje a gente já finalizou, hoje a gente tem um bom negócio, mas ainda o maior problema é uma escolha de um bom milho. Tem que fazer uma pesquisa pra comprar o bom milho, a gente tem um cara que a gente compra.</p> <p><b>1.1.16. Centralização da gestão e das informações em algumas pessoas do empreendimento, dificultando a autogestão.</b></p> <p>§281 – <u>Cândida</u>: Então que começou a pensar o empreendimento, que correu atrás pra montar esse empreendimento se acha dono. Então ele é o chefe né, os pensamentos tem que girar em torno do que eles pensam e não aceitam a opinião dos outros. E as pessoas que estão entrando já encontram esse quadro fechado, então nisso fica difícil a autogestão né, onde todo mundo vai participar, todo mundo tem voz, todo mundo tem que colaborar pro bom andamento dos empreendimento.</p> <p><b>1.1.17. Falta de capital de giro para poder investir</b></p> <p>§866 – <u>Digenir</u>: é a área. É mais ou menos. Ó a sua mulher quer fazer artesanato. Só você trabalha. Ela precisa comprar matéria - prima. Ela vai, “oh Dario preciso compra isso, isso, isso”. Não pensa que custa pouco não, custa muito, o investimento é alto. Ai você pega, você vai na feira, você paga a taxa, você carrega suas coisas, você fica lá o dia inteiro, você leva os materiais de volta. [...] Ai você sai vai pra reunião, você sai vai não sei aonde. Seu marido: “opa! Pera aqui! Até quando vai durar isso. Quando é que você vai começar a trazer dinheiro pra casa?” [...]Então tem gente que abandona por causa disso . Eu tenho um caso aqui que o</p>



<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>excludentes</b>		<p>deixava eu vender só as bonecas de fuxico. Ai eu expliquei a situação. Porque antes disso eu tinha procurado emprego em muitos lugares. Mas dai o povo olhava pro meu tamanho, e já anotava no currículo. Quantas vezes eu ouvi: “mas quantos quilos você tem”? Eu falei, mas isso faz parte da classificação profissional? “Não, mas a gente precisa saber”. Então é lógico que era um tá fora. Dai seu Vladimir deixou.</p> <p><b>1.1.19. Problema de comunicação interna</b>  §1308 – <u>Liliane</u>: [...] Na sexta-feira eu não fui trabalhar. Eu não fui trabalhar na sexta. Ai ela conversaram, uma das cooperadas juntou lá com as outras meninas e falou assim, ó, vamos trabalhar segunda, terça e quarta até seis e meia pra gente não vim nem na quinta e nem na sexta trabalhar. Ai eu não sabia. Como eu não fui na sexta eu não fiquei sabendo. Ai no sábado teve o negócio lá da comemoração tudo, ai quando foi ontem elas vieram e falaram assim, a não sei que lá, hoje nós via ficar até seis e meia. Falei como vai ficar até seis e meia? Mas eu não tava sabendo disso. Ai a Natália falou pra mim assim, é mas você não veio sexta-feira. Falei é, mas não tinha como vocês avisar pra mim? E ai falou assim, é mas foi o grupo que decidiu. Falei, “mas não foi o grupo, foi a minoria”. Porque tinham algumas meninas que tavam pra rua, elas também não sabia. Então elas decidiram entre elas lá sabe? [...] Quem ficou lá no barracão decidiu entre elas. E a maioria sem saber.</p>
<b>Elementos transformadores</b>	<p><b>1.1.2. Oferta de formação e assessoria:</b>  §55 – <u>Marta</u>: na época que a gente começou realmente a prefeitura deu muita coisa, não a prefeitura, o departamento de economia solidária [...]. Dentro de toda essa formação [...], acho que foi uma das melhores que teve sempre foi essa forma: “vocês tem que trabalhar, sim, dependendo da prefeitura mas procurando outros campos de trabalho pra não depender mais dela”, você entendeu? [...]a gente não tinha noção do que era uma associação, não tinha noção do que era uma cooperativa. A formação em si até hoje é difícil porque é um grupo que cada um tem o seu próprio empreendimento dentro duma associação e é muito individualista, né?</p>	<p><b>1.1.20. Busca de novas técnicas de trabalho pelo empreendimento</b>  §877 – <u>Marta</u>: Mas assim a gente foi procurar outros métodos de trabalhar com milho por isso que deu certo, né? A gente foi procurar uma pessoa que realmente sabia trabalhar com produtos de milho né, pra fazer o serviço que a gente faz, porque uma coisa é você montar um estabelecimento comercial, outra coisa é fazer o que a gente faz, que é essas festas e eventos. Foi ai que a gente começou a aprender, né, mas esse, essa adaptação, demorou 4 anos. Não foi assim, daqui pra ali.</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos transformadores</b>	<p><b>1.1.3. Espaço permanente para comercialização</b>            §72 – <u>Cândida</u>: conseguimos que a feira permanente realmente seja oficial, né, então a gente já está partindo pra um espaço que seria de todos nós, pra poder trabalhar, [...], todos os segmentos do grupo.            §290 – <u>Marta</u>: Eu acredito que depois com [...] esse decreto da praça, tem muitas pessoas que estão interessadas em trabalhar na Praça, vai aproximar mais pessoas pra cá, ce entendeu? Eu acredito que sim, né? Então, eu acho que é toda uma mudança, o processo mesmo, né?            §1248 – <u>Elaine</u>: Mas ai eu precisava de algum lugar fixo pra mim trabalhar. Não era, não dava pra mim é fazer como passa tempo, como terapia. Era renda mesmo. Era profissão.            §1411 – <u>Cândida</u>: mas se a gente começar a promover a praça a gente vai ter atrativo. [...] Eu luto por um ponto, por exemplo, hoje se eu pego uma encomenda eu tenho que ir levar na casa da pessoa, ela não vai até onde eu to.</p> <p><b>1.1.4. Construção da autonomia do empreendimento</b>            §442 – <u>Cândida</u>: Então, uma coisa que eu ouvi quando eu vim pra cá [...] era que a gente não podia ficar dependendo do poder público. Que a gente tinha que sair e procurar com as nossas pernas a divulgação, os espaços pra trabalhar, e isso e aquilo e aquele outro. Eu vi isso, assim, bem claramente na minha frente. Que realmente, o que a gente precisa aqui do departamento Marta, que numa hora que tem uma festa, que tem um evento ou que tem uma lei pra ser aprovada, ou que a gente vai pegar um dinheiro de um projeto alguma coisa eles ajudem, mas que eles não vão fazer pra você o seu salgado e não vão te levar até na praça pra trabalhar.            §750 – <u>Marta</u>: Então, assim, eu acho assim ó, os grupos, todos os grupos que passaram por aqui, todos, até hoje gente, todos eles, [...] A ideia era formação desse grupo e ele sair daqui pra se auto-sustentar, ce entendeu?</p> <p><b>1.1.5. Alternativa de geração de renda para mulheres, organizando o conhecimento tácito que existe na sociedade.</b>            §1076 – <u>Elaine</u>: precisa manter a casa.            §1091 – <u>Marta</u>: Que eu fiz pra gente aumentar a nossa renda, ce entendeu? Mas assim, porque que eu comecei, comecei porque eu senti dificuldade na hora de arrumar emprego, ce entendeu? Então assim, eu achei uma</p>	

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos transformadores</b>	<p>saída pra mim, né, essa saída. Foi por isso que eu comecei a vender cachorro quente porque se ele fosse um cara bem situado [marido] eu não taria no serviço que eu to hoje.</p> <p>§1098 – <u>Cândida</u>: Aí meu pai adoeceu, confusão, parei com tudo. Ai eu falei, como é que eu volto? Quase 50 anos. Trabalhar? Mercado num ia me aceitar gente. Eu não tenho um currículo, que nenhuma empresa sabe, vai. Falei vou partir pros meus artesanatos, que fiz a minha vida inteira.</p> <p>§1238 – <u>Elaine</u>: Aí eu fiquei grávida. Ai eu falava meu Deus do céu como é que eu vou fazer o enxoval do meu filho? Não tinha da onde tirar. Dinheiro mal dava para pagar o aluguel. Ai quando a gente tem fé sempre vem uma luz né? Ai eu pedi pra Cidinha, que era minha vizinha de barraca, pedi retalho de tecido pra ela e comecei a fazer as bonecas de fuxico. E começou a vender super bem.</p>	

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Quadro 26 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.2 “movimento de economia solidária e participação”.

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	<p><b>1.2.1. Pouca participação dos gestores das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária (ausência do movimento)</b>            §647 – <u>Cândida</u>: [...] eles [gestores] não tão acompanhando em nada. Tem reunião aqui, fica uma pessoa aqui [...] que não tem nem capacidade de argumentar, que você pode questionar ele o quanto for ele não sabe responder. Não fica os gestores aqui em reunião.            §648 – <u>Elaine</u>: fica aqui só pra fechar a porta.            §650 – <u>Dario</u>: o que a Cândida falou tá certo, se vai ter, igual vai ter hoje uma reunião, tem que ter uma pessoa, do lado da outra, pra coisa poder caminhar.</p>	<p><b>1.2.4. Uso do empreendimento para fins políticos</b>            §31 – <u>Lindamira</u>: Tem 2 vereador que só quer dar emenda pro assentamento se me tirar da presidência. [...] o pessoal lá de dentro é influído com este pessoal daqui de fora, principalmente de Câmara, que é uma coisa que eu acho muito esquisito, porque o vereador se ele tem vontade de dar alguma coisa ele não escolhe, ele não escolhe a pessoa pra fazer, ele não tinha que fazer essa bagunça que tá fazendo dentro do assentamento. [...]Viramo moeda de troca.            §701 – <u>Liliane</u>: No entanto, o dia lá que foram entrega o carrinho pra gente, ai teve o negócio da entrega da chave, dos caminhão. [...] Foi entregar os caminhão lá da, que a São Carlos Ambiental lá [...]. Ai falou assim: “Ah gente vem aqui pra entregar a chave”. Nós não fomos. A gente falou “a gente não vai chegar perto de pessoa sem vergonha”, e nós não apertou a mão de ninguém, de ninguém nós não apertou. A [nome de uma cooperada] que foi lá, porque ela, que tinha que ir pelo menos um, a [nome] foi, tirou foto, tudo.</p> <p><b>1.2.5. Prática capitalista e individualista</b>            §57 – <u>Marta</u>: e essa questão de movimento de economia solidária ainda precisa ser bastante amadurecida , que é difícil porque é um conceito difícil de ser mudado, né, que a pessoa tem que praticar na verdade no dia-a-dia, porque a gente tem um conceito capitalista que ninguém quer perder e todo mundo quer ganhar essa que é a realidade né?            §74 – <u>Digenir</u>: os empreendimentos não seguiram, empreendimentos que tinham oportunidade, tinha a Cooper mudas, era a Turística, que eram pessoas que tavam bem dentro do turismo e não conseguiram seguir em frente por causa do individualismo mesmo.</p> <p><b>1.2.6. Desconhecimento do que é economia solidária na sociedade</b>            §138 – <u>Elaine</u>: você nasceu, cresceu no mundo capitalista. O mundo inteiro em volta vive no capitalismo. É difícil você mudar uma cultura. Nós estamos nem engatinhando ainda, né? Eu acho que vai demorar muito pra gente que tá aqui dentro viver a economia solidária. É difícil pros outros que não participam de entender o que a gente tá falando.            §198 – <u>Marta</u>: Você fala pras pessoas e as pessoas não tem o conhecimento do que é a economia solidária. Você começa a falar: a pessoa acha impossível, né?</p>

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>		<p>§221 – <u>Fernanda</u>: eu acho que tem o conflito do capitalismo e tem o conflito também da pessoa que trabalha de uma forma mais livre, mais informal que acha que a economia solidária tem que acolher, com o Contato a gente tem bastante disso. Por exemplo, os artesãos que querem tá na feira, mas que eles não participaram de nenhum processo e eles acham que a questão do solidário é acolher.</p> <p><b>1.2.7. Dificuldades estruturais para a participação das pessoas (transporte, horário de reunião, filhos pequenos, etc.)</b></p> <p>§282 – <u>Marta</u>: [...]Então acaba não vindo mesmo porque, porque assim, [...] tem o problema de ônibus, tem que deixar filho, marido que não entende que tem que vim tem várias questão envolvida que já foi discutido várias vezes não agora nesta gestão, mas em outras gestões já foi discutido isso. Que as pessoas olha, vem pra cá, o horário da reunião, é tarde. Durante o dia não dá pra quase ninguém vir porque todo mundo trabalha, ai a questão do horário 6 horas da tarde. Uma pessoa que mora aqui na cidade e outra que mora lá na cidade Aracy tem uma grande diferença. Pessoa vai pegar um ônibus aqui pra ir pra lá é difícil, né? [falando da participação de uma associada da ACASC] [...] Assim, eu vejo num ponto que quando a gente quer a gente vai atrás das coisas. Mas só que ela é uma pessoa que tem um monte de filho, teve o último agora. Ela tem uns 4 filhos pequenos. O marido trabalha, ela tá morando lá na cidade Aracy, ce entendeu? Algumas vezes ela já veio aqui, veio com criança, né? E não é só ela.</p> <p><b>1.2.8. Não ter o hábito de participar de reuniões</b></p> <p>§286 – <u>Marta</u>: [...]Uma porque não tem aquele hábito de entrar em uma sala de reunião, ce entendeu, e tá dialogando. Tem uma barreira imensa, ce entendeu? É uma barreira enorme isso dai.</p> <p><b>1.2.9. Reuniões desestimulantes para a participação</b></p> <p>§289 – <u>Cândida</u>: Mas a gente tem dificuldade. Existe muito grupo antigo que não aceita, que isso daí é blá-blá-blá. Eu já ouvi de grupos grandes e importantes aqui que se reunião servisse pra alguma coisa a gente já tava muito longe. Porque só se faz reunião, reunião e nada se resolve.</p> <p><b>1.2.10. Linguagem inadequada, empreendimentos não entendem o que se discute nas reuniões.</b></p>

Categorias Dimensões	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos excludentes		<p>§302 – <u>Elaine</u>: porque eu acho que o erro vem de lá de trás, entendeu? Foi sempre muito, as reuniões de lá de trás eram muito chatas.</p> <p>§356 – <u>Liliane</u>: Eles tem muita dificuldade.. Da linguagem. No começo quando a gente vinha o povo não vinha, não participava das reunião porque falava assim, “ah eles falam tudo difícil a gente não entende nada o que eles fala”. Então ai quando falava assim “ó tem reunião lá no centro público”, ai quase ninguém vinha, porque falava assim: “o que que eu vou fazer lá? Eu não entendo, eles vai falar tudo difícil”. Tem que falar o que a gente entende.</p> <p>§365 – <u>Marta</u>: De tanto que cansava a gente. Porque cansava. Era exaustivo, né? Quando tinha aquela plenária que ia algum documento lá pra São Paulo e que tinha que ser decidido. Nossa ficava muito enjoativo, ficava ali tim-tim por tim-tim, “não concorda”, “ah ficava melhor assim, assado” e isso cansa as pessoas, uma porque é difícil pra gente poder, né. Ela é uma professora, eu acho que a gente tinha que ter dado as ideias e quem tem a facilidade de redigir um trabalho, uma discussão na plenária que redigisse depois. Mas a questão do entendimento, do assunto ali na hora, né, a gente passava, mas com muitas palavras difíceis vai indo vai afastando as pessoas.</p> <p>§1012 – <u>Cândida</u>: Muitas vezes será que essa pessoa que veio tá entendendo? Não tá com dificuldade de entendimento de alguma coisa? E aí é difícil mesmo. Você vê você tá numa reunião, você pede pra alguém colaborar com uma comissão. Todo mundo tem aquele receio, não sabe nem o que é isso. Então não é nem falta de interesse a pessoa não tem conhecimento mesmo, ela se sente intimidada.</p> <p>§1013 – <u>Liliane</u>: quando no começo tinha reunião aqui, falava assim ó hoje vai ter reunião lá no centro público, eu falava assim: “ai meu Deus do céu”. Só por causa da linguagem, que era muito difícil. (..) Não entendia. Tinha vez que eu sai daqui sem entender nada.</p> <p><b>1.2.11. Pessoas se sentem intimidadas em participar (posturas intimidadoras)</b></p> <p>§370 – <u>Cândida</u>: eu ia por principalmente essa parte ai. Eu cheguei aqui, até, faz pouco tempo acho que faz 3 anos ou 4 anos [...] O que eu sentia na época, que quem falava era só quem entendia do assunto e entendia as siglas. O resto das pessoas tinha medo de falar. Porque uma que não tava entendendo e quando você falava você sentia que eles falava assim “não sabe o que tá falando”.</p> <p>§361 – <u>Marta</u>: é que quando começou a economia solidária participava muito o</p>

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>		<p>           pessoal da incubadora. [...] a [nome] era uma pessoa que corrigia muito a gente na frente de todo mundo. [...] Ela corrigia às vezes a gente tava num grupo de trabalho, então, por exemplo, ator, gestor, então a gente não falava dessa forma, né? A gente falava da prefeitura, igual nós tamo falando aqui, da prefeitura. Falava em dinheiro, não era dinheiro, era recurso. Não tem recurso não pode falar falta de dinheiro, tem que falar “falta de recurso”. Então ela corrigia muito as pessoas aqui na frente de todo mundo. Na hora de uma plenária, ficava ela e [nome] discutindo a ordem do que, não era assim? [...] Era enjoativo ai tinha gente que não ficava nem até o final. Por que de tanto que cansava a gente.         </p> <p> <b>1.2.12. Critério de participação obrigatório para comercialização</b>            §300 – <u>Elaine</u>: eu acho que a grande dificuldade é que as pessoas falam assim: “tem que ir na economia solidária, porque hoje tem reunião senão você não vai participar da Festa do Clima.” Então as pessoas vem só por interesse e não vive a economia solidária, Elas vivem no mundo capitalista e vem aqui só pela presença porque precisa vim. Então é difícil você ter um grupo unido, coeso, se as pessoas não vivem aquilo. Então pra elas é só por interesse. [...] sempre se rondou, por fora, nos bastidores, se você não fizer parte ce vai tá fora. [...]. Então, as pessoas vinham não porque entende que é um modelo legal de se viver e sim porque se eu não vier eu to fora.         </p>
<b>Elementos transformadores</b>	<p> <b>1.2.2. Formação de novos empreendimentos</b>            §1386 – <u>Cândida</u>: Que mais gente faça novos empreendimentos, sabe? Puder ver, a assistência social me procurou pra mandar gente pra TASCAs, falei não, faz um grupo ai que eu vou ai montar com essas pessoas que te procura na cidadania, vou fazer um grupo com vocês. Eu vou lá, ajudo a organizar, sabe?         </p> <p> <b>1.2.3. Apoio político para o movimento de economia solidária e empreendimentos</b>            §690 – <u>Liliane</u>: teve momentos dele que ajudou a gente pra caramba. Ele ajudou [falando de um vereador].         </p>	<p> <b>1.2.13. Fortalecimento do empreendimento para o diálogo com o poder público</b>            §66 – <u>Marta</u>: a associação ela procura se manter pra ter um diálogo junto com o poder público, porque sem o diálogo é difícil, né?            §665 <u>Digenir</u>: [...] Então eu acho que a gente que tem que ter força e se juntar pra fazer essa mudança. [da relação com o poder público]         </p> <p> <b>1.2.14. Conquistas coletivas por meio da participação</b>            §72 – <u>Cândida</u>: Nós também estamos nos envolvendo em tudo que é do movimento, tanto nos fóruns, pensando no conselho agora, pra fazer parte mesmo pra ser parte integrante da economia solidária, pra desenvolver políticas pública que realmente tenha a cara da gente, pro que a gente precisa.         </p> <p> <b>1.2.15. Transformação pela participação e organização coletiva do movimento</b> </p>



<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
		<p>entendo”, não aparecesse nunca aqui, hoje você ia ter aquele pensamento que você tinha lá atrás. Mas hoje você não tem mais o mesmo pensamento, por mais dificuldade que você tenha em se comunicar, hoje seu pensamento é diferente. Tanto é que você tá aqui.[diálogo com Liliane].</p> <p><b>1.2.16. Fortalecimento do empreendimento por meio da construção da autonomia em relação ao poder público</b></p> <p>§450 – <u>Cândida</u>: eu acho. Agora o que eu falo pra você é que em todas as pessoas que eu conversei ultimamente de outros lugares, a dependência não avança no movimento. [...] Do poder público. Dos empreendimentos dependerem que o gestor público faça tudo.</p>

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Quadro 27 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 1 economia solidária, subtema 1.3 “formação, solidariedade e trabalho coletivo”.

<p><b>Categorias</b> <b>Dimensões</b></p>	<p><b>Políticas Públicas</b></p>	<p><b>Autogestão</b></p>
<p><b>Elementos excludentes</b></p>	<p><b>1.3.1. Formação inadequada para a realidade dos empreendimentos</b>            §198 – <u>Marta</u>: A questão é o professor que vem aqui dar aula que na época foi SENAC [...] então ela [a professora] veio e ela mesmo: “eu mais aprendi do que ensinei”. Ela veio completamente despreparada. Porque ela que veio ministrar ai o curso ela não tinha nenhuma preparação, nenhuma formação de economia solidária e não tava entendendo nem o que a gente tava falando[...] Porque é difícil achar um profissional, Então e a professora que veio fazer a gestão além dela não entender como a gente trabalhava, ce entendeu, é uma formação, nós ficamos 3 meses, 4 meses, depois eles chegaram nunca conclusão que teria que fazer individual pra cada empreendimento. Ai a gente começou a fazer visita em cada empreendimento pra um entender o outro. [...] Mas até hoje não chegou numa conclusão de como administrar. Porque não dá, eles fizeram os cálculos lá, não dá pra você administrar o seu empreendimento como se fosse uma empresa. Por exemplo, ela queria saber quantas pamonhas eu faço por hora. Quantos milho, quantos milho eu uso pra fazer tantas pamonha. Olha eu dependo do milho. Não é uma coisa certa. Quantas horas eu, quantas horas eu ganho por tantas horas pra mim fazer cachorro quente, ce entendeu? Então ficou assim, ela mesma não conseguiu administrar e a gente ficou meio perdida no fim. O curso terminou, todo mundo ganhou diploma, mas a gente saiu assim.[...] Mas a maior parte que ele orientou a gente não serviu pra nada, orque ele não tá acompanhando o grupo.</p> <p><b>1.3.2. Falta de avaliação coletiva das formações fornecidas pelo poder público</b>            §207 – <u>Marta</u>: Não avaliamos.</p> <p><b>1.3.3. Linguagem inadequada que dificulta o entendimento</b></p>	<p><b>1.3.5. Individualismo é muito forte na sociedade e influi na organização do grupo</b>            §57 – <u>Marta</u>: Até hoje a gente tá meio que ainda pensando lá naquela individualidade cada um pra si, Deus pra todos [...]A nossa realidade é essa qualquer um, todo mundo precisa trabalhar pra ganhar pra viver e pra sobreviver, né? Mas a questão de dividir pra todo mundo ganhar essa dai é complicada essa questão porque cada um olha pro seu umbigo.            §746 <u>Elaine</u>: mas isso a gente aprende dentro de casa né? Você aprende a ser individualista dentro de casa. [...] Sua mãe sempre te ensina você não é igual a todo mundo. Você é único.</p> <p><b>1.3.6. Dificuldade em utilizar o que foi dado na formação</b>            §137 – <u>Lindamira</u>: então é que nem nós no assentamento, né, foi formado, teve os professor que veio de Araraquara, que foi contratado, foi feito toda a formação na época, né? Mas o pessoal parece que não aprenderam porque eu era a presidente, eu fazia todos os papel, pra presidente, pra fiscal, tudo que tinha direito era eu sozinha pra fazer. Você não achava ninguém pra fazer nada, não achava ninguém pra ir numa reunião, não achava nada.[...]. Porque, olha, tiveram, bastante dia, acho que uns 10 dias de formação, umas 10 aulas e não aprenderam nada. Nada.</p> <p><b>1.3.7. Desconhecimento pelos membros dos empreendimentos do que é economia solidária e autogestão</b>            §281 – <u>Cândida</u>: [...] Ai volta-se a dificuldade das pessoas não entenderem o que é economia solidária, o que é autogestão, então é nesse ponto que eu vejo assim, a maior dificuldade, sabe, pros empreendimentos.[...]Então a gente volta de novo na parte de formação.            §282 – <u>Marta</u>: Mas, pra ir a maioria, ela não tem o conceito de economia solidária e ai eu acho que é a grande dificuldade de trazer o pessoal aqui pra dentro do centro público. [...] Assim o pessoal que não comparece aqui, eu acho assim, não é por falta de interesse, é porque ele não tem a dimensão do que poderia ser a economia solidária e o que</p>

<p style="text-align: center;">Categorias</p> <p style="text-align: center;">Dimensões</p>	<p style="text-align: center;">Políticas Públicas</p>	<p style="text-align: center;">Autogestão</p>
<p style="text-align: center;"><b>Elementos excludentes</b></p>	<p><b>das pessoas dos empreendimentos</b>            § 240 – <u>Elaine</u>: a linguagem muito difícil pras pessoas simples que tem aqui.            § 309 – <u>Marta</u>: era com muito custo que de tanto a gente a falar da linguagem que eles começaram a mudar a linguagem.</p>	<p>poderia favorecer, ce entendeu?            §328 – <u>Liliane</u>: E ai a gente fala assim: “ó turma amanhã vai ter uma reunião, se puder ir todo mundo é melhor”, ai eles já falam assim: “é, mais vai valer hora?” [...]Ai se você falar assim: “ não, não vai”, “então eu não vou”.</p> <p><b>1.3.8. Preocupação das pessoas do empreendimento apenas como a comercialização</b>            §281 – <u>Cândida</u> [...] A gente precisa do B-A-BA mesmo, passar pras pessoas que estão há mais de 10 anos aqui dentro da economia solidária e ainda não entenderam que elas não tem que só se preocupar só com a barraquinha dela, ela tem que se preocupar com o global, com o empreendimento que elas fazem parte.</p> <p><b>1.3.9. Dificuldade em mudar uma visão de mundo</b>            §282 – <u>Marta</u>: Então assim, é na verdade, na cabeça deles, eles acham, uma porque já são pessoas já mais velhas, difícil de você mudar uma cultura.</p> <p><b>1.3.10. Falta de vivência solidária nos empreendimentos</b>            §786 – <u>Marta</u>: das brigas internas você entendeu? O pessoal não é solidário, ele não fala “não ó, se eu to aqui, então vamo dá o direito pro outro também”, não, o pessoal fala se fulano tá lá eu também vou querer, eu vou querer aqui e vou querer lá, ce entendeu? É essa que é, e dentro dos grupos em si, de qualquer grupo é isso que acontece. Se neguinho tiver a oportunidade, dentro da cooperativa, tiver a oportunidade de passar uma rasteira nela, ele vai passar, porque ele vai ganhar um pouquinho mais, nem que for, que não vai deixar ele nem mais rico nem mais pobre. Mas ele vai passar rasteira, ce entendeu? É essa que é a grande questão.            § 787 – <u>Elaine</u>: é, porque as pessoas não vivem a economia solidária. [...] Elas usam a economia solidária.            §790 – <u>Digenir</u>: não elas só são economia, por enquanto, elas não são solidárias. Eu acho que a palavra que surgiu lá é muito... Eu fiquei martelando a frase do [nome do gestor], quando ele terminou nosso grupo de trabalho, que ele disse “nós temos economia na cidade a</p>



<p><b>Categorias</b> <b>Dimensões</b></p>	<p><b>Políticas Públicas</b></p>	<p><b>Autogestão</b></p>
<p><b>excludentes</b></p>		<p>§990 – <u>Liliane</u>: e o sono que dá?            §1001 – <u>Cândida</u>: Porque seria a capacitação né? Agora, se fala que vai ser aqui, e não é desse jeito, é teórico e não é prático, ela não vai aprender nada e não vai acrescentar nada pro dia-a-dia dela, elas não ficam meio assim?            §1006 – <u>Marta</u>: [...] normalmente os cursos aqui é direcionado não é individual é pro grupo. Então tem que vim um e passar pros outros. Já começa uma dificuldade. Naquela época eu lembro que o pessoal reclamava nossa mas a gente vai ter que passar o que a gente ta aprendendo aqui pros outros? Já ficou aquela responsabilidade nas costas, que ela falou eu vou fazer o curso depois eu vou ter que ir e, já começa por ai.[...] Porque vem um ou dois do grupo e acha que a responsabilidade é grande pra passar pros outros, ce entendeu?            § 1052 – <u>Digenir</u>: Às vezes falta incentivo.</p>
<p><b>Elementos transformadores</b></p>	<p><b>1.3.4. Formação adequada, dentro da realidade do empreendimento.</b>            §241 – <u>Marta</u>: a melhor que teve, a melhor que passou aqui no Centro Público que eu acho que foi assim ela veio, não teve vergonha de se explicar, falou e mandou a mensagem dela e muitas coisas a gente fica pensando e fica gravado foi a Bel da Hortolândia. [...] Ela foi a que melhor veio aqui, e foi assim um dia só, mas ela foi, veio, [...] e não entendeu quem não quis porque ela foi bem objetiva. [...] E foi assim ela explicou várias questões de trabalho também, né, até hoje eu ainda falo pro Dario vamo aprender diferenca uma coisa da outra, hora de comercializar, hora de produzir, que o pessoal confunde as duas coisas [...] Hora de produzir é hora de produzir. Hora de trabalhar e vender é hora de trabalhar e vender. Vamos separar as duas coisas, ce entendeu? Porque a gente misturava muito a questão de produção e venda, ce entendeu? Misturava a técnica de chegar lá.            §245 – <u>Digenir</u>: ela é empreendimento. É diferente. [dialogando com a Marta].</p>	<p><b>1.3.12. Construção de critérios pra novos ingressantes nos empreendimentos</b>            §74 – <u>Digenir</u>: os ajustes vão sendo feitos. Nós fizemos uma alteração no estatuto que a pessoa fica três meses testando, pra ver se é aquilo mesmo que ela quer. Eu acho que melhorou muito, as pessoas estão envolvidas, e quem não tiver essa visão de economia solidária, que precisar só comercializar, ela não pode estar dentro deste empreendimento.            §743 – <u>Digenir</u>: não. Eu acho inclusive a seleção, a gente que tem que fazer. [...] Você acha que você pode trabalhar em equipe? Você quer ser solidário ou você vai pensar só em você?</p> <p><b>1.3.13. Formação feita pelos empreendimentos</b>            §80 – <u>Digenir</u>: eu acho que o primeiro passo não é o departamento, nem a prefeitura, eu acho que é o empreendimento, a aprovação do empreendimento. [...] O empreendimento ele vai ter que trabalhar essa parte, não jogar pro conselho, o fórum tem que resolver, não. O fórum pode até colaborar, ajudar, mas em primeiro lugar é a cabeça do empreendimento que ter que resolver isso. [...] Tentar, talvez não consiga transmitir tudo que precisa pros seus associados, mas eu acho que uma parte quem já está lá consegue.            §289 – <u>Cândida</u>: eu acho importante o grupo tentar começar a fazer essa</p>

Categorias Dimensões	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos transformadores		<p>formação primeiro no seu grupo, né, e depois, quando tem um evento aqui no DAES vamos supor que se chame pra um dia de formação ter a participação maciça. [...]. É, ele é lento, Mas ele tá acontecendo.</p> <p><b>1.3.14. Fortalecimento do empreendimento por meio do trabalho coletivo</b>            §80 – <u>Digenir</u>: o trabalho em grupo. Isso fortalece. Fortalece a relação entre as pessoas e fortalece demais o grupo.</p> <p><b>1.3.15. Satisfação e orgulho de ter vencido com seu trabalho.</b>            §81 – <u>Dario</u>: Na minha área que eu trabalho eu me considero muito bem sucedido, ce entendeu?            §546 – <u>Marta</u>: É o que eu sempre falo pra todo mundo, se eu for falar que eu não ganho dinheiro na praça? Eu ganho, só que eu trabalho. E direito. Trabalho não só pelo dinheiro mas pro meu prazer mesmo porque eu gosto do que eu faço, ce entendeu?            §849 – <u>Dario</u>: vou dizer uma coisa, eu trabalhei quase a minha vida toda em empresas, ce entendeu? E como eu tive um problema de saúde acabei abandonando e montando o meu empreendimento. Logicamente teve um trabalho muito grande em cima, pra fazer o que eu faço hoje, o meu ramo, que é produto de milho, pamonha, essas coisas. Eu trabalhei muito com isso daí .O meu ganho hoje é bem maior do que se eu tivesse trabalhando pra empresa [...] Era realização porque além de ser mecânico e caminhoneiro eu sempre gostei de cozinhar. Eu sempre tinha paixão por cozinha, falei pra minha mulher, se eu saísse do caminhão eu ia ser cozinheiro. Então calhou de eu fazer as festas de milho e eu acabei mexendo com produto de milho. Hoje, no meu empreendimento pra mim tá ótimo.            § 1360 – <u>Elaine</u>: [...] É orgulho de ver as coisas que nós já passamos e onde nós chegamos. A gente ainda tem muito pra andar, mas é uma vitória onde nós chegamos.            § 1361 – <u>Marta</u>: é orgulho mesmo, você olha pra trás, né, e você a gente começou assim, assado né. [...] Ai você vê que nossa, eu e o Dario nossa a gente trabalha bastante até hoje, mas as gente já batalhou muito e já sofremos muito mesmo, ce entendeu? Da questão assim da resistência das pessoas, com a gente, com o nosso trabalho, com o fato</p>

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos transformadores</b>		<p>de não conhecer, ce entendeu? Ai você chega numa certa altura você fala: que gostoso, né? A gente, o Dario mesmo, nossa o Dario deu uma virada, assim ele cresceu na verdade (..) ce ve ele tem força de aprender e de melhorar cada vez mais. Ele não é uma pessoa que fica parado ai, ai já ta velho, não é assim não ele sempre ta procurando melhorar. E a gente se orgulha disso porque é difícil viu gente, não é fácil não.</p> <p>§1386 – <u>Cândida</u>: tem que comemorar cada passo e as oportunidades e ai tem a gratidão pra mim mesmo né? Se a gente tá lá, se eu consegui esse dinheiro, é porque eu lutei, eu fui, eu fiz, eu briguei, eu falei ali na frente, eu arrumei inimigos, eu ganhei amigos, [...], eu to lutando ai, eu to correndo atrás, quero que São Carlos vá mais pra frente. Então é isso, eu esqueço da parte do dinheiro, mas eu fico feliz.</p> <p><b>1.3.16. Busca de qualificação e aprendizagem</b></p> <p>§957 – <u>Elaine</u>: Porque quando você vai por sua necessidade você faz o curso inteiro.</p>

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

Quadro 28 – Quadro temático de análise: elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre o tema 2 a política pública de economia solidária..

Categorias Dimensões	Políticas Públicas	Autogestão
<b>Elementos excludentes</b>	<p><b>2.1. Mudança de gestores/as com a mudança de governo - a não construção de uma política de estado</b></p> <p>§47 – <u>Liliane</u>: foi importante mas quando era a época do Barba, porque agora que é a época do Altomani não tá resolvendo nada pra gente.</p> <p>§448 – <u>Cândida</u>: [...] Campinas também tá com um baita dum problema lá que também desmontou tudinho o departamento tem 2 funcionário agora só, então tá assim tudo enrolado e desmotivou todo mundo de volta.</p> <p>§469 – <u>Marta</u>: A gente entrou, a gente ia lá tal, e se sentia bem, entrava lá, ia lá pra nossa salinha lá, pegava o que tinha que pegar, falava oi pra todo mundo, e tinha uma proximidade. Essa gestão eu não vejo essa proximidade. [...] na verdade eu acho que é assim: eu sou do poder público e vocês são empreendimento, então ficou a relação assim [...] Cadê que a gente entra na salinha lá e fala assim, “ah vamo fazer um circulo pra todo mundo conversar?” Nunca mais vi isso. [...]Tô falando alto, mas existe esse distanciamento muito grande.</p> <p>§595 – <u>Cândida</u>: [...] Pegaram projeto em andamento, não conseguiram entender os projetos, não conseguiram dar continuidade, então é isso que dificultou. E no trato com os empreendimentos também houve uma dificuldade, porque eles vieram de uma história que acontecia, que ninguém se entendia, que os empreendimentos eram tudo barraqueiro, que era tudo um contra o outro.</p> <p>§643 – <u>Cândida</u>: conforme for colocado, mudado o departamento. Quando ele é só político, quando ele é um departamento que o que interessa é a política, é diferente. Porque mudou o gestor, mas existe alguns departamentos que você tem dar continuidade. Por exemplo, nós infelizmente, tamo passando por isso na nossa cidade. A gente não tem um departamento da cidade que tá redondinho porque tiraram todas as pessoas que tavam lá, que entendiam e ficou leiloando cargo, entendeu? Eu senti assim, por mais boa vontade que tenham as pessoas que tão aqui hoje, elas não tem o conhecimento da economia solidária. Elas não passaram por um processo bem feito, tudo, de, então mudou vai ficar aquela equipe, vai vim um encarregado mas vai se manter umas pessoas chaves. Não. Foi tudo limado. E aí ficou desse jeito.</p> <p>§612 – <u>Cândida</u>: então tá difícil, tá difícil. Então eu acho que não é simplesmente... Mudou o governo? O governo tinha que ter consciência de que certos departamentos ce tem que por as pessoas certas ou, pelo menos, permanecer quem entenda. Não fazer um joguinho de tira daqui põe lá, agora eu</p>	<p><b>2.16. Empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público</b></p> <p>§656 – <u>Dario</u>: é que esse pessoal vem preparado pras reunião, mas os grupos não vêm preparado pra reunião. Não senta um grupo assim ó, a gente vai pra reunião e a gente vai decidir isso, isso e isso. Não vem ninguém preparado. Essa é a diferença de se fazer reunião com seus grupos.</p> <p>§658 – <u>Marta</u>: não, mas é ai que, assim ô, aí eu acho que os grupos teriam que ter a força de falar não, não é isso aí.</p> <p>§659 – <u>Digenir</u>: eu também acho que os empreendimentos são responsáveis [...] de estar organizando o seu empreendimento. Aí pode peitar a pessoa que tá, o gestor. Porque na época, porque desde o começo sempre foi assim.</p>

<div style="text-align: right;">Categorias</div> <div style="text-align: left;">Dimensões</div>	Políticas Públicas	Autogestão
<p style="text-align: center;"><b>Elementos excludentes</b></p>	<p>ponho meu pessoal, a minha cara ai dentro. Aqui dentro não funcionou.</p> <p>§651 – <u>Marta</u>: Eu acho assim na questão do poder público, nessa gestão, é o que eu falei aquela hora, ele criou um distanciamento muito grande.</p> <p>§645 – <u>Cândida</u>: Os técnicos eles não tavam aqui com um envolvimento na política de economia pública. Eles eram funcionário do departamento.</p> <p>§663 – <u>Digenir</u>: : Isso eu já falo isso há 8 anos atrás. Há 8 anos. E a gente caiu bastante. A gente caiu, mas já não foi só nessa gestão. Quando houve a mudança do [nome gestor1] pra [nome gestora1] muita gente não acreditou. A gente, inclusive, qual era a nossa briga, se fosse outra pessoa não, que seria a [gestora1] que já tava aqui dentro. Não porque a nossa, a posição dos empreendimentos que eu sei era essa. Que se precisasse ir pra frente, porque ela já estava dentro do processo Agora quando muda a gestão, a minha leitura é essa, tudo é político. Tudo que for cargo de confiança eles não vão deixar a pessoa que entende pra beneficiar o contribuinte ou seja lá quem for. É sempre pensando no que vai acontecer lá na frente, favorecendo eles, logicamente.</p> <p><b>2.2. Falta de planejamento do poder público para com os grupos</b></p> <p>§67 – <u>Fernanda</u>: a prefeitura tem que se planejar pra ter um recurso que seja destinado pro Contato. E a partir da realização da feira também tem essa relação também com o DAES de pensar anualmente, acho que a ideia principal é de não ficar batendo na porta e pedindo um recurso qualquer. É ter um pensamento global, o que esse projeto significa, o que ele fomenta, quanto de recurso é legal ele ter anualmente, pra não ficar cada ano é uma coisa.</p> <p><b>2.3. Ausência de orientação nos processos produtivos e de mercado para a formação de um empreendimento (tentativa e erro).</b></p> <p>§81 – <u>Dario</u>: Porque quando a gente começou a gente sentiu dificuldade nisso daí. E nessa dificuldade minha, nesse em torno de 10 anos que eu trabalho com derivados de milho, pra mim aprender o que eu aprendi eu perdi muito, não foi pouco. Nós fomos perdendo, fazendo teste, hoje a gente tem um padrão.</p> <p><b>2.4. Inexistência de marco legal específico para empreendimentos econômicos solidários.</b></p> <p>§85 – <u>Cândida</u>: Então eu acho que a gente ainda precisa trabalhar muito atrás de direitos para os empreendimentos pra gente realmente uma hora chegar e falar</p>	

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<b>Elementos excludentes</b>	<p>assim: “não, hoje a gente conseguiu fazer com que as pessoas entenda não vamos ser individual dentro de um empreendimento, vamos ser realmente um empreendimento coletivo e tudo mais.” Porque a gente vai ter garantias, vai ter recursos financeiros, vai ter um monte de coisas. Ainda é muito difícil se pode ensinar prática, formação em economia solidária, toda a oferta que você consegue dentro de um departamento. Só que a cabecinha ainda se pensa lá fora, a gente sabe que dentro de muitos empreendimentos a gente tem micros-empresendedores, que eles são micros-empresendedores e estão dentro de empreendimentos solidários porque eles precisam garantir a segurança, a aposentadoria, se eles precisarem de recurso, ainda é complicado então eu acho que isso ainda dificulta muito a gente não ter políticas públicas claras para empreendimentos solidários.</p> <p>§88 – <u>Digenir</u>: as mesmas exigências que eles fazem pra uma multinacional vai fazer pra uma associação que não tem nem capital, não tem dinheiro [...] É a mesma coisa, o custo é o mesmo, as obrigações são as mesmas, e é uma dificuldade realmente [...] mas se uma associação ou uma cooperativa tivesse o mesmo tratamento a gente também taria contribuindo pros associados, [...] num valor igual no MEI, é possível, agora como que você pode contribuir 20% sobre um associado, de um associado? O empreendimento tem condições? Não tem condições.</p> <p>§112 – <u>Marta</u>: Assim, eu sei que a gente precisa de constituição, precisa de lei, precisa de ter uma garantia [...], mas a pessoa que ela quiser fazer parte do movimento eu acho que ela tem que abrir mão de alguma coisa. Ela tem que modificar o método dela de vivência, todo o método. É a transformação que é muito difícil. Ninguém quer trabalhar e não ter garantia nenhuma, essa que é a verdade, né? Todo mundo quer ter, que continuar trabalhando, que continuar trabalhando no modo convencional, com o modelo capitalista que é todas as garantias que o governo garante.</p> <p>§842 – <u>Cândida</u>: dentro dos empreendimentos se tá enfrentando um monte de gente com um monte de gente com MEI. Tá se garantindo o futuro. E como é que você trabalha economia solidaria, com pensamento capitalista, sem essa parte política aí? [...] O marco legal, por causa disso, porque nós não temos o mesmo olhar do governo, os empreendimentos não tem, se você for cooperativa, tudo bem, mas tem uns que não dá pra ser. Cooperativa não é tudo. Economia solidária não é cooperativas tem outros tipos de empreendimento. Então tá difícil mesmo, a gente tá nesse lado a gente tem um longo caminho a percorrer,</p>	

<p>Dimensões</p> <p>Categorias</p>	<p>Políticas Públicas</p>	<p>Autogestão</p>
<p><b>Elementos excludentes</b></p>	<p>uma luta bem grande pra fazer.</p> <p>§843 – <u>Digenir</u>: eu sinceramente eu não vejo a luzinha lá naquele fim do túnel. Primeiro que a gente, pra mudar uma lei aqui a gente leva 10 anos.</p> <p><b>2.5. Ausência de formação sobre gestão administrativa e autogestão na criação de empreendimentos solidários.</b></p> <p>§112 – <u>Marta</u>: Então no meu modo de pensar que a questão é mais da economia solidária e ela veio pra gerar uma renda pras pessoas que tãõ lá fora do mercado de trabalho. São grupo, né? A prefeitura ela simplesmente ela pegou carona, viu que um grupo trabalhou, ela gerou renda, ela gerou capital pra aquele grupo ela pegou carona e falou,: “opa, vem aqui, que nós vamos se organizar”, ce entendeu? Só que ela não explicou lá pro grupo que ele tem que trabalhar junto, ce entendeu? O grupo não veio com a formação. A mesma coisa com a coleta, vocês formalizaram mas, é o que a Digenir falou, não veio aquela formação. Qual é a formação? Poxa, pegar um grupo no lixão, trazer aqui pra dentro, agora vocês vão trabalhar, vocês vão fazer dividir, nós vamos chamar engenheiro, sei lá, contador, administrador, e colocar numa cabeça de uma pessoa que ela não teve a instrução, [...] Trazer e querer que a pessoa faça da cooperativa ou da associação uma empresa, ela não vai conseguir.</p> <p><b>2.6. Burocratização nas relações entre poder público e empreendimentos</b></p> <p>§601 – <u>Cândida</u>: É difícil você chegar e conseguir falar em poucas palavras que você precisa, ce tem que fazer um rodeio, ce tem que fazer tudo, por exemplo hoje, tudo funciona através de ofício. [...] ai, as pessoas muitas delas, não sabe que que é escrever um ofício, o que é fazer um ofício, entendeu?</p> <p>§649 – <u>Cândida</u>: tudo quanto é dúvida que a gente tem ou esclarecimento que a gente tem, você tem que marcar audiências. Num tem o comprometimento.</p> <p><b>2.7. Problema de diálogo e comunicação entre poder público e empreendimentos</b></p> <p>§630 – <u>Dario</u>: o banco do povo também veio pra cá. Ele veio pra cá, não foi avisado.</p> <p>§523 – <u>Dario</u>: pelo que, pelo que eles começaram e pelo que o [nome do gestor] falou. Eu vou fazer uma pergunta pra vc, qual que seria a diferença vc chegar, chamar o pessoal pra conversar, “moçada pra vc participar dos eventos da prefeitura, de espaço público, a prefeitura tá dando uma chance pra vocês</p>	

<p><b>Categorias</b> <b>Dimensões</b></p>	<p><b>Políticas Públicas</b></p>	<p><b>Autogestão</b></p>
<p><b>Elementos excludentes</b></p>	<p>estarem participando da economia solidária, vocês agregando seus grupos, melhorando o sistema, tendo curso de capacitação para ter um bom trabalho, pra vcs estarem ocupando espaço público, pra vc estar montando a sua barraca, pra vc comercializar e ter o seu ganho”, ou vc chegar e falar assim pro pessoal mandar por e-mail, muita gente não tem e-mail, ce entendeu? E não ligar pro pessoal, e não dar nenhum tipo de comunicação, que isso daí tem que fazer bem antes de marcar uma reunião, e falar pro pessoal “moçada ó, se vocês não vierem participar dessa reunião vcs tão fora”.</p> <p><b>2.8. Perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com a nova gestão</b></p> <p>§460 – <u>Marta</u>: na outra gestão, na outra gestão, a gente vinha aqui eu ia lá naquela sala que te um, desde que mudou a gestão não fui mais lá pra dentro. Então, a diferença... é muito grande.</p> <p>§462 – <u>Marta</u>: a gente chegava aqui nós tínhamos nosso armário. Eles tiram todos os armários de lá, daquela saleta lá dos empreendimentos [...] Eles tão lá mas [...], o menino falou que não ia poder mais usar pra gente guardar nossas coisas.[...]</p> <p>§476 – <u>Elaine</u>: não, tem um aviso pra não tirar as cadeiras do lugar.</p> <p>§606 – <u>Cândida</u>: [...] O telecentro não funciona mais, né? O telecentro não funciona mais. Tá desativado, isso eu quero por no fórum, que é uma vergonha [...] não tem mais computador pra empreendimento.</p> <p>§651 – <u>Marta</u>: A gente tá aqui, mas assim, dá a impressão que a gente tá de favor, entendeu? Que a gente tá esmolando aquilo que é de direito nosso, né?</p> <p>§636 – <u>Elaine</u>: um lugar que era pra ser nosso...</p> <p>§637 – <u>Marta</u>: já foi dominado, entendeu? Era essa questão que eu ia falar. Ele já foi dominado. Porque aquela coisa que era pra ser da gente, já não é. Ce pode ver que a Cândida tava falando. Falei que não, a gente entrava e ia lá pro lado dos empreendimentos, hoje não é mais assim. A Cândida tá falando que não consegue usar lá os computadores, aquilo ali foi feito pra nós, ce entendeu?</p> <p><b>2.9. Falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura</b></p> <p>§665 – <u>Digenir</u>: Porque, por exemplo, o que que aconteceu com a gente? A gente e fazia a feira na estação. Tava tudo bonitinho. Quando o [nome do responsável pela Fundação Pró-Memória] foi nomeado, eu já fiz o ofício, eu já</p>	

<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
<p><b>Elementos excludentes</b></p>	<p>faço tudo em ofício e tem gente que é contra ofício, mas eu prefiro fazer ofício. Ele recebeu a gente muito bem, marcou reunião. Na primeira feira que a gente fez lá o que que ele falou pra mim? Ele falou assim: “você vem fazer festa na casa dos outros e eu mesmo não apareço na televisão.” [...] mas o que que ele falou pra mim? Porque a EPTV foi fazer a abertura ao vivo e ele achou que ele apareceu pouco. “Então vocês vieram fazer festa na minha casa e eu mesmo não apareci na televisão”. [...] Tanto é que ele falou assim pra mim, “aqui não é lugar de fazer feira de artesanato. Aqui é exposição. Aqui é um museu. [...]. Eu acho que vocês deveriam ir fazer feira lá aonde é a exposição de orquídeas”. Foi quando a gente falou, em ofício também, que a gente ia cancelar as feiras, não ia fazer mais.</p> <p>§812 – <u>Digenir</u>: sim, eu acho que todas as secretarias devem estar envolvidas. Porque você depende de todas elas, você precisa ir nos amarelinhos, meio ambiente, na habitação, então Você [...] é o governo no total, porque um desses departamentos pode quebrar.</p> <p>§813 – <u>Marta</u>: tem que envolver todos né.</p> <p>§1258 – <u>Digenir</u>: Por que se vc chegar na prefeitura, vc chega ali no SIM [Sistema Integrado do Município]: “eu sou da economia solidária”. Eles falam: “que que é isso? “</p> <p><b>2.10. Cursos de capacitação não oferecidos</b></p> <p>§981 – <u>Cândida</u>: E eu acho que aqui, por exemplo, no nosso caso em São Carlos, não tem mais nada mesmo né, de capacitação parou tudo. O DAES não fornece mais nada.</p>	
	<p><b>2.11. Assessoria e orientação para formação do empreendimento</b></p> <p>§37 – <u>Lindamira</u>: Teve bastante ajuda. Ajudou. Porque deu muito problema pra formar, pra fazer, e através daqui do pessoal da economia solidária é que nós conseguimos.</p> <p>[...] Foi através daqui que consegui. Se fosse por nós mesmo a gente tinha desistido no primeiro, segundo tempo, porque nós não conseguia fazer isso ai sem ter ajuda do pessoal.</p> <p>§41 – <u>Liliane</u>: Eu só sei assim que a Coopervida ela surgiu com as pessoas que viviam no lixão, né. Elas viviam no lixão ai teve muita conversa com eles pra ver se iam fazer uma cooperativa, né? Ai em 2003, ai que se juntaram e fizeram a Coopervida.[...] A Coletiva ela surgiu através de muitas reunião, que eu sei né. [...] Ai depois teve a parte da unificação, que a gente unificou a Coopervida,</p>	<p><b>2.17. Encontros dos empreendimentos, trocas de experiências com outros coletivos</b></p> <p>§176 – <u>Digenir</u>: então eu acho que os empreendimentos daquela época se falarem que não tiveram formação... [falando de 2005, no início da formação dos empreendimentos]. O grupo ia em todas as reuniões.</p> <p>§177 – <u>Marta</u>: aquela época a gente tinha o encontro né, juntava todo mundo e era muito bom.</p> <p><b>2.18. Empoderamento dos empreendimentos da política pública de economia solidária</b></p> <p>§448 – <u>Cândida</u>: São Carlos conseguiu um feito inédito, e</p>



<b>Categorias</b> <b>Dimensões</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Autogestão</b>
	<p><b>2.15. Oferecer cursos de qualificação</b>            §991 – <u>Marta</u>: a maioria dos cursos que foi assim tipo dinâmica mesmo, que já veio já com o curso mesmo em si, o pessoal aqui do DAES já pediram um curso com dinâmica, por quê? Pra não acontecer isso daí, então a maior parte das aulas era tudo em grupo.</p>	

Fonte: Fajardo, Rita de Cássia Arruda (2014)

## APÊNDICE C - Roteiro geral para o grupo de discussão comunicativo

### **Apresentação inicial (Rita) – 2 min.:**

Rita – doutoranda, que está realizando um trabalho para obtenção do título de doutora em engenharia de produção.

### **O objetivo da pesquisa – 10 min.:**

Como gestora e empreendedora, pude identificar várias dificuldades dos empreendimentos na sua organização interna, na produção e comercialização.

O trabalho tem como objetivo:

*“Identificar elementos transformadores e obstáculos no processo de gestão em economia solidária, junto a um grupo de trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários, fomentados pela política pública municipal de economia solidária de São Carlos-SP, buscando formas de melhorias na prática cotidiana da gestão.”*

- Explicar os motivos da pesquisa, importância, ou seja, que os trabalhadores/as podem construir conhecimento e que este diálogo vai proporcionar a oportunidade de identificar, coletivamente obstáculos, facilitadores e propostas para melhorar a realidade dos empreendimentos.

Assim, a investigação não é apenas para efeito da tese, mas também para a vida dos/as participantes e para os empreendimentos;

- Explicar que a metodologia comunicativa crítica dá importância para as falas das pessoas participantes das pesquisas, no caso os representantes dos empreendimentos. Nesse espaço pode-se dizer o que pensa: eu como pesquisadora e os/as representantes como participantes. A ideia é que vocês possam concordar ou discordar de mim.

- Esclarecimentos sobre o que são os elementos transformadores e excludentes, relacionando a economia solidária e a política pública. Que a pesquisa possa trazer elementos que ajudem a transformar a vida dos empreendimentos. Assim, precisamos compreender o que facilita ou o que atrapalha essas transformações e o que a política pública de economia solidária ajuda, é obstáculo e pode melhorar na vivência produtiva dos empreendimentos.

### **Combinados – 5 min.:**

- Falar que os encontros serão gravados, mas caso, em algum momento os/as participantes não queiram que seja gravado, podem ficar à vontade.

- Podem perguntar se não entenderem alguma coisa e fiquem bem à vontade para não responder o que não quiser.

- Garantia do sigilo dos dados e o que não querem que seja publicado não será. Será realizado um encontro no final, após eu ter sistematizado estes encontros, para o retorno dos dados e da pesquisa, garantindo assim a fidelidade às falas.

- Combinar o tempo. Teremos 2h de encontro, se quiserem fazer um intervalo.

- Combinar as inscrições (respeito das falas, pela gravação, etc.)

- Dizer que vou sistematizar e organizar as respostas e que depois disso convidá-los/las para apresentar e discutir os resultados. Eles é quem validam os dados e suas interpretações

- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **1 – A história dos empreendimentos – 30 min.:**

*Como surgiu o grupo?*

A política pública teve alguma influência?

O que foi facilitador e obstáculo neste processo?

### **2– Economia solidária e autogestão (tempo a especificar)**

A política de economia solidária nas prefeituras surgiu após as experiências que já aconteciam e também pela necessidade de gerar trabalho e renda. O *“objetivo da política pública de economia solidária é reduzir o isolamento e a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as desempregados/as, autônomos/as e micro e pequenos/as empreendedores/as, através do estímulo à cooperação, buscando um desempenho diferenciado em comparação a uma atuação isolada destes/as trabalhadores/as no mercado de trabalho, aumentando sua probabilidade de êxito.”*

- Vocês concordam com essa afirmação?
- Como foi o processo de construção do empreendimento na economia solidária?
- Por que vocês entraram para um empreendimento de economia solidária?
- O que foi transformador e o que foi obstáculo na relação com a política pública?

Não há consenso na literatura de uma única definição sobre a economia solidária. Assim, a *“solidariedade, a autogestão, relações de equidade (regras justas para ter igualdade entre diferentes) cooperação e organização coletiva do trabalho estão entre os princípios da economia solidária colocados pelos estudiosos.”*

- Vocês concordam com estes princípios?
- Autogestão é uma palavra nova, que surgiu na década de sessenta na França para especificar uma forma de governo na Iugoslávia, por meio de conselhos de fábrica. Uma definição de autogestão é que:
- “Autogestão significa a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de associarem-se e desenvolverem neste processo formas coletivas de gestão das suas lutas. Experimentam transformar a fragmentação, o isolamento e o individualismo, em novas relações sociais fundadas na solidariedade e união de classe. Essas novas relações eliminam a separação entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho manual e intelectual.”*

- Como vocês definem a autogestão?
  - Como vocês veem a autogestão no empreendimento? Como ela é vivida pelos membros?
  - Quais elementos de gestão são mais importantes na vivência da autogestão?
  - Como a política pública contribui com a prática da autogestão? No que a política pública é elemento transformador e quais os obstáculos que ela cria?
- Estudiosos apontam alguns limites a serem superados pelos empreendimentos: *“ausência de redes de intercâmbio e comercialização solidária, pequenas margens de rentabilidade que levam os EESs a adotarem uma estratégia de diversificação de atividades sem a garantia de resultados; perda parcial de autonomia devido à intervenção de instituições de apoio”*.

- O que vocês acham disso? Qual o papel da política pública nestes limites?

- A proximidade com o poder público pode ferir a autonomia do grupo. Como vocês veem isso?

*Para alguns teóricos da economia solidária, a autogestão é emancipatória, ou seja, os trabalhadores e seu trabalho não são mercadorias no processo de produção. Mas o desejo da classe trabalhadora é ter um emprego e carteira assinada.*

- Por exemplo: há evasão de pessoas do grupo para emprego, com carteira assinada?
- O que vocês acham disso? O que a política pública ajuda e no que atrapalha nisso?

*Para alguns estudiosos a cooperação existente nos EES, o trabalho associado representa um potencial na eficiência e na racionalidade produtiva em favor do coletivo de trabalhadores/as. Este potencial pode ser um diferencial para obtenção de resultados positivos, se comparado a produtores autônomos individualizados ou a empresas convencionais semelhantes.*

- Vocês acham que isso é verdadeiro? Se acham verdadeiro, no que a política pública interfere neste potencial, positiva e negativamente?

*Para alguns autores “imaginar que a economia solidária vai florescer espontaneamente é um equívoco, e estes/as trabalhadores/as têm que lutar para que os instrumentos do estado, os instrumentos públicos, estejam disponíveis também para os empreendimentos econômicos solidários, pois a classe dominante já faz esta disputa. Para isso é essencial que a economia solidária seja tomada pelos/as trabalhadores/as como um empreendimento político.”*

- O que vocês acham disso?
- Como deve ser a luta dos empreendimentos de economia solidária?
- Como fica a relação com a política pública, o que atrapalha e o que transforma nesta relação?

### **3 – O Programa de Fomento à Economia Solidária (tempo a especificar)**

*No escopo do Programa de Fomento à Economia Solidária estão previstas atividades de formação em autogestão e específica da atividade a ser desenvolvida, capacitação em gestão de empreendimento e acompanhamento do grupo após o início de suas atividades. O programa objetiva criar melhores condições para que os grupos busquem alternativas para geração de trabalho e renda de uma maneira solidária e participativa, desta forma considera também as necessidades específicas demandadas pelos empreendimentos, tendo o seu atendimento como uma prioridade.*

O Programa de Fomento à Economia Solidária prevê algumas frentes de ação, com cinco estratégias na implementação da política pública:

- *Produção, tecnologia, logística, comercialização e consumo;*
- *Formação, comunicação e informação;*
- *Marco legal;*
- *Finanças solidárias;*
- *Articulações, parcerias e fortalecimento político e social da economia solidária.*

Em cada uma destas frentes, o que ajuda e o que é obstáculo para a vivência da autogestão nos empreendimentos?

Em 2010 os gestores públicos do Departamento de Apoio à Economia Solidária avaliavam os seguintes aspectos positivos e negativos do Programa de Fomento à Economia Solidária:

<b>Aspectos positivos do programa</b>	<b>Desafios a serem superados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobrevivência imediata e luta contra a exclusão social;</li> <li>• Auto-organização coletiva;</li> <li>• Distribuição da renda de forma mais igualitária;</li> <li>• Aumento da renda familiar;</li> <li>• Melhoria na qualificação técnica e profissional;</li> <li>• Elevação do grau de escolaridade dos/as trabalhadores/as;</li> <li>• Desenvolvimento da autogestão nos empreendimentos;</li> <li>• Desenvolvimento da prática de participação democrática;</li> <li>• Novas perspectivas de consciência social e política;</li> <li>• Revitalização da vida comunitária;</li> <li>• Crescimento pessoal dos/as trabalhadores/as envolvidos, num processo de resgate da cidadania;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de cultura empreendedora e expectativa imediata;</li> <li>• Extensão da jornada de trabalho;</li> <li>• Desconhecimento do processo produtivo;</li> <li>• Limitada formação técnico-profissional;</li> <li>• Carências de escolarização;</li> <li>• Inexperiência de gestão e pequena margem para erro;</li> <li>• A falta de cultura autogestionária;</li> <li>• Gestão econômica de uma empresa coletiva;</li> <li>• Empreender: da improvisação à previsão;</li> <li>• Conviver e produzir de forma coletiva</li> </ul>

Fonte: São Carlos, 2010c.

– Vocês concordam com esta avaliação? No que a política pública é facilitadora e no que é obstáculo na vida do empreendimento?

Outras questões:

- Como é a questão da transição quando muda um governo? Isso atrapalha ou facilita a vivência da economia solidária?
- Se não tivesse a política pública seu grupo existiria?
- Como são resolvidos conflitos nos empreendimentos?
- Por que você fica no empreendimento mesmo com todas as dificuldades?
- Como se dá a entrada de novos membros para o empreendimento?
- Qual o impacto do processo investigativo na formação das pessoas participantes?

Encerramento – 15 min.:

- Perguntar se gostariam de dizer mais alguma coisa.
- Agradecer a participação de todos e todas.

## ANEXOS

### ANEXO A – Lei Municipal 15.196/2010

#### LEI Nº 15.196 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

*Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito

do Município o Programa de Fomento à Economia Solidária, que tem como objetivo implantar a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, contribuindo na integração das estratégias gerais de desenvolvimento sustentável.

**Parágrafo único.** A execução do Programa, previsto no *caput* será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, que estabelecerá normas e procedimentos para a sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

**Art. 2º** Fica criado, no âmbito do Programa de Fomento à Economia Solidária, os seguintes órgãos:

**I** - o Centro Público de Economia Solidária;

**II** - o Centro de Comércio Justo e Solidário.

**§1º** - Os órgãos mencionados nos incisos deste artigo constituirão espaços públicos destinados à implantação das ações previstas no Capítulo III desta Lei, e deverão ser instalados em imóveis adequados, dispondo da infraestrutura pública necessária a seu pleno funcionamento, cabendo a gestão administrativa ao Poder Executivo.

**§2º** - Para implementação e suas respectivas ações, o Poder Público poderá estabelecer parceria com as entidades públicas e privadas.

**§3º** - A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, constituirá um Comitê Gestor, representado por uma instância colegiada, de caráter propositivo, consultivo e deliberativo.

**§ 4º** - O Comitê Gestor será composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com as funções de planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.

**Art.3º** - A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária visa atender

aos cidadãos que desejem se organizar, dentro do Município, em novos Empreendimentos de Economia Solidária, e/ou consolidar aqueles já constituídos.

## **CAPÍTULO II**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA**

#### **Seção I**

##### **Dos Princípios Fundamentais**

**Art. 4º** A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária reger-se-á pelos princípios e regras previstos nesta Lei, constituindo um sistema público destinado a auxiliar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária, incluindo as cadeias e arranjos produtivos solidários, redes e outras formas de integração e cooperação entre eles, e outras atividades relacionadas ao fomento da Economia Solidária, voltados à população trabalhadora.

**Art. 5º** Para os efeitos desta Lei, a Economia Solidária constitui-se de iniciativas coletivas organizadas sob a forma de empreendimentos para a produção de bens e cultura, prestação de serviços, consumo, comercialização, realização de operações de crédito e outras atividades econômicas, baseando-se na autogestão democrática, na cooperação, na solidariedade e garantindo a partilha equitativa das riquezas produzidas entre seus membros participantes.

**Art. 6º** São princípios da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

- I** - a valorização do ser humano;
- II** - o bem-estar e a justiça social;
- III** - o direito do trabalho decente;
- IV** - o primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores;
- V** - a valorização da autogestão, da cooperação e da solidariedade;
- VI** - a instituição de relações igualitárias entre homens e mulheres;
- VII** - o tratamento igualitário a todas as pessoas, sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo, idade, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação;
- VIII** - o desenvolvimento local integrado e sustentável com a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

#### **Seção II**

##### **Dos Objetivos**

**Art. 7º** São objetos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

- I** - contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município;
- II** - contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e renda, como indicação essencial para a inclusão e mobilidade sociais para elevação da autoestima e melhoria de

qualidade de vida;

**III** - fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócios-produtivos coletivos e autogestionários, bem como a sua consolidação, incorporando conhecimento e estimulando o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos;

**IV** - incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária, organizados em cooperativas, ou sob outras formas associativas compatíveis com os critérios fixados nesta Lei;

**V** - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelos integrantes de iniciativas no campo da Economia Solidária;

**VI** - fomentar a criação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Empreendimentos de Economia Solidária e de grupos sociais produtivos, assim como fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação entre os mesmos e os demais atores econômicos e sociais do território onde estão inseridos, bem como em âmbito local, regional e nacional;

**VII** - promover a intersetorialidade e a integração de ações do Poder Público que possam contribuir para a difusão dos princípios e implementação dos objetivos estabelecidos nesta Lei;

**VIII** - criar e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem sua implementação;

**IX** - estimular a produção intelectual sobre o tema, bem como de material didático de apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária;

**X** - oferecer formação autogestionária e capacitação técnica aos trabalhadores dos Empreendimentos de Economia Solidária, bem como estimular a elevação do grau de escolaridade;

**XI** - criar e consolidar uma cultura empreendedora baseada nos valores da Economia Solidária;

**XII** - orientar e apoiar a organização e o registro dos Empreendimentos de Economia Solidária, constituindo banco de dados atualizado contendo o cadastro dos empreendimentos que cumpram os requisitos desta Lei;

**XIII** - promover a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;

**XIV** - criar oportunidades e espaços permanentes de intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e relações entre as iniciativas de Economia Solidária e os demais setores da sociedade;

**XV** - estimular a inclusão do tema Economia Solidária na rede municipal de ensino, visando ao fortalecimento da cultura do empreendimento autogestionário como forma de organização da produção, do consumo e do trabalho;

**XVI** - promover cursos de formação em Economia Solidária para gestores públicos e interessados.

**Art. 8º** Competirá ao Poder Público propiciar as condições e elementos básicos para execução da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

### **Seção III**

#### **Dos Empreendimentos de Economia Solidária**

**Art. 9º** Para efeitos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária são considerados Empreendimentos de Economia Solidária os organizados sob a forma de

cooperativas, associações e grupos comunitários, voltados para geração de trabalho e renda, compreendendo ainda a iniciativa de empresas que adotarem a autogestão, além das redes solidárias e outros grupos populares, e que possuam, cumulativamente, as seguintes características:

**I** - ser organização econômica coletiva e supra familiar permanente, compostas de trabalhadores urbanos ou rurais;

**II** - ter os membros do empreendimento o controle dos meios de produção, sendo ou não proprietários do patrimônio;

**III** - ser empreendimento organizado sob a forma de autogestão, garantindo a administração coletiva e soberana das atividades e da destinação dos seus resultados por todos os seus membros;

**IV** - ter adesão livre, esclarecida e voluntária dos seus membros;

**V** - desenvolver cooperação com outros grupos e empreendimentos;

**VI** - buscar a inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;

**VII** - desenvolver ações condizentes com a função social do empreendimento e a preservação do meio ambiente;

**VIII** - praticar a produção e/ou comercialização coletiva;

**IX** - proporcionar condição de trabalho salutar e segura;

**X** - garantir a transparência na gestão dos recursos;

**XI** - observar a prática de preços justos com maximização de resultados;

**XII** - garantir a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

**XIII** - garantir a gestão democrática, resguardando a realização das finalidades estatutárias.

**Parágrafo único.** Os Empreendimentos de Economia Solidária trabalharão, prioritariamente, em rede, abrangendo a cadeia produtiva desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos, integrando os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços para a prática do consumo solidário.

### **CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

#### **Seção I Dos Instrumentos**

**Art. 10.** Como forma de instrumentalizar a implementação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária o Poder Público estabelecerá a:

**I** - criação e manutenção de um banco de informação municipal em Economia Solidária, com identificação e caracterização dos Empreendimentos, bem como das entidades de apoio, assessoria e fomento;

**II** - implantação de processos adequados de avaliação, monitoramento e acompanhamento das iniciativas de Economia Solidária;

**III** - inclusão do tema Economia Solidária na rede municipal de ensino.

**Art. 11.** Será criado, por meio de Lei específica, o Conselho Municipal de

Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária no âmbito do órgão executor da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá enviar ao Poder Legislativo projeto de lei criando o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação da presente Lei.

**Art. 12.** Na implementação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, com vistas à consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser conferidos aos beneficiários:

**I** - educação, formação e capacitação técnica, tecnológica e profissional em áreas de interesses dos Empreendimentos de Economia Solidária;

**II** - fomento a constituição de espaços e redes solidárias de produção, consumo, comercialização e de conhecimento e informação;

**III** - incentivar o acesso a linhas de crédito com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos Empreendimentos de Economia Solidária, e a política de investimento social;

**IV** - apoio a comercialização e ampliação de mercado para os bens e serviços da Economia Solidária em âmbito local, regional e nacional;

**V** - apoio à pesquisa, a inovação, ao desenvolvimento e à transferência de conhecimento e tecnologias apropriadas aos Empreendimentos de Economia Solidária;

**VI** - apoio a disseminação e troca de tecnologias de gestão entre os Empreendimentos de Economia Solidária;

**VII** - assessoria técnica necessária à organização da produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de planos de trabalho;

**VIII** - utilização de bens públicos a título precário e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente;

**IX** - oportunidade de participação em processo de incubação voltado à criação, consolidação e fortalecimento da organização de Empreendimentos de Economia Solidária;

**X** - orientação técnica e financeira direcionada a recuperação de empresas em risco de processo de recuperação judicial, desde que mantidos por trabalhadores sob a forma de autogestão e de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e nas disposições legais pertinentes;

**XI** - adequado tratamento tributário aos Empreendimentos de Economia Solidária;

**XII** - apoio técnico, contábil e jurídico;

**XIII** - suporte jurídico e institucional para constituição e registro de Empreendimentos de Economia Solidária;

**XIV** - apoio na realização de eventos de Economia Solidária;

**XV** - reconhecimento e certificação participativa dos Empreendimentos de Economia Solidária;

**XVI** - formação para cidadania dos integrantes dos Empreendimentos de Economia Solidária.

**Parágrafo único.** Para os fins estabelecidos neste artigo, o Poder Público poderá instituir legislação específica.

**Art. 13.** Por iniciativa do Conselho Municipal de Economia Solidária será criado o selo certificador de Economia Solidária, denominado Selo Solidário, para identificação, pelos consumidores, do caráter legal, solidário e ecológico da produção, da prestação de serviços, da distribuição, da comercialização dos produtos e da origem dos

insumos.

**Art. 14.** Para implementação das ações e ampliação de sua capacidade, o Município promoverá integração com as demais políticas desenvolvidas no âmbito do Estado e União.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo não obsta a celebração de parcerias com entidades de direito público ou privado, que tenham interesse em cooperar na implantação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, visando subsidiar os Empreendimentos de Economia Solidária, o processo de incubação e as ações específicas de acesso às novas tecnologias.

### Subseção I

#### Da Incubadora Pública de Empreendimentos de Economia Solidária

**Art. 15.** A Incubadora Pública de Empreendimentos de Economia Solidária, será alocada junto ao Departamento de Apoio à Economia Solidária, tem por objetivo a promoção da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento socioeconômico sustentável de comunidades e segmentos de trabalhadores, prioritariamente aqueles que em situação de vulnerabilidade social, por meio da instituição de mecanismos e instrumentos de fomento, no âmbito do Poder Público.

§ 1º Para os fins desta Lei, a incubação de Empreendimentos de Economia Solidária consiste no processo de formação, fomento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos modelos sócio-produtivos coletivos e autogestionários, com a qualificação dos trabalhadores para a gestão de seus empreendimentos e acesso a novas tecnologias.

§ 2º Constituem diretrizes de ação da Incubadora Pública de Empreendimentos de Economia Solidária:

**I** - oferecimento de assessoria técnica aos Empreendimentos de Economia Solidária;

**II** - acesso a tecnologias adequadas para a constituição e o desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária;

**III** - acesso a novas tecnologias de comunicação e informação, preferencialmente utilizando bases de códigos abertos;

**IV** - fomento à construção de redes de empreendimentos e de cadeias e arranjos produtivos solidários que promovam o desenvolvimento econômico local e setorial;

**V** - fomento à emancipação sócio-política e ao protagonismo social dos Empreendimentos de Economia Solidária;

**VI** - fomento à criação e expansão de Empreendimentos de Economia Solidária;

**VII** - apoio à inserção dos Empreendimentos no mercado;

**VIII** - fomento à constituição do comércio justo e solidário;

**IX** - apoio e fomento ao crédito e às estratégias de finanças solidárias;

**X** - encaminhamento para formação e qualificação em habilidades específicas e outros instrumentos voltados à geração de trabalho e renda no campo da Economia Solidária;

**XI** - oferecimento de espaço físico temporário para os Empreendimentos de Economia Solidária em incubação, proporcionando-lhes as condições necessárias para o início de suas atividades administrativas e preparando-os para sua inserção no mercado de forma autônoma;

**XII** - difusão da cultura autogestionária, sobretudo junto aos beneficiários elencados na Seção III do Capítulo II desta Lei.

**Art. 16.** O fomento a novos Empreendimentos de Economia Solidária dar-se-á por meio da incubação, a qual se fará através de seleção e/ou chamamento público aos grupos e iniciativas associativas interessadas.

§ 1º O período de incubação terá prazo determinado em edital, sendo definido pela natureza dos resultados almejados e corrigido em função da avaliação dos indicadores estabelecidos em metodologia específica.

§ 2º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, instituirá Comissão de Apoio composta pelo Poder Público e outros setores afins, para seleção, aprovação e avaliação dos planos de negócios dos Empreendimentos da Economia Solidária.

§ 3º O processo de incubação poderá contar com a cooperação de universidades e/ou de outras instituições governamentais ou não governamentais, que comprovem experiência e competência técnica nesta atividade, em conformidade aos princípios, objetivos e critérios previstos nesta Lei, para desenvolver ações de formação, capacitação dos trabalhadores e assessoria técnica e tecnológica aos Empreendimentos de Economia Solidária.

## **Subseção II Dos Equipamentos Públicos**

**Art. 17.** Para viabilizar o apoio aos Empreendimentos integrantes da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, o Poder Executivo manterá equipamentos públicos destinados à implantação das ações previstas nesta Lei, contando, inclusive, com equipe multidisciplinar de agentes públicos lotados na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, podendo participar servidores de outros órgãos.

**Art. 18.** O Centro de Comércio Justo e Solidário constituirá espaço público destinado à comercialização dos produtos e serviços provenientes dos Empreendimento de Economia Solidária, constituindo em instalações físicas, infraestruturas de mobiliário e equipamentos apropriados para abrigar iniciativas que cooperem para o desenvolvimento da Economia Solidária no Município.

§ 1º Para os efeitos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, entende-se por comércio justo e solidário o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, solidariedade e transparência, que resulte no fortalecimento dos Empreendimentos de Economia Solidária do Município, tendo como princípios:

**I** - a promoção de condições dignas de trabalho;

**II** - a prática de relações mais justas e solidárias ao longo da cadeia da produção-distribuição-consumo;

**III** - a sustentabilidade socioambiental das redes de produção e comercialização;

**IV** - a valorização, nas relações comerciais, da equidade de gênero, da diversidade étnica e cultural, e do conhecimento das comunidades tradicionais;

**V** - a promoção do consumo e trocas de bens e serviços entre

Empreendimentos de Economia Solidária.

§ 2º O período de utilização do Centro de Comércio Justo e Solidário pelos Empreendimentos de Economia Solidária terá prazo determinado, sendo definido pela natureza dos resultados almejados e pela avaliação dos indicadores estabelecidos em metodologia específica.

**Art. 19.** O Centro Público de Economia Solidária tem por escopo abrigar e apoiar iniciativas e projetos governamentais, ou não-governamentais, voltados ao fortalecimento de Economia Solidária no Município.

§ 1º São funções do Centro Público de Economia Solidária:

**I** - fortalecer e dar destaque às iniciativas de Economia Solidária do Município, estimulando a constituição de cadeias produtivas e/ou arranjos produtivos solidários no âmbito local, regional e nacional;

**II** - disponibilizar espaço físico e infraestrutura para:

**a)** o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos Empreendimentos de Economia Solidária, bem como o apoio a estrutura de financiamento solidário;

**b)** o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação das iniciativas de Economia Solidária junto à população;

**c)** o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos Empreendimentos de Economia Solidária para a geração de renda e trabalho;

**d)** realização de reuniões, oficinas, seminários e atividades culturais, objetivando o desenvolvimento da Economia Solidária;

**e)** instalação do Fórum Municipal da Economia Solidária, voltado para a integração dos atores participantes das iniciativas existentes, incentivando a proposição coletiva das diretrizes para ações no âmbito da Economia Solidária;

**f)** integração do Fórum Municipal e dos Empreendimentos de Economia Solidária aos movimentos estaduais e nacionais de Economia Solidária e áreas afins.

§ 2º O Centro Público de Economia Solidária atenderá:

**I** - os trabalhadores e Empreendimentos de Economia Solidária localizados no Município, interessados em constituir e/ou fortalecer uma organização coletiva para geração de trabalho e renda;

**II** - o público participante dos programas e projetos que integram as políticas sociais e de desenvolvimento socioeconômico da Administração Pública Municipal, inseridas nas ações de Economia Solidária;

**III** - às organizações de apoio e fomento a Economia Solidária;

**IV** - demais atores definidos pelo Comitê Gestor.

## **Seção II** **Do Monitoramento e Avaliação**

**Art. 20.** Os órgãos da Administração Direta e Indireta incumbidos da execução da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária prevista nesta Lei, ainda que na função de atividade meio, deverão instituir indicadores e metodologias de análise apropriados aos princípios da Economia Solidária, com vistas ao monitoramento,

aperfeiçoamento da política pública e avaliação das ações, dos projetos e das atividades a serem implementadas.

**Art. 21.** A avaliação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária será baseada, prioritariamente, nos seguintes parâmetros e critérios:

**I - Inclusão social e desenvolvimento cidadão, considerando o grau de:**

- a)** melhoria de renda *per capita*;
- b)** elevação da escolaridade;
- c)** permanência do educando nos sistemas de ensino;
- d)** inserção ao trabalho através de iniciativas de Economia Solidária;
- e)** regularização de documentos pessoais;
- f)** melhoria nas condições de moradia;
- g)** aquisição de bens de consumo duráveis;
- h)** cuidados com a saúde;
- i)** participação em atividades de cultura e lazer.

**I – Sustentabilidade dos Empreendimentos de Economia Solidária, considerando o grau de:**

- a)** formalização e legalização das sociedades;
- b)** qualidade do produto e relações de trabalho;
- c)** comprometimento dos sócios;
- d)** condições de posse, controle e condições físicas oferecidas;
- e)** substituição da renda convencional pela renda recebida no empreendimento;
- f)** quantidade de pontos de venda e quantidade de clientes;
- g)** condições de respeito ambiental, social, educacional, e melhoria nas condições de saúde de seus membros;

**h)** organização de eventos de caráter econômico, tais como feiras, rodadas de negócios, encontros e outros;

**i)** ponto de equilíbrio financeiro;

**j)** acesso ao crédito e financiamento;

**k)** desenvolvimento tecnológico dos produtos, métodos, processos e/ou técnicas e da gestão da produção;

**l)** desenvolvimento dos instrumentos de autogestão;

**m)** aprimoramento da educação, formação e capacitação ocupacional.

**III - transformação social ampliando a sua participação em atividades coletivas para a melhoria da qualidade de vida na comunidade, por meio de associações, cooperativas, orçamento participativo, conselhos, fóruns, instituições locais, etc.;**

**IV - construção de autogestão dos Empreendimentos, considerando o grau de:**

**a)** remuneração do trabalho;

**b)** igualdade de direitos entre os sócios;

**c)** transparência administrativa;

**d)** decisões tomadas de forma coletiva;

**e)** distribuição democrática dos resultados do trabalho;

**f)** controle e gestão pelos trabalhadores associados de todo o processo produtivo.

**V - contribuição para o desenvolvimento da Economia Solidária, com base na participação em redes, arranjos e/ou cadeias produtivas solidárias, em intercooperação de Empreendimentos, clubes de troca, compras solidárias, feiras de economia solidária, clubes de poupança, cooperativas de crédito ou fundo solidário, e demais iniciativas congêneres.**

**Art. 22.** A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda manterá sistema de caráter público e permanente de monitoramento e avaliação das atividades

previstas nesta Lei, e promoverá ações para o aperfeiçoamento das estratégias e metodologias empregadas na execução das mesmas.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** Esta Lei será regulamentada no prazo de 120 dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 24.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2010.

(a) **LINEU NAVARRO**  
**Presidente**

(a) **DORIVAL MAZOLA PENTEADO**  
**1º Secretário**

**ANEXO B – Lei Municipal 15.853/2011****LEI Nº 15.853  
DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA****Seção I  
Da Constituição, dos Objetivos e Competências**

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Economia Solidária, órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

**Art. 2º** São atribuições do Conselho Municipal de Economia Solidária:

**I** - formular diretrizes e propor ações que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos envolvidos com a Economia Solidária;

**II** - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos financiados com recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária;

**III** - definir os critérios para a expedição do Selo Certificador de Economia Solidária - Selo Solidário;

**IV** - analisar e encaminhar projetos referentes à Economia Solidária, além de acompanhá-los e fiscalizá-los em sua execução;

**V** - definir meios para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária às informações da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e dos serviços públicos;

**VI** - propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização na Economia Solidária, de iniciativa da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

**VII** - colaborar na defesa dos direitos dos trabalhadores da Economia Solidária, por todos os meios legais que se fizerem necessários;

**VIII** - desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos beneficiários da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária a recursos públicos;

**IX** - fiscalizar o cumprimento da legislação em âmbito federal, estadual e municipal que atendam aos interesses das pessoas atuantes na Economia Solidária do Município;

**X** - colaborar na defesa dos direitos humanos, na eliminação das discriminações e quaisquer formas de violência, como práticas das pessoas atuantes na Economia Solidária;

**XI** - propor mecanismos de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Solidária;

**XII** - convocar a Conferência Municipal de Economia Solidária;

**XIII** - sugerir a elaboração de projetos de lei que visem assegurar ou ampliar os direitos na Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e propor alterações na legislação municipal relativa à Economia Solidária;

**XIV** - colaborar na elaboração de projetos, programas e serviços da Administração Pública, buscando a integração das políticas públicas municipais de fomento à Economia Solidária;

**XV** - acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos que fazem parte da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e os financiados pelo Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária;

**XVI** - criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativas aos interesses da Economia Solidária no Município;

**XVII** - manter canais de comunicação, em relação aos temas que lhe são afetos, com outros órgãos do Poder Público;

**XVIII** - encaminhar propostas e sugestões da sociedade civil ou de fóruns temáticos setoriais;

**XIX** - manifestar-se sobre irregularidades que digam respeito à Política Municipal de Fomento à Economia Solidária;

**XX** - organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados à Economia Solidária;

**XXI** - propiciar e garantir a articulação efetiva do Conselho Municipal de Economia Solidária com associações e demais entidades representativas locais, e com outros conselhos, no âmbito municipal, estadual e federal, buscando o fortalecimento da participação social;

**XXII** - elaborar seu regimento interno;

**XXIII** - opinar sobre as questões pertinentes às políticas públicas e recursos destinados à economia solidária durante a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

**Parágrafo único.** O Conselho atuará nos limites da legislação em vigor, de conformidade com os princípios da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

## **Seção II** **Da Composição**

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Economia Solidária será constituído de dezoito conselheiros, sendo nove representantes do Poder Público e nove representantes da sociedade civil, sendo:

### **I - Poder Público:**

a) dois representantes da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;

b) um representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social;

- c) um representante da Coordenadoria de Meio Ambiente;
- d) um representante da Câmara Municipal;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- f) um representante da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude;
- g) um representante da Coordenadoria de Artes e Cultura; e
- h) um representante da Gerência Regional do Trabalho.

## **II - Sociedade Civil:**

- a) seis representantes de Empreendimentos de Economia Solidária;
- b) três representantes das entidades de Fomento à Economia Solidária.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão indicados pelos órgãos responsáveis.

§ 2º Os representantes de Empreendimentos e de Fomento à Economia Solidária, integrantes da sociedade civil, serão eleitos na Conferência Municipal de Economia Solidária, priorizando a diversidade de representações na composição do Conselho.

§ 3º Em caso de não preenchimento das vagas reservadas para as entidades de fomento, essas serão preenchidas por representantes de Empreendimentos de Economia Solidária, ou vice-versa, eleitos na Conferência Municipal de Economia Solidária.

§ 4º Para cada representante titular deverá também ser indicado ou eleito um suplente, que o substituirá em seus impedimentos e o sucederá no caso de vacância.

§ 5º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Economia Solidária os representantes da sociedade civil que estejam nas seguintes situações:

**I** - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;

**II** - funcionários de empresas de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à economia solidária no âmbito do Município, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau desses profissionais;

**III** - pessoas que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

**Art. 4º** Os serviços desempenhados pelos membros do Conselho Municipal de Economia Solidária não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.

**Art. 5º** O Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral do Conselho serão escolhidos entre os conselheiros, de acordo com regimento próprio.

**Art. 6º** O mandato dos conselheiros será de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

**Art. 7º** O Conselho Municipal de Economia Solidária deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias contados da data de sua posse, devendo enviá-lo para o Prefeito Municipal para conhecimento.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda propiciará ao Conselho as condições necessárias ao seu funcionamento, inclusive disponibilizando o local e a infraestrutura para a realização das reuniões.

## **CAPÍTULO II**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA**

#### **Seção I**

##### **Dos Objetivos**

**Art. 9º** Fica criado o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária destinado a propiciar suporte financeiro à consecução do Programa Municipal de Economia Solidária, promovendo sua viabilização e organizando a captação, o repasse e a aplicação de recursos necessários à sua implementação.

**Art. 10.** A formulação dos programas e projetos a serem viabilizados com recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, deverão observar as diretrizes gerais de integração das ações de órgãos e instituições que objetivem a implementação de políticas de Economia Solidária.

**Art. 11.** O Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária será coordenado por um Conselho Gestor, responsável por acompanhar a aplicação de seus recursos financeiros, constituído por quatro membros, da seguinte forma:

**I** - Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, ou servidor por ele designado, desde que envolvido com assuntos relacionados ao desenvolvimento da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária;

**II** - Secretário Municipal de Fazenda, ou servidor por ele designado;

**III** - dois membros do Conselho Municipal de Economia Solidária, representantes da sociedade civil.

§ 1º Os membros indicados pelo Conselho Municipal de Economia Solidária serão escolhidos pelos Conselheiros.

§ 2º Os serviços desempenhados pelos membros do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.

§ 3º Os cheques relativos à movimentação financeira serão assinados pelo Secretário Municipal de Fazenda e pelo Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

#### **Seção II**

##### **Dos Recursos**

**Art. 12.** Constituirão receitas do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária:

**I** - dotações orçamentárias do Município, exclusiva ao Fundo, definida anualmente nas peças orçamentárias;

**II** - dotações orçamentárias dos recursos repassados ao Município que sejam vinculados aos objetivos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária por força da legislação federal, estadual ou municipal;

**III** - créditos suplementares a ele destinados;

**IV** - contribuições, auxílios e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, legados e heranças jacentes;

**V** - aporte de capital por meio da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas por lei específica;

**VI** - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

**VII** - demais receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, destinadas a programas e projetos de Economia Solidária;

**VIII** - destinações autorizadas em lei municipal das arrecadações resultantes de consórcios, programas de cooperação, contratos e acordos específicos, celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

**IX** - transferências autorizadas de recursos de outros fundos.

§ 1º O saldo dos recursos financeiros não utilizados pelo Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária serão transferidos para o exercício seguinte, a seu próprio crédito.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a aquisição realizada com recursos transferidos por intermédio de convênio, quando este estabelecer normas para destinação dos bens adquiridos.

§ 3º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial.

**Art. 13.** Em caso de extinção do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, os ativos, passivos, bens móveis e imóveis, que porventura vier a constituir, deverão ser alocados para a Prefeitura Municipal de São Carlos.

**Art. 14.** Os recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária serão aplicados priorizando as ações que garantam a promoção da Economia Solidária, de acordo com o que segue:

**I** - auxílio à realização de eventos técnicos, encontros, seminários, feiras, exposições e cursos organizados por instituições, entidades ou poder público;

**II** - desenvolvimento e implantação de programas e projetos relacionados à Economia Solidária no Município, compreendendo:

**a)** fomento de atividades relacionadas à Economia Solidária, visando criar alternativas de geração de trabalho, melhoria da renda e qualidade de vida da população são-carlense;

**b)** melhoria da infraestrutura da Economia Solidária;

**c)** divulgação das potencialidades da Economia Solidária no Município nos meios de comunicação locais, estaduais, nacionais e internacionais;

**d)** eventos realizados pelo Poder Executivo, pelo Conselho Municipal de Economia Solidária e por outros órgãos ou entidades ligados ao desenvolvimento da Economia Solidária;

**e)** aquisição de materiais de consumo e permanentes;

**III** - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Economia Solidária;

**IV** - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para os beneficiários da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária ou para o Poder Público voltados para a Economia Solidária.

**Parágrafo único.** Somente poderão receber recursos aqueles proponentes que não apresentarem débitos com o Município, e com prestação de contas relativas ao recebimento de recursos financeiros, aprovadas pelo Poder Executivo, atendendo a legislação vigente.

**Art. 15.** Os projetos aprovados e as entidades que receberem recursos do Fundo deverão obrigatoriamente mencionar que receberam recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Economia Solidária.

**Art. 16.** A aplicação dos recursos do Fundo será feita nos prazos e na forma da legislação vigente, pelo Conselho Gestor e aprovados pelo Conselho Municipal de Economia Solidária.

### **Seção III Do Orçamento e da Contabilidade**

**Art. 17.** O orçamento do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária evidenciará as políticas e os programas de trabalhos governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O orçamento do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidos na legislação pertinente.

**Art. 18.** O Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária terá contabilidade própria, que registrará e publicará todos os atos e fatos a ele pertinentes, de modo a permitir a apuração de resultados à parte, devidamente auditáveis com apresentação de relatórios.

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 19.** Os representantes da sociedade civil para a primeira composição do Conselho Municipal de Economia Solidária serão eleitos na 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária.

### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 20.** Fica acrescentado ao orçamento vigente a seguinte unidade:

20.02.00	Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária
----------	---

**Art. 21.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender às despesas abaixo relacionadas:

<b>Órgão</b>	<b>Categoria econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Funcional Programática</b>	<b>Suplementação R\$</b>
20.02.00	3.3.90.39	001	11.334.0066.2.078	28.000,00
20.02.00	4.4.90.52	001	11.334.0066.2.078	15.000,00
20.02.00	3.3.90.35	001	11.334.0066.2.078	7.000,00
<b>Total</b>				<b>50.000,00</b>

**Art. 22.** Para atender o crédito de que trata o art. 21 desta Lei, serão utilizados recursos oriundos de anulação da dotação orçamentária abaixo codificada, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores:

<b>Órgão</b>	<b>Categoria econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Funcional Programática</b>	<b>Suplementação R\$</b>
18.01.00	4.4.90.51	001	04.121.0055.1.027	50.000,00

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 11 de outubro de 2011.

**OSWALDO B. DUARTE FILHO**  
 Prefeito Municipal  
**JOÃO CARLOS PEDRAZZANI**  
 Secretário Municipal de Governo

**ANEXO C – Lei Municipal 16.121/2012****LEI Nº 16.121  
DE 2 DE MAIO DE 2012.**

*Altera dispositivo da Lei Municipal nº 15.853, de 11 de outubro de 2011 que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária e dá outras providências.”.*

*(Autor: Ronaldo Lopes, Lineu Navarro e José Alvim Filho Dé - Vereadores PT)*

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei Municipal nº 15.853, de 11 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Economia Solidária será constituído por vinte conselheiros, sendo dez representantes do Poder Público e dez representantes da sociedade civil, sendo:

I - Poder Público:

[...]

i) um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

II - Sociedade Civil:

a) sete representantes de Empreendimentos de Economia Solidária;

[...].”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 2 de maio de 2012.

**OSWALDO B. DUARTE FILHO**

Prefeito Municipal

**JOÃO BATISTA MULLER**

Secretário Municipal de Governo

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se

**ANEXO D – Lei Municipal 15.779/2011****LEI Nº 15.779  
DE 05 DE AGOSTO DE 2011.**

*Institui no Município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária.  
(Autor: Lineu Navarro -Vereador -PT)*

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída no âmbito do Município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária.

**Art. 2º** A Conferência Municipal de Economia Solidária é um foro de debates aberto a todos os setores da sociedade, que tem como objetivo avaliar, discutir e propor medidas e ações sobre os vários temas referentes à questão da economia solidária no Município, definindo prioridades, estratégias e metas.

**Art. 3º** A Conferência Municipal de Economia Solidária deverá ser organizada e coordenada pelo Departamento de Apoio à Economia Solidária, com apoio do conselho da área ou órgão da sociedade similar.

**Art. 4º** As conferências deverão ser realizadas preferencialmente no mês de agosto, a cada dois anos.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Carlos, 20 de julho de 2011.

(a) **EDSON ANTONIO FERMIANO**  
**Presidente**

(a) **JÚLIO CESAR PEREIRA DE SOUZA**  
**1º Secretário**

**ANEXO E – Resolução do Conselho Municipal de Economia  
Solidária de São Carlos nº001 /2012**

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SÃO  
CARLOS Nº. 001 /2013**

Estabelece as regras e a relação de documentos para cadastramento de Empreendimentos Econômicos Solidários junto ao Conselho Municipal de Economia Solidária, aprovada na Reunião Ordinária do COMESOL realizada no dia 21 de janeiro de 2013.

O Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos, nos termos do inciso II, do artigo 2º da Lei Municipal número 15.853 de 11 de outubro de 2011, resolve:

**Artigo 1º.** Para os efeitos da presente resolução, conforme art. 9º da Lei número 15.196/2010, são considerados Empreendimentos de Economia Solidária os organizados sob a forma de cooperativas, associações e grupos comunitários, voltados para geração de trabalho e renda, compreendendo ainda a iniciativa de empresas que adotem a autogestão, além das redes solidárias e outros grupos populares, e que possuam, cumulativamente, as seguintes características:

I - ser organização econômica coletiva e supra familiar permanente, compostas de trabalhadores urbanos ou rurais;

II - ter os membros do empreendimento o controle dos meios de produção, sendo ou não proprietários do patrimônio;

III - ser empreendimento organizado sob a forma de autogestão, garantindo a administração coletiva e soberana das atividades e da destinação dos seus resultados por todos os seus membros;

IV - ter adesão livre, esclarecida e voluntária dos seus membros;

V - desenvolver cooperação com outros grupos e empreendimentos;

VI - buscar a inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;

VII - desenvolver ações condizentes com a função social do empreendimento e a preservação do meio ambiente;

VIII - praticar a produção e/ou comercialização coletiva;

IX - proporcionar condição de trabalho salutar e segura;

X - garantir a transparência na gestão dos recursos;

XI - observar a prática de preços justos com maximização de resultados;

XII - garantir a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

XIII - garantir a gestão democrática, resguardando a realização das finalidades estatutárias.

**Parágrafo único.** Os Empreendimentos de Economia Solidária trabalharão, prioritariamente, em rede, abrangendo a cadeia produtiva desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos, integrando os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços para a prática do consumo solidário.

**Artigo 2º.** O credenciamento será emitido mediante o Certificado de Registro concedido pelo Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos aos empreendimentos econômicos solidários que comprovem o efetivo funcionamento e que atendam aos seguintes requisitos, constantes do Anexo I e II da presente Resolução:

I – Comprove atuação no município no âmbito da Economia Solidária por meio de documentos comprobatórios de funcionalidade do empreendimento, há pelo menos 6 (seis) meses e que atendam no mínimo a 3 (três) itens, a saber:

- a. frequência em reuniões e assembleias do empreendimento;
- b. relações com a comunidade (Prefeitura, sindicato, conferências, plenárias, Câmara Municipal, orçamento participativo, associação de moradores, outros conselhos, etc.);
- c. apresentação de atas, estatuto, reunião do conselho fiscal, balancete;
- d. participação em eventos;
- e. comprove participação em atividades de formação em Economia Solidária com percentual mínimo de 20% de seus membros no primeiro ano e 50% no mínimo para o cadastramento;
- f. comprove atuação em instâncias do movimento de Economia Solidária como Fóruns ou conselhos.

**PARAGRAFO ÚNICO** – O COMESOL se comprometerá a oferecer os cursos gratuitamente com ampla divulgação. Caso o conselho não ofereça o curso no prazo de 12 meses, esse item será desconsiderado no ato do cadastramento.

**Artigo 3º.** Fica encarregado o Departamento de Apoio à Economia Solidária de tomar as providências necessárias para proceder os atos de credenciamento dos empreendimentos econômicos solidários junto ao Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos.

**Parágrafo Único** – O credenciamento (Certificado de Registro) terá validade de 12 meses, a contar da data de sua expedição.

**Artigo 4º.** O certificado de registro no Conselho Municipal de Economia Solidária não garante privilégios na contratação ou repasse direto de verbas, mas é imprescindível para a apresentação e execução de projetos com recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária.

**Parágrafo Único** – Para fins de projetos e utilização de recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária os empreendimentos econômicos solidários deverão comprovar, por meio de documentação própria, Estatuto Social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e estarem devidamente formalizados nos termos da lei.

**Artigo 5º.** Aos empreendimentos econômicos solidários credenciados será fornecido o Atestado de Funcionamento, que terá validade por igual período ao Certificado de Registro, a contar da data de sua expedição.

**Artigo 6º** - O credenciamento acontecerá duas vezes ao ano, sendo um no primeiro semestre e um no segundo semestre.

**Artigo 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

São Carlos, 21 de janeiro de 2013.

**Maithe Colombo Bertolini**  
**Presidente do COMESOL**  
**Biênio 2012/2014**

## ANEXO I

**a) Documentos necessários para o credenciamento (Certificado de Registro) de empreendimentos econômicos solidários do Município de São Carlos, conforme estabelecido pelo Art. 2º da Resolução número 001/2013, do COMESOL de 21 de janeiro de 2013.**

- I – Ficha de Inscrição fornecida pelo COMESOL, devidamente preenchida e assinada pelo seu representante;
- II – Cópia de documento pessoal do representante responsável pelo cadastramento e/ou Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (quando houver);
- III – Listagem de membros atuantes e contatos individuais (telefone e email);
- IV – Portfólio que comprove a atuação do empreendimento econômico solidário há no mínimo seis (6) meses no município de São Carlos;
- V – Plano de trabalho do empreendimento econômico solidário previsto para o período de validade do cadastramento (12 meses);
- VI – Atestado de Funcionamento assinado pelo Diretor do Departamento de Apoio à Economia Solidária juntamente com o Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

**b) Documentos necessários para renovação do credenciamento (Certificado de Registro) de empreendimentos econômicos solidários no COMESOL:**

- I – Ofício ao COMESOL requerendo renovação do Certificado de Registro;
- II - Relatório de atividades nos últimos 12 meses;
- III - Plano de Trabalho atualizado para os próximos 12 meses;
- IV - Atualização do cadastramento de contatos e membros atuantes;
- V - Atestado de Funcionamento assinado pelo Diretor do Departamento de Apoio à Economia Solidária juntamente com o Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

**c) Modelo de Ofício**

O (empreendimento econômico solidário) CNPJ nº. (se houver), por seu representante legal (nome, RG, cargo) vem muito respeitosamente solicitar inscrição no Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos, nos termos da Resolução número 001/2013, do COMESOL, para obtenção do Certificado de Registro, e apresenta os documentos abaixo:

- I – Ficha de Inscrição fornecida pelo COMESOL, devidamente preenchida e assinada pelo seu representante;
- II – Cópia de documento pessoal do representante responsável pelo cadastramento e/ou Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (quando houver);
- III – Listagem de membros atuantes e contatos individuais (telefone e email);
- IV – Portfólio que comprove a atuação do empreendimento econômico solidário há no mínimo seis (6) meses no município de São Carlos;
- V – Plano de trabalho do empreendimento econômico solidário previsto para o período de validade do cadastramento (12 meses);
- VI – Atestado de Funcionamento assinado pelo Diretor do Departamento de Apoio à Economia Solidária juntamente com o Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

São Carlos, 21 de janeiro de 2013

Assinatura

Nome, RG e cargo do representante legal

**Comissão de Trabalho “Diretrizes e Critérios para Credenciamento de EES junto ao COMESOL”**

**Aprovado na reunião do dia 21/01/2013**

## ANEXO II

Conforme artigo 2º, da Resolução número 001/2013, do COMESOL de 21 de janeiro de 2013.

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº	(a ser preenchido pelo COMESOL)
NOME DO EMPREENDIMENTO			
Razão Social/Nome Fantasia:			
Endereço:			
Bairro:			
Município:		CEP:	
Tel./Fax:			
e-mail:			
CNPJ (quando houver):		Inscrição Municipal (quando houver):	
Responsável pela Instituição:			
CPF:		R.G.	
Cargo:	Início:	Término:	
DAS FINALIDADES			
Objetivo:			
Atividades:			
Público Alvo:			
Responsável:			
R.G. nº.		CPF nº.	
Capacidade de Atendimento:			
Regime de Atendimento:			
PREENCHER SOMENTE SE HOVER			
Inscrição em outro conselho:			
Declaração de Utilidade Pública			
Federal: Nº		Lei:	
Estadual: Nº		Lei:	
Municipal: Nº		Lei:	
Convênios: ( ) Subv. Municipal ( ) Estadual			
( ) Federal ( ) Emenda Parlamentar			
OBSERVAÇÕES			

São Carlos,  
 Nome, RG e cargo do representante legal:  
 Assinatura \_\_\_\_\_

**ANEXO F – Decreto Municipal nº 95/2014****Decreto nº 95  
de 11 de abril de 2014**

*Permite o uso, a título precário e gratuito, da praça Dr. Christiano Altenfelder Silva (Praça XV) pela Secretaria Municipal de Trabalho Emprego E Renda – SMTER através do Departamento de Apoio à Economia Solidária - DAES, e dá outras providências.*

PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 25.485/13, DECRETA

**Art. 1º** Fica permitido, aos domingos das 15h00min às 21h00min, o uso, a título precário e gratuito, da Praça Dr. Christiano Altenfelder Silva (Praça XV), localizada na Rua XV de Novembro, pela Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda - SMTER, através do Departamento de Apoio a Economia Solidária - DAES, objetivando a realização da Feira de Economia Solidária, para Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, devidamente cadastrados junto ao Conselho Municipal de Economia Solidária – COMESOL, sendo os objetivos específicos:

I – proporcionar aos Empreendimentos Econômicos Solidários a divulgação e comercialização dos produtos artesanais e serviços, realizando trocas de experiências e agregando a valorização da cultura desenvolvida de forma solidária pelos mesmos;

II – articular relações de comércio solidário entre os expositores(as)/empreendedores(as) buscando a constituição de redes de cooperação;

III – relatar, debater e aprofundar os princípios e modos da economia solidária por meio de oficinas, palestras e seminários;

IV – promover eventos culturais;

V – oferecer aos munícipes e visitantes a oportunidade de contato com os produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

**Parágrafo único.** A Praça mencionada no caput deste artigo tem a seguinte localização: espaço público medindo 88,00 metros pela Rua XV de Novembro; 88,00 metros pela Rua Aquidaban; 88,00 metros pela Avenida Carlos Botelho; e 88,00 metros pela Rua Riachuelo, registrada pela Transcrição nº 2.335 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Carlos.

**Art. 2º** O Município de São Carlos, para contribuir com a realização da feira, poderá:

I – realizar atividades esportivas e entretenimento;

II – ofertar oficinas e palestras sobre sustentabilidade e turismo;

III – efetuar a divulgação da feira;

IV – realizar shows musicais, teatrais e eventos culturais;

V – realizar eventos outros que possam contribuir para a maior participação dos munícipes na feira.

**Art. 3º** São obrigações da permissionária, durante o uso do espaço público:

I – a manutenção das benfeitorias do logradouro;

II – não permitir a turbação de sua posse por terceiros;  
III – controlar a quantidade de barracas de acordo com a capacidade definida pela Secretaria

Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SMHDU;

IV – a manutenção das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias;

V – fomentar eventos culturais na praça.

**Art. 4º** São obrigações dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, durante a realização da Feira de Economia Solidária, zelar pelas:

I – instalações elétricas;

II – instalações hidráulicas;

III – instalações sanitárias;

IV – conservação e limpeza do espaço público.

**Parágrafo único.** Em caso de qualquer dano, devido ao mau uso do espaço público, os reparos deverão ser imediatos e suportados pelo Empreendimento Econômico Solidário que causou o dano.

**Art. 5º** A presente permissão terá validade por tempo indeterminado, sendo, entretanto, precária.

**Parágrafo único.** Em caso de revogação da presente permissão, a Administração emitirá notificação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 11 de abril de 2014.

PAULO ALTOMANI

Prefeito Municipal

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se

ALFREDO COLENCI JUNIOR

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

